

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO

Átila Fernandes dos Santos

O veredito de papel: o livro *Inferno em Sobibor* e a responsabilização de fugitivos nazistas no Brasil (1968-1979)

GOIÂNIA

2026



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Átila Fernandes dos Santos

3. Título do trabalho

O veredito de papel: o livro Inferno em Sobibor e a responsabilização de fugitivos nazistas no Brasil (1968-1979)

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
- b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Machado Gonçalves Campos Salomon, Professora do Magistério Superior**, em 22/04/2026, às 15:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Átíla Fernandes Dos Santos, Discente**, em 23/04/2026, às 06:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6066357** e o código CRC **C10160AA**.

ÁTILA FERNANDES DOS SANTOS

O veredito de papel: o livro *Inferno em Sobibor* e a responsabilização de fugitivos nazistas no Brasil (1968-1979)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de História, da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de Doutor em História.

Área de concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades

Linha de pesquisa: Ideias, saberes e escritas da (e na) história

Orientadora: Raquel Machado Gonçalves Campos Salomon

GOIÂNIA

2026

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Santos, Átila Fernandes dos
O veredito de papel [Manuscrito]: o livro Inferno em Sobibor e a responsabilização de fugitivos nazistas no Brasil (1968-1979) / Átila Fernandes dos Santos. - 2026.
246 f.: 2026

Orientadora: Prof(a). Dra. Raquel Machado Gonçalves Campos Salomon
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2026.

Bibliografia.

Inclui: tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. História do Brasil. 2. História do Livro. 3. História da Imprensa. 4. Nazismo. 5. Judeu.

I. Salomon, Raquel Machado Gonçalves Campos, orient. II. Título.

CDU 94



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE TESE

Ata nº **006/2026** da sessão de Defesa da **Tese** de **ÁTILA FERNANDES DOS SANTOS**, que confere o título de **DOUTOR em História**, na área de concentração em **Culturas, Fronteiras e Identidades**.

Ao/s **dezessete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis**, a partir da(s) **14h00min**, em **formato remoto** (videoconferência), realizou-se a sessão pública de **Defesa de Tese** intitulada "**O veredito de papel: o livro Inferno em Sobibor e a responsabilização de fugitivos nazistas no Brasil (1968-1979)**". Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), Professor(a) Doutor(a) **Raquel Machado Gonçalves Campos Salomon (PPGH/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor(a) Doutor(a) **Ivan Lima Gomes (PPGH-UFG)**, membro titular interno; Professor(a) Doutor(a) **Sabrina Costa Braga (UNICAMP)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Bruno Leal Pastor de Carvalho (UnB)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Pedro Spinola Pereira Caldas (UNIRIO)**, membro titular externo. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta, a fim de concluir o Julgamento da **Tese**, tendo sido(a) o(a) candidato(a) **aprovado(a)** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo(a) Professor(a) Doutor(a) **Raquel Machado Gonçalves Campos Salomon**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **dezessete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano Pereira Alencar Arrais, Coordenador de Pós-Graduação**, em 22/04/2026, às 14:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Machado Goncalves Campos Salomon, Professora do Magistério Superior**, em 22/04/2026, às 15:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ivan Lima Gomes, Professor do Magistério Superior**, em 22/04/2026, às 15:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6066308** e o código CRC **5FCD4F93**.

Referência: Processo nº 23070.013978/2026-51

SEI nº 6066308

Agradecimentos

Escrever esta tese foi um grande desafio. Conciliar a rotina de professor da Educação Básica, com carga horária de 40 horas, com a dedicação exigida pela pesquisa demandou um amadurecimento que não seria possível sem o apoio daqueles que estiveram ao meu lado nestes cinco anos. Dedico estas páginas a eles.

Sou imensamente grato à Larissa Vieira. Com ela, compartilhei as primeiras inquietações deste projeto que me desafiou diariamente. Larissa esteve presente desde a formulação da primeira hipótese até as ideias que amadureceram depois. Sinto-me afortunado por tê-la em minha vida e por trilharmos nosso caminho juntos.

Aos meus pais, Márcia e Dinael, agradeço profundamente. Apesar das dificuldades, nunca permitiram que nada me faltasse, incentivando-me a trilhar meu próprio caminho com autonomia.

Agradeço aos amigos que dividiram comigo as angústias e alegrias da vida acadêmica e docente. À Ana Livia, com quem sigo trajetórias semelhantes desde antes da graduação; e posteriormente, como professores e pesquisadores, seu apoio foi fundamental nos momentos mais árduos. À Michelle, sou grato pelo olhar atento e pelas valiosas observações ao projeto que deu origem a esse texto.

À minha orientadora, Raquel Machado Gonçalves Campos Salomon, expresso minha profunda gratidão por me acompanhar desde o ingresso no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás (PPGH-UFG). Sou grato pelos cursos em que fui seu aluno, nos quais aprendi sobre o diálogo entre História e Literatura. Sinto orgulho de ter sido seu orientando e agradeço pela escuta generosa e pelo constante incentivo ao meu trabalho.

Aos membros das bancas de qualificação e defesa, Bruno Leal, Ivan Gomes, Pedro Caldas e Sabrina Braga, agradeço a disponibilidade na leitura e por fazerem parte desse momento em minha jornada como professor-pesquisador.

Agradeço à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela bolsa de doutorado concedida por três anos. Diante das dificuldades financeiras no período final da pandemia de COVID-19, este apoio foi decisivo para minha estabilidade e conclusão deste trabalho. Agradeço também à secretaria do PPGH-UFG, sempre solícita em sanar minhas dúvidas.

A todos que, de alguma forma, contribuíram e me ensinaram ao longo desta caminhada, o meu muito obrigado.

RESUMO

Esta tese investiga a circulação da obra *Inferno em Sobibor* (1968-1979), de Stanislaw Szmażner, analisando-a como um dispositivo central no processo de responsabilização criminal de nazistas foragidos no Brasil. O problema de pesquisa reside nas transformações desse relato memorialístico: de uma narrativa de sobrevivência para um livro que foi utilizado como peça de acusação nos jornais e em processos judiciais. O propósito do estudo é compreender como a memória de Szmażner foi transformada em livro e por meio de um projeto editorial firmou-se como um instrumento de justiça que rompeu o silêncio sobre a presença de criminosos de guerra em solo brasileiro. A metodologia fundamenta-se na análise dos paratextos editoriais das edições de 1968 e 1979 e na investigação da circulação da obra em jornais e revista (*Jornal do Brasil* e *Manchete*). Os achados revelam que o sucesso de *Inferno em Sobibor* não foi apenas literário, mas fruto de uma simbiose entre o testemunho e a máquina midiática do Grupo Bloch, que projetou Szmażner como a "testemunha que prova". A pesquisa evidencia a centralidade de Szmażner no processo de extradição e o subseqüente uso estratégico de sua obra no julgamento de Franz Stangl, bem como no desmascaramento público de Gustav Wagner. Conclui-se que o texto integra o movimento inaugural da literatura de judeus sobreviventes da Segunda Guerra Mundial no Brasil, convertendo a memória traumática em um instrumento ativo de combate à impunidade em um necessário alerta ético diante da reincidência do ódio racial na contemporaneidade.

Palavras-chave: História do Brasil. História do Livro. História da Imprensa. Judeu. Nazismo.

ABSTRACT

This thesis investigates the circulation of the work *Inferno em Sobibor* (1968–1979), by Stanislaw Szmajzner, analyzing it as a central apparatus in the process of criminal accountability of Nazi fugitives in Brazil. The research problem lies in the transformations of this memorialistic account: from a survival narrative to a book used as a piece of accusation in newspapers and legal proceedings. The purpose of the study is to understand how Szmajzner's memory was transformed into a book and, through an editorial project, established itself as an instrument of justice that broke the silence surrounding the presence of war criminals on Brazilian soil. The methodology is based on the analysis of the editorial paratexts of the 1968 and 1979 editions, as well as the investigation of the work's circulation in newspapers and magazines (*Jornal do Brasil* and *Manchete*). The findings reveal that the success of *Inferno em Sobibor* was not merely literary, but the result of a symbiosis between the testimony and the media machine of the Bloch Group, which projected Szmajzner as the "witness who proves." The research highlights Szmajzner's centrality in the extradition process and the subsequent strategic use of his work in the trial of Franz Stangl, as well as in the public unmasking of Gustav Wagner. It concludes that the text integrates the inaugural movement of literature by Jewish survivors of World War II in Brazil, converting traumatic memory into an active instrument to combat impunity and a necessary ethical alert in the face of the recurrence of racial hatred in contemporary times.

Keywords: History of Brazil. History of the Book. History of the Press. Jew. Nazism.

Lista de ilustrações

Figura 1: Diagrama do modelo comunicacional das edições do livro <i>Inferno em Sobibor</i> 1968-1979.....	21
Figura 2: Capa e contracapa do livro <i>Inferno em Sobibor</i> , 1ª ed., 1968.....	47
Figura 3: Capa e contracapa de <i>Inferno em Sobibor</i> , de autoria de Stanislaw Szmajzner, 2ª ed., publicada pela Edições Bloch, em 1979	54
Figura 4: Anúncio – SEJA SÓCIO DO CLUBE MAIS ABERTO DO BRASIL – O CLUBE DO LEITOR	143
Figura 5: Anúncio – <i>Treblinka</i> . <i>Jornal do Brasil</i> . Rio de Janeiro, 5 mar. 1967. p. 5....	154
Figura 6: Anúncio – 3º Edição <i>Treblinka</i> . <i>Jornal do Brasil</i> . Rio de Janeiro, 5 mar. 1967ª	155
Figura 7: Matéria na <i>Manchete</i> – “Eu voltei do campo da morte”.....	156
Figura 8: Fotografias da matéria “Eu voltei do Campo de Sobibor”, 18 maio de 1968, p. 128-133.....	158
Figura 9: Anúncio – As últimas novidades de Edições Bloch. Três grandes romances e uma história real	159
Figura 10: Anúncio do livro <i>Inferno em Sobibor</i> . "Este livro condenou um homem à prisão perpétua”	162
Figura 11: Anúncio do livro <i>Inferno em Sobibor</i> . "Este livro vai condenar um homem”	162
Figura 12: Reportagem – “Eu vi Stangl atirar para matar”	164
Figura 13: Fotografia – Stangl no Tribunal de Düsseldorf, 20 de agosto de 1970.....	165
Figura 14: Fotografia – Theresa Stangl no julgamento de Franz Stangl em Dusseldorf	166
Figura 15: Fotografia – Stanislaw Szmajzner sentado no banco da testemunha apresentando documentações e gráficos no Tribunal de Düsseldorf.....	169
Figura 16: Fotografia – A testemunha Stanislaw Szmajzner e o diplomata Rio Branco Nabuco Gouveia, junto ao funcionário do consulado Gerhard Stenikamp, no Tribunal de Düsseldorf.....	172
Figura 17: Reportagem – Eu vi Stangl atirar para matar	173
Figura 18: Reportagem – Fotografia do "falso" Wagner ao lado de uma pilha de corpos retratando o campo de extermínio. Ao lado do título “O Monstro em Ação” encontra-se uma foto de Stanislaw Szmajzner.....	182

Figura 19: As duas primeiras fotos são de Hans Werner Schutte, identificado falsamente como Wagner no encontro de aniversário de Hitler, em Itatiaia. Abaixo, fotografia de Gustav Wagner encontrada na Delegacia de Estrangeiros de São Paulo.....	184
Figura 20: Fotografia – Reconhecido por Stanislaw Szmajzner, Gustav Wagner confessou ser o homem de Sobibor	187
Figura 21: Reportagem – Wagner recusou-se sair do hospital transportado pela maca e andando com auxílio de um homem e uma enfermeira foi removido para o Hospital das Clínicas	193
Figura 22: Planta do campo de extermínio de Sobibor, produzida por Szmajzner e presente em seu livro <i>Inferno em Sobibor</i> , utilizada em reportagem do <i>Jornal do Brasil</i>	194
Figura 23: Reportagem – Sobrevivente revê seu carrasco depois de 36 anos.....	196
Figura 24: Anúncio do livro <i>Inferno em Sobibor</i>	199
Figura 25: Capa do <i>Jornal do Brasil</i> , com fotografia do "falso Wagner" sendo apresentado como "Homem de Treblinka"	201
Figura 26: Reportagem – "Os carrascos estão entre nós", de Carlos Heitor Cony.....	203
Figura 28: Fotografia de Gustav Franz Wagner em entrevista para Carlos Heitor Cony. <i>Manchete</i> , 17 jun. 1978	204
Figura 27: Uli Casal, filha do antigo patrão de Wagner, desde os cinco anos habituou-se a chamá-lo de vovô. Abaixo, a casa que Wagner morava em Atibaia	204
Figura 29: Reportagem – “Os carrascos estão entre nós”. O livro <i>Inferno em Sobibor</i> em primeiro plano, seguido de Szmajzner no plano de fundo	206
Figura 30: Condensação – "Eu escapei do Inferno de Sobibor".....	211
Figura 31: Fotografias de Stangl (à esquerda) numa foto de 1944. À direita, sua prisão em São Paulo, em 1967	214
Figura 32: Franz Stangl (ao lado esquerdo) toma o seu lugar no banco dos réus no Tribunal de Düsseldorf. À direita, Gustav Franz Wagner, logo depois de sua prisão em São Paulo, quando ainda negava que fora carrasco em Sobibor	215
Figura 33: Condensação – “Eu fugi do Inferno de Sobibor”, capítulo final	216
Figura 34: Reportagem – CONY, Carlos Heitor. “Nazismo: prescrição e ressurreição”	219
Figura 35: Anúncio – “A vítima diante de seu carrasco”	222
Figura 36: Capa e contracapa da 2ª edição de <i>Inferno em Sobibor</i> , de 1979	223

Lista de tabelas

Tabela 1: Autores judeus ou de origem judaica nas Edições Bloch entre os anos de 1966 até 1972	144
Tabela 2: <i>Coleção Depoimento</i> / Edições Bloch (1968-1970)	148

Sumário

INTRODUÇÃO.....	17
1. O grito pela <i>Vendetta</i> em <i>Inferno em Sobibor</i> (1968-1979): a materialidade, o autor e o relato	25
1.1. O autor e a gênese do relato de <i>Inferno em Sobibor</i>	25
1.2. A invasão alemã: guerra, antissemitismo e guetos.....	28
1.2.1. O campo de extermínio de Sobibor: o retrato dos carrascos	33
1.2.2. O levante em Sobibor e o grito pela <i>Vendetta</i>	40
1.3. As produções editoriais de 1968 e 1979.....	45
2. O julgamento de Eichmann como paradigma: o testemunho e justiça na genealogia de <i>Inferno em Sobibor</i>	59
2.1. O julgamento de Eichmann e a centralidade do testemunho (1961).....	60
2.2. O lugar da testemunha e do testemunho em Nuremberg.....	63
2.3. A revolução testemunhal a partir do julgamento de Eichmann.....	66
2.4. Testemunhar após Eichmann: sobreviventes judeus e escrita no Brasil	73
2.4.1. <i>Sob o tacão de Eichmann</i> : a publicação de um testemunho de sobrevivente no Brasil durante o julgamento de Jerusalém.....	74
2.4.2. Apresentação e divulgação de <i>Sob o tacão de Eichmann</i> , em 1961.....	83
2.4.3. Um fazendeiro de Goiás oferece depoimento como peça de acusação contra Eichmann em 1961	89
2.5. O caso Stangl: Sobibor, Treblinka e a escrita como acusação	92
2.6. O fenômeno <i>Treblinka</i> : revolta e a “contramemória” de Jean-François Steiner	102
2.7. Ben Abraham e Joseph Nichthausen: lembrar para não esquecer dos mortos	108
2.8. Do depoimento para o julgamento em Jerusalém ao encontro com Zevi Ghivelder	135
3. Do prelo ao Tribunal de Düsseldorf: a construção de <i>Inferno em Sobibor</i> como peça de acusação (1968)	137

3.1. O conglomerado Bloch: a construção do ecossistema de comunicação de Adolpho Bloch.....	137
3.2. “Um depoimento para meditar sobre o real”: publicar <i>Inferno em Sobibor</i> na Edições Bloch.....	142
3.3. Sucesso esquecido ou fracasso lembrado? <i>Inferno em Sobibor</i> e a circulação dos livros da Coleção Depoimento	148
3.4. O veredito de papel: a singularidade da circulação de <i>Inferno em Sobibor</i> e seus usos para capturar nazistas	153
3.5. O livro-prova: “Eu vi Stangl atirar para matar”	163
4. A caçada de Gustav Franz Wagner e o novo projeto editorial de <i>Inferno em Sobibor</i> (1978-1979)	176
4.1. A emboscada jornalística: o estratagema de Wiesenthal e a revelação da “Besta de Sobibor” em <i>Inferno em Sobibor</i>	178
4.2. A planta do crime: o livro de Szmajzner como instrumento para desmascarar o verdugo	194
4.3. Entre a revista e o Supremo Tribunal Federal: o projeto editorial “Szmajzner-Cony” frente ao ressurgimento do ódio e o fracasso da extradição.....	207
CONCLUSÃO.....	227
REFERÊNCIAS	233

INTRODUÇÃO

Stanisław Szmajzner (1927-1989) foi um sobrevivente judeu polonês que, em meados da década de 1960, residindo no Brasil, redigiu o manuscrito que deu origem à obra *Inferno em Sobibor*.¹ O livro, publicado pela Edições Bloch em 1968, é um pungente relato de memória que detalha a sobrevivência de Szmajzner à invasão da Alemanha sobre a Polônia, seu período no gueto de Wolwonice e sua subsequente experiência no campo de extermínio de Sobibor. Este estudo se dedica a compreender a obra não como uma narrativa individual, mas como um objeto cultural inserido em um contexto de disputa por justiça e memória.

A obra se insere diretamente no contexto brasileiro de busca por identificação e punição de fugitivos notórios, como Franz Stangl e Gustav Franz Wagner. Stangl, ex-policiauí austriaco, foi o comandante-chefe do Campo de Extermínio de Sobibor. Wagner, conhecido como a "Besta de Sobibor", atuou como subcomandante do mesmo campo. Os dois viveram vidas tranquilas por um longo período no Brasil até serem descobertos e levados a justiça. A centralidade de *Inferno em Sobibor* para a tese reside na relação direta e singular estabelecida entre o autor, o livro e os carrascos nazistas, o que conferiu ao seu testemunho uma autoridade crucial no debate público.

Szmaizner sobreviveu em Sobibor em razão de suas habilidades como ourives. Ele produzia peças de metal e joias para os oficiais da SS, incluindo Stangl e Wagner, sendo constantemente lembrado por eles de que o sobrevivente e sua família iriam para o mesmo lugar onde estavam seus pais. Essa convivência forçada com os algozes, detalhada no relato, transformou o livro em uma peça de evidência material e testemunhal. Essa autoridade única de Szmaizner como testemunha direta, capaz de identificar e confrontar seus agressores, é o elemento que a pesquisa busca desdobrar ao longo do texto.

A questão central que norteia este trabalho não reside primariamente na análise literária do relato de sobrevivência. Em vez disso, investigamos o papel do livro no processo de responsabilização criminal dos nazistas que fugiram para o Brasil, analisando como a obra foi elaborada, divulgada e representada. Diante disso, a inquietação que estrutura a pesquisa é: como a produção e a circulação do livro *Inferno em Sobibor*, entre

¹ O nome "Stanisław" é grafado em polonês com a letra *ł*. Contudo, neste trabalho, optou-se por utilizar a forma "Stanislaw", uma vez que foi assim que o autor assinou seu livro e como passou a ser identificado e reconhecido nos jornais, revistas e programas de televisão da época.

os anos de 1960 e 1970, contribuíram para o reconhecimento dos crimes e a responsabilização dos nazistas?

A hipótese central que defendemos é que a publicação de *Inferno em Sobibor* contribuiu significativamente para a identificação dos nazistas fugitivos e a pressão pela responsabilização dos carrascos de Sobibor que fugiram para o Brasil. No entanto, demonstramos que essa responsabilização foi um processo complexo, marcado por tensões e contradições no processo de produção e circulação da obra.

A pesquisa examina as duas edições do livro (1968 e 1979) como momentos distintos de intervenção no cenário político e judicial brasileiro. A primeira edição (1968) teve seu lançamento pouco depois da prisão de Franz Stangl. A publicação de 1968 foi explicitamente associada pela imprensa do Grupo Bloch à responsabilização criminal de Franz Stangl. A tese investiga o projeto editorial da edição e sua promoção midiática.

A segunda edição (1979) foi antecedida pela versão condensada na revista *Manchete* em 1978 e operou uma reorientação editorial motivada pela prisão de Gustav Wagner. A confrontação dessas duas edições permite à tese demonstrar como a obra de Szmajzner foi rearticulada e atualizada diante do processo de identificação de Wagner.

A tese explora a tensão entre a produção de um livro que denuncia a catástrofe do extermínio perpetrado contra os judeus e a presença de criminosos nazistas que viviam impunes no Brasil, vindo à tona com o processo de suas identificações, extradição e responsabilização. Apesar de o nosso recorte se estabelecer entre os anos da Ditadura Militar, o estudo caminha a passos largos para uma correlação direta entre o fenômeno da publicação de *Inferno em Sobibor* e a repressão dos anos de chumbo.

A tese se estrutura em quatro capítulos interligados que rastreiam a trajetória de *Inferno em Sobibor*, de Stanislaw Szmajzner, desde sua gênese até sua circulação na mídia e sua reedição, sempre à luz do problema central da responsabilização criminal dos nazistas no Brasil.

A pesquisa se fundamenta no campo da História do Livro e da Edição, conforme estabelecido pelas contribuições de autores como Roger Chartier, Robert Darnton, Jean-Yves Mollier e Gérard Genette. Para alcançar os objetivos já mencionados, o trabalho se concentra em três eixos conceituais fundamentais e interligados: o processo produtivo, a materialidade (paratextos) e a circulação.

Essa abordagem transcende o debate estritamente textual, buscando entender o livro não apenas pela sua narrativa, mas como um artefato social dinâmico. Adota-se a perspectiva de que o livro é um empreendimento social, resultante de uma rede de

relações complexas que articula diversos agentes, como o autor (Stanislaw Szmajzner), os editores (Grupo Bloch) e a divulgação do livro (*Manchete, Jornal do Brasil*).

O conceito central de materialidade do texto, desenvolvido por Roger Chartier e D. F. McKenzie – e não esquecido por Mollier –, indica que a produção de livros e textos é um processo que envolve diferentes momentos, técnicas e intervenções. A materialidade envolve a tipografia, o *layout*, a ilustração e as escolhas gráficas, que contribuem para as diversas significações de uma "mesma" obra.² A forma do livro afeta o sentido e o consumo do texto: “sabemos que não lemos o mesmo texto, apesar da ilusão que nos fornece a aparência da carta, pois tudo muda dependendo da maneira como ela é impressa”.³

Inferno em Sobibor não existe fora dos suportes materiais, o que permite investigar como as mudanças de forma de publicação atuaram como razões de sua mobilidade. As duas edições de 1968 e 1979, assim como a edição condensada publicada na *Manchete*, em 1978, alteram as formas de representar e participam diretamente da construção de seus significados do texto.⁴

A materialidade da obra é estudada por meio dos paratextos editoriais, definidos por Gérard Genette como o acompanhamento, de extensão e conduta variáveis, que constitui o que, em torno do texto, o torna livro e o propõe ao público.

A pesquisa distingue e analisa dois tipos de recursos estratégicos. O primeiro é o peritexto editorial, que corresponde à zona que se encontra sob a responsabilidade direta do editor, incluindo a capa, a página de rosto e a realização material do livro, como formato, papel e composição tipográfica. É crucial analisar como a primeira edição (1968) e a segunda edição (1979) moldaram o livro. Já o segundo tipo de recurso é o epitexto público, que diz respeito aos elementos paratextuais que circulam fora do volume em um espaço midiático e social ilimitado, como anúncios, prospectos, artigos e entrevistas concedidas pelo autor.

Ao examinar os paratextos de 1968 (ligados ao Caso Stangl) e de 1979 (ligados ao Caso Wagner), o estudo revela como a edição utilizou esses elementos como um

² CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. Tradução de Fúlvia M. L. Moretto. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 62.

³ MOLLIER, Jean-Yves. A história do livro e da edição. Um observatório privilegiado do mundo mental dos homens do século XVIII ao século XX. Tradução de Clara Furtado Lins. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 25, n. 42, p. 521-537, jul./dez. 2009 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/jBVwd3SnhDW6jf47KzS68mt/?lang=pt>. Acessado em: 21 nov. 2025.

⁴ CHARTIER, *op.cit.*, p. 62.

dispositivo para orientar a representação do livro, alterando o valor do relato de “advertência universal/moral”, “prova judicial”, “depoimento de autoridade”.

A análise dos epitextos na imprensa é essencial, pois o livro, o título e o nome do autor são objetos de circulação e temas de reportagens dos jornalistas. Para além do projeto editorial (do Grupo Bloch), a mídia impressa funcionou como mediador, transformando “as mensagens do livro” ao longo do tempo. A mídia impressa constitui o principal suporte para o epitexto público, que são os elementos paratextuais que circulam fora do volume do livro, em um espaço midiático e social.

Os jornais constituem o principal suporte para o epitexto público. O epitexto é um lugar privilegiado de uma pragmática e de uma estratégia.⁵ Por meio dele, o editor e o autor exercem uma ação sobre o público, buscando a melhor acolhida do texto e uma leitura mais pertinente. O jornal funciona como um canal de enunciação que interpreta, expõe e representa a materialidade do livro para o público leitor.⁶ Ainda que o público leitor não seja nosso objeto de estudo, os elementos e as estratégias construídas nas redações para representar o livro para um público geral participam da produção de conhecimento sobre as formas de representar os crimes de extermínio praticados pelos nazistas.

A imprensa não é tratada meramente como um repositório de fatos, mas sim como um sistema de comunicação que moldou a percepção e o sentido da obra. Por sistema, retomamos Darnton ao aprofundar a cadeia de organização social que existe dentro de um jornal, estabelecida em um regime de apresentação do livro.⁷

Os relatos dos sobreviventes, ao serem publicados, passam por uma série de transformações, isto é, uma obra não é publicada de forma “isolada”, não é somente uma transposição direta do manuscrito. Presente no volume de Szmajner, existe uma série de elementos que estão no entorno dele, colocando-se antes ou depois do texto. Assim, esses elementos, que podem ser recursos visuais ou textuais, orientam a interpretação de um possível leitor. Nosso interesse é pensar como essas mensagens estão dispostas e o que elas dizem. Esses tipos de elementos são chamados de paratextos e, de forma geral, são recursos estratégicos que interferem na leitura do texto.⁸

⁵ GANETTE, Gérard. *Paratextos editoriais*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009, p. 10.

⁶ *Ibidem*, p. 15.

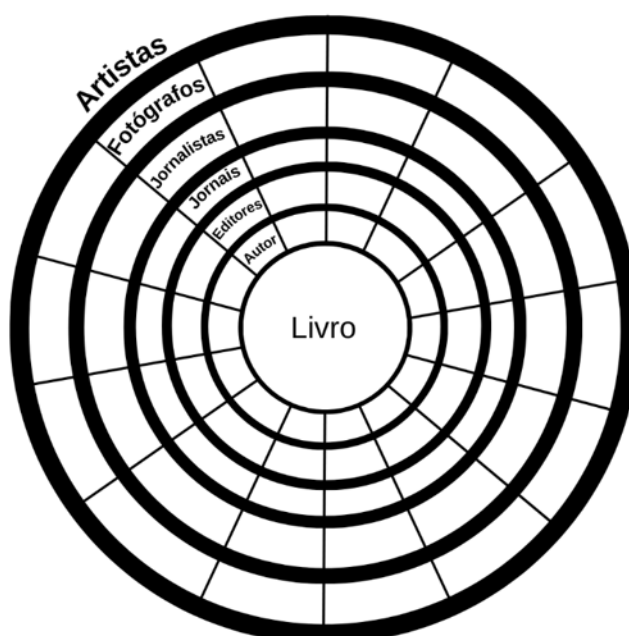
⁷ DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 78-82.

⁸ GENETTE, *op.cit.*

Robert Darnton argumentou que a história do livro pode ser estudada através de uma metodologia que conecta vários agentes envolvidos na sua produção. Darnton faz um diagnóstico da produção do livro no período pré-Revolução Francesa, o qual pode ser expandido para analisar outros objetos.⁹ Para de fato realizar esse desafio metodológico, adaptamos seus estudos aos nossos propósitos.

Seguindo a proposta de Darnton, buscamos analisar a circulação do livro de forma dinâmica, considerando as múltiplas relações entre os agentes envolvidos em sua produção. As transformações no texto, portanto, não se limitam a etapas lineares, mas ocorrem de maneira complexa e interligada.¹⁰

Figura 1: Diagrama do modelo comunicacional das edições do livro *Inferno em Sobibor* 1968-1979



Fonte: Sistema comunicacional baseado nos estudos de Robert Darnton em *O beijo de Lamourette* (2010)

Portanto, são essas tramas que se entrelaçam, atravessam e envolvem o livro e suas diferentes edições. A forma da obra não pode ser compreendida como resultado de um percurso linear, composto por etapas sucessivas que conduzem a um produto final estabilizado. Ao contrário, as transformações do texto ocorrem de maneira descontínua, atravessadas por reescritas, reapresentações e deslocamentos de sentido, sem obedecer a uma ordem sistemática.

⁹ DARNTON, 2010, p. 113.

¹⁰ *Ibidem*, p. 114.

Em *Inferno em Sobibor*, uma das forças que envolvem o sistema comunicacional são os jornais e suas formas de enunciação. O meio de divulgação permite pensar como a materialidade do livro é interpretada, exposta e representada para um possível público leitor. Não somente diz respeito ao livro, mas os jornais e revistas são também canais que fazem visíveis a figura do autor, a maneira como esse sujeito se relaciona com a obra e, não menos importante, os discursos que os críticos enunciam a respeito dos livros. Para analisar esses tipos de forças, precisamos ter uma perspectiva do momento dessas publicações, compreender o cenário em que essas obras circularam.¹¹

O Grupo Bloch, que publicou a obra *Inferno em Sobibor* através da Edições Bloch, não era uma editora isolada, mas um conglomerado de comunicação diversificado que incluía a editora e outros veículos de imprensa (como a revista *Manchete*). Esse ecossistema operava em atividades diferentes e nele as atividades literárias, editoriais, jornalísticas e mercadológicas estavam interligadas e sofriam influências externas, ao mesmo tempo em que as exerciam.

A imprensa é um elemento fundamental para compreender a representação de *Inferno em Sobibor* como um objeto cultural coletivo. A pesquisa orientou-se por critérios que privilegiaram a complementação de lacunas e a validação de dados por meio da comparação entre periódicos. Porém, dois acervos se tornaram de grande relevância para o andamento da pesquisa: a revista *Manchete* e o *Jornal do Brasil*. A *Manchete* destacou-se por operar dentro do "ecossistema de comunicação" do Grupo Bloch, funcionando como a engrenagem intermediária entre a redação e a editora. A atuação de agentes como Zevi Ghivelder e Carlos Heitor Cony, jornalistas da revista e editores das edições subsequentes da obra de 1968 e 1979, revela a estratégia interna de como o relato memorialístico foi construído, atualizado e relacionado com os processos dos fugitivos nazistas.

Em contrapartida, o *Jornal do Brasil* (*JB*) fornece a evidência externa da repercussão da obra, documentando sua trajetória no noticiário, nos tribunais e na investigação policial de campo. O *JB* permite mapear a transmutação de Stanislaw Szmajzner de um "fazendeiro de Goiás" para uma figura que favoreceu a construção de provas jurídicas incontornáveis no contexto da responsabilização de Franz Stangl e Gustav Wagner. Foi esse periódico que, já em 1961, retransmitiu o primeiro depoimento técnico de Szmajzner para o julgamento de Adolf Eichmann, além de ter servido como

¹¹ DARNTON, 2010, p. 109-145.

vitrine estratégica para os anúncios das Edições Bloch e para a consagração do livro nas listas de mais vendidos. Assim, o *JB* foi crucial ao projetar a obra como um documento pericial para a identificação e a exposição dos carrascos em solo brasileiro.

O capítulo um, “O grito pela *vendetta* em *Inferno em Sobibor* (1968-1979): a materialidade, o autor e o relato”, dedica-se a uma análise minuciosa do texto de *Inferno em Sobibor*, de Stanislaw Szmajzner. Seu objetivo é desdobrar a estrutura narrativa e o estilo de escrita da obra, destacando os elementos internos (personagens, progressão da história, escolhas de memória) que conferiram ao relato a autoridade testemunhal que seria crucial para sua utilização como instrumento de denúncia nos processos de responsabilização criminal. A análise de *Inferno em Sobibor* parte de seus elementos paratextuais como fontes centrais para a compreensão do projeto editorial da obra. Examinam-se, em primeiro lugar, os dados materiais da edição e, em seguida, os textos de mediação: o oferecimento, o prefácio, a nota de agradecimento de Szmajzner, que indicam o processo de legitimação pública e a mediação do relato. A leitura da capa e da contracapa permite identificar as categorias atribuídas ao relato do campo de extermínio. Por fim, considera-se que esses paratextos constroem uma expectativa específica de leitura: o testemunho é apresentado não apenas como informação histórica, mas como um convite à reflexão ética, orientando o leitor a “meditar” sobre a violência e o sofrimento produzidos pelo extermínio nazista.

O segundo capítulo, “O julgamento de Eichmann e a gênese do testemunho no Brasil”, estabelece o contexto fundamental para a escrita e a publicação de relatos de sobreviventes no Brasil. A obra de Stanislaw Szmajzner não emergiu no vácuo, mas se inseriu em um conjunto mais amplo de relatos de sobreviventes da Segunda Guerra Mundial, publicados no Brasil entre 1960 e 1980.

O capítulo situa como o julgamento de Adolf Eichmann, em 1961, deslocou o foco da justiça dos documentos para o relato das vítimas, diante do panorama da memorialística em solo brasileiro. Demonstra-se como esse movimento testemunhal exterior (julgamento de Eichmann) e interior (sobreviventes que publicaram seus relatos no Brasil) se associa ao próprio Szmajzner, ao produzir seu primeiro depoimento em 1961, destinado a servir como prova judicial em Israel.

À luz do julgamento de Eichmann, o capítulo investiga as razões oferecidas pelos próprios autores (Sammy Pulver, Joseph Nichthausen, Ben Abraham) para transferir suas experiências traumáticas para o papel, movidos pela necessidade de delinear as fronteiras entre o passado de Auschwitz e o presente no Brasil. Nesse panorama de legitimação da

voz do sobrevivente, o Brasil viu a publicação de *Sob o tacão de Eichmann* (1961), de Sammy Pulver, a primeira obra de um sobrevivente residente no país a ser lançada diante da repercussão do julgamento.

Embora essa motivação inicial estivesse ligada ao trauma e à revolução testemunhal a partir do julgamento de Eichmann (1961), ao traçar paralelos e divergências entre esses relatos, estabelece a base para compreender as motivações para a narrativa de Szmajzner ser publicada e alcançar o estatuto de prova judicial que outros relatos de sobreviventes nunca atingiram.

O capítulo 3, “Do prelo ao Tribunal de Düsseldorf: a construção de *Inferno em Sobibor* como peça de acusação (1968)”, investiga, por sua vez, a produção editorial da primeira edição de *Inferno em Sobibor*. São examinados os fatores constituintes para o Grupo Bloch publicar o livro, incluindo a atuação do editor Zevi Ghivelder e a inserção da obra na *Coleção Depoimento*. Demonstra-se como a Edições Bloch endossou essa intenção, promovendo a obra, antes mesmo de seu lançamento, como a "principal peça da acusação" contra Stangl, investindo o relato de valor de evidência jurídica. Por fim, o capítulo narra o desfecho do caso Stangl, incluindo a ida de Szmajzner a Düsseldorf para testemunhar em 1970 e a distribuição do livro no tribunal, o que solidificou o papel da obra em um ato efetivo de responsabilização criminal que contribuiu para a condenação de Stangl.

Já o capítulo 4, “A caçada de Gustav Franz Wagner e o novo projeto editorial de *Inferno em Sobibor* (1978-1979)”, analisa a reelaboração do livro, concentrando-se no caso Gustav Wagner, a "Besta de Sobibor". O capítulo narra detalhes desse caso, incluindo a acareação dramática entre o carrasco e Szmajzner, e investiga a edição condensada publicada na revista *Manchete* que atualiza o relato de *Inferno em Sobibor* e acompanha de perto o processo de extradição do carrasco. Por fim, a tese analisa a segunda edição de 1979, resultante das escolhas primeiramente ponderadas na edição condensada.

Ao articular essas partes, a tese demonstra a complexa rede de relações entre o testemunho do sobrevivente, o contexto político-editorial brasileiro e o objetivo persistente de responsabilizar os criminosos nazistas, revelando as contradições e apropriações inerentes a esse processo.

1. O grito pela *vendetta* em *Inferno em Sobibor* (1968-1979): a materialidade, o autor e o relato

1.1. O autor e a gênese do relato de *Inferno em Sobibor*

Em 1968, foi publicado no Brasil, por um judeu polonês morador de Goiânia, um livro que viria a desempenhar um papel muito importante na responsabilização dos criminosos nazistas que haviam fugido para nosso país. Este livro é *Inferno em Sobibor*, o pungente relato de Stanislaw Szmajzner, publicado pelas Edições Bloch em 1968 e novamente republicado em 1979. *Inferno em Sobibor* e seu autor foram peças-chave para o reconhecimento e a responsabilização dos criminosos Franz Stangl e Gustav Wagner, personagens centrais de sua obra.

Após um levante bem-sucedido no campo de Sobibor em 1943, Szmajzner combateu os nazistas junto com a resistência polonesa e russa e ganhou uma medalha de bravura como *partisan* soviético.¹² Após o fim da guerra, em 1947, ele planejou se mudar para Israel, mas preferiu atrasar a viagem e visitar os parentes que haviam se refugiado no Brasil. Chegando a terras brasileiras, não foi mais embora. Começou a trabalhar e abriu uma fábrica de joias, no Rio de Janeiro, onde se casou com Noemia Segal, em 1953.¹³

No ano de 1958, atendendo a sua clientela, Szmajzner fez amizade com o capitão Mauro Borges Teixeira. O ilustre filho de uma família tradicional de Goiás estava começando a sua carreira política como deputado federal e convenceu Szmajzner a mudar-se do Rio de Janeiro para Goiás. Segundo o próprio sobrevivente, Teixeira garantia que, ao sair da grande metrópole, ele encontraria o sossego e a paz que não sentia na cidade do Rio. Szmajzner comprou uma fazenda próxima da Ilha do Bananal, atualmente na região do estado de Tocantins, onde criou gado e morou até o início da Ditadura Militar.¹⁴

Em 1964, sob os conselhos da família Teixeira, o sobrevivente decidiu vender a propriedade e se tornar sócio de uma fábrica de papel reciclado, ao lado dos filhos de

¹² RASHKE, Richard. *Fuga de Sobibor*. Tradução Felipe Cittolin Abal. Porto Alegre: 8Inverso, 2011, p. 278.

¹³ NO LAR E NA SOCIEDADE. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 24 dez. 1953, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093718_03/29328. Acesso em: 20 out. 2022.

¹⁴ AUTOR DE 'INFERNO EM SOBIBOR': Wagner é um monstro cínico. *O Globo*: O País, Rio de Janeiro, 4 jun. 1978, p.13 Disponível em: [https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%](https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2F). Acesso em: 21 abr. 2025.

Pedro Ludovico Teixeira (pai de Mauro).¹⁵ Foi em Goiás, que Szmajzner começou a escrever seu manuscrito.¹⁶ Podemos supor que o sobrevivente de Sobibor iniciou a escrita do seu relato no meio do ano de 1966. Somente tendo concluído o manuscrito dois anos e meio depois, em meados de 1968, em Goiânia.¹⁷

O livro foi editado por Zevi Ghivelder, diretor-executivo do Grupo Bloch e editor-chefe da Edições Bloch, segmento responsável pela produção de livros. Zevi nasceu no Rio de Janeiro em 1934 e continua vivendo no mesmo estado, no bairro do Flamengo. Judeu e sionista, a experiência com o judaísmo sempre marcou a sua trajetória na imprensa. Foi editor e jornalista, correspondente no Oriente Médio, escritor de livros e ganhou uma menção honrosa na categoria Romance, no prêmio literário da época, o Walmap, em 1969, com *As seis pontas da estrela*.¹⁸

Foi ainda no ano de 1968 que o *Inferno em Sobibor* teve seu pontapé na produção editorial. Ghivelder estava em seu escritório na sede da rede *Manchete* (conglomerado que incluía a revista *Manchete* e as Edições Bloch) quando o sobrevivente foi atrás dele: “Eu estava na redação. Recebi uma chamada da recepção me dizendo que alguém lá embaixo querendo falar comigo. Como se chama? Stanislaw Szmajzner me disseram. Então pensei: esse nome é judeu [...]. E disse: Ok, mande ele subir”.¹⁹ Ao recebê-lo em sua sala, Ghivelder recorda-se de sua primeira impressão sobre Szmajzner: “Há mais de 40 anos fui procurado na redação da revista *Manchete* por um judeu baixinho, careca,

¹⁵ RASHKE, 2011, p. 275.

Sobre o momento de produção do livro, encontramos estas informações na imprensa: “A princípio, teve uma indústria de joias no Rio e, mais tarde, transferindo-se para Goiás, estabeleceu-se com uma fazenda de gado em frente à ilha do Bananal. Levou dois anos e meio escrevendo o seu livro, cuja redação foi revista pelo funcionário goiano João Alberto Magalhães Borges.” Cf. EU VOLTEI DO CAMPO DA MORTE. *Manchete*, Rio de Janeiro, 18 maio 1968 p. 128-132. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/86057>. Acesso em: 4 abr. 2023.

¹⁷ EU VOLTEI DO CAMPO DA MORTE, *ibidem*, 1968.

¹⁸ ELES VENCERAM A PARADA. *Manchete*, Rio de Janeiro, p. 175, 27 dez. 1969. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/100674> Acesso em: 29 mar. 2023.

Sobre o prêmio Walmap: “Prêmio Walmap (1964) – O prêmio ‘Walmap’ nasceu em 1964, para suscitar o aparecimento de obras literárias acima do nível comum. Seu idealizador, o banqueiro José Luiz de Magalhães Lins, e o escritor Antônio Olinto, lançaram-no pela coluna ‘Porta de Livraria’, do jornal *O Globo* (RJ). O nome Walmap, que passaria a designar o maior e mais importante prêmio literário do Brasil, foi dado pelo banqueiro, em homenagem ao seu tio Waldomiro Magalhães Pinto, fundador e primeiro diretor do Banco Nacional de Minas Gerais”. LINS, José Luíz M. *Vida profissional*. Disponível em: <https://joseluizdemagalhaeslins.com.br/wp-content/uploads/2020/12/7.3.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2023.

¹⁹ SHLOMO: judeu encontra seu algoz nazista no Brasil. Direção: KEMPMAN, Antonius, KAUL, Martin. KONRAD, Willem. Produção: Stefanie Rohrig. Alemanha: NDR/WDR. 2023, Online, (126 min.) Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qLvI_AVmrIs&rco=1. Acesso em: 15 dez. 2025.

bigode fino, um tanto nervoso”.²⁰ A imagem de um judeu nervoso sempre será retomada por aqueles que foram próximos de Szmajzner.

O sobrevivente contou para o editor a sua história, narrou sobre a perseguição na Polônia, o campo de extermínio, sobre os nazistas, Stangl, Wagner e a revolta de Sobibor, propondo a publicação de seu manuscrito. Anos após a produção do livro, Ghivelder deu detalhes sobre esse encontro:

Ele apareceu na redação da *Manchete* trazendo um manuscrito e dizendo que somente a mim poderia confiá-lo: eram as suas memórias de Sobibor, onde chegara com 15 anos de idade, e de onde escapara, após desempenhar importante papel na sublevação. [...] Decidimos publicá-lo sob o título *Inferno em Sobibor* e alcançamos um sucesso digno, com duas edições.²¹

Ainda antes de o livro ser editado, o manuscrito passou por um processo árduo de redação. Em nota de agradecimento presente no livro, escreveu seu autor: “Agradeço a ajuda que recebi de João Alberto Magalhães Borges para o relato em português das minhas terríveis aventuras”.²² A princípio, como foi informado anteriormente, o texto foi escrito na língua nativa do sobrevivente, porém, Borges, sobrinho de Pedro Ludovico Teixeira, apoiou o amigo ao transcrever para português o texto ditado por Szmajzner. Porém, esse não foi o texto final para a edição do livro. Ghivelder oferece informações relevantes e valiosas para compreender a gênese da obra:

Por falta de tempo imediato para ler, encaminhei o manuscrito ao jornalista Macedo Miranda, na época diretor do Departamento de Livros da empresa. Decorrido algum tempo, ele me disse: “Do jeito que está, é impossível publicar. O livro está cheio de erros de português, mas o conteúdo é fascinante, principalmente por causa da revolta dos judeus confinados no campo de concentração de Sobibor”. Convoquei o Stanislaw, transmiti-lhe o diagnóstico e perguntei se poderíamos reescrever o livro. Aceitou na hora e deu-me carta branca. Não me lembro de quem foi incumbido daquela tarefa, cabendo-me a revisão final. Assim nasceu o livro *Inferno em Sobibor*, lançado em 1968 e que obteve fraca repercussão tanto de crítica como de público, embora ainda seja um documento histórico da maior importância e se trate, de fato, de um trabalho extraordinário no segmento universal das obras memorialistas.²³

²⁰ GHIVELDER, Zevi. *Inferno em Sobibor*. *Morasha*. N. 87, 2015 (Online). Disponível em: <https://www.morasha.com.br/holocausto/inferno-em-sobibor.html>. Acessado em: 3 mai. 2025.

²¹ Idem. *Toda a verdade de Sobibor*. *Manchete*, Rio de Janeiro, 25 mai. 1987. Disponível em: Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=004120&pasta=ano%20198&pesq=%22Stanislaw%20Szmajzner%22&pagfis=244831>. Acesso em: 29 out. 2022.

²² SZMAJZNER, Stanislaw. *Inferno em Sobibor*. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1968, p. 7.

²³ GHIVELDER, *op. cit.*.

Não chegou ao nosso conhecimento o texto original de Szmajzner e, desse modo, qualquer consulta nossa fica restrita ao texto que foi reorganizado sob o comando da Edições Bloch. Por desconhecermos a forma como a obra foi “reescrita” e sob quais critérios os redatores a submeteram a mudanças, investigaremos através desses silêncios como *Inferno em Sobibor* faz parte de um projeto editorial ainda que implícito.

O teor das informações relatadas por Ghivelder alteram a maneira de perceber o livro *Inferno em Sobibor*, no sentido de que o texto fez parte de um processo coletivizado de contribuição de diferentes agentes. O envolvimento de atores diferentes no curso de formação da obra para além dos paratextos indica a necessidade de compreender a complexidade da materialidade de *Inferno em Sobibor*. Tudo isso não invalida a experiência narrada pelo sobrevivente, mas adiciona camadas no processo de produção da obra.

A particularidade da *Inferno em Sobibor* também surge ao compararmos com outras obras. O livro de Szmajzner é diferente de *Isto é um homem?* (1947-1958), de Primo Levi, que se concentra na experiência de aprisionamento no subcampo de Auschwitz, Monowitz, se distanciando dos combates da guerra. Em *É isto é um homem?*, o regime concentracionário é um universo que ultrapassa os limites do real, colocando à prova a existência de um mundo exterior a Auschwitz. Seu relato é intrincado, fragmentado e não linear; já em *Inferno de Sobibor*, somos apresentados a outro tipo de narrativa.²⁴ No relato de Szmajzner, a história da Segunda Guerra e o extermínio dos judeus parecem se cruzar. O narrador de Sobibor traz um relato linear, organizado, em capítulos cronológicos, com orientação espacial e temporal de um conflito de guerra, amplo, complexo, com diferentes agentes envolvidos, todos bem situados. Se em Levi a dimensão dos acontecimentos narrados é inapreensível, com Szmajzner, tudo é descrito com uma precisão quase obsessiva.

1.2. A invasão alemã: guerra, antissemitismo e guetos

No primeiro capítulo de *Inferno de Sobibor*, o narrador descreve as memórias do jovem Szmajzner, as quais são interrompidas na sequência para abordar o contexto histórico. A narrativa começa com a invasão da Polônia em 1939 pelo exército alemão: “Dois dias depois, após sofrer pesadíssimos bombardeios aéreos e de artilharia, seguidos

²⁴ LEVI, Primo. *É isto um homem?* tradução de Luigi Dei. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

de encarnizada e heroica resistência de casa em casa, Varsóvia caiu”.²⁵ Não são eventos que o sobrevivente testemunhou diretamente. Sua narrativa foi resultado de um processo de elaboração posterior que, ainda que isso não seja explicitado, procura preencher os vazios e silêncios da memória.²⁶ Seu relato entrelaça eventos vividos com uma memória coletiva de guerra. No primeiro capítulo, o narrador se utiliza de uma abordagem que se aproxima e afasta, optando por uma visão panorâmica da guerra quando, ao mesmo tempo, descreve a experiência subjetiva de uma vítima de guerra. Assim o narrador procurou descrever como era a discriminação antissemita na Polônia: “Em muitas cidades, grupos intitulados poloneses atacavam os judeus, arguindo uma série de pretextos com o fito de suscitar choques e conflitos, em que a violência sempre se fazia presente”.²⁷

No entanto, as particularidades de sua maneira de narrar foram se desenhando ao longo de sua escrita. Acompanhamos, desse modo, o relato do narrador sobre o jovem Szmajzner, que tinha 12 anos. O seu tom informativo vai dando lugar a um relato narrativo de forma progressiva. Ao descrever novamente a invasão alemã e os bombardeios através da perspectiva de suas memórias, somos apresentados ao jovem Szmajzner, que procurou se voluntariar para ajudar na proteção contra os ataques aéreos que assolavam a cidade.²⁸

Posteriormente, a família Szmajzner enfrenta os horrores da Segunda Guerra Mundial, buscando refúgio em Kazimierz, no ano de 1940. Stanislaw atravessa o rio Bug em direção ao lado soviético, mas retorna para encontrar sua família. Durante sua jornada, ele recebe ajuda de amigos, um alfaiate judeu e parentes distantes. Após ser preso e trabalhar forçadamente, foge para Demblin, onde é acolhido por parentes. No entanto, decide retornar ao gueto em Wolwonice para se reunir com sua família, enfrentando desafios e incertezas ao longo do caminho, no inverno de 1940 até o final da primavera de 1941.

A miséria se fazia cotidiana em suas vidas, de modo que seu pai, Josel, decidiu se misturar aos católicos e pedir esmolas, o que fez Stanislaw tomar uma atitude cuja rememoração deixa o narrador constrangido:

Entre tôdas as mais trágicas recordações que tenho agora, quando chego a recear o passado que volta a enfrentar-se com o meu ser inconformado e revoltado pela maldade humana, nenhuma me causa tanta indignação

²⁵ SZMAJZNER, 1968, p. 24.

²⁶ LACAPRA, Dominick. *Historia y memoria después de Auschwitz: estudios sobre el genocídio*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008, p. 214.

²⁷ SZMAJZNER, *op. cit.*, p. 25.

²⁸ *Ibidem*, p. 27.

e tantos remorsos quanto aquela em que cheguei ao imperdoável extremo de atracar-me com meu pai, atingindo as raias inconcebíveis de um desfôrço pessoal com aquêlo que tudo fazia para que os filhos não sentissem tanta fome. A cena foi tão horrível e o fato tão aviltante para um judeu que, se ousar inseri-lo nesta narrativa, é porque prometi a mim mesmo, no início desta história, que relataria tôda a verdade, por mais chocante que fosse.²⁹

A interrupção da narrativa para uma intervenção do narrador/autor em *Inferno em Sobibor* suspende a condução de um relato linear, coeso e distanciado. A partir desse fragmento, encontramos recursos narrativos diferentes, como a citação de um leitor ideal, com o qual o narrador conduz uma espécie de diálogo. Seu objetivo é estabelecer formas de interpretar sua atitude e antecipar a reação do interlocutor. Tal necessidade, de acordo com o próprio narrador, ocorre por ser uma memória dolorosa, carregada de vergonha, pois Stanislaw maltratou o seu próprio pai, que se sacrificava pela família. Essa angústia confessada se torna amplificada por seu pai ter morrido em algum momento que ainda não havia sido narrado. O trauma da perda do pai atravessa a linearidade do relato, promovendo rupturas, intervenções do narrador. A dor da perda se expressa através da escrita, permitindo refletir sobre como o sobrevivente revive essas experiências e as rearticula em palavras e presentifica o sofrimento.

Esse recurso narrativo ocorre justamente por considerar como exigência que seu relato conte “toda a verdade”, ainda que possa descrever atitudes moralmente questionáveis. E o narrador procura meios de retomar a interrupção de sua narrativa linear:

Entenda bem o leitor que a minha revolta pessoal não se prende exclusivamente ao fato de meu pai ter tido a coragem de pedir esta forma de auxílio, já que não posso querer revestir-me de qualquer resquício de soberbia por um ato praticado em circunstâncias dramáticas e ditado pela mais estrita necessidade de sobrevivência. O que me aturde é lembrar-me da inominável vergonha por que passou e do intenso drama de consciência que viveu para atingir êsses pináculos da humilhação e da apostasia.³⁰

Nesse outro fragmento, o narrador redireciona a memória a uma nova perspectiva: não se tratava apenas da atitude de um filho ingrato, mas o fardo de carregar na memória a imagem do pai, um homem sério e religioso, dobrado a uma situação vergonhosa. Essa

²⁹ SZMAZJNER, 1968, p. 63. Fizemos a escolha de preservar a ortografia utilizada na época da produção dos textos analisados, sejam livros, revistas, jornais e outros documentos.

³⁰ *Ibidem*.

mácula na memória ocorre em dois sentidos, por seu destemperamento ao agredir seu pai e por ver seu pai sujeito a uma circunstância degradante.

Ao remontar o passado, o narrador não faz uma descrição da ação, nem realiza um julgamento das ações do jovem Szmajzner. Não ocorre uma autocrítica daquilo que ocorreu. A narrativa se ocupa da experiência daquilo que foi lembrado e como ressurge nas memórias do sobrevivente, em um estado bruto. Sua lembrança ressalta a degradação moral de seu ente querido diante da violência nazista.

Após essa longa pausa, a qual o narrador se explica ao seu leitor, Szmajzner retorna às memórias, de quando foi enviado para trabalhar em uma fazenda próxima a Wolwonice. Lá, ele estabeleceu uma relação favorável com um sargento alemão, ganhando seu favor ao fazer joias para ele. Paralelamente, teve um breve envolvimento amoroso com uma jovem do grupo. Ao fim de duas semanas, o sargento o presenteia com uma carroça cheia de batatas para levar ao gueto. De volta ao gueto, a narrativa acompanha a mudança das estações, com o inverno trazendo dificuldades adicionais, incluindo escassez de comida e disseminação do tifo. No inverno de 1942, Szmajzner foi acometido pela doença, mas conseguiu se recuperar após semanas de delírio. Somente para contemplar a derrocada do gueto com o assassinato do diretor do Arbeitsamt e a imposição de comparecimento de todos à praça central, culminando em ações brutais dos SS. A família Szmajzner e outros judeus se escondem em um porão após testemunharem execuções, mas acabam sendo forçados a um novo êxodo, com destino a Opole Lubelskie. Assim, o narrador descreve a viagem. “Começara o nôvo êxodo. [...] Sòmente após o término da viagem, soubemos qual o nosso destino, Opole Lubelskie”.³¹

Era início de 1942, e o narrador faz uma reflexão sobre os deslocamentos que realizou em busca da sobrevivência relacionando-os à trajetória milenar do êxodo:

Dois anos e meio já haviam decorrido, desde o início da terrível conflagração mundial, e perdurava o meu infundável nomadismo. Durante meses, vagara sozinho, a partir do êxodo de Pulawy, logo depois da invasão dos bárbaros. A princípio, para fugir aos boches que esmagavam a Polônia e, depois, na espinhosa tentativa para encontrar a família. [...] Vira explosões, sangue e lágrimas, como ouvira prantos, lamentos e súplicas. Defrontara-me com a pobreza, a tristeza e a amargura, bem como com a riqueza, a alegria e a doçura. Trabalhara em estradas e quartéis e fizera jóias para militares perversos e generosos. Sofrera castigos e repreensões, assim como recebera carinho e conselhos. [...] Encontrara meus pais, e sofrêramos juntos as incertezas

³¹ SZMAZJNER, 1968, p. 87.

e perigos. [...] Finalmente, estivéramos num gueto e agora estávamos em outro.³²

A viagem é marcada por fome, medo e incerteza, enquanto o narrador reflete sobre a natureza cíclica do êxodo e da perseguição ao longo da história. Ao chegar a Opole Lubelskie, a família se depara com um gueto maior que em Wolwonice, mas com condições de vida precárias. O trabalho forçado, a fome e a miséria se tornam constantes, enquanto a morte paira no ar, culminando no desaparecimento inexplicável de vários grupos de pessoas esporadicamente.

A brutalidade nazista se intensifica até a liquidação do gueto, em maio de 1942. Testemunhando a violência durante a evacuação, a família Szmajzner se esconde em uma loja com a ajuda de policiais judeus. Sem que se soubesse por que motivo, os nazistas organizaram uma marcha forçada em direção, novamente, a Wolwonice. Nessa marcha infinda, a fome, o cansaço e as execuções nazistas dizimaram centenas de judeus. Ao passarem por Wolwonice e iniciarem uma subida em um terreno íngreme, iniciou-se uma matança indiscriminada ocorrida no local, que passou a ser chamado de "Subida da Morte". A jornada termina em um trem de carga superlotado, onde as condições desumanas levam centenas à morte por asfixia. O narrador luta para traduzir as atrocidades presenciadas, enquanto reflete sobre a inimaginável crueldade nazista e a necessidade de justiça. A revolta e a angústia o dominam ao recordar o sofrimento imposto pelos nazistas.

Ele denuncia a "Autarquia da Morte" criada por Hitler e seus colaboradores, condenando seus crimes e clamando por punição:

Na Alemanha e nos territórios ocupados, as perseguições contra os judeus haviam recrudescido e grandes nomes já pontificavam na maligna profissão de varrer os israelitas da face da Terra, como Julius Streicher, Heinrich Himmler, Martin Borman, Baldur von Schirach, Arthur Seyss-Inquart e tantos outros genocidas que montaram, sob a inspiração de Hitler, uma verdadeira Autarquia da Morte. Pensavam que seus crimes ficariam impunes e começaram a especializar-se nos sistemas mais eficazes de assassinio em massa.³³

O narrador apresenta um cenário de dominação da Alemanha e nomeia o alto comando de Hitler responsável pelo extermínio dos judeus. Szmajzner argumenta que, diante das vitórias da Alemanha na guerra, esses sujeitos não acreditavam que seriam julgados pelos crimes que cometeram. A não ser Himmler, os outros não foram citados

³² SZMAZJNER, 1968 p. 90.

³³ *Ibidem*, p. 112.

diretamente na narrativa do sobrevivente. De acordo com o seu relato, não temos conhecimento se esses asseclas estiveram em Sobibor ou em algum dos guetos pelos quais ele passou. Os nomes lembrados por Szmajzner são aqueles que foram julgados no Tribunal de Nuremberg, ocorrido após o fim da guerra. Esse tribunal se tornou importante por julgar os crimes de guerra perpetrados por um Estado e realizado por indivíduos. Ao ressaltar esses nomes, o narrador faz referência direta à realização de justiça contra nazistas que foram responsabilizados pelos assassinatos em massa praticados pelos seguidores de Hitler.³⁴ No julgamento, os casos nomeados como crimes contra a humanidade não diziam respeito à penalização dos crimes de extermínio dos judeus, nem mesmo aos guetos ou os campos de concentração, mas de forma generalizada à responsabilidade das lideranças do Partido Nazista no conflito e nas suas consequências.³⁵

1.2.1. O campo de extermínio de Sobibor: o retrato dos carrascos

Era 12 de maio, pela tarde, o trem parou e abriu-se a porta. Do lado de fora, viram-se muitos militares com casquete preto e com um emblema de caveira e, imediatamente, ouviram-se violentos gritos de ordem: “Fora, rápido”.³⁶ Entre os militares alemães, existiam outros com uniformes diferentes, na cor verde-floresta. Eles usavam cassetetes de madeira, chicotes e traziam armas empunhadas. Entre esses, havia um comandante-chefe que se destacava entre os outros pelo seu traje:

[...] um elemento elegantemente uniformizado. Trajava calça cinza, característica do Exército alemão, um impecável dólmã branco e um casquete muito bem pôsto à cabeça. Atirava com pistola em judeus que estavam desembarcando, e nisso era acompanhado por outro oficial, excessivamente alto, sem contar outros mais que praticavam tiro em alvos indefesos.³⁷

A cena descreve dois personagens, o de dólmã branco e o excessivamente alto, que não são nomeados nesse primeiro momento, porém, logo se fará conhecer que são

³⁴ O julgamento de nazistas será retomado no capítulo 4.

³⁵ No período do julgamento, o próprio conceito de “crimes contra a humanidade” não era preciso para os juristas que estiveram em Nuremberg. A responsabilização desses crimes através do Direito era problemática pois não eram usuais no direito penal e no direito internacional os “crimes contra a humanidade”. Para saber mais, consultar: RAINER, Huhle. De Nuremberg a la Haya: los crímenes de derechos humanos ante la justicia. Problemas, avances y perspectivas a los 60 años del Tribunal Militar Internacional de Nuremberg. *anal.polit.*, Bogotá, v. 18, n. 55, p. 20-38, nov. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-47052005000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 2 jul. 2024.

³⁶ SZMAZJNER, 1968, p. 116.

³⁷ *Ibidem*.

respectivamente Franz Stangl e Gustav Franz Wagner. Em seguida, acontece a divisão: duas filas são formadas, uma de mulheres e outra de homens, separando mães, maridos, filhos, irmãos. Depois, as mulheres foram separadas em quatro colunas e as fizeram marchar em direção a um portão, cujo destino era desconhecido. Logo os homens também foram separados em quatro colunas, porém, não foi dada a ordem para começar a marchar de imediato. Stanislaw ficou agarrado a seu primo e a seu sobrinho e sobre seu pai ou seu irmão nada se sabia.

Então, chegou até eles o “gigantesco oficial germânico, de olhar desdenhoso e que me pareceu ser o chefe. Dando verdadeiros rugidos, começou a selecionar de acôrdo com as aptidões de cada um”.³⁸ Assim foram chamadas as profissões de agricultor, carpinteiro, mecânico, alfaiate. Não tendo sido chamada a de joalheiro, Stanislaw audaciosamente saiu das fileiras e se dirigiu ao oficial: “procurei expressar-me com muita habilidade e cortesia, fazendo-lhe ver que era ourives e que o meu ofício não figurava no rol dos chamados. [...] Mal terminei de falar, retirei das costas a inseparável maletinha de ferramentas e exibi-lhe o conteúdo”.³⁹ O alemão acabou determinando que ele saísse das fileiras para que fosse aproveitado, e Stanislaw rapidamente suplicou que seu irmão, seu primo e sobrinho também precisariam estar com ele, pois também trabalhavam com joias. O oficial concordou e os três foram ao encontro de Stanislaw.⁴⁰

Eles foram enviados para um barracão, no Campo n° 1, onde encontraram também um outro jovem, pintor, que não sabia o que havia sucedido com sua família. O narrador enumerou as perguntas em que o jovem Szmajzner pensava quando procurava dormir:

Que haveria por detrás das setas que apontavam N°1, N° 2 e N° 3?
Como seria aquilo que estava além de uma placa estampada com a
palavra BANHO? Que haveria atrás do tal portão? Que teria acontecido
aos nossos?⁴¹

Essas perguntas não podiam ser respondidas naquele momento pelo jovem Stanislaw, mas o narrador de *Inferno em Sobibor* certamente sabia as respostas.

Mais tarde, novamente apareceu o oficial “excessivamente alto” e dessa vez estava acompanhado por outro menor. Logo, o jovem Szmajzner reconheceu o oficial de dólmã branco, que se apresentou como comandante-chefe (*Obersturmführer*) do campo e enalteceu seu próprio poder sobre todos os judeus que lá estavam ao declarar que seria o

³⁸ SZMAZJNER, 1968, p. 117.

³⁹ *Ibidem*, p. 118.

⁴⁰ *Ibidem*.

⁴¹ *Ibidem*, p. 121.

“[...] dono da vida e da morte de quantos lá estivessem”⁴². O homem de branco fez um intenso interrogatório sobre as habilidades de joalheiro e Szmajzner buscou responder da melhor maneira possível. Sobre o comandante, o narrador descreveu a psicologia do personagem da seguinte maneira:

Ficamos, então, sabendo o seu nome. Era Franz Stangl. [...] Seu semblante refletia uma arrogância sem par, ainda que nêle estivessem estampadas feições de bondade e delicadeza. [...] Possuía ares de homem superior, característica própria dos arianos que endeusavam sua estirpe. Mostrava-se sempre risonho, satisfeito e feliz, ainda que às custas da infelicidade alheia. Seu compasso de voz era lento e o timbre suave, retratando uma calma imperturbável. As palavras que pronunciava saíam brandas e afáveis, dando mostras de profunda educação e requentada polidez. Exteriorizava uma aparência de catedrático de universidade, tal a amálgama de atitudes que para isso demonstrava possuir.⁴³

Aquele que acompanhava toda a conversa era oposto ao elegante Stangl:

O outro, Gustav Wagner, era um monstro de quase dois metros de altura. De compleição física avantajada, devia pesar mais de cem quilos e possuía a força de um touro. Sua peculiaridade principal residia nos excessivamente longos braços, caídos em seu natural até a altura dos joelhos, de maneira absurdamente desproporcional. Tinha também grave deformidade num dos ombros, com um dêles bem mais curto que o outro, o que acarretava um excêntrico modo de caminhar, sempre tombado para a direita. [...] Seu rosto assemelhava-se a uma caveira talhada em granito, tal a rigidez de formas. Os olhos eram de um verde tão carregado que chegava a magnetizar quem os olhasse fixamente. Não obstante, eram apagados como os de um peixe morto, sem brilho nem vivacidade.⁴⁴

A riqueza de detalhes com que o narrador descreve esses criminosos cria uma distinção entre outros verdugos apresentados na obra. Depois da apuração realizada por Stangl, a conversa tomou outro rumo. Nesse momento, o comandante assegurou que todo o material necessário para produzir as joias seria entregue sem demora e comida não iria faltar. Valendo-se do momento, o jovem ourives aproveitou para perguntar sobre sua mãe, seu pai e sua irmã, pois tinha saudades e não tinha se acostumado a ficar longe deles. Pacientemente, Stangl ouviu tudo, respondendo que não precisava preocupar-se, pois todos haviam tomado banho, se alimentado e estavam trabalhando felizes na lavoura. De acordo com o narrador, ele acrescentou a seguinte promessa: “dando-me a sua palavra de

⁴² SZMAZJNER, 1968, p. 123.

⁴³ *Ibidem*, p. 123-124.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 124.

oficial germânico, de que eu e os meus logo iríamos juntar-nos a nossos pais, que se achavam no Campo número 3”.⁴⁵

Assim, Szmajzner começou a trabalhar no barracão do Campo nº 1, fazendo peças de metais para os oficiais alemães. A primeira peça feita foi um monograma para Stangl. Logo depois, Wagner e outros oficiais chegaram exigindo outras joias e monogramas iguais ao do comandante.⁴⁶ Todo o processo era controlado por Wagner – Szmajzner não tinha autorização de fazer joias sem seu consentimento. No entanto, outro dia, pela tarde, apareceu Bolender, um dos chefes do Campo nº 3, e exigiu que Szmajzner confeccionasse um cabo de ouro para o seu chicote. Deixou uma quantidade exagerada de ouro para realizar a tarefa e mandou que fosse ao Campo nº2 para pegar uma moeda que deveria ser colocada na extremidade do cabo. Szmajzner não pôde recusar o trabalho, porém teria que fazê-lo escondido, pois temia que Wagner descobrisse. Szmajzner mandou seu primo encontrar Bolender no local indicado, no Campo nº 2, para pegar uma moeda de ouro que seria incrustada no chicote.⁴⁷

O jovem ourives terminava o monograma e iniciava a encomenda de Bolender, quando percebeu o quanto o seu primo estava demorando para voltar. A porta se abre e seu primo entra trêmulo e com o rosto cheio de terror. Ele e os outros tentaram ajudar seu primo e entender o que havia acontecido, porém, a crise nervosa dele durou a noite toda. Somente quando o dia amanheceu puderam vê-lo mais calmo e então ele começou a narrar o que havia visto dentro do Campo nº 2:

Divisou uma multidão de mulheres, muitas delas nuas e outras se desvestindo. Destas últimas, as mais relutantes tinham as roupas arrancadas pelos truculentos guardas, enquanto as outras o faziam à custa de chibatadas, coronhadas, golpes de tôdas as espécies e por todo o corpo, sem se falar nos tiros que lhes davam. [...] Continuando a petrificante descrição, afirmou que assistiu, [...]. Crianças de todas as idades eram arrancadas dos braços das mães e, uma vez seguras e rodopiadas pelas pernas, atiradas violentamente com a cabeça de encontro às paredes, onde caíam já sem vida.⁴⁸

Quem comandava toda a atrocidade era Bolender, que executava seu trabalho com “satisfação”. O nazista, ao se deparar com o primo de Szmajzner, gritou e o ameaçou. No fim, entregou a moeda que estava no seu bolso. Foi assim que Szmajzner suspeitou que seus pais e sua irmã haviam morrido. Porém, não tinha tempo para se desfazer da tristeza

⁴⁵ SZMAJZNER, 1968, p. 127.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 130

⁴⁷ *Ibidem*, p. 133-134.

⁴⁸ *Ibidem*, 135-136.

de perder seus entes queridos, pois logo apareceram outros nazistas pedindo novas joias e, assim, Stanislaw, seu irmão, seu primo e seu sobrinho foram sobrevivendo. Outros carrascos iam até seu encontro para fazer anéis, porém, os que mais os visitavam eram Stangl e Wagner, que sempre lhes prometiam que logo iriam para o mesmo lugar onde estavam seus familiares.⁴⁹

Quando terminava o chicote para Bolender, Wagner irrompeu à porta da oficina do ourives. Rispidamente perguntou de seu monograma, Szmajzner se adiantou e entregou o objeto, e o oficial, ao receber a joia, questiona o que estava ele fazendo naquele momento. O sobrevivente responde, então, que concluía um serviço para Bolander. Com essa resposta, Wagner se transforma:

O maciço oficial desfigurou-se. Franziu a testa e ficou com o semblante carregado, deixando transparecer ódio e indignação, ainda que quisesse aparentar tranquilidade, talvez pelo motivo de já estar pronta a sua encomenda. “Eu sou o chefe do Campo 1, e sem expressa ordem minha nada poderá ser feito aqui! Fique sabendo que quem manda neste campo sou eu e ninguém mais! Você se arrependerá amargamente, se não acatar as minhas ordens!”⁵⁰

O narrador enuncia as perguntas que o jovem ourives tinha na cabeça toda vez que chegavam mais trens e mais pessoas eram enfileiradas e obrigadas a marchar até o Campo nº 2: “Qual seria o destino daquelas imensas multidões? Que gigantescos serviços eram êsses que reclamavam milhares de trabalhadores? [...] Por que os maltratavam primeiro, chegando até a matá-los?”⁵¹ O jovem joalheiro não entendia o motivo de todos desaparecerem, o porquê de Sobibor concentrar tantos judeus ou mesmo a razão para não lhe deixarem ver seus pais.

Já fazia 15 dias que estava em Sobibor, quando um guarda ucraniano entrou na oficina e chamou o jovem Szmajzner para conversar. Disse-lhe que tinha uma mensagem para entregar-lhe, enviada por Abraão, um amigo de quando estivera em Opole. Szmajzner buscou coragem para abrir o bilhete e, somente quando escureceu, teve coragem de lê-lo e conseguiu distinguir as palavras: “Ninguém vive... Diga *Kadisz*”.⁵² O jovem não conseguiu entender se deveria orar para todos os judeus ou somente aos seus familiares, não conseguia definir o que fazer. Assim, a angústia e a depressão se apoderaram dele e dos outros.⁵³

⁴⁹ SZMAJZNER, 1968, p. 138-140.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 138.

⁵¹ *Ibidem*, p. 145.

⁵² *Ibidem*, p. 147.

⁵³ *Ibidem*, p. 148.

Uma nova carta chegou, confirmando os medos dos jovens. O narrador relembra detalhes do relato de Abraão sobre os horrores ocorridos em Sobibor: judeus sendo levados para o Campo nº 2, despídos e trancados em um barracão onde eram asfixiados por gases emitidos por um motor a diesel. Conclui-se então que os pais e irmã de Szmajzner não sobreviveram.

Pouco depois, uma das principais lideranças do Partido Nazista, Heinrich Himmler, visita o Campo nº 1 para aprimorar as instalações, enquanto Wagner leva três mulheres para a oficina, incluindo Bajle. Essa última se tornaria amante de Szmajzner. Com as mudanças, o ourives acredita que viverá mais, já que suas habilidades são úteis na otimização do processo de extermínio.

Depois da carta de Abraão, o oficial Poul chegou a sua oficina e entregou anéis e outros objetos de ouro, exigindo que Szmajzner lhe fizesse um anel. Aterrorizado pela presença de Poul e pela lembrança da ordem de Wagner, o ourives alerta que somente poderia fazê-lo com a autorização de Stangl e Wagner. O que não foi aceito por Poul: “Não quero saber de ordem alguma! Não me interessa Wagner nem Stangl! Quero o anel em três dias! Ao terminar esta última exclamação, desferiu-me tremenda bofetada”.⁵⁴ No mesmo dia, recebeu uma visita de Wagner, que realizou uma vistoria na oficina. Ao indagar sobre o estado do rosto de Szmajzner, o jovem confessa tudo o que ocorreu. Wagner somente ri e zomba da situação, depois, autoriza a realização do anel para Poul.⁵⁵

O nazista Poul faz outra visita a Szmajzner. Dessa vez estava alcoolizado, exige que o anel seja entregue no dia seguinte, deixando um novo embrulho suspeito. Intimidado, Szmajzner temeu não conseguir concluir a tarefa e decidiu realizar o trabalho pela noite. Pegou o embrulho e encontrou nele algo que o encheu de pavor:

Abri o pacote e constatei que estava cheio de anéis usados e dentes humanos com incrustações a ouro, bem como dentes inteiramente de ouro. [...] fiquei chocado com a presença do novo material, que até êsse dia ainda não chegara às minhas mãos. Os dentes continham fragmentos sanguinolentos de gengivas, o que me fêz deduzir que tinham sido violentamente arrancados havia poucos momentos.⁵⁶

Para sobreviver, o jovem ourives experienciou a brutalidade e o horror do extermínio em proporções inimagináveis.

Em novembro de 1942, ele recebeu notícias sombrias sobre o Campo nº 3, agora equipado com câmaras de gás. O campo cresce, os corpos são incinerados em grandes

⁵⁴ SZMAJZNER, 1968, p. 150.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 165.

⁵⁶ *Ibidem*, p. 166.

fogueiras, e a chegada de um comboio especial com Himmler e outros oficiais aumenta a tensão. Wagner e Stangl eram responsáveis por apresentar o campo. Enquanto explicava, o comandante se entusiasmava ao descrever as dependências de Sobibor: “Stangl, principalmente, mostrava-se solícito e excessivamente sorridente, deixando transparecer uma euforia incomum, incompatível com a sua costumeira arrogância”.⁵⁷

Szmajzner continua trabalhando secretamente em joias para outros nazistas, porém, um dia Wagner descobriu seu segredo e o arrastou para fora do bloco de trabalho. Enquanto atravessavam os Campos nº 1 e 2, aproximando-se do Campo nº 3, o jovem vislumbrou o seu destino:

Já me considerava inapelavelmente liquidado. [...] Ajoelhando, cabeça voltada para o alto e olhos rasos de lágrimas, implorei: – Não me leve para lá! Não faça isso comigo! [...] Wagner ficou estático. Parecia querer dominar a sua ira selvagem. Meditou por alguns segundos, olhando-me de cima para baixo, e voltou a gritar, dando-me um pontapé: – Corra! Volte para o Campo 1!⁵⁸

Novamente, Szmajzner continuou vivo. Wagner e Stangl são personagens singulares em sua narrativa e se contrapõem em suas características. Wagner é descrito como um monstro, deformado, desproporcional, imprevisível, cruel, sua aparência retrata a própria morte. Em oposto, Stangl, ainda que cruel, era articulado, de fala suave e polida, cínico, ganancioso, arrogante e dissimulado. O retrato de cada um desses personagens é feito em detalhes – são eles os responsáveis pelo seu sofrimento, pela morte de seus pais e pelo extermínio dos judeus que atravessaram o campo de extermínio de Sobibor. Para sobreviver diante desses personagens, Szmajzner se utilizou do único recurso que conhecia: a arte de produzir joias, ainda que para produzi-las, precisasse utilizar do ouro que fora roubado e retirado à força dos corpos de judeus aniquilados pelos nazistas. Em setembro de 1942, esses dois personagens deixam de ser citados no livro. Stangl havia sido reconhecido pelo seu trabalho em Sobibor e fora enviado para chefiar o campo de Treblinka, levando Wagner consigo.⁵⁹

⁵⁷ SZMAJZNER, 1968, p. 170.

⁵⁸ *Ibidem*, p. 203.

⁵⁹ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *Pedido de extradição: Franz Paul Stangl*. República Federal da Áustria, nº 272, 1967, p.19.

1.2.2. O levante em Sobibor e o grito pela *vendetta*

Nos primeiros dias do inverno de 1942, chegaram novos trens, descarregando judeus de cidades polacas, entre os quais havia alguns exímios carpinteiros, como Josef, que se tornou o chefe da turma, e Lajbu, filho de um rabino, robusto, inteligente e bondoso. Um dia, Szmajzner fez a contagem dos prisioneiros e percebeu que faltavam dois. Eles haviam desaparecido, não estavam no bloco. Wagner estava de licença e quem estava ocupando a posição era Karl Franz. Franz ficou furioso com a fuga e, em represália, dispôs todos em uma longa fila e começou a contar todos, de um até dez. Quando o décimo era apontado, mandava que se retirasse da fileira e recomeçava a contar. Ao final, foram retirados 12 homens, encaminhados para o Campo nº 3.⁶⁰

Em meados de abril de 1943, chegou um transporte vindo de outras cidades polonesas. Dele foram retirados 40 homens para trabalhar, todos jovens, muitos deles com formação política, ideológica e militar, sendo componentes de organizações como Beitas, Haszomes, Gordonia, entidades que existiam antes da guerra com o propósito de “preparar os judeus para seguir rumo à Palestina”.⁶¹ Esses jovens se recusavam a seguir para os campos de extermínio e planejavam fugir em algum momento. Um deles era Chaim Korenfeld, que conseguiu fugir do campo aproveitando os descuidos dos guardas quando sua turma, do Comando Florestal, foi trabalhar cortando lenha para o forno de cremação:

Dentre os vinte e sete judeus polacos participantes da espetacular fuga do *Walt-Kommande*, três são meus velhos amigos e ainda vivem. Um deles chama-se Chaim Korenfeld, residente no Estado de São Paulo, Brasil. Os outros dois, Zyndel e Podchlebnik, estão nos Estados Unidos da América.⁶²

Após esse dia, alimentava-se cada vez mais o desejo de revolta e o “latente espírito de insurreição e de vingança contra os opressores”⁶³. Novos comboios chegavam, trazendo os rumores da épica sublevação do gueto de Varsóvia e tornando mais intensas as ideias de fuga. Ainda que existissem temores quanto ao eventual fracasso de um plano de revolta, cada vez se fortalecia a vontade dos grupos judaicos de se organizarem para uma fuga em massa.⁶⁴

⁶⁰ SZMAZJNER, 1968, p. 223.

⁶¹ *Ibidem*, p. 227.

⁶² *Ibidem*, p. 236.

⁶³ *Ibidem*, p. 238.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 237-238.

Em meados de setembro, um novo comboio, vindo da Rússia, trouxe 50 homens, todos eles judeus que haviam sido incorporados ao Exército Vermelho. Dentre eles, um era um oficial do exército, Sasza, que passou a ser chamado de Politruk, pois era um oficial-político.⁶⁵ O nome dele caiu como uma luva para Szmajzner e Lajbu, que procuravam um líder para organizar a revolta. A partir de algumas reuniões, foi firmada a aliança entre eles. Com isso, não apenas Sasza se juntava ao plano de revolta, como todos os russos chegados junto com ele.⁶⁶ Também foi sabido, através de rumores, que o campo estava com dias contados, possivelmente seria desmontado naquele ano, de 1943.⁶⁷ Com Wagner viajando para a Alemanha junto com o comandante do campo, quem estava no controle do local era o subcomandante Niman.⁶⁸

Os prisioneiros começaram a promover outras reuniões, e Szmajzner participava como uma das lideranças. O jovem ficou responsabilizado por conseguir as armas para a rebelião: “comecei cautelosamente a desviar e a esconder alguns dos machados que eram enviados para nossa oficina com o fim de serem afiados”.⁶⁹ Depois de vários dias de organização, em uma reunião no dia 13, chegou ao conhecimento deles, através dos guardas ucranianos, que o campo seria destruído até o dia 15 de outubro. Não havia mais tempo, a sublevação foi marcada para o dia seguinte.⁷⁰

O penúltimo capítulo do texto, chamado “Agora ou nunca”, tem uma dedicatória do autor: “O presente capítulo é dedicado a todos os bravos judeus que participaram do levante, vivos ou mortos, mencionados ou não nesta obra, e que ofereceram o seu sangue para vingar os milhões de seres humanos assassinados pelos nazistas”.⁷¹ Assim, Szmajzner começa a narrar o início do fim do campo de Sobibor. Seu relato memorialista coloca em destaque não apenas a catástrofe humana, mas a revolucionária reação dos sobreviventes contra seus perpetradores.

O plano para matar os guardas nazistas era colocado em prática no Campo nº 1; no Campo nº 2, três oficiais alemães já haviam sido mortos. Os outros, como o subcomandante Niman, foram mortos no Campo nº 1, na alfaiataria e na sapataria, ao

⁶⁵ SZMAJZNER, 1968, p. 251.

⁶⁶ *Ibidem*, p. 253.

⁶⁷ *Ibidem*, p. 266.

⁶⁸ *Cf. ibidem*, p. 255. Stangl havia deixado de ser o comandante do Campo de Sobibor em setembro de 1942. Nosso narrador não aborda esse assunto específico, somente cita que o campo tinha um outro comandante, chamado apenas de “Tratel”, que estava junto com Wagner na viagem para a Alemanha.

⁶⁹ *Ibidem*, p. 261

⁷⁰ *Ibidem*, p. 266.

⁷¹ *Ibidem*, p. 269.

serem pegos desprevenidos pelos prisioneiros.⁷² Nesse momento, não se encontravam no campo o comandante do campo e Wagner, em viagem para a Alemanha. Enquanto essa operação ocorria de acordo com o planejado, Szmajzner foi até o barracão dos nazistas e pegou as armas de fogo, que foram distribuídas posteriormente na cozinha entre os prisioneiros.⁷³ A revolta estava pronta para eclodir, todos os prisioneiros do Campo nº 1 foram chamados para a contagem na hora do almoço, inclusive os responsáveis pelo motim, e nesse momento começaram os tiros:

À frente, iam os russos bradando: “Por Stálin!” Muitos davam tiros a torto e a direito para o ar e berravam hurras e mais hurras. Outros brandiam machados, bordões e uma infinidade de instrumentos que servissem de armas. Todos quantos ignoravam a revolta juntaram-se aos amotinados, e a balbúrdia era tão grande que se tornava impossível saber se alguns deles mantiveram-se passivos. Não há palavras para exprimir a fantástica realidade daquela avalanche humana que atingia as fronteiras do inimaginável. A embrutecida amálgama de desvairados pôs-se então a se mover na direção da saída principal do Campo 1.⁷⁴

Os guardas ucranianos e os SS que ainda estavam vivos não sabiam como reagir, estavam paralisados com o ataque, pois não imaginavam que os judeus iriam se organizar daquela maneira. Como planejado, a multidão foi direto para o portão principal, evitando outras saídas através das cercas, onde não havia pesada segurança, porém, existiam minas muito bem escondidas.

No meio da multidão, Szmajzner tentou se proteger dos tiros e muitos morreram – judeus e guardas eram pisoteados pela massa de pessoas que buscavam atravessar o portão principal. Nesse momento, o jovem ourives procurou se esconder atrás do bloco e, quando a movimentação reduziu, concluiu que era o momento certo para fugir: “empunhei desajeitadamente o meu fuzil e disparei quatro vezes na direção da torre mais próxima, quase a êsmo. Posteriormente, soube que uma dessas balas perdidas matara o guarda da torre”.⁷⁵ Depois disso, Szmajzner saiu em disparada para alcançar o resto dos fugitivos, atravessou até chegar à floresta e lá se reuniu com os outros sobreviventes.⁷⁶ Ao perguntar-lhes sobre sua família, infelizmente descobriu que Nojeh e Jankus haviam sido vistos nos arames farpados já sem vida. Soubera por outra pessoa que Moisze, seu irmão, tinha escapado:

⁷² SZMAJZNER, 1968, p. 272-273.

⁷³ *Ibidem*, p. 274-276

⁷⁴ *Ibidem*, p. 277.

⁷⁵ *Ibidem*, p. 279.

⁷⁶ *Ibidem*, p. 280-281.

Meu irmão conseguira salvar-se, acompanhado de sua namorada judia do campo [...]. Só posteriormente soube que, um mês após a fuga, fora assassinado por guerrilheiros poloneses reacionários de extrema direita, que não apreciavam os judeus. [...] Mojsze sobrevivera a mais de dezessete meses de cativeiro nas mãos dos boches e conseguira galgar a liberdade para morrer nas mãos de sórdidos indivíduos que nasceram também na Polônia e ansiavam igualmente por liberdade.⁷⁷

Logo depois de reorganizarem o grupo, foi decidido que se dividiriam em núcleos menores para facilitar a fuga e dificultar as tentativas dos alemães de recapturá-los. O grupo dele foi formado por Léon, francês que lutou na Guerra Civil Espanhola, Abraão (não é o mesmo que mandou os bilhetes do Campo nº 3), Jankiel, Majer e Mundek.⁷⁸

Com seu grupo, o jovem ourives atravessou a mata fechada e os terrenos pantanosos da região. Depois de quase uma semana, o grupo se deparou com uma cena familiar:

Logo a seguir, fomos surpreendidos com a presença de um trecho da orla da floresta cujas árvores pareciam ter sido derrubadas, configurando algo que nos apresentava um panorama bastante familiar. O inacreditável acabara de acontecer. Estávamos novamente em Sobibor. [...] Todos se atiraram ao solo. Abri e fechei seguidamente os olhos para me certificar da realidade.⁷⁹

Começaram a raciocinar e perceberam que passaram dias contornando Sobibor. Decidiram passar o dia naquela posição até chegar à noite e, depois, seguiram para Lublin. Necessitados de reabastecer o seu suprimento de mantimentos para continuar a viagem, avistaram uma aldeia chamada Izdehno. Deixando o pequeno grupo, Szmajzner escolheu dois companheiros e foram em busca de víveres. Ao retornarem ao local onde estava o grupo, acabaram encontrando-os conversando com outro grupo de poloneses, todos armados. O jovem joalheiro não percebera de pronto as intenções do grupo desconhecido, mas não demorou a se dar conta do perigo:

Nesse instante percebi que caíramos nas mãos de guerrilheiros hostis e bandoleiros. [...] Logo em seguida, ouvimos uma ordem para que corrêssemos prontamente. Mal terminara o chefe polonês de gritar, soou o primeiro disparo. Com a velocidade de um raio, atirei-me ao solo, enquanto a fuzilaria se intensificava.⁸⁰

⁷⁷ SZMAZJNER, 1968, p. 283. Não é sabido se Bajle, a moça judia que tinha encontros amorosos com Mojsze, conseguiu sobreviver.

⁷⁸ *Ibidem*, p. 285.

⁷⁹ *Ibidem*, p. 287-289.

⁸⁰ *Ibidem*, p. 294.

Depois de meia hora deitado no chão, Szmajzner se levantou e tomou nota de que seu amigo “Léon e os outros rapazes achavam-se já na Eternidade. [...] encontraram a morte nas mãos dos seus compatriotas poloneses”.⁸¹ Somente sobreviveram ele, Majer e Jankiel. Esse último era um velho alfaiate que conhecia um polonês idoso morador de Tarnawa-Duza, uma aldeia não muito longe de onde estavam, e que poderia ajudá-los. Todos concordaram em ir até essa aldeia e lá conheceram Josef Albiniak, que tratou todos muito bem e deu abrigo para os sobreviventes.

O último capítulo traz uma dedicatória especial para Josef. Mas apesar da homenagem a esse senhor, também faz uma crítica ao antissemitismo na Polônia: “Êste capítulo é dedicado a Josef Albiniak, o único bom polonês que encontrei em tôda a minha vida”.⁸² O narrador apresenta Albiniak como um sujeito generoso e honrado:

– Meus filhos. Estejam certos de uma coisa: vocês não irão para guerrilha de espécie alguma, pois decidi ocultá-los até a guerra acabar, [...]. Quando esta maldita luta terminar, viajarei com vocês pelo mundo, para mostrar a todos que escondi três judeus sobreviventes de Sobibor. Terei muito orgulho disso!⁸³

Albiniak queria proteger os fugitivos dos perigos, contava que existiam guerrilheiros que assassinavam judeus e que não deveriam ir para a guerra. Porém, os três já tinham os seus próprios planos. Majer foi o primeiro a decidir a ir embora, desejava reencontrar os seus familiares em alguma aldeia – porém, não reencontrou seus irmãos, jamais deu notícias e foi dado como morto. Os dias foram se passando e nasceu, em Szmajzner, uma vontade de sair do esconderijo e voltar à liberdade. Convenceu Jankiel – que, embora achasse melhor ficar escondido, temia ser descoberto – e os dois se despediram de Albiniak. Jankiel desapareceu e nunca mais se soube nada dele. Já Szmajzner buscava encontrar guerrilheiros com o mesmo desejo de justiça.⁸⁴

Ao final do seu relato, o narrador expressa a avidez de um jovem que buscava alguma forma de sobreviver e lutar, não como um judeu exemplar como seu primo Nojeh, que usaria a palavra de Deus em uma das mãos e uma espada em outra, mas a seu próprio modo: “Teria, sim, uma espada numa das mãos e uma metralhadora na outra. [...] Meu obstinado desejo ainda não se eclipsara. Agora, queria esquecer tudo aquilo e pensar apenas na *vendetta*”⁸⁵.

⁸¹ SZMAZJNER, 1968, p. 294.

⁸² *Ibidem*, p. 289.

⁸³ *Ibidem*, p. 298.

⁸⁴ *Ibidem*, p. 301.

⁸⁵ *Ibidem*, p. 302.

A obra de Szmajzner é diferente de *Isto é um homem?* (1947-1958), de Primo Levi, que se concentra particularmente no aprisionamento nos campos de Auschwitz, distanciando-se dos combates da guerra. Em *É isto é um homem?*, o regime concentracionário é um universo que ultrapassa os limites do real, colocando à prova a existência de um mundo exterior a Auschwitz. Seu relato é intrincado, fragmentado e não linear.⁸⁶ Já em *Inferno de Sobibor*, somos apresentados a outro tipo de narrativa. No relato de Szmajzner, a guerra e o extermínio nazista contra os judeus parecem se cruzar. O narrador de Sobibor traz um relato linear, organizado, em capítulos cronológicos, com orientação espacial e temporal de um conflito de guerra.

O pungente testemunho sobre as experiências no gueto e, notadamente, no campo de extermínio de Sobibor revela a brutalidade nazista, a luta pela sobrevivência e a sublevação contra os nazistas. Szmajzner encerra seu relato apontando que seu desejo pela vingança não se havia esgotado, pois Stangl e Wagner não tinham recebido a punição que o sobrevivente exigia. Esse acerto de contas somente ocorreu no lugar mais improvável e inesperado, tanto para o sobrevivente quanto para os verdugos.

Esta análise minuciosa da obra, concentrada na estrutura narrativa, na organização cronológica e nas descrições detalhadas dos eventos, serve como ponto de partida fundamental para a tese geral deste trabalho. Foi por meio desse relato que se construíram as camadas que formam o livro que se tornou um instrumento ativo para a denúncia da presença de nazistas foragidos no Brasil e para a mobilização do debate sobre a responsabilização desses criminosos de guerra.

1.3. As produções editoriais de 1968 e 1979

Em maio de 1968, foi lançada a primeira edição de *Inferno em Sobibor*, com o subtítulo: *A tragédia de um adolescente judeu*, de Stanislaw Szmajzner. Essa edição contém 307 páginas. A capa era de Aluísio Carvão e a produção editorial, das Edições Bloch.

A capa de um livro é possivelmente um dos primeiros elementos com que o público e o possível leitor têm contato.⁸⁷ Em contrapartida à publicação de *Inferno em Sobibor*, no mesmo ano de 1968, chegava ao público nacional pela Civilização Brasileira a obra intitulada *Atrocidade*, de autoria de um sobrevivente de Auschwitz, o israelense

⁸⁶ LEVI, 1988.

⁸⁷ GENETTE, 2009, p. 27.

Yehiel De-Nur, conhecido pelo pseudônimo Ka-Tzetnik 135.633. Esse autor era conhecido pela produção de relatos sobre o extermínio perpetrado pelos nazistas e por sua defesa de uma memória do extermínio praticado contra os judeus.⁸⁸ De-Nur também é lembrado pelo seu episódio como testemunha no julgamento de Eichmann, quando teve um mal-estar e desmaiou antes de poder contribuir no processo em Jerusalém.

O capista Marius Lauritzen Bern tinha grande liberdade artística para elaborar a edição do livro pela Editora Civilização Brasileira. A capa de *Atrocidade* apresenta uma figura rastejando, sobreposta por um arame farpado que a divide em três partes, duas nas extremidades inferior e superior e uma no centro. Nas extremidades superior e inferior, letras grandes bastonadas criam uma barreira e empurram o olhar para o centro da capa. O desenho central é feito de forma livre, com traços intensos e expressivos. A criatura humana é desenhada com um lápis grafite ou uma ponta fina de carvão que contorna uma forma ambígua, expressando na pobreza de detalhes a miserável condição do ser levado à desumanização.⁸⁹

O arame farpado é desenhado de maneira bem diferente, possivelmente com um pedaço de carvão rústico, conferindo peso, agressividade e intransponibilidade ao desenho. A capa de Bern para *Atrocidade* representa uma figura humana transformada em criatura pela forma como é representada, completamente esfacelada.⁹⁰

O trabalho colaborativo na capa de *Atrocidade* apresenta uma criatividade disruptiva, que denuncia a violência desumanizadora produzida por um Estado autoritário. Esse trabalho está intrinsecamente ligado ao projeto editorial de oposição ao regime idealizado por Ênio Silveira.⁹¹ Por outro lado, nesse cenário criativo editorial, a capa de *Inferno em Sobibor* (1968) apresenta-se de forma radicalmente diferente:

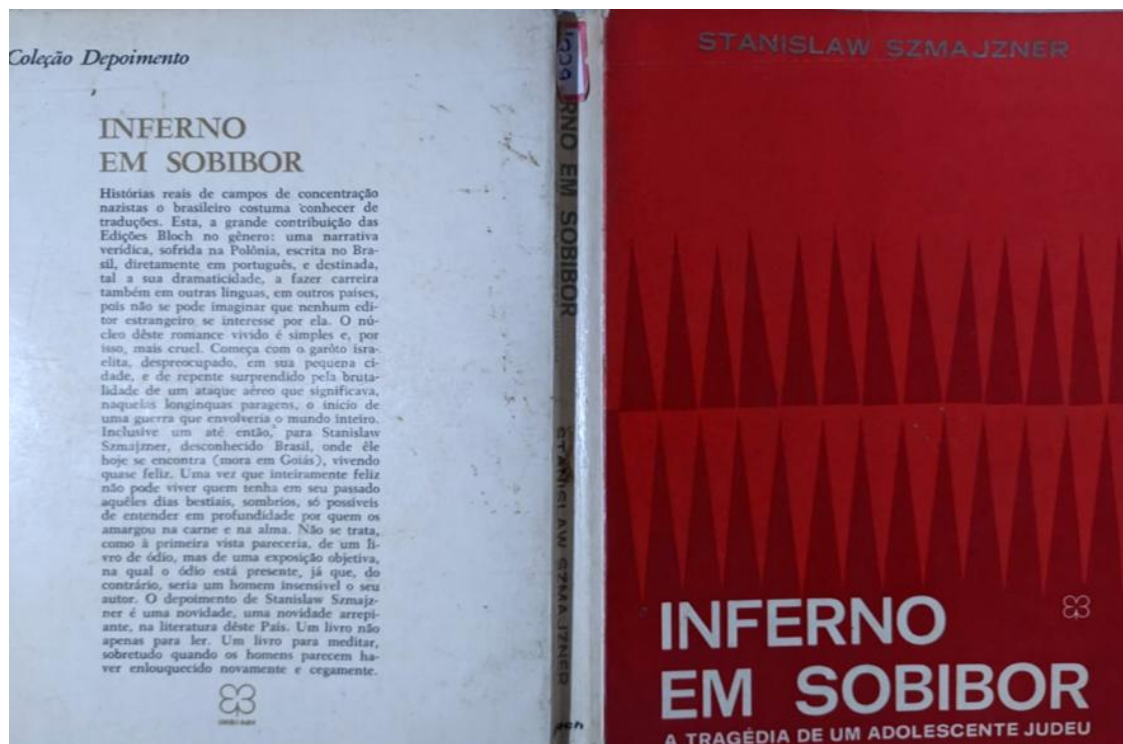
⁸⁸ KA-TZETNIK 135.633. *Atrocidade*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 1968.

⁸⁹ NAUFEL, Carina da Rocha. As capas de Marius Lauritzen Bern para a Editora Civilização Brasileira. *Revista Brasileira de Design: Ensaios*. 2014. Disponível em: http://www.agitprop.com.br/?pag=ensaios_det&id=115&titulo=ensaios.

⁹⁰ KA-TZETNIK 135.633., *op.cit.*

⁹¹ JÚNIOR, Amaury F. S. A construção de um imaginário moderno: as capas da Editora Civilização Brasileira (1960/1975). *Arte & Ensaios*. 2001, p. 34. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/50021>. Acesso em: 29 out. 2024.

Figura 2: Capa e contracapa do livro *Inferno em Sobibor*, 1ª ed., 1968



Fonte: SZMAJZNER, Stanislaw. *Inferno em Sobibor*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Edições Bloch, 1968.

A capa apresenta uma composição do artista Aluísio Carvão, com figuras triangulares formadas em dois tons de vermelho. O tema da relação “figura/fundo”, recorrente em outras obras do artista como *Clarovermelho*, também se manifesta aqui, na capa de *Inferno*.⁹² As formas geométricas triangulares, compostas em diferentes tons de vermelho, ocupam o espaço e parecem “sangrar” pela justaposição de uma cor sobre a outra. Na parte superior da imagem, predomina um vermelho primário vívido e quente, enquanto os triângulos, em um tom com pigmentação fria e intensa, estão ligeiramente separados, formando figuras individualizadas. No entanto, seu alinhamento racional sugere uma unidade, como se todas as formas se fundissem em uma única figura.

A sobreposição das cores gera novas formas triangulares por meio do contraste entre claro e escuro, resultando em uma figura que se desdobra aos olhos do observador, contrapondo dimensões triangulares em direções opostas. Na região inferior, o vermelho frio predomina, delineando triângulos geométricos que, ao contrário do que ocorre na parte superior, não são separados. Essa composição cria uma ambiguidade visual entre fundo e figura, “claro e escuro”, frio e vermelho.

⁹² CARTAXO, Zalinda. *Clarovermelho e Claroverde: as pinturas neoconcretas de Aluísio Carvão*. *Revista Gama, Estudos Artísticos*, v. 6, n. 11, p. 177-185 jan./jun.2018.

As composições de Carvão, fundamentadas na tradição concretista, baseiam-se em uma releitura do período pós-guerra, no contexto brasileiro, aproximando-o de artistas neoconcretistas como Lygia Clark e Hélio Oiticica.⁹³ A ambiguidade entre fundo e figura presente na pintura de Carvão desafia as noções geométricas tradicionais, subvertendo-as por meio das percepções óticas do observador atento.

A figura triangular, sem nome, que adorna a capa de *Inferno em Sobibor*, ao entrecruzar formas na região superior e inferior da ilustração, evoca uma imagem ameaçadora, gerada pelo “sangramento” entre fundo e figura. No entanto, essa imagem não torna explícito o conteúdo ou o tema sugerido pelo título do livro.

A austeridade, a uniformidade, a verticalidade e os ângulos agudos criam uma atmosfera opressora, labiríntica e desprovida de elementos naturais. O capista Carvão traduziu para a capa do livro uma carga abstrata e geométrica que servia como uma poderosa metáfora visual. A capa da primeira edição de *Inferno em Sobibor* revela o campo de extermínio que foge da exatidão das formas racionais e geométricas, escondendo-se atrás das árvores coníferas e das paragens da vila de Sobibor.

Assim como a capa, a contracapa fornece meios para representar *Inferno em Sobibor* como um relato distinto, que foge do clichê, e apresentar uma obra singular:

Histórias reais de campos de concentração nazistas o brasileiro costuma conhecer de traduções. Esta, a grande contribuição das Edições Bloch no gênero: uma narrativa verídica, sofrida na Polônia, escrita no Brasil, diretamente em português, e destinada, tal sua dramaticidade, a fazer carreira também em outras línguas, em outros países, pois não se pode imaginar que nenhum editor estrangeiro se interesse por ela. O núcleo deste romance vivido é simples e, por isso, mais cruel. Começa com o garoto israelita despreocupado, em sua pequena cidade, e de repente surpreendido pela brutalidade de um ataque aéreo que significava naquelas longínquas paragens, o início de uma guerra que envolveria o mundo inteiro.⁹⁴ Inclusive um até então, para Stanislaw Szmajzner, desconhecido Brasil, onde ele hoje se encontra (mora em Goiás), vivendo quase feliz. Uma vez que inteiramente feliz não pode viver quem tenha em seu passado aqueles dias bestiais, sombrios, só possíveis de entender em profundidade por quem os amargou na carne e na alma. Não se trata, como à primeira vista pareceria, de um livro de ódio, mas de uma exposição objetiva, na qual o ódio está presente, já que do contrário seria um homem insensível o seu autor. O depoimento de Stanislaw Szmajzner é uma novidade, uma novidade arrepiante, na literatura deste País [sic.]. Um livro não apenas para ler. Um livro para meditar, sobretudo quando os homens parecem haver enlouquecido novamente e cegamente.⁹⁵

⁹³ CARTAXO, 2018, p. 181-184.

⁹⁴ A palavra “surpreendido” foi mantida para preservar ortografia e os erros apresentados nos textos originais dos jornais e revistas.

⁹⁵ SZMAJZNER, 1968.

O texto da contracapa constrói, desde as primeiras linhas, uma estratégia de legitimação cultural e editorial. Ao afirmar que “histórias reais de campos de concentração nazistas o brasileiro costuma conhecer de traduções”, a Edições Bloch inscreve *Inferno em Sobibor* em um duplo movimento: de um lado, reconhece a centralidade do testemunho sobre o Holocausto no mercado internacional; de outro, reivindica para si a “grande contribuição no gênero”, ao oferecer uma narrativa “verídica”, vivida na Polônia, mas “escrita no Brasil, diretamente em português”. A originalidade do livro é, assim, menos literária do que espacial: trata-se de um testemunho europeu reinscrito no espaço cultural brasileiro.

A contracapa recorre, ainda, a uma linguagem marcada pela ambiguidade. O texto define a obra como “romance vivido” e, simultaneamente, como “depoimento”, produzindo uma zona de indistinção entre literatura e testemunho histórico. Essa oscilação não é casual: ao mesmo tempo em que preserva a autoridade moral do sobrevivente, propõe à narrativa uma forma legível e atraente ao público amplo, fundada na dramaticidade, na linearidade biográfica e na identificação emocional com a figura do “garoto israelita” surpreendido pela guerra.

A ênfase na trajetória individual da infância interrompida na Europa ao exílio no Brasil permite à editora apresentar a obra como uma experiência universal do sofrimento, mas também como uma história que, agora, pertence ao espaço nacional. O Brasil surge como lugar de refúgio, mas também como cenário simbólico da continuidade da memória: “uma vez que inteiramente feliz não pode viver quem tenha em seu passado aqueles dias bestiais”.⁹⁶

Entretanto, chama atenção o que permanece ausente nesse paratexto. A contracapa não mobiliza explicitamente categorias como justiça, reparação ou responsabilização criminal. O projeto editorial privilegia a dimensão memorial e humanista do relato, deixando em segundo plano sua função acusatória central no próprio texto de Szmajzner. Assim, *Inferno em Sobibor* é apresentado menos como um instrumento de denúncia e mais como uma obra de reflexão, na qual o testemunho é convertido em valor literário e moral, antes de ser afirmado como documento histórico.

Antes mesmo do índice, o leitor é confrontado com três textos breves, mas densos, que orientam a interpretação da obra: "Oferecimento", "Dedicatória" e "Agradecimento".

⁹⁶ *Ibidem*.

No primeiro, “Oferecimento”, o autor escreve: “Ofereço êste livro ao povo brasileiro porque no Brasil encontrei paz, a liberdade religiosa e a inexistência de preconceitos raciais. Além de tudo, está é agora a minha legítima pátria”. Em seguida, na “Dedicatória”, registra: “Dedico esta obra a meu pai, minha mãe, minha irmã, meu irmão, meu sobrinho e meu primo Nojeh e sua família, bem como a todos aqueles que foram assassinados em Sobibor ou que tombaram na Segunda Guerra Mundial sem estar na frente de batalha”. Por fim, no “Agradecimento”, afirma: “Agradeço a ajuda que recebi de João Alberto Magalhães Borges para o relato em português das minhas terríveis aventuras”.⁹⁷

No "Oferecimento", o paratexto não é apenas uma formalidade; ele situa a obra dentro de uma identidade nacional brasileira assumida pelo autor. Ao descrever o Brasil como sua "legítima pátria", Szmajzner ancora sua denúncia no contexto local. Ao oferecer seu relato à sociedade brasileira, transforma o trauma do jovem de Pulawy em uma narrativa acessível, escrita por um brasileiro, que escolheu o Brasil como pátria.

A "Dedicatória" cumpre a função de reivindicar a memória e a justiça para as vítimas. Ao listar nominalmente seus familiares, Szmajzner escreve em nome daqueles que não puderam fazê-lo. Essa dedicatória orienta a narrativa em direção ao seu clímax: a *vendetta* (vingança) contra aqueles que dizimaram sua família. A menção aos que "tombaram sem estar na frente de batalha" reforça a denúncia contra os campos de extermínio, que visavam à Solução Final dos judeus.

O “Agradecimento”, ao frisar a importância de terceiros na produção do manuscrito, revela um dado fundamental: a natureza compartilhada e mediada que fundamentou a obra. Ao considerar a materialidade desse conjunto textual, percebe-se que a colaboração de outros sujeitos permitiu que *Inferno em Sobibor* se afastasse de um relato solitário convertendo lembranças dispersas em um processo de reelaboração árduo e coletivo direcionado ao povo brasileiro.

Esses paratextos da edição de 1968 funcionam como "chaves de leitura" que preparam o público para um "depoimento inédito na literatura do país". Eles estabelecem o objetivo de Szmajzner: não apenas narrar o passado, mas utilizar a "maletinha de ferramentas" que garantiu sua sobrevivência, agora convertida em palavras, para assegurar que o "inferno" não fosse esquecido e seus carrascos recebessem a punição devida.

⁹⁷ SZMAJZNER, 1968, p. 7.

O livro, portanto, já nasce em 1968 com uma vocação que transcende o literário, apresentando-se como um grito por justiça forjado na gratidão à nova pátria e no luto pelos que ficaram em Sobibor.

Chegamos ao prefácio, escrito pelo então senador Pedro Ludovico Teixeira, pai de Mauro Borges.⁹⁸ Curiosamente, o senador iniciou o prefácio manifestando um certo constrangimento, afirmando que o autor cometeu um "erro" ao convidá-lo em vez de procurar um literato ou romancista de renome: “Não podendo, porém, fugir ao seu apêlo, desobriço-me da incumbência com um certo constrangimento”.⁹⁹ No entanto, essa aparente recusa inicial serve para reforçar a veracidade do relato. Ludovico aceita a tarefa por conhecer Szmajzner há anos, tendo acompanhado suas ideias e ouvido, em palestras

⁹⁸ Pedro Ludovico (1891-1979) entrou no cenário político como um ferrenho opositor ao "Caiadismo" e à política tradicional que dominavam Goiás durante a Primeira República. Sua chegada definitiva ao poder ocorreu por meio da Revolução de 1930, na qual atuou como protagonista no estado. Ele manteve contato direto com lideranças revolucionárias de Minas Gerais e chegou a organizar uma pequena tropa para lutar pela causa. Durante os conflitos armados em Rio Verde, Ludovico enfrentou resistência e chegou a ser preso pelas forças governistas. No entanto, com a vitória nacional do movimento, ele foi libertado e empossado como membro da Junta Governativa, tornando-se, pouco depois, Interventor Federal do estado.

O maior marco de sua gestão ocorreu em seu primeiro governo, com a projeção e construção de Goiânia. Em 1937, ele transferiu a capital da antiga cidade de Goiás para a nova cidade, simbolizando a modernização do estado. Pedro Ludovico desempenhou as funções de interventor e governador até 1945. Posteriormente, sua carreira continuou no Legislativo e no Executivo, servindo como senador, governador e novamente senador até o final da década de 1960. Em 1968, durante a ditadura militar, Pedro Ludovico teve seu mandato de senador cassado e seus direitos políticos suspensos por dez anos por meio do Ato Institucional nº 5 (AI-5). Durante o período de ostracismo político, ele dedicou-se a escrever sua autobiografia, intitulada "Memórias", publicada em 1973. A obra é considerada um texto político de protesto, no qual ele utiliza o relato de sua participação na Revolução de 1930 para criticar, de forma sutil, o regime de exceção vigente na década de 1970. Pedro Ludovico Teixeira faleceu em 1979, mas sua biografia permanece central para entender a transição de Goiás para a modernidade e as tensões políticas entre as elites regionais e o poder central ao longo do século XX.

A trajetória política de Mauro Borges Teixeira (1920–2013) perpassa a modernização administrativa e os conflitos agrários em Goiás durante a década de 1960. Filho de Pedro Ludovico Teixeira e Gercina Borges Teixeira, Mauro seguiu a carreira militar, chegando ao posto de coronel, antes de ingressar na vida pública eletiva em 1958 como deputado federal. Em 1960, Mauro Borges foi eleito governador de Goiás pelo Partido Social Democrático (PSD), assumindo o cargo em janeiro de 1961. Embora tenha inicialmente apoiado o Golpe de 1964 com um discurso anticomunista, Mauro Borges entrou em choque com o governo federal devido a conflitos de interesse, como a disputa pela exploração de níquel no estado envolvendo a estatal METAGO. Considerado um "comunista" pela linha-dura do Exército, ele sofreu uma série de Inquéritos Policiais Militares (IPMs). Em 26 de novembro de 1964, o presidente Humberto Castelo Branco decretou a intervenção federal em Goiás, resultando na deposição de Mauro Borges. Ele teve seus direitos políticos cassados em 1966, retornando à política apenas em 1979. Em sua fase tardia, foi eleito senador em 1982, participando da Assembleia Nacional Constituinte de 1987, e serviu como deputado federal na década de 1990. Mauro Borges Teixeira faleceu em 2013 em decorrência de falência múltipla de órgãos.

SOUZA, Rildo Bento de. Os Usos do Passado na Escrita de Si: A Memória da Revolução de 1930 em Goiás na Autobiografia de Pedro Ludovico Teixeira. *Revista Expedições*, Morrinhos, v. 9, n. 4, p. 90-103, set./dez. 2018 Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/25255>. Acessado em: 02 mai. 2026.

ESTEVE, Carlos Leandro da Silva. Possesores e invasores: propriedade e luta pela terra em Goiás durante o governo Mauro Borges Teixeira (1961-1964). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 36, n. 71, p. 107-130, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26346203006>.

HORÁCIO, Eduardo. Regime Ditatorial. *Assembleia Legislativa de Goiás*. 27 mar. 2024. Disponível em: <https://portal.al.go.leg.br/noticias/142911/regime-ditatorial>. Acessado em: 02 mai. 2026.

⁹⁹ SZMAJZNER, 1968, p. 11.

privadas, as mesmas "cenas dantescas" que agora compunham o livro: "Conheço, há vários anos, o Sr. Stanislaw Szmajzner, de sorte que, com conhecimento de suas idéias, de seus hábitos, posso manifestar-me sobre o seu livro".¹⁰⁰ Ludovico apresenta *Inferno em Sobibor*, para além de um relato de não ficção, como "testemunho completo, verdadeiro", por não ser um relato de alguém que somente observa distante da ação, mas por ter sofrido de forma direta nas mãos dos nazistas.¹⁰¹

Uma parte substancial do prefácio é dedicada a uma reflexão filosófica e histórica sobre o paradoxo do nazismo. Ludovico expressa sua dificuldade em compreender como a Alemanha, uma nação que deu ao mundo vultos como Beethoven, Bach, Kant e Hegel, pôde aceitar a liderança de um "bárbaro" e "insano mental" como Hitler.¹⁰²

O prefaciador analisa a figura de Hitler sob a ótica da psicopatologia, descrevendo-o como um "degenerado" e um "megalômano", influenciado por uma leitura distorcida de Nietzsche. Ao comparar as atrocidades de Sobibor com o "Inferno" de Dante Alighieri, Ludovico conclui que a realidade materializada no século XX foi "muito mais impressionante e muito mais absurda" do que a fantasia do vate italiano.¹⁰³

Um aspecto valioso desse prefácio para a análise da edição é o detalhamento da trajetória de Szmajzner no país. O texto descreve como o autor, "combatido pela calamidade", refez sua vida no Rio de Janeiro como ourives e, posteriormente, buscou refúgio na vida rural no estado de Goiás.

O senador relata que Szmajzner adquiriu uma propriedade no sertão, às margens do Rio Araguaia, buscando no panorama bucólico um 'lenitivo' para sua 'vida infernal'. Quando se entregou à vida do campo, da pecuária, da lavoura, caçando e pescando à beira dos grandes e dos pequenos lagos, Szmajzner recordou-se da vida passada como um pesadelo distante, que talvez não tivesse ocorrido. Foi nesse momento que o sobrevivente decidiu escrever o seu relato: "Rodeado da fauna e da flora tão portentosas do Araguaia, [...] foi que resolveu escrever êste livro [...]".¹⁰⁴ Foi imerso nesse isolamento, entre a contemplação da fauna e da flora do interior goiano, que o autor sentiu o imperativo de escrever. Movia-o um temor profundo: o de que as atrocidades sofridas por ele e seus compatriotas sucumbissem ao esquecimento.

¹⁰⁰ *Ibidem*.

¹⁰¹ *Ibidem*, p. 21.

¹⁰² *Ibidem*, p. 13.

¹⁰³ *Ibidem*, p. 16.

¹⁰⁴ SZMAJZNER, 1968, p. 17-18. Foi preservada a ortografia da época.

Ludovico opõem duas imagens de um mesmo personagem: o lavrador dos campos bucólicos e o ourives do inferno. A passagem do ato para a elaboração do passado em narrativa somente foi possível através de uma transformação pessoal do autor, que sobreviveu ao inferno dantesco e se recuperou na fazenda goiana às margens do Araguaia. Esse é o autor que remonta “a visão perfeita da hediondez” dos campos de extermínio, “com maior cunho de verdade”, “com pormenores”, os “nomes das vítimas e dos algozes”.¹⁰⁵

Por fim, ainda que não tenha se concretizado, Pedro Ludovico Teixeira antecipa a importância global da obra, prevendo que ela seria lida em muitos países e traduzida para diversos idiomas devido à sua precisão e à sua minúcia. Ele enfatiza que apenas quem sofreu e testemunhou diretamente o infortúnio, como Szmajzner, pode oferecer “um documentário completo sobre [sic] o assunto de que trata. Ninguém jamais o abordou com tanta precisão, com tanta clareza, com tanta minúcia”.¹⁰⁶

Para a materialidade da edição de 1968, o prefácio de um senador da República funciona como um documento de interesse nacional, reforçando a tese de que o livro é, em última análise, a mensagem daquele que saiu do inferno e viu os “acontecimentos tão horripilantes” para dar notícia ao mundo.¹⁰⁷

O prefaciador ratifica a riqueza de detalhes fornecida por Szmajzner. Ludovico enaltece a profundidade testemunhal do texto do sobrevivente. Sua narrativa carregada de detalhes sobre a atuação de Stangl e Wagner tinha o objetivo prático de servir como um registro obsessivo para sua *vendetta* contra os nazistas e pela memória dos que tombaram em Sobibor (como os seus pais). O prefácio chancela esse objetivo ao validar a narrativa de Szmajzner como um “testemunho completo, verdadeiro, daquilo que os asseclas de Hitler fizeram”.¹⁰⁸

Em 1979, foi publicada a segunda edição de *Inferno em Sobibor*. Ela teve como editor Carlos Heitor Cony, também responsável pela edição condensada do texto que foi publicada na revista *Manchete*. Essa condensação foi dividida em cinco partes, as quais foram publicadas entre 15 de julho de 1978 e 12 de agosto do mesmo ano.¹⁰⁹ Pelo fato de

¹⁰⁵ *Ibidem*, p. 15-17.

¹⁰⁶ *Ibidem*, p. 21.

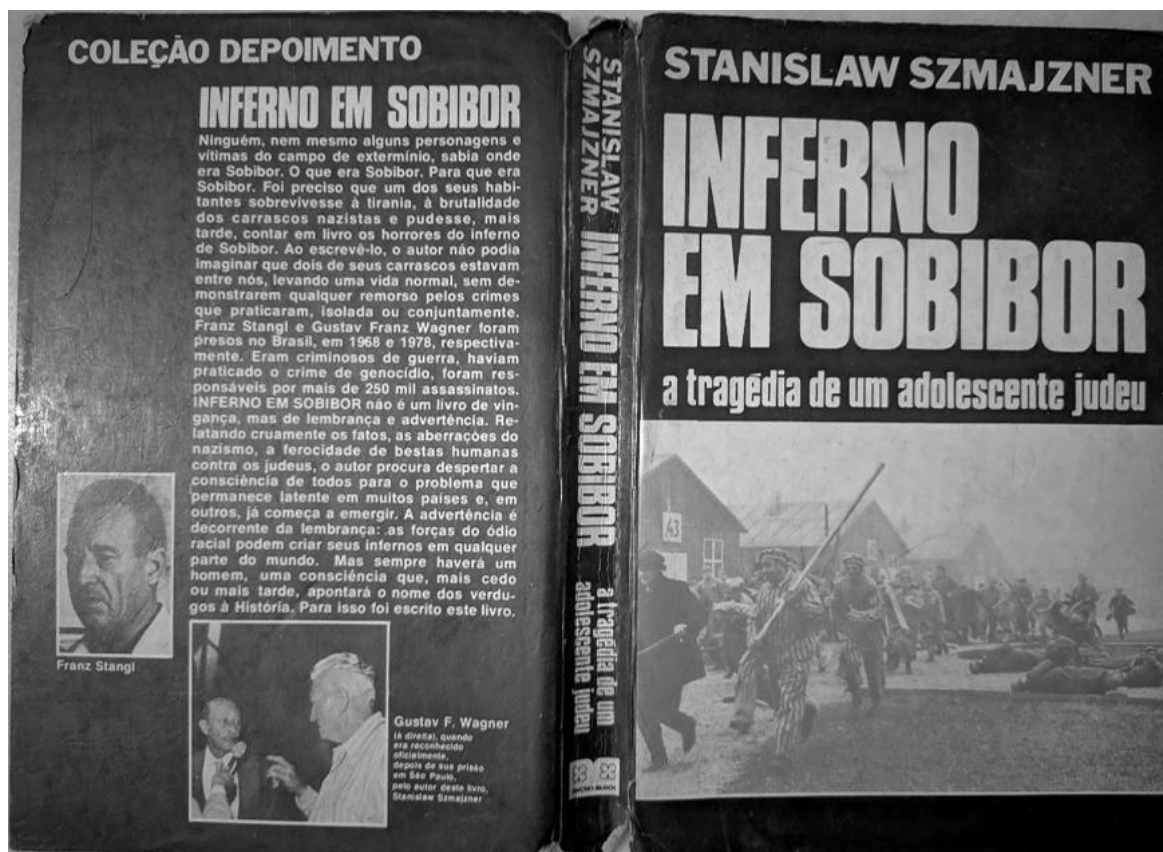
¹⁰⁷ *Ibidem*.

¹⁰⁸ SZMAJZNER, 1968, p. 15.

¹⁰⁹ CONY, Carlos Heitor. Eu escapei do inferno em Sobibor. *Manchete*, Rio de Janeiro, 15 jul. 1978, p. 14. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/177943>. Acesso em: 23 dez. 2025.

essa versão condensada ter sido publicada em uma revista ilustrada, iremos analisá-la no capítulo quatro, diante de aspectos que se relacionam com a sua forma de apresentação.

Figura 3: Capa e contracapa de *Inferno em Sobibor*, de autoria de Stanislaw Szmajzner, 2ª ed., publicada pela Edições Bloch, em 1979



Fonte: SZMAJZNER, Stanislaw. *Inferno em Sobibor*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1979

A segunda edição teve algumas alterações, porém falemos primeiro, daquilo que não mudou, embora o relato permanecesse o mesmo, sem nova revisão ou acréscimo, assim como o "Oferecimento", a "Dedicatória" e o "Agradecimento", além do prefácio de Pedro Ludovico. As mudanças se concentraram no trabalho gráfico da capa e da contracapa. Na capa, é projetada uma fotografia de um campo de concentração na qual, da direita para a esquerda, aparecem homens com roupas de prisioneiros correndo em fila e carregando ferramentas de trabalho. A contracapa apresenta um texto não assinado em paralelo com uma imagem de Franz Stangl e, numa outra imagem abaixo, pode-se ver Wagner, ao lado de Szmajzner:

Com um estilo de fotografia documental, a imagem ilustra a narrativa da fuga dos prisioneiros do campo de Sobibor. A fotografia, recortada e justaposta à capa, parece extrapolar os limites do livro, especialmente no lado esquerdo, criando a sensação de movimento para fora do enquadramento. Esse recurso visual sugere simbolicamente a

ruptura com o espaço do campo e a saída dos prisioneiros para além de Sobibor, reforçando a ideia de fuga, deslocamento e sobrevivência.

As escolhas editoriais da capa nos levam à comparação entre as duas edições de *Inferno em Sobibor*, as quais revelam duas estratégias visuais distintas de representação da experiência do extermínio, dialogando com diferentes modos de tornar legível o relato do sobrevivente: uma abstração simbólica (1968) e uma figuração documental (1979).

O jogo de vermelho claro e vermelho escuro desenvolvido por Aluísio Carvão não recorre a uma literalidade. Nesse sentido, a capa de 1968 não narra o acontecimento, mas o evoca, convocando o leitor a uma experiência sensorial e reflexiva pela unicidade da obra publicada no Brasil. Em contraste, a capa de 1979 adota uma fotografia documental, que remete diretamente à fuga dos prisioneiros do campo de Sobibor. Aqui, a imagem não opera no campo da sugestão simbólica, mas da evidência visual. Diferentemente da capa de 1968, que sugere uma violência abstrata, a de 1979 enfatiza a ação, a fuga e a possibilidade de sobrevivência, ainda que inserida em um contexto de extrema brutalidade.

A escolha da fotografia reforça o caráter testemunhal da obra, aproximando o leitor do acontecimento histórico concreto e alinhando-se a uma cultura visual mais marcada pela valorização do documento e da prova, coerente com a reivindicação de luta e de justiça do texto de Szmajzner.

A contracapa da edição de 1979 de *Inferno em Sobibor* evidencia um deslocamento fundamental no projeto editorial da obra, ao enfatizar explicitamente a responsabilização criminal dos perpetradores do genocídio nazista. Diferentemente de uma abordagem centrada apenas na memória do sofrimento das vítimas, o texto e a imagem apresentados operam como um dispositivo de acusação histórica e moral, inscrevendo o testemunho de Stanislaw Szmajzner em um horizonte jurídico e político.

O texto da contracapa afirma que “ninguém, nem mesmo alguns personagens e vítimas do campo de extermínio, sabia onde estava Sobibor”, ressaltando o caráter secreto e sistemático do funcionamento do campo. Essa ênfase não apenas contextualiza o leitor, mas reforça a ideia de crime planejado, executado sob uma lógica de ocultamento, elemento central para a caracterização do genocídio como crime contra a humanidade. Ao destacar que Szmajzner sobreviveu para “contar em livro os horrores do inferno de

Sobibor”, a edição atribui ao autor o papel de testemunha-chave, cuja palavra se transforma em evidência.¹¹⁰

A dimensão de responsabilização torna-se ainda mais explícita quando a contracapa menciona nominalmente Franz Stangl e Gustav Franz Wagner, identificados como responsáveis pelo crime de genocídio e posteriormente presos no Brasil:

Franz Stangl e Gustav Franz Wagner foram presos no Brasil, em 1968 e 1978, respectivamente. Eram criminosos de guerra, haviam praticado o crime de genocídio, foram responsáveis por mais de 250 mil assassinatos. INFERNO EM SOBIBOR não é um livro de vingança, mas de lembrança e advertência. Relatando cruamente os fatos, as aberrações do nazismo, a ferocidade de bestas humanas contra os judeus, o autor procura despertar a consciência de todos para o problema que permanece latente em muitos países e, em outros, já começa a emergir. A advertência é decorrente da lembrança; as forças do ódio racial podem criar seus infernos em qualquer parte do mundo. Mas sempre haverá um homem, uma consciência que, mais cedo ou mais tarde, apontará o nome dos verdugos à História. Para isso foi escrito este livro.¹¹¹

A presença de seus nomes rompe com qualquer possibilidade de anonimato dos perpetradores e atua como um gesto editorial consciente de nomeação do crime e de seus autores, fundamental para a justiça histórica. Ao associar diretamente o livro às prisões ocorridas em 1968 e 1978, a contracapa ancora o testemunho em acontecimentos jurídicos concretos, transformando a narrativa memorialística em parte de um processo mais amplo de julgamento e punição.

A inclusão da fotografia de Franz Stangl e Gustav Franz Wagner, ao lado das suas identificações, intensifica essa estratégia. A imagem não busca humanizar os perpetradores, mas expor seus rostos, operando como um recurso visual de responsabilização e denúncia, opondo testemunha de identificação e acusados. Nesse sentido, a fotografia funciona como um contraponto ético à invisibilidade que marcou o funcionamento dos campos: se o extermínio ocorreu em segredo, a memória e a justiça exigem exposição.

Esse conjunto de escolhas editoriais indica que a edição de 1979 se insere em um contexto histórico no qual a memória do Holocausto começa a ser articulada de modo mais incisivo com a exigência de justiça, especialmente fora da Europa. No Brasil, onde alguns criminosos de guerra encontraram refúgio, o livro assume também um caráter de

¹¹⁰ SZMAJZNER, Stanislaw. *Inferno em Sobibor*. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1979.

¹¹¹ SZMAJZNER, 1979.

interpelação pública, convocando a sociedade a reconhecer os crimes praticados por tais sujeitos a partir da narrativa daquele que sobreviveu e que ajudou a justiça a reconhecê-los para responder pelos seus crimes: “Mas sempre haverá um homem, uma consciência que, mais cedo ou mais tarde, apontará o nome dos verdugos à História. Para isso foi escrito este livro”.¹¹²

Ainda que o texto do relato Stanislaw Szmajzner permaneça o mesmo e que prefácio e agradecimentos não tenham sofrido alterações, a segunda edição de *Inferno em Sobibor* distingue-se profundamente da primeira ao ser apresentada como uma advertência dirigida ao presente. Trata-se de uma leitura do passado orientada pelo futuro, na medida em que o testemunho do sobrevivente judeu é mobilizado não apenas como memória do extermínio, mas como instrumento de prevenção contra a sua repetição. O relato é convocado a dissuadir as chamadas “forças do ódio racial” de tentarem criar novos “infernos” no mundo, ao evidenciar que crimes dessa natureza não permanecem impunes. A edição afirma, de modo contundente, uma perspectiva teleológica, que “mais cedo ou mais tarde” surgirá alguém que, como o próprio Szmajzner, será capaz de apontar “o nome dos verdugos à História”.¹¹³ Assim, a responsabilização dos criminosos nazistas ultrapassa o âmbito da punição jurídica individual e assume uma função exemplar: por meio da exposição de suas crueldades, busca-se agir criticamente sobre forças autoritárias e violentas que, mesmo após a guerra, voltavam a se manifestar no presente.

Assim, a contracapa não atua apenas como elemento paratextual informativo, mas como parte integrante do projeto político-editorial da obra. Ela transforma *Inferno em Sobibor* em um instrumento de memória ativa, no qual o testemunho não se limita à lembrança do passado, mas opera como acusação, advertência e compromisso com a verdade histórica. Ao articular narrativa pessoal, nomes dos perpetradores e referências a processos judiciais, a edição de 1979 reafirma que lembrar é, também, responsabilizar.

À luz dessas análises, torna-se evidente que *Inferno em Sobibor* não pode ser compreendido apenas como um relato memorialístico individual, tampouco como um simples testemunho tardio do horror nazista. A articulação entre capa, contracapa e texto (especialmente na edição de 1979) revela um projeto editorial consciente, no qual a memória do extermínio é mobilizada como acusação histórica, instrumento de responsabilização criminal e advertência dirigida ao presente. Ao nomear perpetradores, associar o testemunho a processos judiciais e insistir na ideia de que os crimes “mais cedo

¹¹²*Ibidem.*

¹¹³ SZMAJZNER, 1979.

ou mais tarde” seriam expostos à História, o livro ultrapassa o registro da experiência vivida e assume uma função exemplar, voltada à contenção de novas formas de violência racial e política. Nesse sentido, o estatuto alcançado por *Inferno em Sobibor* decorre não apenas da singularidade da experiência narrada, mas da maneira como essa experiência foi enquadrada, editada e oferecida ao público como um gesto de intervenção ética e histórica.

Conhecer o conjunto mais amplo em que esse livro se inseriu ajuda-nos a entender, de um lado, por que Szmajzner se decidiu a escrever, e, de outro, em que medida essa obra se distingue de outros relatos de sobreviventes publicados no Brasil no mesmo período e quais condições permitiram que ela alcançasse uma circulação, uma autoridade e um reconhecimento que não se estenderam a testemunhos semelhantes. É justamente essa problematização que conduz à análise do conjunto mais amplo de narrativas de sobreviventes da Segunda Guerra Mundial publicadas no país, permitindo compreender tanto as motivações que levaram Szmajzner a escrever quanto as especificidades de seu relato em relação a esse *corpus*.

2. O julgamento de Eichmann como paradigma: o testemunho e a justiça na genealogia de *Inferno em Sobibor*

Diante do projeto editorial de *Inferno em Sobibor*, resta interrogar: por que Stanislaw Szmajzner, após anos de silêncio público, decidiu converter sua memória em escrita? O que, afinal, distingue sua obra dos demais relatos de sobreviventes publicados no Brasil no mesmo período? Mais do que isso, quais condições históricas permitiram que o seu testemunho alcançasse uma circulação e uma autoridade que não se estenderam a outros relatos de seus contemporâneos no contexto brasileiro? Essas questões não encontram resposta apenas na biografia do autor, mas na compreensão de um conjunto mais amplo de narrativas que emergem no país sob o impacto de uma profunda mutação na forma como o mundo passou a ouvir as vítimas do nazismo.

Essa investigação conduz necessariamente ao marco de 1961, ano em que a palavra do sobrevivente sofre uma transmutação fundamental. Compreender a gênese de *Inferno em Sobibor* exige, portanto, analisar o cenário em que o relato deixa de ser uma "história trágica" de uma "vítima passiva" para se tornar uma peça de acusação com validade jurídica e histórica. É nesse intervalo, entre o julgamento de Adolf Eichmann e a publicação da obra pela Edições Bloch em 1968, que se forja o estatuto da testemunha no Brasil.

Essa revolução no lugar da testemunha teve efeitos imediatos e profundos no Brasil. O impacto não foi apenas moral, mas também editorial. Um reflexo contundente dessa nova cultura do testemunho em solo brasileiro foi a publicação de *Sob o tacão de Eichmann* (1961), de Sammy Pulver. O título da obra, ao utilizar a figura do carrasco como chamariz, demonstra como o mercado editorial e os sobreviventes radicados no país estavam conectados ao processo de Jerusalém, percebendo que, a partir daquele momento, o relato pessoal havia ganhado uma autoridade inédita.

A gênese de *Inferno em Sobibor* está umbilicalmente ligada a esse processo. Embora a obra de Szmajzner tenha vindo a público em 1968, seu primeiro testemunho escrito data justamente de 1961, concebido originalmente para servir como prova judicial. Szmajzner não escapou ao movimento que reforçou a reivindicação das vítimas no processo de criminalização dos nazistas; pelo contrário, seu relato foi moldado por essa nova exigência de precisão e denúncia. Assim, a autoridade que o livro alcançaria anos depois decorre dessa transformação iniciada em 1961: a transição do sobrevivente que

apenas "lembra" para a testemunha que "acusa" e "prova", oferecendo ao público brasileiro não apenas uma memória, mas uma ferramenta de intervenção contra o silêncio e a impunidade.

2.1. O julgamento de Eichmann e a centralidade do testemunho (1961)

A cena do tribunal em Jerusalém, em 1961, foi o epicentro de uma transformação histórica e jurídica global. Em um teatro remodelado para acomodar o público e a imprensa internacional, a disposição física dos personagens em cena revelava a magnitude do que estava em jogo.¹¹⁴ No centro das atenções, Adolf Eichmann, o oficial da SS responsável pela logística da "Solução Final", permanecia isolado dentro de uma cabine de vidro à prova de balas. Sua posição física na redoma não era apenas uma medida de segurança, mas um símbolo da distância entre o burocrata e a realidade de seus crimes, agora expostos em solo israelense. À frente do tribunal, o promotor Gideon Hausner ocupava uma posição que transcendia a representação técnica do Estado de Israel.

Para compreender a magnitude da "virada testemunhal" operada em 1961, torna-se necessário, primeiramente, destacar quem foi o homem sentado na cabine de vidro em Jerusalém. Adolf Eichmann nasceu em 1906, na Alemanha, e ingressou no Partido Nazista Austríaco em 1932. Sua adesão não decorreu de uma convicção ideológica profunda, mas de um oportunismo em busca de carreira e pertencimento. Ele se autodescrevia como um "idealista", termo que utilizava de forma distorcida para justificar o sacrifício de qualquer questionamento moral em favor de uma causa.¹¹⁵

Como oficial da SS, na patente de *Obersturmbannführer* (tenente-coronel), Eichmann liderou a seção IV-B-4 da RSHA, tornando-se o principal responsável pela logística de deportação dos judeus para os centros de extermínio entre 1942 e 1945. Embora não tenha figurado no banco dos réus em Nuremberg, seu nome foi repetidamente citado por figuras como Rudolf Höß, comandante de Auschwitz, que o descreveu como o executor implacável das ordens de extermínio.¹¹⁶

Com o colapso do Terceiro Reich, Eichmann integrou o fluxo de fugitivos nazistas que buscaram refúgio na Argentina através da chamada *Ratline* (rota dos ratos). Essa fuga

¹¹⁴ ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 13.

¹¹⁵ *Ibidem*, p. 38; 54.

¹¹⁶ DOUGLAS, Lawrence. *The memory of judgment: making law and history in the trials of the Holocaust*. New Haven: Yale University Press, 2001, p. 98.

foi viabilizada por uma complexa teia de sociabilidades que incluía desde guardas de fronteira austríacos até membros influentes do Vaticano e cartórios italianos.¹¹⁷ No caso específico de Eichmann, a transição para a Argentina contou com o aval do líder político Juan Perón e o auxílio do contrabandista Horst Carlos Fuldner e do bispo Alois Hudal, que providenciaram documentos falsos emitidos no Tirol do Sul sob a identidade de Riccardo Klement.¹¹⁸

A articulação desses agentes e a utilização de redes institucionais foram cruciais para o sucesso das fugas de criminosos nazistas, destacando-se como um capítulo significativo e controverso no pós-guerra.¹¹⁹ Sob a identidade fictícia de Riccardo Klement, Eichmann conseguiu estabelecer-se na Argentina até 1961, quando sua captura pelo serviço secreto israelense foi anunciada pelo primeiro-ministro David Ben-Gurion, provocando uma imediata repercussão mundial que ecoou profundamente na comunidade judaica radicada no Brasil.

O julgamento, formalmente conhecido como “Criminal Case 41/60”, foi presidido por uma corte distrital de Israel e teve um objetivo que ia além de simplesmente julgar os crimes individuais de um réu: tratava-se de criar um registro público e pedagógico do sofrimento do povo judeu durante o Holocausto.¹²⁰

Até aquele momento, a posição do sobrevivente era a de uma "vítima passiva", cujas experiências eram vistas como histórias trágicas, mas com pouco peso como evidência objetiva nos tribunais, que preferiam a "frieza" dos documentos.¹²¹ O promotor, Gideon Hausner, rompeu esse silêncio ao enfatizar que, embora os crimes nazistas já tivessem sido tratados em Nuremberg, esse seria o primeiro processo a dar atenção central à tragédia especificamente judaica. Hausner afirmou em seu discurso inicial que não estava apenas representando o Estado de Israel, mas também os "seis milhões de acusadores" que não poderiam testemunhar por si próprios, legitimando o sobrevivente como a autoridade central da História.¹²²

O evento foi cuidadosamente coreografado em um teatro remodelado para acomodar o grande público e a imprensa internacional, onde Eichmann permanecia

¹¹⁷ STANGETH, Bettina. *Eichmann before Jerusalem: the unexamined life of a mass murderer*. Tradução de Ruth Martin. New York: Alfred A. Knopf, 2014, p. 37.

¹¹⁸ *Ibidem*, 2014.

¹¹⁹ *Ibidem*, 2014.

¹²⁰ DOUGLAS, 2001, p. 98.

¹²¹ FELMAN, Shoshana. *O inconsciente jurídico*. São Paulo: Edipro, 2014, p. 157.

¹²² DOUGLAS, *op.cit.*, p. 2-3.

isolado em uma cabine à prova de balas.¹²³ A estratégia da acusação foi inovadora ao colocar os depoimentos de sobreviventes como peça central do processo. Enquanto em Nuremberg privilegiou-se o uso de documentos administrativos nazistas e relatórios da SS para sustentar as acusações, em Jerusalém a preocupação era humanizar o sofrimento das vítimas por meio de seus relatos orais.¹²⁴

Os testemunhos dos sobreviventes constituíram o pilar central que sustentou essa nova arquitetura jurídica e moral em 1961. No tribunal de Jerusalém, as vozes de figuras como Ada Lichtmann transcenderam a frieza dos documentos administrativos e dos registros filmicos, introduzindo uma dimensão emocional que não servia apenas como prova, mas como um imperativo ético de dar voz àqueles que pereceram no extermínio: “A aparição de Lichtmann no banco das testemunhas prontamente apagou qualquer distância que pudesse ter separado o tribunal israelense da história da solução final”.¹²⁵ Ao privilegiar a palavra narrada, a estratégia da acusação permitiu que a testemunha rompesse com o formalismo rígido da evidência judicial, deslocando o foco da centralidade do acusado para a autoridade da memória da vítima.

A presença de sobreviventes no banco das testemunhas é interpretada por diferentes perspectivas como o ponto de inflexão que permitiu ao tribunal transcender o rigor documental de Nuremberg. Sob a ótica de Lawrence Douglas, esse fenômeno é visto como um momento decisivo em que a narração “apagou qualquer distância” entre o recinto em Jerusalém e a história física do extermínio, transportando a corte para o início da “Solução Final”. Essa centralidade da palavra humana dialoga com a análise de Shoshana Felman, para quem o julgamento criou um espaço onde a voz da vítima adquiriu o estatuto de evento histórico e jurídico. Essa valorização do testemunho contrapõe-se à arquitetura do julgamento, que Hannah Arendt descreve como uma massiva manobra política de Israel ao fazer do julgamento de Eichmann um evento do julgamento da história do extermínio nazista contra o povo israelita.

Apesar das divergências, o julgamento de Eichmann promove uma radical transformação na forma de lidar com o testemunho dos sobreviventes. Ao depor em Israel, Lichtmann detalhou as primeiras *Aktionen*, transportando o tribunal para o momento inaugural do processo de destruição. A precisão de seu testemunho converteu o julgamento em um potente evento de catarse coletiva, repercutindo a memória da

¹²³ ARENDT, 1999, p. 13-14.

¹²⁴ DOUGLAS, 2001, p. 104.

¹²⁵ *Ibidem*, p. 102.

catástrofe em escala global.¹²⁶ Para a comunidade judaica global, inclusive a radicada no Brasil, o processo representou a oportunidade inédita de ver as atrocidades sofridas serem reconhecidas publicamente, legitimando o trauma individual como parte indissociável da história coletiva.

Após meses de depoimentos exaustivos e deliberações que expuseram a engrenagem burocrática do genocídio, Eichmann foi considerado culpado de todas as acusações que lhe foram imputadas. A sentença de morte, proferida pela corte distrital, culminou no seu enforcamento em 1º de junho de 1962. A execução do oficial da SS permanece como um dos raros e excepcionais casos de aplicação da pena de morte na história do sistema judiciário de Israel, encerrando o ciclo jurídico do "caso 41/60", mas consolidando, para as décadas seguintes, o testemunho do sobrevivente como uma peça de resistência contra o esquecimento.

É justamente esse estatuto do testemunho, dotado de autoridade jurídica e força moral, que servirá de alicerce para que sobreviventes no Brasil, como Stanislaw Szmajzner, passem a ver em seus manuscritos não apenas um exercício de recordação, mas uma extensão do tribunal de Jerusalém em solo sul-americano.

2.2. O lugar da testemunha e do testemunho em Nuremberg

Para consolidar a análise sobre a "virada testemunhal" de 1961 e sua influência na memorialística brasileira, é imperativo contrastar o modelo de Jerusalém com o paradigma estabelecido anteriormente no Julgamento de Nuremberg (1945–1946). Enquanto o processo contra Eichmann elevou a vítima à categoria de autoridade, em Nuremberg, a ênfase recaía quase exclusivamente sobre as provas documentais e na apresentação racional de fatos destinados a condenar a cúpula da liderança nazista. Embora tenham ocorrido depoimentos, o papel das testemunhas foi secundário em face do volume de documentos, filmes e registros administrativos oficiais produzidos pela própria burocracia do Terceiro Reich.

Essa marginalização da voz humana decorria de uma estratégia jurídica que buscava evitar que o processo se tornasse emocionalmente carregado ou se desviasse para relatos pessoais. Naquele contexto, as narrativas individuais eram frequentemente vistas com ceticismo, sob o temor de que fossem consideradas subjetivas e, portanto, menos

¹²⁶ DOUGLAS, 2001.

confiáveis para o rigor das cortes internacionais. Mais do que uma questão de técnica jurídica, o sofrimento judaico na catástrofe não figurava como um ponto de inflexão central nos debates do pós-guerra; não se colocava, naquele momento, a questão de uma "História do Holocausto" como um evento único e autônomo.¹²⁷

Os tribunais de Nuremberg buscaram estabelecer a culpabilidade dos líderes nazistas dentro de um contexto jurídico inovador que introduziu conceitos como crimes contra a humanidade e genocídio. Contudo, a generalização inerente ao conceito de crimes contra a humanidade não era capaz de dar conta da especificidade da experiência do extermínio praticado contra o povo judeu. Como consequência, os sobreviventes dos campos de concentração raramente foram ouvidos, e o tribunal preferiu confiar em registros escritos e outras provas materiais que, na visão dos promotores, apresentavam maior objetividade.¹²⁸

A reprodução de imagens da guerra e dos campos de concentração serviu como um recurso didático para ilustrar a extensão sistemática das atrocidades e confrontar os altos funcionários do regime diante de suas próprias ações. Entre esses documentos, destaca-se o documentário *Campos de concentração nazistas*, produzido pelo Signal Corps do Exército dos EUA, que teve impacto significativo tanto em Nuremberg quanto, posteriormente, no caso Eichmann, embora suas finalidades e recepções tenham divergido profundamente em cada tribunal.

Em Nuremberg, *Campos de concentração nazistas* foi exibido em novembro de 1945 e teve uma recepção controversa. O documentário foi projetado com o objetivo de demonstrar com eficiência comprobatória as atrocidades nazistas, todavia, seu propósito não era ser instrumentalizado como uma prova, mas como um meio didático que ilustraria o pano de fundo das ações dos réus. Por meio das imagens, o documentário chocou o tribunal e o público, apresentando visualmente e de forma inegável os horrores cometidos pelos nazistas.¹²⁹ O filme documentava as condições catastróficas encontradas pelos aliados nos campos de concentração libertados, com imagens de cadáveres, prisioneiros cadavéricos, evidências de tortura e assassinato em massa. Embora tenha provocado reações de horror e repulsa, sua eficácia representativa não foi questionada, sendo visto

¹²⁷ DOUGLAS, 2001.

¹²⁸ FELDMAN, I.. Imagens apesar de tudo: problemas e polêmicas em torno da representação, de Shoah a O filho de Saul. *ARS* (São Paulo), v. 14, n. 28, p. 134–153, jul. 2016.

DIDI-HUBERMANN, Georges. *Remontagens do Tempo Sofrido: o Olho da História*, II. Belo Horizonte: Editora Ufmg, 2018.

¹²⁹ DOUGLAS, *op. cit.*, p. 2; 20; 22; 100.

por alguns como um espetáculo de horror mais do que uma evidência legal sólida.¹³⁰ Ainda assim, o documentário ajudou a fixar os campos de concentração como símbolos da barbárie nazista e destacou a relevância da documentação visual em julgamentos de crimes de guerra. Em Nuremberg, a narração do filme moldou a interpretação das imagens, enquadrando-as no contexto mais amplo dos crimes de guerra nazistas.

No julgamento de Eichmann, em junho de 1961, o documentário *Campos de concentração nazistas* foi utilizado pela promotoria para conectar Eichmann diretamente ao Holocausto, destacando sua cumplicidade nos assassinatos em massa, apesar de sua posição burocrática. A película foi apropriada e recortada para alcançar fins diferentes daqueles de Nuremberg. Apenas trechos do filme original foram exibidos, intercalados com outras imagens, como cenas de Birkenau e dos *Einsatzgruppen*, e sem a narração original, o que permitiu uma interpretação mais direta como evidência do Holocausto. Comparado a Nuremberg, onde o filme tinha como objetivo principal estabelecer um pano de fundo visual mais amplo para os crimes de guerra nazistas, em Jerusalém ele reforçou a conexão de Eichmann com seus crimes, sublinhando o Holocausto como um evento único e alarmante.¹³¹

Em ambos os julgamentos, o impacto emocional foi significativo, mas sua finalidade se alterou: de ilustrar a brutalidade dos crimes de guerra nazistas, em Nuremberg, para vincular a responsabilidade pessoal de Eichmann aos horrores do genocídio, em Jerusalém.¹³²

O Julgamento de Nuremberg estabeleceu precedentes jurídicos fundamentais, mas deixou em segundo plano o reconhecimento do sofrimento das vítimas. A memória do Holocausto não era o foco central, os testemunhos humanos foram instrumentalizados para construir um caso jurídico e político contra os líderes nazistas. Antes do julgamento de Eichmann, Douglas sugere que a posição do sobrevivente era de uma "vítima passiva",

¹³⁰ DOUGLAS, 2001, p. 21; 195.

¹³¹ *Ibidem*, p. 97-100.

¹³² As imagens dos crimes contra a humanidade foram interpretadas de forma magistral pelo cineasta Alain Resnais em *Noite e neblina* (1955). Sua obra justapõe registros do contexto de acumulação de imagens usadas no julgamento e novas imagens que foram coletadas cerca de dez anos depois pelo diretor. O marcador dessa transição temporal foi a película colorida de Resnais se opondo ao preto e branco dos soldados que registraram em suas modestas câmeras as cenas caóticas que emergiam das ruínas dos campos de concentração. Essas transições se conectam pelo uso de *travelling* e da narração em *off* que criam um diálogo sobre a memória dos espaços dos campos, das padarias, das ruínas, dos muros e arames farpados, das imagens desérticas que apresentam uma aura espectral particular ao serem cruzadas com os fotogramas em preto e branco. Essa memória diz respeito a uma dor coletiva generalizada, não restringindo-se à subjetividade do sofrimento judeu e do extermínio contra esse povo, mas condenando, denunciando e rememorando o crime contra a humanidade. FELDMAN, 2016.

cujas experiências eram vistas como histórias trágicas, mas que tinham pouco peso como evidência objetiva nos tribunais. Isso refletia uma visão legalista que enfatizava provas documentais e não depoimentos pessoais, como base para a condenação. As testemunhas eram frequentemente tratadas com um certo grau de ceticismo, especialmente porque seus relatos podiam ser vistos como parciais ou exagerados, dada a intensidade do trauma que vivenciaram.

O impacto emocional, embora presente em ambos os processos, teve suas finalidades alteradas: migrou da mera ilustração da brutalidade nazista para a vinculação da responsabilidade pessoal do carrasco aos horrores específicos do genocídio. Essa transição da imagem-ilustração para a imagem-prova foi fundamental para consolidar o novo estatuto da testemunha, pavimentando o caminho para que o sobrevivente passasse a ser visto como uma autoridade moral e histórica.

Para o cenário brasileiro, essa mudança de paradigma foi o que permitiu que relatos como o de Stanislaw Szmajzner, que já preparava seu testemunho jurídico em 1961 sob o impacto desse mesmo contexto, deixassem de ser vistos apenas como memórias traumáticas e assumissem a função de peças de acusação, capazes de identificar e condenar carrascos específicos ocultos no país.

2.3. A revolução testemunhal a partir do julgamento de Eichmann

Por que Stanislaw Szmajzner e outros sobreviventes decidiram romper décadas de silêncio? O julgamento de Eichmann está no centro dessa questão.

Anette Wieviorka descreve o período inicial após a Segunda Guerra Mundial como um tempo marcado por um "pacto de silêncio" ou "grande silêncio", no qual a voz do sobrevivente ainda não tinha um lugar na esfera pública. Segundo suas fontes, ela demonstra que, embora houvesse uma necessidade dos sobreviventes de contar o que viveram, a recepção da sociedade foi de incredulidade ou indiferença, gerando na França uma resposta negativa após a primeira onda de relatos.¹³³ A sociedade do pós-guerra desejava "virar a página". Nos anos 1950, na França, por exemplo, leis de anistia foram votadas para promover o esquecimento oficial sobre a colaboração com o regime de

¹³³ WIEVIORKA, Annette. *The era of the witness*. Tradução de Jared Stark. Ithaca; Londres: Cornell University Press, 2006, p. 72-73; LOTHE, Jakob; SULEIMAN, Susan Rubin; PHELAN, James (Ed.). *After Testimony: the ethics and aesthetics of Holocaust narrative for the future*. Columbus: The Ohio State University Press, 2012, p. 221.

Vichy, o que autores chamam de "amnésia comandada" ou "reprimida", impedindo até mesmo os historiadores de produzirem uma elaboração sobre o período.¹³⁴

A "era do testemunho", conceito cunhado por Wieviorka, define um fenômeno histórico e cultural iniciado em 1961 com o julgamento de Adolf Eichmann em Jerusalém, marcando a transição da memória do Holocausto de um registro burocrático e documental para uma narrativa centrada na voz e no rosto do sobrevivente. Antes desse marco, o período do pós-guerra foi caracterizado por um "pacto de silêncio", no qual os relatos das vítimas eram recebidos com incredulidade ou apatia, e a justiça de Nuremberg priorizava a "frieza" dos documentos produzidos pelos perpetradores em detrimento da subjetividade da vítima.¹³⁵ Segundo a autora, o julgamento de 1961 rompeu essa inércia ao projetar o sobrevivente como um "homem-memória" (*un homme-mémoire*), uma autoridade social e histórica que não apenas atesta fatos, mas personifica a continuidade do passado no presente, transformando a vítima em uma peça de acusação ativa e incontornável.¹³⁶

Em 1961, em Jerusalém, o promotor-chefe Gideon Hausner deliberadamente colocou os depoimentos no centro do processo, transformando o tribunal em um palco para narrar as atrocidades do Holocausto e educar o público global. Hausner enfatizou que o julgamento não visava apenas condenar um homem pela sua fria burocracia, mas dar voz às vítimas que não puderam testemunhar, restaurando sua dignidade e preservando a memória histórica.¹³⁷

Como destaca o historiador Lawrence Douglas, a partir desse marco, os depoimentos passaram a ser reconhecidos como fontes cruciais de evidência histórica e pedagógica, deixando de ser meros "subprodutos" emocionais para se tornarem o componente central na compreensão da magnitude dos crimes nazistas. O tribunal passou a funcionar, assim, como um veículo para a história dos sobreviventes, propondo uma teoria radical de julgamento baseada na recuperação da memória coletiva. Douglas compreende que a atuação dos depoimentos no julgamento de Eichmann não se destinava apenas a determinar a culpa do réu, mas sim a restaurar a dignidade das vítimas e preservar a memória histórica. Assim, a partir de 1961, se propõe uma teoria radical de

¹³⁴ SULEIMAN, Susan Rubin. *Crises of memory and the Second World War*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2006, p. 122.

¹³⁵ WIEVIORKA, 2006, p. 56-59.

¹³⁶ *Ibidem*, p. 88.

¹³⁷ DOUGLAS, 2001.

juízo, no qual o tribunal funciona como um veículo para a história dos sobreviventes.¹³⁸

Essa "revolução testemunhal" teve ecos imediatos e profundos no Brasil, fornecendo o estatuto de prova e autoridade que faltava aos relatos escritos anteriormente. Um exemplo foi o lançamento imediato de *Sob o tacão de Eichmann* (1961), do sobrevivente Sammy Pulver.¹³⁹ Com a virada de Jerusalém, o mercado editorial brasileiro participou desse processo ao publicar as trajetórias de autores como Pulver, Ben Abraham e Joseph Nitchhauser. A decisão de escrever no Brasil não foi apenas uma resposta a mudanças institucionais, mas uma necessidade de delinear fronteiras entre o passado traumático e o presente e apostar na justiça contra o esquecimento.¹⁴⁰ No caso de Stanislaw Szmajzner, essa transição foi ainda mais específica: seu primeiro registro escrito data justamente de 1961, concebido originalmente como um documento jurídico para o processo em Israel.¹⁴¹

Essa nova centralidade conferida à palavra, contudo, impôs desafios complexos à estrutura do tribunal em Jerusalém. Ao buscar equilibrar o uso de testemunhos poderosos e emocionalmente densos com a necessidade de preservar a integridade processual, o julgamento de Eichmann operou sob uma tensão constante entre o desejo ético de honrar a memória das vítimas e a exigência técnica de permanecer nos limites da prova jurídica. Como observa Lawrence Douglas, o testemunho passou a ser valorizado não apenas como evidência factual, mas como um ato de resistência ao esquecimento e um elemento essencial para a justiça histórica, ainda que nem sempre guardasse relevância direta para o desfecho estritamente legal do caso.

Sob uma perspectiva crítica, Shoshana Felman pondera que esse modelo de julgamento, ao buscar uma finalidade pedagógica, acabou por perpetuar um ciclo traumático de repetição do evento catastrófico. Para a autora, o tribunal, em certa medida, falhou em propor uma leitura verdadeiramente revolucionária para o futuro ao reproduzir uma história de caráter conservador e monumental. Nessa visão, o sofrimento judaico foi

¹³⁸ DOUGLAS, 2001, p. 106.

¹³⁹ PULVER, Sammy. *Sob o tacão de Eichmann: como escapei do massacre*. São Paulo: Autores Reunidos, 1961.

¹⁴⁰ ABRAHAM, Ben. *...e o mundo silenciou*. São Paulo: Sherit Hapleita, 1972; NICHTHAUSER, Joseph. *Quero viver...* Memórias de um ex-morto. São Paulo: Empresa Editorial RICLA, [1972-1974?]; NICHTHAUSER, Joseph. *Quero viver...* Memórias de um ex-morto. Petrópolis: Vozes, 1976.

¹⁴¹ JUDEU RESIDENTE NO BRASIL OFERECE TESTEMUNHO PARA PROVAR CULPA DE EICHMANN. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 4, 14 mar. 1961. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_08/16158. Acesso em: 4 abr. 2023.

narrado como uma sucessão teleológica de horrores que parecia simplificar a inexorabilidade da "Solução Final", como se o extermínio fosse um estágio doloroso, porém inevitável, para a fundação do Estado de Israel.¹⁴²

Essa discussão sobre a tensão entre a emoção do relato e a objetividade da prova é fundamental para compreendermos a singularidade de Stanislaw Szmajzner no cenário brasileiro. Se autores como Ben Abraham utilizavam a escrita como um "escudo" contra o esquecimento e uma ferramenta de militância pedagógica, Szmajzner soube navegar pela fenda aberta por Jerusalém para transformar sua memória em algo mais do que um registro de sofrimento.

Essa tensão entre o dever de memória e o rigor do processo jurídico encontra seu ponto de crítica mais contundente na obra de Hannah Arendt. Em *Eichmann em Jerusalém*, a filósofa erige uma análise severa ao recurso das testemunhas no julgamento, argumentando que o teor particular, subjetivo e invariavelmente emocional dos relatos tendia a "contaminar" a integridade do processo legal. Para Arendt, a incapacidade de muitos sobreviventes em narrar os acontecimentos de forma linear e, sobretudo, a dificuldade em desenrolar reminiscências puras na contemporaneidade colocavam em xeque a função estritamente judiciária do tribunal.

O exemplo paradigmático dessa crítica reside no testemunho de Yehiel De-Nur, conhecido como Ka-Tzetnik. Arendt questionou a validade de seu depoimento pela "[...] rara capacidade de distinguir entre coisas que aconteceram com o narrador mais de dezesseis, algumas vezes vinte, anos antes, e tudo o que havia lido e ouvido e imaginado entrementes".¹⁴³ Sob essa ótica, o sobrevivente, imerso nos "fantasmas do passado", tornava-se incapaz de dissociar a experiência vivida daquela processada ao longo dos anos, o que culminou na incapacidade de De-Nur em responder objetivamente às perguntas da corte.¹⁴⁴ O argumento de Arendt trazia à tona questões incômodas: qual seria o fundamento para convocar tais vozes se não para transformar o julgamento em um espaço de memória e um espetáculo teatral? Onde residiria o processo legal ao qualificar figuras que pareciam falar mais à emoção do público do que à prova dos autos?

¹⁴² FELMAN, 2014, p. 195.

¹⁴³ ARENDT, 1999, p. 245.

¹⁴⁴ É significativo apontar que Arendt questiona a falta de testemunhas que poderiam contribuir diretamente para o caso Eichmann. A filósofa menciona que a promotoria escolheu convocar para o tribunal apenas testemunhas com reconhecimento público, deixando de lado sobreviventes que poderiam ter tido algum contato direto com Eichmann. Porém, cabe salientar que De-nur de fato teve um contato direto com Eichmann em Auschwitz e poderia ter contribuído para o processo caso não tivesse tido um mal súbito. FELMAN, Shoshana. *O inconsciente jurídico*. São Paulo: Edipro, 2014, p. 154-158. ARENDT, *op.cit.*, p. 198-199.

Curiosamente, Arendt não conduz o mesmo rigor crítico ao problematizar a "falta de memória" do próprio Adolf Eichmann. O réu, que alegava não se lembrar de ocorrências de grande valor estratégico e moral, não era visto pela filósofa como um carrasco que convenientemente esquecia o que era incriminador. Para Arendt, a amnésia de Eichmann era generalizada, poupando apenas episódios triviais de sua carreira burocrática; foi nesse esquecimento sistêmico, e não em uma maldade demoníaca, que ela fundou a sua tese sobre a banalidade de Eichmann.¹⁴⁵

Sob a ótica jurídica, Arendt sustenta uma postura conservadora colocando os usos de testemunhas oculares em um papel secundário ao delimitar que a justiça não possui uma função vingadora. Portanto, não deve se pautar na reivindicação da dor ou do sofrimento judeu como base legal, nem ser instrumentalizada para fins políticos que transcendam o réu em julgamento.¹⁴⁶ Por outro lado, a filósofa assume uma perspectiva histórica revolucionária ao questionar a própria representação oficial que tentava enquadrar o evento em uma narrativa política pré-estabelecida. Para Arendt, a memória não resulta de um processo objetivo e distanciado; pelo contrário, trata-se de um reordenamento da experiência com o real que, atravessado pela subjetividade e pelo trauma, torna-se um objeto passível de imaginação.

Na perspectiva de Shoshana Felman, a análise de Hannah Arendt sobre o processo de Jerusalém revela uma posição de profunda dualidade. Em primeiro lugar, sua posição jurídica é conservadora e, em segundo, Arendt apresenta uma postura histórica revolucionária ao questionar a representação conservadora que instrumentalizou o julgamento para fins políticos. Cabe ressaltar que o julgamento teve uma função política, pedagógica e histórica ao transformar o julgamento de Eichmann no julgamento do extermínio do povo judeu praticado pelos nazistas, nesse contexto, totalizando os crimes nazistas na figura de Eichmann:

¹⁴⁵ Apesar dos críticos considerarem o argumento de Arendt uma grande contribuição, a abordagem da banalidade do mal foi matizada por estudiosos por simplificar ou generalizar aspectos históricos, ideológicos e sociais que são cruciais para entender a perpetração das atrocidades praticadas pelos agentes do nazismo. Autores como Berel Lang e Joseph Beatty argumentam que a banalidade ou a "inabilidade de pensar" em Eichmann subestima fatores internos (reflexão crítica) e externos (pressões sociais e ideológicas) que interagem para moldar o comportamento humano, especialmente em contextos de violência e autoritarismo. Lang e Beatty argumentam que essa visão minimiza a responsabilidade de Eichmann, que desempenhou ativamente seu papel na implementação da Solução Final. Cf. LANG, Berel. *Hannah Arendt and the politics of evil*. In: HINCHMAN Lewis P; HINCHMAN, Sandra K. *Hannah Arendt: critical essays*. Albany: State University of New York Press, 1994; BEATTY, Joseph. *Thinking and moral considerations: Socrates and Arendt's Eichmann*. In: HINCHMAN, Lewis P; HINCHMAN, Sandra K. *Hannah Arendt: critical essays*. Albany: State University of New York Press, 1994.

¹⁴⁶ FELMAN, 1999, p. 16-17.

Porque essa acusação tem por base o que os judeus sofreram, não o que Eichmann fez. E, segundo o sr. Hausner, essa distinção seria irrelevante, porque “só houve um homem que se dedicou quase exclusivamente aos judeus, cuja ocupação foi sua destruição, cujo papel no aparelho do regime iníquo se limitou a eles. E esse homem foi Adolf Eichmann”.¹⁴⁷

Para explicar a magnitude dessa condução, Shoshana Felman argumenta que o julgamento operou uma monumentalização da história do sofrimento judeu, cristalizando eventos traumáticos na memória coletiva global. Essa ideia de monumentalização histórica refere-se à capacidade dos tribunais de, ao acolherem testemunhos e condenarem crimes, auxiliarem na fixação de eventos na consciência pública, transformando o recinto judiciário em uma arena onde a história é simultaneamente recontada e preservada. Ao converter o processo em um evento público de grande alcance, o tribunal não estava apenas aplicando a lei, mas moldando ativamente a narrativa histórica.

Para Felman, essa monumentalização desempenhou um papel duplo: por um lado, promoveu o reconhecimento jurídico das atrocidades cometidas e, por outro, buscou criar um espaço simbólico onde a sociedade pudesse processar seu trauma coletivo.¹⁴⁸ A autora sustenta que o tribunal funcionou como um "teatro da justiça", no qual a dramatização pública do processo serviu para monumentalizar a dor das vítimas. Ao permitir que os sobreviventes falassem, a corte ajudou a transformar memórias individuais em partes fundamentais da história coletiva, garantindo que tais eventos não fossem relegados ao esquecimento.

O estabelecimento desse espaço para a veiculação das vozes dos sobreviventes inaugurou uma forma inédita de reivindicação histórica e jurídica para os judeus vitimados pelo regime nazista. Na perspectiva de Felman, o julgamento de Eichmann foi revolucionário ao fundar uma linguagem jurídica em favor das vítimas, sobrepondo-se ao silêncio imposto pelos mortos, ao negacionismo dos opressores e à incredulidade dos vivos. Assim, aqueles que foram chamados a depor no tribunal não narraram apenas para

¹⁴⁷ ARENDT, 1999, p. 16-17.

¹⁴⁸ Sobre o termo monumentalização, Felman recorre a Nietzsche em *O uso e o abuso da história para vida*. Ela admite que emprega o termo “monumento” com uma certa liberdade, pois Nietzsche se refere a ele para caracterizar uma história heroica, nacional e oficial, escrita para se referir às grandes personalidades, às guerras e aos conflitos internacionais. Walter Benjamin também se utiliza dessa retórica para nomear a história do cronista que narra a história dos vencedores e esquece os vencidos. A forma como Felman utiliza o termo é diametralmente oposta. Ela se apropria do termo de história monumental para referir-se a um *ethos* que cristaliza um monumento da “escrita dos mortos”, construído para contemplar a justiça aos 6 milhões de mortos pelos ignóbeis nazistas. O monumento se configura no empreendimento de um ato de justiça histórica em favor daqueles que foram assassinados pelo projeto nazista. FELMAN, 2014, p. 155-157.

provocar comoção sobre traumas particulares, mas para enunciar um trauma coletivo que passava a integrar o debate jurídico e histórico mundial.¹⁴⁹

A transição entre os julgamentos de Nuremberg e de Jerusalém consolidou, portanto, uma mudança fundamental no estatuto da testemunha. Se, em 1945, o sobrevivente ocupava um papel de suporte marginal e secundário diante da hegemonia dos documentos oficiais, em 1961 ele evoluiu para o centro do processo, refletindo uma nova compreensão da relação entre justiça, memória e história. Essa transformação não foi apenas de ordem jurídica, mas operou uma revolução cultural e pedagógica, alterando a forma como o Holocausto era lembrado e como os tribunais podiam servir como espaços de reconhecimento do sofrimento humano.

O julgamento de Eichmann marcou o entendimento da catástrofe ao transformá-la de um evento registrado por arquivos frios em uma narrativa viva, construída com base na voz das vítimas. Antes desse marco, conforme sugere a historiografia, a posição do sobrevivente era a de uma "vítima passiva", cujas histórias trágicas tinham pouco peso como evidência objetiva; após Jerusalém, ele emergiu como uma autoridade histórica e moral.

No Brasil, essa mudança de paradigma foi o motor que impulsionou autores como Stanislaw Szmajzner a converterem seus manuscritos em livros-testemunho. A gênese de sua obra, em especial, não nasceu apenas do desejo de lembrar, mas da percepção de que, sob esse novo estatuto, seu relato poderia funcionar como uma peça de acusação judicial. Ao participar do movimento que reforçou a reivindicação das vítimas no processo de justiça, Szmajzner conectou a "revolução testemunhal" de Jerusalém à necessidade urgente de identificar e punir carrascos nazistas que, a exemplo de Eichmann, haviam buscado refúgio e anonimato em solo sul-americano.

Encerrado o ciclo do carrasco na cabine de vidro em Jerusalém e selada sua sentença em 1962, uma questão inquietante permanece suspensa no ar: para onde foram os ecos daquele tribunal? Se a voz do sobrevivente finalmente conquistou o direito de ser ouvida como autoridade, por que essa "onda" de memórias escolheu justamente o solo brasileiro para quebrar um silêncio que já durava décadas?

Nas sombras de uma vida cotidiana em cidades brasileiras, sobreviventes como Sammy Pulver, Joseph Nighthaus e Ben Abraham transformavam suas lembranças fraturadas em relatos escritos. O que, afinal, teria sido o "gatilho" para que esses homens,

¹⁴⁹ FELMAN, 2014, p. 161-167.

até então anônimos, decidissem traçar o mapa de sua própria escrita? Estariam eles apenas buscando desenhar uma fronteira intransponível entre o pesadelo de Auschwitz e a nova vida nos trópicos, ou haveria uma intenção mais profunda, uma militância silenciosa que aguardava o momento exato para confrontar o esquecimento?

A investigação nos leva a um rastro editorial intrigante: em 1961, enquanto o mundo ainda processava os depoimentos de Jerusalém, surge nas livrarias brasileiras uma obra de título provocativo: *Sob o tacão de Eichmann*. Por que Sammy Pulver utilizou o nome do carrasco como um ímã para sua própria tragédia? Seria essa apenas uma estratégia de *timing* do mercado, uma metonímia editorial para atrair olhos curiosos, ou o nome de Eichmann servia como uma senha para denunciar outros "Eichmanns" que caminhavam, invisíveis, pelas ruas de São Paulo ou do Rio de Janeiro?

E, no centro desse mistério, surge a figura de Stanislaw Szmajzner. O que seu depoimento técnico traz à tona? E como o seu livro pode se relacionar a esse primeiro depoimento? As respostas para essas indagações estão, sobretudo, nos próprios livros, no relato, nas entrelinhas dos prefácios e nas motivações de uma geração que descobriu que, após Eichmann, o testemunho não era apenas um ato de lembrança, mas uma peça de uma engrenagem maior de justiça e responsabilização.

A trama que se descortina assemelha-se a um abalo sísmico, cujo epicentro foi o julgamento de Eichmann. O impacto desse evento produziu fissuras que se propagaram muito além de Jerusalém, alcançando também o Brasil. Por meio dessas fraturas, tornou-se visível um mapa da memória até então oculto, que permite compreender como o testemunho dos sobreviventes passou a emergir, articular-se e ganhar forma pública no espaço brasileiro.

2.4. Testemunhar após Eichmann: sobreviventes judeus e escrita no Brasil

A partir da década de 1960, as vozes desses sobreviventes começaram a ganhar visibilidade com a publicação de seus relatos no Brasil. Obras como *Sob o tacão de Eichmann*, de Sammy Pulver (1961), *Inferno em Sobibor*, de Stanislaw Szmajzner (1968), *Quero viver... memórias de um ex-morto*, de Joseph Nighthaus (publicado entre 1972 e 1974), e *...e o mundo silenciou*, de Ben Abraham (1972), oferecem distintas perspectivas sobre a sobrevivência à brutalidade nazista. Essas narrativas, concebidas em território brasileiro, não apenas registram a vivência das atrocidades praticadas pelos nazistas, mas

também refletem sobre a interação desses sujeitos com seu passado doloroso em um novo e diverso contexto geográfico e social.

A partir da década de 1960, sobreviventes do extermínio judeu, que viviam no Brasil, começaram a ter seus relatos publicados. Essas obras narram a experiência da sobrevivência à violência nazista em circunstâncias diferentes, apresentando cidades invadidas pelos nazistas, a formação de guetos, campos de trabalho, campos de extermínio, o *front* de guerra, a violência e o sadismo dos carrascos.

O primeiro livro foi publicado em 1961, sob o título *Sob o tacão de Eichmann: como escapei do massacre*. Nele, o autor, Sammy Pulver, narra o massacre ocorrido em Iasi, cidade da Romênia, e sua experiência como soldado do exército soviético na Segunda Guerra Mundial. O segundo livro é o nosso *Inferno em Sobibor: a tragédia de um adolescente judeu*, que saiu, como visto, em 1968. Escrito por Szmajzner, nele o autor narra sua história de sobrevivência no gueto de Wolwonice, sua experiência no campo de extermínio de Sobibor e sua fuga após o levante que ocorreu nesse campo. O terceiro livro publicado em 1972 é *...e o mundo silenciou*, de Ben Abraham (pseudônimo de Henry Nekrycz), que narra sua sobrevivência ao gueto de Lodz e a campos de concentração como Auschwitz e Birkenau. Por fim, *Quero viver... memórias de um ex-morto*, escrito por Joseph Nithausen e publicado entre 1972 e 1974, narra como ocorreu a invasão alemã na Polônia, principalmente em sua cidade natal, Andrychow, e depois sua experiência como prisioneiro em oito campos de concentração diferentes, entre eles Auschwitz e Buchenwald.¹⁵⁰

2.4.1. *Sob o tacão de Eichmann: a publicação de um testemunho de sobrevivente no Brasil durante o julgamento de Jerusalém*

Sammy Pulver, ao imigrar para o Brasil, se tornou conhecido como árbitro de jogos de futebol. Em 1960, atuando como árbitro e bandeirinha, ele ganhou espaço nos jornais devido a uma decisão polêmica em um jogo, a qual o levou a registrar uma queixa na polícia de São Paulo por uma ameaça feita contra a sua vida. Foi somente no ano seguinte que passou à condição de escritor, ganhando relativo destaque na imprensa, em coquetéis de escritores e até na mídia televisiva.

¹⁵⁰ A data de publicação do livro é incerta. A única marcação de data dentro da obra é do prefaciador, em 1972, porém, somente encontramos divulgações do livro a partir de 1974.

O ano de 1961 representa um divisor de águas para os sobreviventes do Holocausto, no Brasil. A primeira obra que se tem conhecimento editada e publicada no país foi a de Sammy Pulver, intitulada *Sob o tacão de Eichmann: como escapei do massacre*.

Sammy Pulver, o conhecido árbitro da extinta Taça Brasil (campeonato brasileiro de futebol), escondia sob o uniforme uma trajetória de horror iniciada em sua terra natal, Iasi, na Romênia. Seu relato inicia em junho de 1941, quando ele testemunhou a transformação de seus vizinhos, no momento em que o governo local se alinha ao lado alemão na guerra. O clima na cidade tornou-se sufocante, marcado por uma "acusação invisível" de culpa que pairava sobre a comunidade judaica. Na noite de 28 de junho, Pulver foi despertado por batidas violentas em sua porta; ao abrir, encontrou seu antigo amigo Nico, acompanhado de soldados. Em um gesto de traição, Nico esgarçou em sua face, espancou-o com uma clava e gritou: "Saia, judeu imundo!".¹⁵¹

Pulver foi separado de sua família e forçado a marchar em direção ao centro da cidade junto com milhares de outros judeus. Durante o trajeto, houve um bombardeio russo; Pulver escondeu-se, mas, por uma decisão que amaldiçoaria por anos, decidiu não fugir e retornou ao grupo. Ao longo do caminho, testemunhou cenas atroz, "a uns cinquenta metros de nós jazia ao solo um homem em trajes sumários, com os miolos expostos, e com expressão de quem dormisse. A calçada, a sua volta, vermelha de sangue. Enxames de moscas esvoaçavam sobre o líquido viscoso, e quase preto".¹⁵² Ao chegarem à chefatura policial, os prisioneiros foram submetidos a um "corredor de polônês" de espancamentos que durou a noite inteira, do qual Pulver sobreviveu apenas pelo cansaço físico dos carrascos.

Após o massacre inicial, os sobreviventes foram amontoados em vagões de trem apertados em direção a Podul Iloaiei; aqueles que não cabiam eram assassinados ali mesmo. De lá, foram enviados para campos de trabalho forçado, onde Pulver enfrentou a fome e o desaparecimento constante de colegas. Com o desmonte desse campo, os prisioneiros foram forçados a marchar 320 quilômetros sob a neve em direção a Lisa, sendo que os retardatários eram executados pelos soldados romenos no caminho.

Após um breve e doloroso retorno a Iasi, onde reencontrou sua mãe e avó, Pulver foi recrutado para o trabalho forçado no *front* de guerra. Ele viveu a rotina brutal das bombas e balas, sendo obrigado a executar a tarefa tétrica de retirar as roupas de cadáveres

¹⁵¹ PULVER, 1961, p. 23.

¹⁵² *Ibidem*, p. 33.

encontrados pelo caminho. Após ser preso sob suspeita de espionagem em Constança e enfrentar a ameaça de fuzilamento, decidiu fugir para o lado russo em busca de vingança. Em 1942, rendeu-se aos soviéticos, passou por um processo de "desnazificação" e recebeu treinamento militar, transformando-se de um jovem assustado em um soldado robusto e barbudo do Exército Vermelho.

Como soldado, Pulver participou de combates reais contra os alemães, chegando finalmente à sua cidade natal em agosto de 1945. Ao encontrar sua casa em escombros e sua mãe e irmãos desaparecidos, sentiu desprezo pela cumplicidade dos romenos locais e decidiu que não poderia permanecer na Europa. “Eu desprezava, sim, tudo o que se achava em meu redor: Iassy, Rumânia, sua gente, seus hábitos, sua língua. Sentia-me estranho no meu país, refugiado em minha própria casa, nojo profundo dentro de mim.”¹⁵³ Foi nesse período que reencontrou Nico na porta de um cinema:

Comecei a tremer e quase caí. Encostei-me à parede. [...] Ainda paralisado, eu continuava a fitá-lo, atônito e indeciso entre a eclosão de um ódio antigo e o receio dos efeitos que meus atos pudessem acarretar, pois à minha frente estava êle, Nico, [...]. Sentia o coração aos socos dentro do peito ao ter, impotente, em minha mão, à mercê de meu capricho, o meu judas. Precisava matá-lo. [...] E só então que consegui articular algumas palavras: “– Como vai, Nico? Lembra-se de mim?” Olhava-me intrigado, sem responder.¹⁵⁴

O antigo amigo, agora aterrorizado, prostrou-se a seus pés, beijando suas botas e implorando por misericórdia. Pulver permitiu que civis locais o espancassem quase até a morte como parte de sua vingança, afastando-se em seguida.

Depois disso, Pulver descobriu que Nico ficou hospitalizado por algumas semanas e quase morreu. Com o passar do tempo, Pulver se pegava pensando: “Onde estaria ele? Que estaria fazendo?”¹⁵⁵ Perguntas que não tinham respostas. Um dia, olhando-se no espelho, Pulver não se reconheceu, não conseguia acreditar que aquele reflexo era o seu e que nada mais o ligava a alguém naquele lugar. O narrador, o Pulver que escrevia, procura expor as motivações que crê serem necessárias à partida da cidade de Iasi: “Querida deixar a Rumânia, desejava partir para um lugar onde pudesse esquecer, refazer-me emocionalmente, viver novamente como humano”.¹⁵⁶

¹⁵³ PULVER, 1961, p. 233.

¹⁵⁴ *Ibidem*, p. 239-240.

¹⁵⁵ *Ibidem*, p. 241.

¹⁵⁶ *Ibidem*.

Determinado a recomeçar a vida, nosso narrador apresenta o contexto das notícias enquanto decidiu fugir da Romênia. Fala dos noticiários abordando o lançamento da bomba de Hiroshima e Nagasaki, da descoberta dos horrores das câmaras de gás, dos campos de concentração e do processo de Nuremberg que começava a julgar as altas lideranças nazistas. Sobre a existência de nazistas foragidos, confessa sua ignorância, lembrando que “Falava-se muito de um tal Eichmann, que estava foragido.”¹⁵⁷.

Embora o nome de Adolf Eichmann estampe o título da obra de Sammy Pulver, o oficial nazista não atua como um personagem na narrativa, sendo citado apenas três vezes em todo o livro, sem receber qualquer destaque central. Pulver relata que ouviu os nomes de Eichmann e Himmler pela primeira vez durante uma visita a Iasi ainda na guerra, mas, naquele momento, tratava-se apenas de nomes distantes que deveriam ser "temidos e respeitados", sem que o autor conhecesse seus propósitos de extermínio. No pós-guerra, o nome reaparece quando Pulver toma conhecimento de que Eichmann era um foragido e, por fim, em uma reflexão sobre o "novo judeu" que não permitiria o surgimento de novos “Hitlers ou Eichmanns”.

Nesse momento, recebia a notícia da luta do povo de Israel na Palestina contra o domínio britânico em 1946. Ele enxergava nesse “novo judeu” uma renovação, um recomeço depois da hecatombe, em suas palavras, um ressurgir das cinzas que fortaleceu o povo judeu contra o autoritarismo: “[...] o novo judeu jamais permitiria novos *pogroms*, jamais morreria sem lutar [sic.] em fornos crematórios. Jamais permitiria o nascimento de novos Hitlers, nem novos Eichmanns”.¹⁵⁸

O episódio do reencontro com Nico serve como o núcleo dramático que ilustra a transição da "vítima passiva" para o sobrevivente senhor de sua narrativa. Nico, o antigo amigo que traíra Pulver com um cuspe na face e golpes de clava no início do massacre em Iasi, é reencontrado anos depois em uma posição de absoluta humilhação. No reencontro com Nico, Pulver permite que a multidão espanque o agressor, afastando-se em seguida. Essa "justiça de rua" reflete o desprezo que o autor sentia pela cumplicidade civil na Romênia. Pulver utiliza o reencontro com Nico para fundamentar sua reflexão sobre o "novo judeu". Ele argumenta que esse novo sujeito, ressurgido das cinzas, jamais aceitaria a "submissão total" e a "covardia absoluta" do passado.¹⁵⁹ No entanto, ao escrever o livro em 1961, Pulver reconfigura esse ato de vingança em uma leitura a

¹⁵⁷ PULVER, 1961, p. 241.

¹⁵⁸ *Ibidem*, p. 259.

¹⁵⁹ *Ibidem*, p. 258-259.

contrapelo, anacrônica, da responsabilização trazida pelo caso Eichmann. A problematização aqui é que a autoridade do sobrevivente em 1961 serve para "limpar" a imagem da passividade traumática, apresentando um sobrevivente que agora é forte, militarizado, como soldado do Exército Vermelho, e sionista, vigilante contra "novos Eichmanns".

No fim de seu relato, Pulver viajou para a Itália, onde tentou obter um visto para os Estados Unidos, mas as cotas estavam esgotadas. Inicialmente relutante em vir para o Brasil por considerá-lo um "país selvagem", ele mudou de ideia após assistir ao filme *Saludos amigos*, de Walt Disney, ficando encantado com a imagem das terras tropicais. No dia 6 de janeiro de 1947, embarcou no navio *Andréa Gritti* em Gênova, chorando ao se despedir do passado perdido enquanto navegava rumo ao Brasil para iniciar uma nova vida.

O narrador se despede retratando a sua contemporaneidade à luz do passado vivido. Quinze anos haviam se passado e foi possível viver uma vida completamente outra ao ter atravessado o oceano: "E a cada vez que o lazer me permite a cinematográfica retrospectiva de meu passado, eu murmuro involuntariamente: 'OBRIGADO, BRASIL'".¹⁶⁰

A publicação de *Sob o tacho de Eichmann: como escapei do massacre* (1961) pela editora Autores Reunidos não foi um evento fortuito, mas uma resposta imediata à "transformação testemunhal" disparada pelo tribunal em Jerusalém. Para compreendermos por que esse livro alcançou as prateleiras no exato momento em que o mundo voltava seus olhos para a cabine de vidro em Israel, é preciso mergulhar naquilo que a teoria literária chama de "zona indecisa": os paratextos que cercam o relato de Sammy Pulver.¹⁶¹

Nessa fronteira entre o interior e o exterior da obra, composta pelo título, pela epígrafe e pelo prefácio, realiza-se uma complexa transação de sentido que orienta a leitura diante da figura do carrasco. O fenômeno é intrigante: Adolf Eichmann não é o tema do relato e sequer atua como personagem na narrativa de Pulver, sendo citado apenas três vezes em momentos pontuais. Contudo, é no título que sua figura assume um protagonismo absoluto, exercendo o que se define como a metonímia do extermínio, ao não se diferenciar a execução da Solução Final da personagem Eichmann.

¹⁶⁰ PULVER, 1961, p. 266.

¹⁶¹ GENETTE, Gérard. Paratextos editoriais. Tradução Álvaro Faleiros, Cotia/São Paulo: Ateliê Editorial, 2009, p. 10-12.

É na epígrafe que Sammy Pulver estabelece o alicerce moral de sua obra, reivindicando sua autoridade como sobrevivente para fundar um posicionamento contundente diante do tribunal de Jerusalém. Mais do que uma abertura literária, esse texto funciona como um elo entre as cicatrizes de seu passado sensível e um presente que exige a publicização de seu relato. Ao articular sua dor individual, Pulver convoca a necessidade de sua voz ser ouvida não apenas como uma lembrança, mas como uma reivindicação jurídica e histórica:

Engoli, anos a fio, a saliva do amargor. Tenho gravadas na minha carne as cicatrizes das bestialidades de um credo desumano. Estive à beira do abismo, pronto a despencar num mundo de vícios e perdição. Meus olhos secaram de tanto chorar a desgraça dos meus. De tanto odiar, minha alma ficou seca, e de pedra o coração. O sangue dos meus, e o meu, tinge as mãos dos nossos carrascos. É por esta razão, adquirida à custa de tanto sofrimento, tenho o direito de exigir e exijo: NÃO MATEM EICHMANN!¹⁶²

Ainda que sua trajetória subjetiva não guarde relação direta com as ações específicas de Adolf Eichmann, uma vez que os horrores que Pulver viveu em Iasi foram perpetrados por agressores locais e pelo regime romeno, é por meio de sua sobrevivência à atrocidade nazista que ele funda sua identificação com a memória coletiva do Holocausto. A epígrafe revela que o autor se sente legitimado a falar pelo grupo; suas feridas físicas e o "coração de pedra" tornam-se o selo de autenticidade que o autoriza a pensar-se como alguém que esteve, simbolicamente, “sob o tacão de Eichmann”.

Dessa forma, a obra de Pulver representa o fenômeno do "Caso Eichmann" através das transformações que ocorrem na memória histórica coletiva em 1961. Ao posicionar o sofrimento judeu diretamente diante da figura do carrasco universal, o livro deixa de ser apenas uma biografia de sobrevivência para se tornar um manifesto do "novo judeu", que utiliza a própria dor como ferramenta para interpelar a justiça internacional. O pedido paradoxal de não execução do réu reforça a ideia de que, para Pulver, a preservação da memória e a exposição pedagógica do crime eram mais vitais do que a vingança imediata, transformando o tribunal em uma arena onde o sobrevivente finalmente assume o papel de protagonista da história.

O silêncio que envolveu Sammy Pulver nas décadas seguintes à sua chegada ao Brasil, em 1947, permanece como um território incógnito, assemelhando-se ao isolamento enfrentado por figuras como Primo Levi, que inicialmente viram seus relatos

¹⁶² PULVER, 1961, p. 7.

serem recebidos com indiferença ou esquecimento. Se Pulver se calou por falta de ouvintes ou se sofreu em um recolhimento privado, o fato é que o julgamento de Eichmann (1961) operou como o motor fundamental para que ele rompesse essa inércia. Aquilo que antes era "engolir em silêncio a saliva do amargor" transformou-se em uma urgência de escrita, permitindo que ele aproveitasse a captura do carrasco para tomar as rédeas de sua própria história e participar ativamente da revolução testemunhal que deslocava o foco dos documentos frios para a voz das vítimas.

O prefácio de sua obra expõe com clareza o efeito desencadeador da prisão de Adolf Eichmann; ao tomar conhecimento do evento pelos jornais, Pulver foi submetido a uma "retrospecção cinematográfica" involuntária de seu passado traumático.¹⁶³ Esse cenário midiático não apenas o impeliu a rememorar os mortos e a extrema violência de Iasi, mas também validou seu relato como parte de uma memória histórica coletiva que agora exigia visibilidade. Através dessa "metonímia de Eichmann", Pulver converteu sua dor individual em uma reivindicação pública, transformando-se no "novo judeu" que, ressurgido das cinzas, utiliza a escrita para garantir que a barbárie jamais se repita:

“Eichmann foi preso”, gritavam os jornais naquele dia de maio de 1960. “O assassino de seis milhões de judeus nas mãos de suas vítimas”. “Levado para Israel o idealizador da “Solução Final.” “O medo acompanhará de agora em diante os antigos membros da fatídica SS”. Foi então que eu lembrei. Lembrei os judeus mortos, ceifados pelo nazismo; lembrei os tormentos que precederam sua morte; lembrei as lágrimas que ainda marejam os olhos dos sobreviventes [...]. E mais do que tudo, lembrei a cidade de Iassy e a “pequena” parcela de judeus sacrificados. Porque a cidade de Iassy, foi minha cidade natal.¹⁶⁴

As manchetes que tomaram as bancas de jornais em maio de 1960 anunciando que o "assassino de seis milhões de judeus" estava finalmente nas mãos de suas vítimas não foram apenas notícias internacionais para os sobreviventes radicados no Brasil; elas funcionaram como uma chave que energizou e desencadeou as memórias que, por anos, permaneceram em um silêncio forçado ou voluntário. Para Sammy Pulver, o impacto foi imediato: as notícias sobre a captura do "idealizador da Solução Final" trouxeram à tona a lembrança pungente dos judeus ceifados pelo nazismo e, especialmente, da "pequena" parcela sacrificada em sua cidade natal, Iasi.

Esse despertar da memória ocorreu dentro de um contexto de espetacularização do tribunal, onde o julgamento de Eichmann tornou-se o primeiro grande evento jurídico

¹⁶³ PULVER, 1961, p. 266.

¹⁶⁴ *Ibidem*, p.11.

transmitido ao vivo pelo rádio e amplamente veiculado pela televisão.¹⁶⁵ Esse cenário midiático intenso permitiu que a população mundial, incluindo os imigrantes no Brasil, acompanhasse os discursos da promotoria e os rostos das testemunhas, transformando o tribunal em um "teatro da justiça" que validava o sobrevivente como uma autoridade moral e histórica.

Embora as sessões jurídicas ocorressem em Jerusalém, uma repaginação da memória processou-se em solo brasileiro através de uma repercussão que, embora geograficamente distante, foi decisiva para despertar relatos que permaneciam submersos. Foi a partir desse episódio sensível que Sammy Pulver estabeleceu as razões para retomar lembranças que o tempo e o silêncio da integração pareciam ter obscurecido, convertendo o trauma privado em um gesto público de testemunho.

O comentário do autor e, sobretudo, a arquitetura de sua obra sugerem que o relato deve ser lido sob a luz prismática do julgamento de Eichmann. Os paratextos de *Sob o tacho de Eichmann* ecoam as palavras do promotor Hausner: “[...] só houve um homem que se dedicou quase exclusivamente aos judeus, cuja ocupação foi sua destruição, cujo papel no aparelho do regime iníquo se limitou a eles. E esse homem foi Adolf Eichmann”.¹⁶⁶ Ao adotar essa perspectiva, o título e o prefácio da obra lançam mão da figura central do carrasco universal para conferir legibilidade e autoridade ao massacre específico de Iasi, garantindo que o público brasileiro reconhecesse a urgência daquela voz.

O papel do julgamento de Adolf Eichmann na construção e na configuração da memória social das atrocidades nazistas foi crucial, pois propôs uma moldura para transformar narrativas individuais em um fato político e social de alcance global. Esse evento não apenas julgou um criminoso, mas o evento, e validou o sobrevivente como uma autoridade moral, permitindo que projetos editoriais como o de Sammy Pulver erguessem camadas de significado onde o trauma individual se convertia em memória coletiva.

Contudo, essa memória que "ressurge" para o autor não é um exercício indolor; ela exige reviver cenas que quase o reduziram a um "farrapo humano". Pulver reconhece o peso de seu ato ao afirmar: “Sei que abrirei feridas, pois serei obrigado a lembrar fatos

¹⁶⁵ DOUGLAS, 2001, p. 103.

¹⁶⁶ ARENDT, 1999, p. 16-17.

dolorosos [...]”.¹⁶⁷ Ainda assim, o autor entende que lembrar é um imperativo para denunciar a existência latente de outros agressores que permanecem impunes.

Para Pulver, a figura de Eichmann no título de sua obra serve como um alerta para os “pequenos Eichmanns” que habitam o cotidiano, escondidos sob máscaras de anonimato:

Escondidos na grande massa anônima [sic], disfarçados sob as mais diversas máscaras, esperam. Seus olhos brilham de ódio. [...] E uma frase infalível, aflora constantemente em seus lábios; “SE EU PUDESSE MATAR O RESTO DOS JUDEUS” [...] Pequenos EICHMANNS que escondem debaixo do travesseiro os livros anti-semíticos, suave consolo para a sua covardia impotente. [...] E em seus cérebros minguados, pisca continuamente a pergunta que jamais os abandona: “Quando? Quando acontecerá novamente?”¹⁶⁸

Essa denúncia revela que o propósito de Pulver ao escrever em 1961 ultrapassava o simples relato de sobrevivência. Os “pequenos Eichmanns”, descritos por Sammy Pulver como figuras que escondem seu ódio sob máscaras de anonimato e livros antissemitas, representam uma ameaça latente que se esconde de forma sutil, mas persistente, no cotidiano. Nesse contexto, os paratextos da obra assumem um papel crucial ao funcionarem como uma “zona indecisa” que oferece chaves de leitura para além do relato pessoal, revelando discursos antes silenciados e explorando a complexa relação entre a memória individual, a coletiva, a história e a justiça.

Através dessa arquitetura textual, Adolf Eichmann torna-se o fio condutor narrativo que permite ao público brasileiro compreender as razões de Pulver ao descrever as atrocidades cometidas em Iasi. Embora o autor confesse o sofrimento de reviver um passado que preferiria esquecer, e que por vezes o reduziu a um “farrapo humano”, ele assume o fardo da lembrança pela necessidade ética de responsabilizar os criminosos e de se afirmar como o “novo judeu”.

Esse projeto editorial que organizou *Sob o tacho de Eichmann* permite que elementos externos transbordem para dentro da obra, como uma janela aberta que, pela força do vento, deixa que as partículas do cenário político e midiático de Jerusalém se infiltrem entre as páginas do relato. As notícias da captura de Eichmann e os discursos sobre a “Solução Final” adentram para o interior da narrativa de Pulver, fundindo-se às

¹⁶⁷ PULVER, 1961, p.13.

¹⁶⁸ *Ibidem*, p. 13.

memórias dos horrores de Iasi e dos campos de trabalho escravo, garantindo que sua dor particular encontre ressonância na esfera pública.

2.4.2. Apresentação e divulgação de *Sob o tacão de Eichmann*, em 1961

A divulgação de *Sob o tacão de Eichmann* nas mídias brasileiras, em 1961, constitui o exemplo mais nítido do que as fontes identificam como a estratégia editorial do *timing* e o aproveitamento do cenário midiático global montando com o julgamento em Jerusalém.¹⁶⁹

No dia 15 de maio de 1961, Sammy Pulver deu uma entrevista que marcou o momento em que a trajetória do sobrevivente foi subitamente alçada ao centro do debate público sob a luz do tribunal de Jerusalém. No programa *Record em notícias*, pelo canal 7, Clécio Ribeiro, apresentou o sobrevivente como:¹⁷⁰ “Sammy Pulver, diante das câmaras (sic), só pôde dar uma pálida ideia do que conta em seu livro extraordinário. Tendo vivido sob o tacão nazista, atirado em campos de concentração na Rumânia, conheceu Eichmann de perto [...]”.¹⁷¹

Marcos Rey, responsável pela cobertura no jornal *Última Hora*, elogiou a condução de Ribeiro e ressaltou os méritos da obra. No texto, Rey menciona que Pulver “conheceu Eichmann de perto”, o que evidencia a estratégia da imprensa de então, que buscava associar a figura do autor ao carrasco julgado em Israel.¹⁷² Tal recurso visava estreitar os laços históricos entre ambos, potencializando o interesse público em torno da notícia.

Essa construção midiática operava uma distorção fundamental em relação ao conteúdo real do livro. Em seu relato, Pulver admite explicitamente que, durante o conflito em Iasi, Eichmann e Himmler eram apenas “nomes que devíamos temer e respeitar”, sem que o autor tivesse qualquer conhecimento de seus propósitos de extermínio ou proximidade física com eles. A afirmação de Rey de que Pulver teria vivido diretamente sob o olhar do oficial da SS é uma aplicação prática da “metonímia de

¹⁶⁹ REY, Marcos. Sammy Pulver. *Última Hora*: UH em Rádio e TV, São Paulo, p. 16, 15 mai. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/830348/10721>. Acesso em: 20 out. 2022.

¹⁷⁰ Ribeiro ficou conhecido pela sua maneira sensacionalista de noticiar tragédias e seu palavreiro exagerado contra seus próprios convidados. Faça menção ao episódio em 1970, quando, no programa “Quem tem medo da verdade”, entrevistou Grande Otelo, que foi humilhado em público pelo jornalista. Cf. CANAL MEMÓRIA. *Grande Otelo (1970) – Quem Tem Medo da Verdade?*. YouTube. 4 set. 2008. 6m49. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=i1q2IWktQ6Y>. Acesso em: 8 jan. 2025.

¹⁷¹ REY, *op. cit.*, p. 16.

¹⁷² REY, *op. cit.*, p. 16.

Eichmann", onde a mídia funde o sofrimento individual na Romênia com a figura do carrasco universal para satisfazer a demanda de curiosidade e o desejo de justiça do público brasileiro.

Ao representar a experiência de Pulver como um encontro direto com o idealizador da "Solução Final", a imprensa não apenas promovia um livro, mas participava da revolução testemunhal ao moldar o sobrevivente como uma autoridade moral absoluta. Essa distorção demonstra como as narrativas de sobrevivência no Brasil foram filtradas através de uma conjuntura transnacional; para que o relato de Pulver fosse ouvido e validado no Brasil, sua dor particular precisou ser "repaginada" para orbitar em torno do carrasco que o mundo estava vigiando em Israel. Diferente de Stanislaw Szmañner, que anos depois usaria sua escrita como uma lança para atingir algozes que conheceu tecnicamente, Pulver permitiu que sua história fosse utilizada como uma prancha surfando a onda do julgamento para integrar seu passado traumático ao fluxo da reivindicação histórica e jurídica de Israel.

O jornalista Marcos Rey, ao destacar a forma do livro, observou uma tendência literária crescente no país: o impulso da literatura do tipo "depoimentos humanos". Essa terminologia não era casual; ela ecoava diretamente o nome da série em que o texto de Pulver foi lançado, a "Coleção EXTRA: Documentos Humanos", da editora Autores Reunidos.¹⁷³

O engajamento na promoção da obra demonstra que Pulver não era um autor isolado, mas alguém inserido em redes de sociabilidade intelectual. Marcos Rey, que também publicava pela mesma editora, mostrou-se profundamente engajado na divulgação do relato, chegando a participar de eventos sociais de prestígio, como a feijoada realizada no Clube Ibiratiba, em agosto de 1961, para celebrar o lançamento.¹⁷⁴ Esse tipo de evento, que reunia diversos escritores, sinaliza um esforço para transformar o sobrevivente em uma figura pública reconhecida, validando sua trajetória não apenas como vítima, mas como um autor integrado ao campo literário brasileiro.

Embora a obra de Pulver não tenha tido a longevidade de uma segunda edição, sua repercussão inicial foi notável. Entre maio e dezembro de 1961, foram registradas pelo menos dez matérias jornalísticas sobre o livro, cobrindo desde coquetéis e noites de lançamento até a divulgação de pontos de venda específicos, como a livraria Jangada, em

¹⁷³ REY, 1961; PULVER, 1961.

¹⁷⁴ PACHECO, Mattos. Feijoada para escritores. *Diário da Noite*: Ronda Social, São Paulo, 11 ago. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093351/65506>. Acesso em: 20 out. 2022.

Santos. Esse fôlego midiático inicial confirma que o julgamento de Eichmann em Jerusalém atuou como um catalisador, criando uma demanda de curiosidade e justiça que o mercado editorial brasileiro soube capturar através da estratégia do *timing*.

Uma outra matéria, publicada no *Última Hora* em 15 de agosto de 1961, evidencia de forma contundente a relação utilitarista e premeditada entre os mecanismos de publicidade de jornais e editoras no período. Com uma chamada em caixa alta e negrito: “Fugitivo do massacre de Iasi faz apelo dramático: não matem carrasco nazista”, o público é instigado a consumir as emoções e o “depoimento pessoal” de Sammy Pulver sob uma ótica panfletária.¹⁷⁵ Contudo, para além do drama humano, o texto revela o cenário de oportunidade meticulosamente construído pelas Edições Autores Reunidos:

Enquanto o carrasco nazista é julgado, uma de suas vítimas, Sammy Pulver, que conseguiu escapar ao massacre de Iasi, conta-nos a história dos massacres num livro brasileiro, lançado pelas Edições Autores Reunidos. Há meses que o processo do homem que bateu o recorde de fuzilamentos e trucidamentos a frio vem empolgando a atenção do mundo. As Edições Autores Reunidos, de São Paulo – formada e dirigida por escritores – conhecendo a existência, na capital bandeirante, de um homem que, pelo “crime” de haver nascido judeu, esteve amontoado na imensa massa humana à mercê dos caprichos das bestas formadas na guerra, encomendaram-lhe a narrativa de tudo quanto sofreu e assistiu.¹⁷⁶

A natureza dessa publicação, conforme sugerem as fontes, reflete uma estratégia editorial combinada com o interesse público a respeito do “Homem que bateu o recorde de fuzilamentos e trucidamentos” e o conhecimento da existência de um sobrevivente desse massacre. A equipe de resenhistas do jornal admite abertamente que a editora encomendou a narrativa ao saber da existência de um sobrevivente na “capital bandeirante” no exato momento em que o processo contra o idealizador da “Solução Final” dominava a atenção global. Esse movimento editorial serviu como uma ferramenta para atrair o público ao tema e validar o sobrevivente como uma autoridade moral e histórica, deslocando o foco da justiça dos documentos burocráticos para a voz das vítimas e ampliando as condições para divulgação da obra.

Embora os registros contratuais da negociação não sejam conhecidos, a sincronia entre o lançamento da obra e o julgamento em Israel, aliada à organização dos paratextos e à intensa divulgação na imprensa, comprova que a obra foi moldada para ocupar um

¹⁷⁵ FUGITIVO DO MASSACRE DE IASI FAZ APELO DRAMÁTICO: não matem o carrasco nazista. *Última Hora*, Paraná, p. 4, 15 ago. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/830348/11582>. Acesso em: 29 jul. 2023.

¹⁷⁶ *Ibidem*.

espaço central na "onda" memorialística que atingia o Brasil. A atuação de Pulver nos veículos de comunicação não foi apenas um ato de lembrança, mas um processo de legitimação ativa, no qual o sobrevivente utilizou o cenário midiático para migrar do silêncio do foro íntimo para o reconhecimento no texto público. Assim, o livro deixou de ser apenas um relato sobre Iasi para se tornar um instrumento de vigilância e denúncia contra a impunidade, consolidando a figura do "novo judeu" que não mais aceitaria o papel de vítima passiva.

Retomemos novamente o trecho inicial da matéria: “Enquanto o carrasco nazista é julgado, uma de suas vítimas, Sammy Pulver, que conseguiu escapar ao massacre de Iasi, conta-nos a história dos massacres num livro brasileiro”. O conceito de um “livro brasileiro” em torno da obra de Sammy Pulver revela-se como um projeto editorial deliberado, que abrange desde a encomenda da narrativa pelas Edições Autores Reunidos até a organização estratégica de seus paratextos e a divulgação midiática. Esse projeto não funcionou apenas como um registro de memórias, mas estabeleceu uma ponte direta entre a mídia impressa nacional e o palco do julgamento de Adolf Eichmann em Jerusalém, permitindo que o público brasileiro consumisse a representação do trauma europeu sob um processo editorial e jornalístico local.

Nesse cenário, não se pode ignorar as ambiguidades desse regime narrativo. Ao conferir protagonismo às vozes das vítimas até então silenciadas, criou-se também um espaço de monumentalização do passado, no qual o testemunho passou a operar simultaneamente como memória, prova e figura simbólica. Ainda que as testemunhas do julgamento de Eichmann pouco pudessem dizer diretamente sobre o réu, suas falas foram decisivas para a construção de uma atmosfera pública de comoção e reconhecimento da catástrofe. De modo análogo, a publicação de *Sob o tacho de Eichmann* buscou inserir-se nesse horizonte memorial, valendo-se do impacto do julgamento para ampliar a circulação do livro. Assim, sob um regime de memória que tornou legível o passado do sobrevivente e legitimou sua voz, construiu-se uma narrativa que esteve, ao mesmo tempo, além e aquém da experiência vivida: além, por convertê-la em símbolo público; aquém, por não esgotar a complexidade da vivência individual do sobrevivente.

Para os jornalistas do *Última Hora*, a obra de Sammy Pulver representou a oportunidade de materializar a imprevisibilidade do passado catastrófico por meio de provas que o autor logrou conservar contra todas as probabilidades:

Depoimento pessoal – identificável através da narrativa e das provas que o autor pode exhibir, vinha ele conservando, carinhosamente e a

custa de mil sortilégios, uma série de fotografias tiradas pelos oficiais alemães que, na confusão da luta, por esta ou aquela razão, eram atiradas fora ou perdidas, outras, ele as recebeu de presente de companheiros e de jornalistas. A atmosfera da guerra é, como facilmente se depreende, a emoção do instantâneo, do provisório e do imprevisível, a cada instante que passa: é a morte e a destruição, o nada, enfim, que domina todas as mentes; ninguém imaginaria que este ou aquele soldado poderia estar vivo dali a momentos. Tais circunstâncias dão aos mais importantes documentos um valor relativo. Nem imaginariam os que desperdiçaram as fotos ou as presentearam, que Sammy Pulver pudesse, um dia, sair fisicamente ileso, apesar dos sofrimentos e maus-tratos recebidos, de tão espantosa hecatombe, para, um dia – e isto está acontecendo em agosto de 1961 – publicar um livro na cidade de São Paulo, Brasil, documentando acontecimentos próprios das fases em que os homens se equiparam às feras, esquecem qualquer sentimento para com o semelhante e desesperadamente destroem tudo quanto é belo, inclusive a vida.¹⁷⁷

Os jornalistas diferem *Sob o tacho de Eichmann* de um relato meramente subjetivo. O "depoimento pessoal" de Pulver trazia documentos que validavam sua experiência publicamente pela exibição de uma série de fotografias, muitas delas tomadas originalmente por oficiais alemães e recuperadas em meio ao caos da guerra, que conferiram ao livro o estatuto de um "documento humano" inquestionável. Esse "arquivo-testemunho" permitia ao seu leitor "identificar" através da narrativa e de "provas" que registram a destruição e a morte.

Essa materialidade fotográfica permitiu que o público brasileiro de agosto de 1961 tivesse acesso à "atmosfera da guerra" não apenas como estatística, mas como uma evidência tátil de morte e destruição. Enquanto em Jerusalém o julgamento de Eichmann deslocava o foco da justiça para a voz das vítimas, humanizando o sofrimento através dos relatos no tribunal, em território nacional o livro de Pulver funcionou como uma peça de resistência memorialística que transbordava o papel de mero pano de fundo da representação israelense.

Através de sua narrativa, fotografias e ilustrações, o sobrevivente estabeleceu uma oposição crítica ao provável desfecho jurídico em Israel, questionando a eficácia da pena de morte diante da magnitude do extermínio: "Sem dúvida que a maioria das vítimas de Eichmann deseja a sua morte. O autor deste livro pergunta se a vida desse homem pode pagar, por acaso, aquelas que o carrasco destruiu".¹⁷⁸

¹⁷⁷ FUGITIVO DO MASSACRE DE IASI FAZ APELO DRAMÁTICO, 1961, p.4.

¹⁷⁸ *Ibidem*.

A matéria jornalística em questão conclui que, embora a maioria das vítimas exigisse a pena máxima para Adolf Eichmann, a obra de Pulver apresentava uma postura dissidente e provocativa, culminando no apelo: “não matem carrasco nazista”.¹⁷⁹ Para o autor, a vida de um único homem não seria capaz de compensar, de forma alguma, as existências que o carrasco destruiu, transformando seu posicionamento em uma reflexão ética sobre os limites da justiça retributiva.

Para os estudiosos, o julgamento de Eichmann marcou a “revolução testemunhal”, tornando-se um momento ímpar ao subverter a ordem das provas e destacar a potência dos testemunhos individuais. Esse processo opôs-se simetricamente ao Julgamento de Nuremberg (1945-1946), onde a voz do sobrevivente era secundária e a autoridade residia nos documentos oficiais e registros frios.¹⁸⁰ Em 1961, ao contrário, o tribunal buscou humanizar o sofrimento e criar um registro pedagógico através da voz das vítimas, validando o sobrevivente como uma autoridade moral e histórica.

Pulver, contudo, mantém uma visão crítica desse processo. Embora reconheça a importância do evento para despertar memórias adormecidas, ele teme a cristalização de Eichmann como o único “responsável pelo extermínio”. Em seu relato sobre o massacre de Iasi, o autor enfatiza que a engrenagem do Holocausto não dependia apenas de burocratas em Berlim, mas da cumplicidade ativa de civis e agressores locais, como os romenos que o traíram e espancaram. Ao denunciar a existência de “pequenos Eichmanns” que ainda se escondem na massa anônima, Pulver utiliza seu livro para alertar que a punição de um líder não deve servir de salvo-conduto para o esquecimento da culpa coletiva daqueles que operaram no anonimato. Para Pulver, se Eichmann fosse considerado o único culpado pelos seis milhões de judeus mortos, as vítimas específicas de massacres locais seriam ignoradas e os sobreviventes continuariam a “engolir a saliva do amargor”, experimentando o gosto terrível de um silêncio injustiçado.

Para Pulver, a responsabilização nazista não poderia ser encerrada com Eichmann; era imperativo denunciar os “pequenos Eichmanns” que, escondidos sob máscaras de anonimato na massa anônima, ainda guardavam o ódio antissemita sob o travesseiro. De acordo com as fontes, os relatos dos sobreviventes do extermínio dos judeus apenas

¹⁷⁹ FUGITIVO DO MASSACRE DE IASI FAZ APELO DRAMÁTICO: NÃO MATEM O CARRASCO NAZISTA, 1961, p. 7.

¹⁸⁰ WIEVIORKA, 2006, p. 56-57. / WIEVIORKA, Annette. Compreender, testemunhar, escrever. In: WIEVIORKA, Annette; JABLONKA, Ivan (Org.). *Nuevas perspectivas sobre la Shoá*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2017, p. 25-38; SONTAG, Susan. *Contra a interpretação: e outros ensaios*. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2020, p. 163-164.

começavam a ser contado no Brasil, e o testemunho de Pulver foi o movimento necessário para começar a acertar os ponteiros da justiça, transformando a memória em uma ferramenta de vigilância contra a impunidade.

No mesmo período, cerca de um mês antes do início do julgamento em Jerusalém, intensificou-se o ajuntamento contínuo de testemunhos destinados a compor o sumário de culpa de Adolf Eichmann. Em meio a essa volumosa documentação jurídica, encontrava-se um depoimento assinado por Stanislaw Szmajzner, enviado por intermédio da Federação das Associações Israelita do Rio de Janeiro.¹⁸¹ Esse documento, que ganhou visibilidade pública ao ser retransmitido pelo *Jornal do Brasil*, marcou o primeiro registro escrito de Szmajzner sobre os horrores do campo de extermínio de Sobibor.¹⁸²

2.4.3. Um fazendeiro de Goiás oferece depoimento como peça de acusação contra Eichmann em 1961

Diferente da imagem pública que construiria anos mais tarde, o sobrevivente foi apresentado inicialmente como um “fazendeiro de Goiás”, e seu relato foi indexado à papelada processual em Israel não apenas para o caso presente, mas como uma peça de reserva para futuras ações judiciais, inclusive contra Josef Mengele. É fundamental notar que esse depoimento de 1961 tinha um caráter estritamente técnico e jurídico; ele detalhava os episódios de extermínio sem mencionar eventos anteriores ou posteriores à guerra. Essa delimitação narrativa ocorria porque o documento não visava ao grande público, mas servia como prova judicial com foco nas atividades de deportação coordenadas pelo departamento de Eichmann.

Em seu relato, Szmajzner descreve minuciosamente a chegada dos deportados, a truculência nazista no momento da seleção, a organização do campo e sua atividade estratégica como ourives, ofício que lhe garantiu uma sobrevivência precária e uma posição de observador privilegiado dentro da máquina de extermínio. O seu texto, que teve sua gênese como um documento jurídico enviado a Jerusalém em 1961 para o

¹⁸¹ A Associação Israelita do Rio de Janeiro é uma associação sem fins lucrativos, foi fundada sob o nome Federação das Sociedades Israelitas do Rio de Janeiro, em 1947, por judeus alemães e visava receber no Brasil judeus refugiados do nazismo. A organização se dedica a preservar a tradição e os preceitos religiosos judaicos.

ROITBERG, José. Nossa Comunidade tem história. *Associação da Federação das Sociedades Israelitas*. Disponível em: <https://fierj.org.br/historia/>. Acessado em: 02 mai. 2026.

¹⁸²JUDEU RESIDENTE NO BRASIL OFERECE TESTEMUNHO PARA PROVAR CULPA DE EICHMANN, 1961.

sumário de culpa de Eichmann, dedicou especial atenção à execução técnica e sistemática do extermínio:

O nosso transporte chegou em Sobibor no dia 12 de maio de 42. Fomos levados todos para o Campo: onde os homens foram separados das mulheres e crianças. Mulheres e crianças foram conduzidas imediatamente para o Campo 2, onde lhes tiraram as roupas, e em seguida ao “Banho”, o campo 3, onde foram mortas por gás “Cyclon”. Assim pereceram também minha mãe e minha irmã com muitas outras parentes e amigas. Sobre o que acontecera nos Campos 2 e 3 eu só soube alguns dias mais tarde, por um amigo que trabalhava no Campo 3 no esvaziamento das câmaras de gás e nos crematórios.¹⁸³

Como indicam as fontes, nem todos os fatos foram testemunhados diretamente por ele, visto que sua função de artesão o mantinha em áreas específicas do campo; no entanto, sua narrativa traz referências fundamentais às circunstâncias das mortes, amparando-se em relatos coletados de outros prisioneiros e guardas. Ao admitir que certas informações foram obtidas por intermédio de terceiros, como o amigo que trabalhava nos crematórios ou soldados ucranianos, Szmajzner não enfraquece sua narrativa, mas a consolida como um registro detalhado e coeso, capaz de preencher as lacunas do "planeta Sobibor" com a autoridade de quem viveu sob a sombra direta da morte.

Essa transição do documento jurídico para o texto público exemplifica a mudança no estatuto da testemunha inaugurada em 1961. Enquanto o depoimento enviado de Goiás era uma peça fria de acusação, a redação posterior de *Inferno em Sobibor* (1968) transformaria esses dados técnicos em um relato abrangente, influenciado pela percepção de que o público brasileiro estava, enfim, pronto para ouvir a voz das vítimas. Se, em 1961, Szmajzner ocupava ainda a posição de uma peça no tabuleiro jurídico de Jerusalém, foi somente após a captura de Franz Stangl, em 1968, que sua memória se transformou em um relato publicado, orientado a atingir diretamente os carrascos de Sobibor que, até então, viviam sem serem incomodados em solo brasileiro.

Sammy Pulver e Stanislaw Szmajzner não conheceram pessoalmente o responsável pelas deportações; para Pulver, nomes como Eichmann e Himmler, durante o conflito, “[...] eram apenas nomes. Nomes que devíamos temer e respeitar. Nada mais”, sem que houvesse uma compreensão real de seus papéis burocráticos no extermínio.¹⁸⁴ Embora a ausência de um contato direto pudesse ser levantada como um questionamento

¹⁸³ JUDEU RESIDENTE NO BRASIL OFERECE TESTEMUNHO PARA PROVAR CULPA DE EICHMANN, 1961.

¹⁸⁴ PULVER, 1961, p. 145.

jurídico, isso não invalidou a relevância de seus relatos, visto que o Tribunal de Jerusalém (1961) procedeu de modo inovador ao deslocar o foco das provas documentais para a voz das vítimas. Ao validar o sobrevivente como uma autoridade moral e histórica, a estratégia da acusação permitiu que testemunhas humanizassem a catástrofe orquestrada pelos nazistas, mesmo sem terem presenciado a atuação administrativa concreta de Eichmann.

Se o relato interno de Pulver pouco diz sobre o réu, sua presença é realçada estrategicamente nos elementos paratextuais, que oferecem ao leitor brasileiro os meios para interpretar o massacre de Iasi como resultado da engrenagem do carrasco. Essa “metonímia de Eichmann” no título serviu para conferir legibilidade e autoridade ao texto, atendendo à demanda de justiça da sociedade na época. Assim como Pulver, Szmajzner integrou o esforço de relacionar a experiência individual aos objetivos do tribunal ao redigir, ainda em 1961, um depoimento técnico concentrado na deportação e no extermínio em Sobibor. Nesse empenho, Szmajzner passou a falar “por procuração”, apresentando-se no lugar daqueles que não sobreviveram para narrar os detalhes vívidos da destruição de cada camada de humanidade operada no campo de extermínio.

Pulver e Stanislaw não conheceram ou ouviram de perto o responsável pelas deportações na Polônia – até onde se sabe, Eichmann esteve por um período muito breve em Auschwitz, para uma visita burocrática. No entanto, embora tal questão pudesse ser levantada na época, ela não era um impeditivo, pois o tribunal de Israel procedeu de modo semelhante: fez uso sobretudo de testemunhas que foram vítimas do extermínio orquestrado pelos nazistas, sem que tivessem, no entanto, testemunhado pessoalmente a concreta atuação criminosa de Eichmann.

Se o relato de Pulver pouco diz sobre Eichmann, sua presença é realçada nos elementos paratextuais, que oferecem meios para ler a experiência de deportação aos campos de trabalho como resultado da atuação concreta do carrasco. Mais do que Pulver, foi Szmajzner quem integrou o esforço para relacionar a experiência do sobrevivente aos objetivos do tribunal, apresentando um testemunho sobre a deportação e o extermínio perpetrados pelos nazistas contra o povo judeu. E por esse mesmo empenho Szmajzner fala por procuração, se apresenta no lugar daqueles que ouviram de forma direta e testemunharam em primeira pessoa as múltiplas formas de destruição de cada camada de humanidade de que o campo de extermínio de Sobibor era capaz.

Dessa forma, a gênese do testemunho de Szmajzner e Pulver revelam que a elaboração narrativa e a transformação em livro não nasceram de um desejo puramente

literário ou terapêutico, mas da busca por justiça concreta. Ao contrário de Sammy Pulver, que se beneficiou do *timing* editorial para se integrar socialmente, Szmajzner utilizou uma precisão de detalhes associada a suas conexões com outras vítimas para tapar buracos narrativos, a fim de garantir que seu relato tivesse o peso inquestionável de uma peça de acusação criminal.

2.5. O caso Stangl: Sobibor, Treblinka e a escrita como acusação

Nos anos 1960, Franz Paul Stangl vivia em São Paulo, no bairro do Brooklin, empregado pela Volkswagen. Thereza, sua mulher, trabalhava na contabilidade da Mercedes-Benz, e ele tinha uma vida simples e tranquila, a não ser pelo fato de que sua filha havia acabado de terminar um longo relacionamento. Mas, na terça-feira do dia 28 de fevereiro de 1967, Stangl voltava do trabalho para casa a pé, junto de sua filha, quando, tenso, começou a notar uma estranha movimentação. De repente, um homem o alcançou, apresentou-se como um policial federal e disse que ele precisava acompanhá-lo. Ao ouvir isso, Stangl ficou, surpreendentemente, mais tranquilo, pois temia, na verdade, estar sendo seguido pelo Mossad ou ser “apagado do mapa” pela fictícia organização secreta dos SS, Odessa. Ele foi, então, encaminhado para o DOPS, tendo deixado as dependências do prédio somente no outro dia, às 9h30, quando foi enviado, em avião da FAB, para Brasília. Antes de sair de São Paulo, deu uma pequena declaração para os jornalistas, dizendo que “apenas cumpria ordens, às vezes diretamente do próprio *Führer*, porque ocupei alto posto na Polícia nazista”.¹⁸⁵ Esse foi o mote repetido pelo nazista até pouco antes de sua morte, depois de sua condenação à pena perpétua na Alemanha.

Nascido na Áustria, em 1908, Stangl era policial quando da invasão alemã ao seu país, em 1938. Devido à sua filiação ao partido, ocorrida em 1936, tornou-se parte da polícia política, integrando os quadros da Gestapo. Um ano depois, recebeu a missão de supervisionar a segurança do programa secreto de eutanásia, chamado de Aktion T4, que se localizava na Tiergartenstrasse, número 4, em Berlim. Seu trabalho foi reconhecido e, de acordo com o processo de extradição, Stangl recebeu uma promoção e tornou-se o coordenador do campo de extermínio de Hartheim, em 1940. Em 1942, esse campo, que tinha caráter experimental, foi desmontado, e Stangl foi mandado para assumir a chefia

¹⁸⁵ EX-AGENTE DA GESTAPO DENUNCIOU STANGL POR 7 MIL DÓLARES. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 11, 3 mar. 1967. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_08/96514. Acesso em: 4 abr. 2023.

do Campo de Sobibor, localizado na Polônia, entre o gueto de Brzesc e Kowel.¹⁸⁶ Ele comandou o campo de abril até setembro de 1942. O campo somente foi destruído depois da revolta que ocorreu em outubro de 1943. Desde a abertura de Sobibor até o seu último dia, lá foram exterminadas, segundo estimativas do Ministério da Justiça austríaco, pelo menos 250 mil pessoas.¹⁸⁷

Stangl não estava mais em Sobibor naquele momento, mas sua participação no morticínio dos judeus não se encerrou com sua passagem por esse campo. No final do verão, suas habilidades foram exigidas em um outro campo que havia diminuído sua “produtividade” mortífera, Treblinka. O SS foi escalado como seu chefe até agosto de 1943, quando ocorreu um motim dos judeus e ele foi destruído. Segundo os dados levantados, morreram pelo menos 700 mil pessoas em Treblinka.¹⁸⁸ Depois, Stangl foi escalado para ajudar na batalha na Iugoslávia e na Itália, onde foi capturado pelo exército americano.

Em momento algum, o austríaco escondeu sua identidade; pelo contrário, continuou usando seu nome verdadeiro e, em 1947, foi mandado para a Áustria. Em 1948, temendo as investigações que poderiam vir a incriminá-lo, decidiu fugir para a Itália através da *Ratline*, rota que ficou conhecida por ter sido usada por muitos nazistas que foram ajudados por sacerdotes da Igreja Católica, os quais julgavam a perseguição contra as forças de Hitler uma ação criminosa e injusta. Em Roma, Stangl foi bem recebido por Alois Hudal, chefe da congregação austro-alemã Santa Maria dell’Anima. O sacerdote não perdeu tempo e preparou para Stangl um passaporte da Cruz Vermelha, uma passagem e um emprego na Síria para trabalhar em uma fábrica de tecidos. Em 1949, trabalhando e economizando, o nazista conseguiu pagar as contas para trazer Thereza e sua filha. Em 1951, quando já estavam estabilizados, os Stangl tiveram que fugir para o Brasil, por causa de uma confusão com um vizinho que tinha um harém e havia se interessado por sua filha.¹⁸⁹

Logo quando eles chegaram ao Brasil, Stangl começou a trabalhar, a aprender o idioma e a buscar um melhor salário. Em 1960, já estava empregado na Volkswagen e conseguiu terminar sua casa, construída por ele mesmo. Para Stangl, a vida tinha recomeçado. Ainda que seus contratos de trabalho e seu registro no Consulado da Áustria

¹⁸⁶ GUTERMAN, Marcos. *Nazistas entre nós: a trajetória dos oficiais de Hitler depois da guerra*. São Paulo: Contexto, 2022. p. 137-139.

¹⁸⁷ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 1967, p.19.

¹⁸⁸ *Ibidem*, 1967, p. 21-21.

¹⁸⁹ GUTERMAN, 2022, p. 142-143.

em São Paulo tivessem seu nome verdadeiro e embora ele estivesse na lista de criminosos de guerra desde 1961, ninguém o deteve e nem o julgou. Porém, seu nome começava a frequentar os noticiários e jornais, já que Eichmann o mencionou em seu julgamento em Israel e, em 1964, ocorreu o julgamento de Treblinka em Düsseldorf, onde Stangl também seria citado. Nesse julgamento, conhecidos que trabalharam para o carrasco em Treblinka foram condenados. Pouco tempo depois, em 1966, ocorreu um julgamento em Hagen (Alemanha) e Stanislaw Szmajzner foi uma das testemunhas que ajudaram a acusação contra Karl Franzoln e Kurt Bolander, que trabalharam nas câmaras de Sobibor.¹⁹⁰

Seja como for, o que intriga é como o comandante dos campos de extermínio não se esforçou para permanecer escondido, mantendo seu nome com apenas uma modificação: de Franz Stangl passou a assinar Franz “Paul” Stangl. O consulado austríaco tinha seus registros, sabia de sua ocupação profissional como mecânico e tinha seu endereço. No entanto, mesmo assim, um dos nazistas mais procurados depois de Eichmann, de acordo com o próprio Wiesenthal, por muito tempo não despertou a atenção nem a ação das autoridades.¹⁹¹

Naquele momento, já se tornava clara a possibilidade de prisão, porém, Stangl não se preocupava tanto, por se considerar inocente do extermínio dos judeus, já que, em suas palavras, nunca havia matado nenhum deles nos campos que chefiou ou supervisionou. No último dia de fevereiro de 1967, a sorte mudou – a partir de uma denúncia e da cooperação entre o caçador de nazistas, Simon Wiesenthal, e a Polícia Federal, Stangl foi preso.

Após viver quase 16 anos no Brasil sob seu próprio nome, a liberdade de Stangl terminou na noite de 28 de fevereiro de 1967. Acompanhado de sua filha Isolde, após terem parado para tomar uma cerveja. Ao chegarem à rua Frei Gaspar, depararam-se com um grande cerco policial que bloqueava ambos os lados da via. Stangl foi retirado do carro e algemado diante de sua filha, que entrou em choque; segundo sua mulher, Theresa Stangl, o rosto de Franz ficou "amarelo" no momento da prisão. Inicialmente, ele foi levado para o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), onde as autoridades brasileiras, segundo Frau Stangl, afirmaram que a prisão era necessária, “[...]que

¹⁹⁰ JUDEU CONTA ATROCIDADES DE SOBIBOR. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 fev. 1966. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_08/80501. Acesso em: 4 abr. 2023.

¹⁹¹ EX-AGENTE DA GESTAPO DENUNCIOU STANGL POR 7 MIL DÓLARES, 1967.

devíamos ficar contentes por o terem levado – se não o tivessem feito, os israelenses o teriam apanhado”.¹⁹²

Um dia depois da prisão, o caçador de nazistas deu uma entrevista aos jornalistas do *Jornal do Brasil*, dizendo como obteve a informação da localização do carrasco de Sobibor e Treblinka a partir de uma denúncia de um ex-agente da Gestapo, que negociou friamente o valor da informação:

“A quantos mortos esse assunto diz respeito?”, perguntou o ex-membro da Gestapo a Simon Wiesenthal. Eu respondi que foram 700 mil as vítimas de Stangl e ele pediu um centavo de dólar por cabeça, num total de 7 mil dólares.¹⁹³

A partir dessa informação, temos uma longa digressão sobre a investigação do caçador, o qual guardava na carteira uma foto de sua filha e uma do carrasco para sempre lembrar de não parar de buscar informações que poderiam entregar o paradeiro do ex-chefe de Treblinka. De acordo com o que informou aos jornalistas, Wiesenthal até mesmo entrou em contato com embaixadas da Alemanha, do Brasil e de outros países da América do Sul, pois acreditava que Stangl poderia ter se mudado do país. Porém, ele teve que interromper essa investigação, pois, de acordo com ele, existiam nazistas com escutas em todos os postos das embaixadas.¹⁹⁴ Toda essa entrevista é curiosa, pois o caçador constrói um cenário em que os nazistas sempre estão um passo à frente, controlando embaixadas, financiando as fugas repentinas e até mesmo delatando seus “comparsas”, como o fizera o ex-membro da Gestapo com sua demanda de um centavo de dólar por vida perdida em Treblinka.

Por outro lado, algumas informações podem contradizer essa versão. A jornalista Gitta Sereny realizou uma longa entrevista com Stangl, quando foi preso, e conseguiu a informação de que seu genro, o ex-marido de Renata, Herbert Havel, poderia ter denunciado o ex-SS. Havel e Renata haviam se separado e, para tentar fazê-la mudar de ideia, o ex-marido tentou chantagear Stangl, confessando que sabia que Simon Wiesenthal estava procurando-o. Havel teve um encontro com Stangl e ameaçou contar a verdadeira localização do carrasco caso sua filha não voltasse atrás na separação.¹⁹⁵

Dias depois da prisão de Stangl, indicando sua negativa a respeito dessa teoria, Wiesenthal deu uma declaração para a imprensa dizendo: “Stangl foi denunciado por um

¹⁹² SERENY, Gitta. *Into that darkness*. New York: Vintage Books, 1983, p. 374.

¹⁹³ EX-AGENTE DA GESTAPO DENUNCIOU STANGL POR 7 MIL DÓLARES, 1967.

¹⁹⁴ *Ibidem*.

¹⁹⁵ SERENY, 1983, p. 356-357.

ex-membro da Gestapo, que recebeu sete mil dólares (NC\$ 19,005,00). Sei que Herbert está vivendo no Canadá há muito tempo, e que se divorciou de Brigitte, filha de Stangl – acrescentou”.¹⁹⁶ O caçador nunca revelou o nome do ex-membro da Gestapo. Porém, cometeu um deslize ao mencionar a filha errada de Stangl. Herbert era casado com Renate (Renata) e não Brigitte.

Stangl permaneceu detido em São Paulo até ser transferido para uma prisão militar em Brasília em maio de 1967, aguardando a decisão sobre sua extradição. Durante as visitas da família na capital federal, ele aparecia extremamente abatido e choroso, sempre negando seu envolvimento em qualquer ato de violência contra os judeus.¹⁹⁷ Segundo Frau Stangl, foi nessa época que recebeu a visita de seu amigo, Gustav Wagner, que participou junto de Stangl nos morticínios de Hartheim e Sobibor.¹⁹⁸ Apesar dos esforços de sua defesa, o governo brasileiro autorizou sua extradição às autoridades alemãs. Em 22 de junho de 1967, Franz Stangl foi extraditado para a Alemanha Ocidental.

Ao chegar na Alemanha, Stangl foi enviado para a prisão de Dusseldorf, onde passaria os próximos quatro anos aguardando o desfecho de seu processo. Durante esse tempo, ele permaneceu em confinamento solitário em uma pequena cela. O isolamento era uma medida de segurança, pois prisioneiros mais jovens haviam feito ameaças contra sua vida. Na prisão, Stangl era descrito pelos guardas como um homem cortês, calmo e extremamente organizado, que passava os dias lendo e ouvindo rádio, mantendo seus poucos pertences em simetria absoluta.¹⁹⁹

O julgamento de Stangl começou em 1970. Ele foi acusado de corresponsabilidade no assassinato de 900.000 pessoas durante seu comando em Treblinka. A defesa alegou que Stangl apenas cumpria ordens, que não tinha "intenção" criminosa e que sua função era meramente administrativa e voltada para a segurança e a organização dos prisioneiros.²⁰⁰ Em 22 de dezembro de 1970, o tribunal de Düsseldorf rejeitou suas justificativas e o condenou à prisão perpétua.²⁰¹ Com o encerramento do julgamento, Wiesenthal, diante dos repórteres que cobriam o julgamento, declarou: “O caso Stangl”, disse ele, “proporcionou à Alemanha Ocidental o seu caso criminal mais significativo do

¹⁹⁶ CAÇADOR DE EICHMANN NEGA QUE STANGL TENHA SIDO DENUNCIADO PELO SEU GENRO. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 16, 11 mar. 1967. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_08/96837. Acesso em: 4 abr. 2023.

¹⁹⁷ SERENY, 1983, p. 374.

¹⁹⁸ *Ibidem*, p. 375.

¹⁹⁹ *Ibidem*, p. 19-20.

²⁰⁰ *Ibidem*, p. 20; 112.

²⁰¹ *Ibidem*.

século. Se eu não tivesse feito mais nada na minha vida além de capturar esse homem perverso, não teria vivido em vão”.²⁰²

Após o julgamento, Stangl concedeu uma longa entrevista, entre abril a junho de 1971, para Gitta Sereny. Em seu primeiro dia de entrevista, Stangl negou todas as acusações que o haviam condenado:

Ele não havia feito nada de errado; sempre houve outros acima dele; ele nunca fez nada além de obedecer ordens; ele nunca feriu um único ser humano. O que aconteceu foi uma tragédia de guerra e – infelizmente – tragédias de guerra acontecem em todos os lugares.²⁰³

No entanto, no dia 27 de junho de 1971, durante a última entrevista, Stangl finalmente admitiu sua parcela de culpa:

“Então sim”, disse ele finalmente, muito baixinho, “na realidade eu compartilho da culpa... Porque a minha culpa... a minha culpa... só agora, nestas conversas... agora que falei sobre tudo isso pela primeira vez...” “Minha culpa é que eu ainda estou aqui... Eu deveria ter morrido”.²⁰⁴

Ele afirmou que não tinha mais esperança e que desejava que "houvesse um fim". Apenas 19 horas após essa confissão, por volta do meio-dia de segunda-feira, 28 de junho de 1971, Franz Stangl morreu de insuficiência cardíaca em sua cela. Uma autópsia confirmou que a morte foi por causas naturais; seu coração, enfraquecido, parou logo após ele ter, pela primeira vez, confrontado a verdade sobre seu passado.²⁰⁵

A atuação de Stanislaw Szmajzner como testemunha no caso contra Franz Stangl representou o ápice de um projeto de justiça concreta no Tribunal de Dusseldorf. Esse processo teve um marco fundamental em território brasileiro, funcionando como o pilar de sua ofensiva jurídica: antes de prestar seu depoimento definitivo em Düsseldorf, Szmajzner compareceu perante as autoridades policiais em Brasília para oferecer as evidências iniciais que sustentariam o processo contra o ex-comandante de Sobibor e Treblinka.²⁰⁶

Esse depoimento prestado na capital federal não constituiu um ato isolado, mas marcou o início de uma transição estratégica do âmbito estritamente jurídico para a esfera pública. Ao fornecer subsídios decisivos para a investigação e o encarceramento de Franz

²⁰² *Ibidem*, p. 19.

²⁰³ SERENY, 1983, p. 20.

²⁰⁴ *Ibidem*, p. 383-384.

²⁰⁵ *Ibidem*, p. 385.

²⁰⁶ *Ibidem*, p. 127.

Stangl enquanto ele ainda se encontrava sob custódia brasileira, Szmajzner consolidou sua autoridade moral e histórica, convertendo o que antes era um relato técnico encaminhado ao julgamento de Adolf Eichmann, em 1961, em uma acusação viva, concreta e sensorial. A singularidade desse testemunho residia na relação direta entre autor e carrasco forjada em Sobibor: na condição de ourives do campo, Szmajzner era visitado quase diariamente por Stangl, que o observava trabalhar e o tratava como uma espécie de “mascote”. Foi assim que o próprio sobrevivente traduziu essa relação: “É perfeitamente verdade que ele parecia gostar de mim; que ele me tratava como uma espécie de animal de estimação”.²⁰⁷ Essa proximidade conferiu ao testemunho uma precisão incontestável quanto à fisionomia, ao comportamento e à responsabilidade direta de Stangl, atributo decisivo para sua credibilidade nos tribunais.

O próprio Franz Stangl recordou com amargura essa sequência de eventos em seus diálogos com a jornalista Gitta Sereny, destacando como a participação ativa de Szmajzner formou uma "cadeia de ações" que desmoronou sua defesa antes mesmo da chegada ao tribunal alemão. Stangl admitiu que a ofensiva de Szmajzner, iniciada em Brasília e amplificada pela imprensa brasileira e pela publicação do livro *Inferno em Sobibor*, atingiu o que ele mais preservava: a imagem de "homem honrado". Como Stangl relatou a Sereny:

“Minha família”, disse-me Stangl, “nunca foi antissemita: comentários contra judeus eram desconhecidos em nossa casa. Mas depois do depoimento de Szmajzner, primeiro à polícia em Brasília, depois à imprensa brasileira, depois ao seu livro – ele escreveu quarenta páginas sobre mim – e depois em Düsseldorf, no julgamento, eles ficaram bastante ressentidos.”²⁰⁸

Szmajzner não escreveu 40 páginas sobre Stangl. Na entrevista, em 1970, Stangl cita o livro de Szmajzner dizendo que “ele escreveu 40 páginas sobre mim”, porém, *Inferno em Sobibor* é um livro com pouco mais de 300 páginas, que narra a sobrevivência do jovem judeu de Puławy diante de todas as atrocidades que presenciou e sofreu. Embora Stangl esteja entre os principais carrascos apresentados, sua participação no relato ocupa cerca de três a quatro páginas.

É fundamental refletir que, quando Franz Stangl foi preso (fevereiro de 1967) e levado para Brasília, Szmajzner possivelmente já estava imerso na redação do manuscrito que se tornaria *Inferno em Sobibor*. Essa sobreposição temporal sugere que a memória de

²⁰⁷ SERENY, 1983, p. 128.

²⁰⁸ *Ibidem*, p. 119.

Stanislaw estava "viva" e sendo sistematicamente organizada, o que conferiu ao seu depoimento perante as autoridades policiais uma precisão técnica e uma carga dramática raras.

A subversão moral de Franz Stangl não se traduzia apenas em seus atos atrozos em Sobibor e Treblinka, mas na profunda distorção com que enxergava suas vítimas e a si mesmo. Para o carrasco, Stanislaw Szmajzner era o “bom menino” a quem ele havia estendido uma suposta proteção devido ao seu talento como ourives. Na lógica perversa de Stangl, ao testemunhar, Szmajzner não cumpria um dever de justiça, mas cometia um “ato de traição” e ingratidão contra seu antigo “salvador”. Contudo, o que o oficial da SS classificava como traição era, na realidade, a materialização da autoridade testemunhal de um sobrevivente que se recusava a ser uma vítima passiva.

Diferente de outros relatos que buscavam apenas um "delineamento de fronteiras" para integração social, a atuação de Szmajzner foi um processo árduo e contínuo de busca por justiça concreta e responsabilização. Seu empenho jurídico não se iniciou com a prisão de Stangl no Brasil; muito antes disso, em janeiro de 1966, ele viajou a Hagen, na Alemanha, para depor contra Kurt Bolender e Karl Frenzel, subordinados diretos de Stangl em Sobibor que acabaram condenados à prisão perpétua por sua colaboração no extermínio.²⁰⁹

Assim que tomou conhecimento da captura de Stangl em São Paulo, em fevereiro de 1967, o sobrevivente mobilizou-se para garantir que o carrasco não apenas permanecesse preso, mas fosse devidamente extraditado. No dia 4 de março, Szmajzner prestou um depoimento decisivo no DOPS, onde o auto de reconhecimento de Stangl como o comandante do campo de extermínio foi registrado de forma direta e sucinta:

STANISLAW SZMAJZNER, brasileiro naturalizado, natural de Pulawy (Polônia), nascido a 13/3/1927, casado, industrial, filho de Josef Szmajzner e de Paulina Szmajzner, residente na Avenida Perimetral, 21, Vila Operária, Goiânia, Estado de Goiás e presentes também as testemunhas abaixo assinadas, que reconheceu no senhor Franz Paul Stangl ou Paul Stangl o carrasco Franz Stangl, comandante do Campo de Extermínio de Judeus de SOBIBOR, Polônia, onde foram assassinados seus pais, irmãos, tios e um sobrinho; que dito senhor, nessa época usava apenas o nome de FRANZ STANGL. Por nada mais haver, mandou a autoridade encerrar este auto, que vai assinado pela autoridade, pelo reconhecedor, pelas testemunhas [...].²¹⁰

²⁰⁹ BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Assentada*. Departamento Federal de Segurança Pública. Brasília, 1967, p. 784.

²¹⁰ *Ibidem*, p. 785.

O auto de reconhecimento, lavrado no dia 4 de março de 1967, registra o momento em que a memória traumática de Sobibor foi formalmente convertida em prova jurídica definitiva em solo brasileiro. Ao identificar Franz Stangl, que vivia oculto no Brasil, como o carrasco responsável pelo extermínio de judeus, Stanislaw Szmajzner consolidou sua posição não apenas como sobrevivente, mas como uma autoridade moral e histórica fundamental para o processo de extradição solicitado pela República da Áustria, Alemanha Ocidental e por Israel. Junto a ele, outro documento com um depoimento mais aprofundado de Szmajzner foi anexado ao processo de extradição. Esse documento, redigido no mesmo dia, consistia em um depoimento prestado ao Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP). O testemunho era enfático e detalhado quanto às atrocidades cometidas pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial, com ênfase particular no campo de Sobibor e na responsabilidade de Stangl nesses crimes:

[...] o declarante observou que todos os oficiais da SS usavam uniformes verdes; que era Franz Stangl o único que não usava uniforme, por não pertencer a SS e ser superior a todos os outros; que foi ele quem organizou o campo de Sobibor e era seu Comandante; que o declarante teve inúmeros contatos pessoais com Franz Stangl para quem fez muitas joias; que se lembra de que, ainda nos primeiros dias, pediu ele ficar junto com seus pais, tendo Franz lhe dito que o declarante poderia ficar tranquilo porque também iria para o campo nº 2 que somente alguns dias depois e descobriu o que [...] isso significava; que Franz nunca se manifestava zangado; estava sempre sorrindo e era muito irônico; [...] as mulheres sempre protestavam quando tinham de se despirem na presença dos soldados e se submeterem ao corte dos cabelos, antes de irem para as câmaras de gases; que os judeus, quando chegavam de trem eram espancados quando resistiam as ordens recebidas; muitos fuzilamentos ocorreram também enquanto se encontrava naquele campo; quando os fornos crematórios funcionavam sentia-se um cheiro muito forte de carne queimada, o que lhes fazia muito mal, pois sabiam o que estava acontecendo; que, não raras vezes, recebeu dentes de ouro, ainda sujos de sangue para que os transformasse em joias; que era costume retirar os dentes de ouro dos judeus após passarem pelas câmaras de gás; que esclarece que essas joias que o declarante fazia para os oficiais se destinavam a eles próprios, quando todo o ouro e outros pertences deveriam ser encaminhados à Alemanha [...] que o declarante se recorda, a princípio, os mortos eram enterrados; posteriormente passaram a ser queimados; [...] que deseja frisar que Franz Stangl foi um dos maiores carrascos nazistas; era um homem que procurava sempre aprimorar os métodos de matança coletiva; que em Sobibor os Guardas e demais oficiais nada mais eram do que cumpridores das ordens de Franz Stangl.²¹¹

²¹¹ BRASIL, 1967, p. 784.

Szmajzner inicia estabelecendo a singularidade de Stangl no campo: enquanto os demais oficiais usavam o "uniforme verde" da SS, Stangl destacava-se por trajes civis ou sua icônica jaqueta de montaria branca, o que o declarante interpreta como um sinal de sua superioridade absoluta e de seu papel como organizador de Sobibor. Ao afirmar que os outros oficiais eram apenas "cumpridores de ordens", Szmajzner desmonta antecipadamente a defesa de Stangl, que alegava ser apenas um burocrata que obedecia a ordens e o reposiciona como a mente estratégica por trás da matança coletiva. O depoimento enfatiza os "inúmeros contatos pessoais" entre ambos, forjados pela habilidade de Szmajzner em transformar ouro em joias para os oficiais. Essa proximidade técnica permitiu ao sobrevivente observar detalhes que escapavam a outros prisioneiros.

A análise do depoimento prestado por Stanislaw Szmajzner em 1967 revela que ele contém o cerne factual e a estrutura narrativa que seriam expandidos em sua obra, *Inferno em Sobibor* (1968): o retrato psicológico e o visual da indumentária do comandante, a relação de proximidade com Stangl, o ofício de ourives e a extração do ouro dos judeus executados e a evolução da matança em Sobibor. O depoimento de Szmajzner forneceu um relato contundente para a justiça acusar Stangl pelos seus crimes. Além disso, o relato funciona como uma planta baixa dos seus capítulos sobre Sobibor em seu livro que ainda seria publicado no ano seguinte.

O Tribunal de Dusseldorf iniciou o julgamento no dia 13 de maio e foi concluído no dia 22 de dezembro. O tribunal ouviu testemunhas como Richard Glazar, Samuel Rajzman, Joseph (Joe) Siedlecki, sobreviventes de Treblinka, e Stanislaw Szmajzner sobrevivente de Sobibor, cujos depoimentos sobre a brutalidade do campo e a postura de Stangl foram cruciais. Os depoimentos das testemunhas, ainda que confiáveis, eram limitados e apresentavam imprecisões, como de Siedlecki: “embora Stangl só tenha chegado a Treblinka em setembro, no mínimo no final de agosto, ele disse: ‘Ele estava lá quando eu cheguei... Eu cheguei em julho. Ele devia estar lá – ele era o comandante’”.²¹² Ainda que sem muitos detalhes, alguns testemunhos contribuem para a confirmação do comando de Stangl sem citá-lo diretamente em atos de violência:

Quatro das testemunhas, Glazar, Unger [Charles Unger não compareceu ao tribunal, contribuindo apenas com relato escrito], Strawczynski e Samuel Rajzman, e cinco dos homens da SS, Rum, Matthes, Münzberger, Miete e Horn, confirmaram que pelo menos sete enforcamentos ocorreram em Treblinka durante o mandato de Stangl – vários deles com os homens pendurados de cabeça para baixo – e que Stangl, se não os presenciou, como alegado por alguns prisioneiros,

²¹² SERENY, 1983, p. 171.

deveria “pelo menos” ter conhecimento desses eventos, que, naturalmente, foram registrados nos relatórios oficiais do campo – os livros de ocorrências.²¹³

Outro sobrevivente confirma a presença de Stangl em “um enforcamento que ocorreu na presença do comandante em 8 de maio, porque por acaso era meu aniversário”.²¹⁴

Contudo, entre todos os sobreviventes que depuseram no tribunal, somente um, Stangl, confirmou reconhecê-lo. Esse foi o próprio Szmajzner: “Eu ia quase todos os dias vê-lo trabalhar”, disse Stangl. “Ele era um ourives maravilhoso e um bom rapaz.”²¹⁵ Além de ser a única das testemunhas a qual o comandante de Sobibor e Treblinka conseguiu recordar, o testemunho de Szmajzner foi fundamental para a acusação, pois ajudou a desconstruir a linha de defesa de Stangl, que alegava ser apenas um administrador passivo cumprindo ordens.²¹⁶ Mais do que confrontar diretamente o seu algoz, Szmajzner realizou um gesto ainda mais contundente ao entregar pessoalmente a Stangl o livro *Inferno em Sobibor*, no Tribunal de Dusseldorf: “Stangl encarou Stanislaw meio surpreso, e este lhe disse em alemão: ‘Tome e leia os crimes que você praticou’”.²¹⁷

Ao conectar Stangl à gestão direta do roubo de bens (o ouro) dos judeus assassinados e à vigilância armada na rampa, Szmajzner provou que o comandante era um agente ativo e consciente do extermínio. Segundo Sereny, diferente de outros testemunhos que faziam menção à existência do comandante, foi o depoimento do ourives de Sobibor que confirmou a participação de Stangl nos atos de violência.²¹⁸

2.6. O fenômeno *Treblinka*: revolta e a “contramemória” de Jean-François Steiner

A publicação de *Treblinka: a revolta de um campo de extermínio*, em 1966, representou um ponto de inflexão na consciência pós-Holocausto, introduzindo uma narrativa que desafiava os paradigmas estabelecidos sobre a Segunda Guerra Mundial. O próprio Jean-François Steiner definiu sua obra de maneira híbrida e ambivalente: ele a

²¹³ *Ibidem*, p. 242.

²¹⁴ *Ibidem*.

²¹⁵ SERENY, 1983, p. 120.

²¹⁶ *Ibidem*, p. 122.

²¹⁷ COSTA, Flávio; GARRIDO, Luiz. Eu vi Stangl atirar para matar. *Manchete*, Rio de Janeiro, 24 ago. 1970, p. 24. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/109048>. Acesso em: 29 out. 2022. Essa cena será analisada a fundo no capítulo seguinte.

²¹⁸ SERENY, *op. cit.*.

descreveu como uma "documentação romanceada baseada escrupulosamente em testemunhos judeus", rejeitando o rótulo de "ficção" pura, embora admitisse livremente que partes do texto foram imaginadas para fazer com que os fatos "falassem de forma mais verdadeira". Segundo Samuel Moyn, na terminologia da época, o livro aproximava-se do gênero do "romance de não ficção" (*nonfiction novel*), similar ao estilo de *A sangue frio*, de Truman Capote, mas Steiner também o concebeu como um *western* popular sobre os campos da Europa Oriental, visando um forte impacto comercial e emocional nas massas.²¹⁹ Os temas centrais giram em torno da funcionalidade específica dos campos de extermínio, onde, diferentemente dos campos de concentração, as vítimas eram enviadas exclusivamente para morrer, a polêmica tese da "cumplicidade" dos judeus em seu próprio extermínio e a glorificação da resistência armada como restauração da honra.

O objetivo primordial de Steiner era criar uma "contra-história" capaz de substituir o sentimento de vergonha pela passividade das vítimas por uma mensagem de heroísmo e vitalidade judaica.²²⁰ Como um jovem da "segunda geração", filho de Kadmi Cohen, um judeu polonês morto em um subcampo de Auschwitz, Steiner escreveu movido pelo embaraço de pertencer a um povo que, em sua percepção inicial, teria se deixado levar:

[...] porque senti, não a indignação que me ensinaram, mas a vergonha de ser filho deste povo do qual seis milhões se deixaram levar ao abate como cordeiros. Sou judeu, mas não quero ser alvo de pena. E estou cansado de ouvir, cada vez que uma suástica é encontrada rabiscada em um mictório, que seis milhões de judeus foram mortos. Eu precisava descobrir exatamente o que aconteceu.²²¹

Ele buscava oferecer à nova geração uma identidade judaica definida pela capacidade de lutar e sobreviver, utilizando a revolta de Treblinka como o exemplo máximo desse despertar existencial contra o que chamava de "lamentações e desesperança":

O editor do meu livro pediu-me que eliminasse uma expressão, ‘os pranteadores profissionais da história’ [les pleureuses de l’Histoire], com a qual eu estigmatizava aqueles que estudam história apenas para encontrar material para o desespero e o lamento”, disse Steiner numa entrevista. “Mas mesmo que essa expressão seja retirada, fica claro que

²¹⁹ MOYN, Samuel. *A Holocaust controversy: the Treblinka affair in postwar France*. Waltham, Massachusetts: Brandeis University Press, 2005, p. 7, 46. Segundo Steiner, os intelectuais franceses não faziam diferenciação entre campos de concentração e campos de extermínio. O *western* se refere ao que Jean-François Steiner denomina como vasta literatura sobre os campos de concentração “ocidentais”, em contraposição à escassa bibliografia intelectual que tratava dos campos de extermínio, que eram conhecidos apenas como campos de concentração orientais (*eastern*).

²²⁰ *Ibidem*, p. 7.

²²¹ *Ibidem*, p. 6.

este livro se dirige contra aqueles que choram e negligenciam o heroísmo.”²²²

Para reconstruir a história do campo, Steiner utilizou uma combinação de fontes orais, documentais e judiciais. Ele realizou nove entrevistas inéditas com sobreviventes durante uma viagem a Israel em 1965 e consultou depoimentos não publicados no memorial Yad Vashem, auxiliado pela arquivista Rachel Auerbach.²²³ Entre as fontes publicadas, baseou-se na obra de Yankel Wiernik (*Um ano em Treblinka*), nos escritos de Marc Dvorjetski sobre o gueto de Vilna e no relato do correspondente de guerra soviético Vassili Grossman, intitulado *O inferno de Treblinka*. Além disso, Steiner incorporou materiais do julgamento de Düsseldorf (1964–1965), que processou oficiais nazistas que serviram no campo.²²⁴

A controvérsia sobre a obra foi feroz e expôs a fratura entre o "universalismo" e o "particularismo" na memória da guerra.²²⁵ O principal antagonista de Steiner foi o intelectual David Rousset, ferrenho defensor do paradigma do "universo concentracionário" (*univers concentrationnaire*), termo que ele cunhou em 1946 para descrever o sistema de campos como um fenômeno global voltado contra todas as liberdades humanas. A partir do conceito de “universo concentracionário”, Rousset tentou fornecer uma concepção unificada do sistema de *Lager* (campos nazistas) com base na sua experiência como prisioneiro de Buchenwald.²²⁶ Rousset atacou Steiner por isolar o extermínio judeu da luta antifascista comum, classificando a tese do livro como "mística, racista e confusa".²²⁷ Enquanto Rousset acreditava que a colaboração forçada era uma característica estrutural de todo o sistema concentracionário, Steiner insistia que o destino dos judeus representava uma "condição de obliteração total" irredutível a outros crimes.

O livro e sua campanha publicitária enfatizaram que Treblinka era diferente dos campos conhecidos pelos franceses, como Buchenwald ou Dachau. Steiner destacou que, nos campos de extermínio, as vítimas não eram enviadas para trabalhar até a exaustão, mas exclusivamente para morrer. Essa distinção funcional ajudou a isolar o Holocausto como um fenômeno à parte, irredutível ao sistema geral de terror nazista ou à guerra continental. Steiner desejava combater o que chamava de "os pranteadores profissionais

²²² *Ibidem*, p. 7.

²²³ *Ibidem*, p. 25.

²²⁴ MOYN, 2005, p. 125; 178.

²²⁵ *Ibidem*, p. 11.

²²⁶ *Ibidem*, p. 2.

²²⁷ *Ibidem*, p. 59.

da História" (*les pleureuses de l'Histoire*), que estudavam o passado apenas para encontrar desesperança. Para a nova geração de judeus franceses que não viveu a guerra, o livro de Steiner ofereceu uma "contramemória" que substituiu a vergonha da passividade por uma narrativa de resistência e orgulho particularista. Isso contribuiu para o declínio do modelo "judeu-republicano" (assimilacionista) em favor de uma identidade judaica mais definida pela memória específica do genocídio, recontando os fatos com uma mensagem de sobrevivência ativa.

A obra *Treblinka: a revolta de um campo de extermínio* tornou-se um *best-seller* imediato, vendendo mais de cem mil cópias apenas no primeiro ano e provocando um debate intelectual que envolveu figuras como Simone de Beauvoir e o sobrevivente David Rousset.²²⁸ O livro não chegou ao Brasil apenas como um relato histórico, mas como um fenômeno cultural e político já consolidado na Europa. Publicado originalmente na França em 1966, foi lançado pela Nova Fronteira no mesmo ano.²²⁹

No entanto, o destino do livro no Brasil seguiu uma trajetória peculiar de "despertar tardio". Ao ser lançado em solo brasileiro em 1966, a repercussão inicial foi baixa, restrita a anúncios do lançamento e da disponibilidade da obra. Essa indiferença mudou bruscamente em 1967, com a prisão de Franz Stangl, o ex-comandante de Treblinka, que vivia escondido em São Paulo. A presença física de um "perito em extermínio" em território nacional transmutou o livro de Steiner de um exercício literário em uma espécie de mandado de prisão intelectual e moral para a opinião pública brasileira.

A partir da prisão de Stangl, a imprensa e a própria editora passaram a utilizar o texto de Steiner como a lente definitiva para enquadrar os crimes do carrasco nazista. Anúncios da segunda edição brasileira provocavam o leitor com frases de impacto: "Veja porque foi preso Franz Stangl e porque pesam sobre ele tantas e terríveis acusações!". As notícias da época não apenas relatavam a captura, mas recorriam ao livro para explicar a funcionalidade específica de Treblinka como um campo de extermínio, onde, diferentemente de Buchenwald ou Dachau, as vítimas eram enviadas exclusivamente para a morte imediata. A obra serviu para preencher o vazio de conhecimento do público brasileiro sobre a "máquina da morte" que Stangl ajudara a aperfeiçoar, conferindo ao sobrevivente o estatuto de autoridade moral e ao livro o valor de prova histórica.

²²⁸ MOYN, 2005, p. 170.

²²⁹ O QUE HÁ PARA LER. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 17 out. 1966, p. 15. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_08/90876. Acesso em: 2 jan. 2026.

O próprio Steiner envolveu-se ativamente na repercussão pública do caso Stangl. Embora os testemunhos reunidos para a elaboração do livro mencionassem pouco o ex-comandante de Treblinka, a ponto de apenas um sobrevivente declarar ter uma “vaga lembrança do nome Franz Stangl”.²³⁰ Steiner recorreu a outras fontes documentais para sustentar suas acusações. Em declarações enviadas de Paris, o autor imputou o ex-comandante de ter cumprido sua tarefa “à perfeição” durante o verão de 1942, descrevendo-o como o organizador que transformou o caos inicial de Treblinka em uma engrenagem de morte eficiente. Steiner detalhou como Stangl foi o responsável por dividir o campo em duas partes e por instituir chamadas diárias e numeração de prisioneiros, práticas que visavam a obliteração total das vítimas: “Stangl – acrescentou Steiner – foi enviado a Treblinka com a missão de restabelecer a ordem no campo, cuja situação, àquela altura, era de completo caos: durante seis semanas, no verão de 1942, cumpriu sua tarefa à perfeição”.²³¹ Steiner assevera que foi o comandante que estabeleceu o padrão de organização dos prisioneiros e a logística para o extermínio. Não reduzindo a responsabilidade quando deixou o cargo para seu assistente Kurt Franz, assegurou “[...] a gigantesca máquina da morte [que] já estava em movimento, e funcionando com eficiência, quando ocorreu a troca de comando”.²³²

O envolvimento de Steiner no caso foi tão profundo que ele chegou a anunciar planos de viajar ao Brasil e à Argentina para prosseguir em investigações pessoais sobre outros nazistas refugiados na América do Sul.²³³ No entanto, não encontramos nenhuma evidência que confirme sua passagem pelo Brasil ou pela Argentina.

Steiner concedeu uma entrevista ao jornalista Nei Sroulevich, publicada pela revista *Manchete*, em que a conversa se inicia com uma pergunta sobre as motivações que o levaram a escrever um livro sobre Treblinka. Questionado:

– Por que escreveu o livro sobre Treblinka? – A ideia de escrevê-lo, ocorreu-me em consequência da grande polêmica estabelecida na França, a propósito da ausência de reação dos judeus aos nazistas, nos campos de concentração. Considerei essa acusação de passividade uma grande injustiça. Entretanto, não foi pelo desejo de sair vencedor nesse debate que escrevi o meu livro. Escrevi-o, sim, com o espírito voltado

²³⁰ ESCRITOR ACUSA STANGL DE PERÍTO EM EXTERMÍNIO. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 04 abr. 1967, p. 7. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_08/96546. Acesso em: 2 jan. 2026.

²³¹ ESCRITOR ACUSA STANGL DE PERÍTO EM EXTERMÍNIO, 1967.

²³² *Ibidem*, 1967.

²³³ *Ibidem*.

para necessidade de se fazer justiça. Escrevi-o para mostrar a revolta dos judeus.²³⁴

Ao recorrer a essas expressões, Steiner atribui à literatura um escopo eminentemente moral. Sua escrita opera como um gesto de reparação simbólica, destinado a substituir a narrativa da vergonha pela afirmação de experiências de resistência, ainda que fragmentadas e desiguais, no interior do sistema concentracionário nazista. A justiça evocada por Steiner, portanto, não se limita à dimensão punitiva; trata-se de uma justiça identitária, orientada à restauração da dignidade judaica por meio do testemunho da sobrevivência ativa, da recusa ao apagamento e da reinscrição da revolta no campo da memória histórica. Na sequência da entrevista, Sroulevich questiona Steiner sobre Franz Stangl e a possibilidade de sua extradição:

– Essa prisão, em si, não representa muita coisa. Outros criminosos nazistas, bem mais importantes do que êle, continuam soltos, em países da América do Sul, onde entraram com papéis falsos e sob nomes supostos. Acredito, porém, que o Brasil devia entregar Stangl a Israel, de preferência a qualquer outro país. Ninguém tem mais direito de julgá-lo do que os judeus. Ou, mais precisamente, aqueles que estiveram no inferno de Treblinka e de lá saíram com vida. Fora disso, qualquer outro julgamento será uma farsa. Se êle for para a Áustria, por exemplo, será condenado de cinco a dez anos e, depois, terá a pena comutada, ou livramento condicional. De tal forma que, no fim de dois anos, estará nos bares, afogando as mágoas em livros de cerveja, ao lado de velhos companheiros. O mesmo acontecerá se for entregue à Alemanha.²³⁵

Contrariando declarações anteriores, Steiner relativiza o impacto imediato da prisão, observando que outros criminosos nazistas, não menos responsáveis, permaneciam livres em países da América do Sul. Ainda assim, defende que o Brasil deveria entregar Stangl a Israel, preferencialmente a qualquer outro país. Segundo ele, ninguém teria mais legitimidade para julgá-lo do que os judeus, ou, mais precisamente, aqueles que “estiveram no inferno de Treblinka e de lá saíram com vida”.²³⁶ Fora desse enquadramento, sustenta que qualquer julgamento seria uma farsa. A extradição para países como Áustria ou Alemanha resultaria, em sua avaliação, em penas brandas, facilmente comutáveis, permitindo que o criminoso retomasse uma vida cotidiana normalizada ao lado de antigos companheiros.

²³⁴ SROULEVICH, Nei. Porque Israel deve julgar Stangl. *Manchete*. Rio de Janeiro, 8 abr. 1967, p. 16. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/78006>. Acesso em: 2 jan. 2026.

²³⁵ SROULEVICH, 1967, p. 17.

²³⁶ *Ibidem*.

Embora Steiner não fosse ele próprio um sobrevivente dos campos, mas filho de um judeu polonês deportado e assassinado, sua trajetória intelectual o inscreve naquilo que se pode chamar de uma memória geracional. É desse lugar que o jovem escritor assume a tarefa de narrar Treblinka. Sua fala reflete o novo estatuto da testemunha, consolidado sobretudo após o julgamento de Adolf Eichmann em Jerusalém, em 1961, quando o sobrevivente passou a ocupar a posição de autoridade moral incontornável na produção da verdade histórica sobre o Holocausto. A reivindicação de Steiner aponta, assim, para a construção de uma contramemória, ou, mais precisamente, de uma releitura crítica da memória dominante sobre as vítimas do genocídio nazista, que propõe uma compreensão mais matizada da experiência judaica durante a Segunda Guerra Mundial, distinguindo-a de outras modalidades de violência perpetradas pelo regime nazista. Nesse quadro interpretativo, Israel emerge como o espaço singularmente legítimo para a judicialização e a responsabilização desses crimes, não apenas em termos jurídicos, mas também simbólicos e memoriais.

A obra de Steiner foi essencial para que o Brasil entendesse que o Holocausto não era um evento remoto, mas algo que agora batia à sua porta através de seus algozes. O *affaire* Treblinka deixou de ser um debate filosófico sobre a identidade judaica para tornar-se uma ferramenta de justiça concreta, elevando o debate sobre as atrocidades cometidas por nazistas fugitivos que buscavam o anonimato no Brasil.

2.7. Ben Abraham e Joseph Nithausen: lembrar para não esquecer dos mortos

Henry Nekrycz, que posteriormente adotaria o pseudônimo Ben Abraham, trilhou um caminho migratório que reflete a complexidade do recomeço após a "quase morte" nos campos nazistas. Diferente de outros sobreviventes, o Brasil não foi seu destino imediato. Nekrycz buscou primeiro a reconstrução de sua vida em Israel, onde presenciou o conflito de independência antes de migrar para o solo brasileiro na década de 1950. Um dado simbólico fundamental em sua trajetória é a nacionalidade inscrita em sua ficha consular: "israelense". Ao omitir a origem polonesa, Ben Abraham demonstra uma ruptura com o passado de perseguição europeu e a adoção de uma nova identidade política

e cultural, permitindo refletir sobre como os sobreviventes buscavam processar o trauma através de um novo pertencimento nacional.²³⁷

Dentro do cenário editorial brasileiro, a obra *...e o mundo silenciou*, publicada em 1972 pela editora WG Comunicações e Produções, consolidou Ben Abraham como uma figura central na militância contra o esquecimento. O relato acompanha a trajetória de um jovem judeu polonês desde a invasão nazista em 1939 até a libertação em 1945, articulando a dor individual à história coletiva do genocídio e da desumanização sistemática. No prólogo do livro, Abraham esclarece que escreveu seu livro para:

[...] tornar público os crimes cometidos pelos nazistas não tem [sic] como objetivo despertar piedade, mas sim, alertar e prevenir, a fim de nunca se permita que os mesmos acontecimentos se repitam contra quem quer que seja na face da nossa terra.²³⁸

A narrativa de Ben Abraham em *...e o mundo silenciou* (1972) inicia-se em Lodz. O jovem Henry, inicialmente movido por uma excitação juvenil diante do conflito, vê sua percepção ser rapidamente alterada pela confrontação com a brutalidade da ocupação nazista. O ponto de inflexão ocorre em 6 de setembro de 1939, quando o desaparecimento da polícia local precede a entrada dos primeiros soldados alemães ostentando “[...] abraçadeiras vermelhas e suásticas pretas desenhadas num fundo branco”. As ruas estavam desertas e Henry encontrou na parede alguns cartazes fixados por soldados alemães:

[...] contendo ordens para a população, todas elas assinadas pelo General Von Brauchitch, comandante supremo das forças alemãs na Polônia. Os cartazes continham, infalivelmente, uma frase: “Os infratores serão fuzilados sumariamente”.²³⁹

A partir desse marco, a perseguição em Lodz torna-se sistemática; judeus passaram a ser capturados nas ruas para trabalhos forçados, recebendo humilhações e “chicotadas como pagamento” pela mão de obra compulsória.²⁴⁰ O desaparecimento deliberado de líderes comunitários, artistas e intelectuais marcou o início da desarticulação da identidade social daquela comunidade.²⁴¹

²³⁷ ABRAHAM, Ben. Ben Abraham / [Henry Nekrycz]. Entrevistadora: Rachel Mizrahi, Equipe técnica: Lilian Souza e Lais Rigatto Cardilo. Iconografia: Nanci do Nascimento Souza e Samara Konno. Transcrição: Maria Luiza Tucci Carneiro. *ArqShoah-Leer*. São Paulo, 18 out. 2012. Disponível em: <https://www.arqshoah.com/>. Acesso em: 28 ago. 2023.

²³⁸ ABRAHAM, 1984, p. 11.

²³⁹ *Ibidem*, p. 21.

²⁴⁰ *Ibidem*.

²⁴¹ *Ibidem*, p. 21-22.

A segregação social, o trabalho forçado e as humilhações públicas em Lodz anunciaram a ruptura definitiva de qualquer pertencimento nacional de Henry Nekrycz. Nesse contexto de desolação, o narrador reconhece sua identidade judaica não como uma escolha, mas como um destino imposto: ser judeu passa a significar exclusão, violência e vulnerabilidade extrema. Com a criação do gueto de Lodz, em Baluty, a narrativa de Ben Abraham mergulha no cotidiano da fome e do frio sob a administração paradoxal de Chaim Rumkowski. O gueto emerge como um espaço de contradição: enquanto simula uma autonomia administrativa, na prática intensifica a lógica da dominação nazista, corroendo laços sociais através da desigualdade e do trabalho compulsório.²⁴²

A trajetória de Henry Nekrycz transita da vulnerabilidade extrema para uma luta ativa pela sobrevivência, pautada pelo trabalho, inicialmente como serralheiro e, depois, como mecânico. O aprendizado técnico, a astúcia cotidiana e pequenas transgressões tornam-se estratégias de vida. Ainda assim, a violência estrutural se impõe de forma incontornável, culminando nas deportações em massa, sobretudo de idosos e crianças, em 1942.²⁴³ A morte do pai de Henry, após uma longa sequência de privações e sofrimento: “Pegamos um lençol e o estendemos em cima dele. Nada mais podíamos fazer.”²⁴⁴ Henry e seu tio lavaram o corpo de seu pai e encomendaram a cerimônia de enterro, sua mãe preparou os lençóis brancos para envolver o corpo dele. Mais tarde a carruagem chegou e levou o corpo de seu pai, eles não tinham autorização para fazer o cortejo e acompanhar o corpo, sob pena de serem mortos. Ainda assim, “Durante um ano, rezei incessantemente pela alma de meu pai sozinho, não perdi um único “Kadish”.”²⁴⁵

Nesse cenário de desagregação social, emerge a figura de Litwak, o mestre artesão que se torna uma referência afetiva fundamental para Henry. Embora inicialmente percebido como um homem ríspido, Litwak revela-se um sujeito marcado pela dignidade do trabalho e por um senso de justiça que resiste às estruturas de desumanização. A relação entre ambos, construída no espaço da oficina, evolui para um reconhecimento mútuo de proteção: “Ele me respeitava e me queria como um filho. Sempre dizia: – ‘Você me obedece, meu filho não. Só porque é diretor, pensa que é mais inteligente do que eu’.”²⁴⁶

²⁴² *Ibidem*, p. 26.

²⁴³ ABRAHAM, 1984, p. 60-61.

²⁴⁴ *Ibidem*, p. 52.

²⁴⁵ *Ibidem*, p. 54.

²⁴⁶ *Ibidem*, p. 62.

Litwak percebe em Henry não apenas um aprendiz, mas um jovem empenhado em sobreviver. Ao ensinar-lhe o conserto de máquinas complexas e permitir um ritmo de labor que preservasse a sua integridade física, o mestre transforma o trabalho compulsório em uma estratégia de salvaguarda.

Sob a tutela de Litwak, Henry Nekrycz aprimorou suas competências técnicas, aprendendo a consertar máquinas complexas como “overlocks” e “zig-zags”. Esse domínio técnico não era meramente funcional: Litwak transformou o labor compulsório em uma estratégia de salvaguarda, permitindo que o trabalho fosse realizado em um ritmo que preservasse a integridade física do jovem diante da exploração nazista.

Em 1944, enquanto o avanço soviético trazia uma fagulha de esperança, veio a ordem de deportação total para a Alemanha, o que forçou Henry, sua mãe e Litwak a buscarem refúgio nas instalações da fábrica. Contudo, a tentativa de resistência foi frustrada pela rapidez do cerco alemão ao gueto. Esconderijos foram descobertos, portas quebradas e os que buscavam o anonimato nas fábricas acabaram capturados e conduzidos a Marysin, onde foram amontoados em vagões de carga.²⁴⁷

A viagem, que durou um dia sob a ilusão de que trabalhariam em fábricas alemãs, revelou sua face sinistra através das frestas do vagão: o cenário de postes de cimento, arame farpado e guardas armados anunciava o destino final. O narrador descreve a chegada ao campo de concentração com uma precisão sensorial que rompe com qualquer otimismo residual: “O ranger dos freios doeu em meus ouvidos. As portas dos vagões foram abertas num estrondo. Ouvimos gritos e mais gritos: ‘Raus, Raus, verfluchte Juden!’ Tínhamos chegado a Auschwitz”.²⁴⁸

Ao desembarcar do trem em Auschwitz, a massa de deportados foi submetida a um rito de desumanização imediata, em que o caos sonoro de gritos e choros se misturava à desarticulação das famílias. O cenário descrito por Ben Abraham é de uma crueldade paralisante: crianças de colo eram arrancadas de suas mães e entregues a idosos, enquanto cenas de barbárie gratuita eram encenadas para intimidar os recém-chegados. Um dos registros mais atrozes de seu relato é o momento em que um oficial da SS “[...] pegou uma baioneta e cortou a barriga de uma mulher grávida que estava deitada no chão, e chamou seus companheiros para olhar...”. Nesse ambiente de horror absoluto, Henry

²⁴⁷ ABRAHAM, 1984, p. 78-79.

²⁴⁸ *Ibidem*, p. 80. Tradução da frase dita pelo soldado alemão: “Fora, fora, malditos judeus!”.

experimentou o "nó na garganta" do último adeus à sua mãe: “[...] vi minha mãe afastar-se de mim lentamente”.²⁴⁹

Após a separação inicial na rampa de Auschwitz, o narrador detalha a figura de um carrasco que

Usava calças por cima de uma camisa parda, além de suspensório. Soubemos mais tarde que tínhamos estado diante do famoso Mengele. [...] Ele nada dizia, apenas virava o dedão à esquerda ou à direita, e nós íamos nos separando de acordo com esse sinal, sempre tendo diante de nós submetralhadoras e bengalas. Eu estava na mesma fila onde estavam os Litwak. Quando passamos diante do alemão, o velho não tirou o chapéu, conforme a ordem dada. O S.S. gritou com o velho: “por que não tirou o chapéu?” Quando o senhor Litwak descobriu a cabeça, mostrando seus cabelos brancos, Mengele pegou uma bengala que estava na mão de um S.S. e enganchou com violência no pescoço do velho, puxando-o para fora da fila: – “seu vigarista” – gritou ele: “Para esconder os cabelos brancos, desobedeceu-me”. Um instante depois o velho foi cercado por um grupo de S.S., que lhe bateram duramente, usando bengalas e chicotes. Eu e o filho do velho Litwak vimos apenas o início daquela surra, pois fomos obrigados a caminhar [...].²⁵⁰

O mestre, que antes representava a dignidade do trabalho, foi brutalmente espancado com bengalas e chicotes diante de Henry, simbolizando a ruptura de qualquer lógica de sobrevivência baseada no universo do gueto. A progressão do relato revela a transição da incredulidade para a constatação do extermínio industrializado. Ao questionarem um prisioneiro veterano sobre o destino dos separados, a resposta veio através do gesto que apontava para uma chaminé expelindo fumaça negra: “o crematório”. Quando perguntaram se as crianças tinham o mesmo destino, o prisioneiro diz: “[...] somente os gêmeos [sic] eram poupados, assim mesmo provisoriamente, pois o passatempo predileto de Mengele, que era médico, eram as experiências [sic] com os gêmeos”.²⁵¹

A deportação para Auschwitz representa o ápice da experiência concentracionária. O choque da chegada, a separação definitiva da mãe, a seleção conduzida por Josef Mengele e a visão das chaminés dos crematórios consolidam a consciência do extermínio industrializado. A narrativa abandona qualquer ilusão residual e assume um tom marcado pela constatação da morte como regra cotidiana. Em Birkenau, Henry é submetido à

²⁴⁹ *Ibidem*.

²⁵⁰ ABRAHAM, 1984, p. 99.

²⁵¹ *Ibidem*, p. 100.

violência arbitrária, à fome extrema e à lógica do trabalho inútil, onde viver ou morrer dependia do acaso ou do capricho dos guardas.²⁵²

Após algumas semanas, Henry é transferido para campos de trabalho na Alemanha, especialmente Wochelde e Hildesheim.²⁵³ Nesses espaços, embora a violência continue presente, a possibilidade de exercer funções técnicas oferece condições mínimas de sobrevivência. Ainda assim, espancamentos, punições exemplares e o esgotamento físico mantêm os prisioneiros sob constante ameaça.

Nos meses finais da guerra, a desintegração do aparato nazista se manifesta por meio de evacuações forçadas, marchas da morte e transportes ferroviários caóticos, nos quais a morte continua a operar de forma massiva. Henry sobrevive a sucessivos deslocamentos, doenças e à fome absoluta, até presenciar a chegada das tropas soviéticas.²⁵⁴ A libertação, contudo, não é celebrada com júbilo: diante da devastação física e da perda de familiares, a reação dos sobreviventes judeus é o choro silencioso, expressão de um trauma que não se dissolve com o fim da guerra.²⁵⁵

O desfecho da trajetória de Henry Nekrycz, que passaria a ser conhecido no Brasil pelo pseudônimo Ben Abraham, não é marcado por uma celebração triunfante, mas por um "choro silencioso" que expressa um trauma impossível de dissolver apenas com o fim dos combates. Após sobreviver a Auschwitz, a sucessivos deslocamentos e à fome absoluta, a libertação pelas tropas soviéticas revelou uma profunda devastação física e a perda irreparável de seus familiares. Para Abraham, a sobrevivência não se confunde com vitória; ela é, antes, a permanência da memória e a recusa ao apagamento imposto pelo "silêncio do mundo", termo que dá título à sua obra e que denuncia tanto a indiferença internacional quanto a dificuldade de traduzir a linguagem do extermínio.

A publicação de *...e o mundo silenciou* (1972) marcou a transição definitiva de Henry Nekrycz para a figura pública de Ben Abraham, transformando sua dor privada em uma vigorosa ferramenta de militância contra o esquecimento. Para sustentar esse projeto, a obra não se apresenta apenas como um relato subjetivo, mas como um objeto cercado por uma arquitetura paratextual que visa conferir-lhe autoridade institucional e histórica.²⁵⁶ Logo na folha de guarda, o leitor depara-se com o selo da Sherit Hapleita

²⁵² *Ibidem*, p. 107.

²⁵³ ABRAHAM, 1984, p. 108-110.

²⁵⁴ *Ibidem*, p. 133.

²⁵⁵ *Ibidem*, p. 134.

²⁵⁶ Cabe ressaltar que a mulher de Ben Abraham (Henry Nekrycz), Miriam Brik Nekrycz publicou o livro *Relato de uma vida*, em 1996, no qual narra sua sobrevivência no Gueto de Luck, na Polônia. NEKRYCZ, Miriam Brik. *Relato de uma vida*. São Paulo: Editora B'nai B'rith, 1996.

(Associação dos Sobreviventes do Nazismo no Brasil), um elemento que vincula a voz individual do autor a uma memória coletiva organizada e legitimada no país. Atrás dessa folha, uma nota preparatória estabelece o compromisso com o real que guia toda a narrativa, esclarecendo que as personagens, acontecimentos e ilustrações são verídicos: “As personagens, acontecimentos e ilustrações deste livro são reais”. Em seguida, demonstra necessidade de afirmar que tais fontes foram coletadas através de acervos pessoais e recordações dos próprios agressores. Sobre algumas ilustrações, diz: “[...] recordações em casa de seus familiares para documentar o seu ‘heroísmo [dos soldados]’”.²⁵⁷ Em seguida, anuncia que esses documentos integram arquivos de prestígio global:

[...]encontram-se nos arquivos de “Yad-Vashem” e “Lohamei Haguettaot” em Israel, “Instituto de História Judaica” em Varsóvia bem como nos vários arquivos dos processos contra criminosos de guerra na Alemanha. Parte delas foi apresentada no “GRANDE PROCESSO DE NURENBERG [sic] em 1946.”²⁵⁸

Dessa forma, a nota preparatória antecipa que a documentação apresentada não constitui uma construção ficcional do autor, mas um conjunto de evidências produzidas e deixadas por verdugos, prisioneiros e mortos. De modo estratégico, esses materiais não se encontram dispersos ao longo da narrativa, mas concentrados no último terço do livro, funcionando como um corpo documental que separa e, ao mesmo tempo, articula a primeira e a segunda parte da obra. Essa documentação é composta por objetos recolhidos nos guetos de Lodz e Varsóvia, jornais da época, moedas do gueto e registros de crimes cometidos contra a população judaica. Ao aproximar sua narrativa desses vestígios materiais, fotografias de objetos do gueto, recortes de jornais e imagens explícitas do extermínio, com referências inclusive ao julgamento de Nuremberg, Ben Abraham constrói um relato memorial que assume também a forma de denúncia histórica. Por permitir que o leitor visualize concretamente os horrores narrados, o autor produz um forte efeito de veracidade e autenticidade, convertendo o livro não apenas em um testemunho, mas em um documento de caráter objetivo e realista.²⁵⁹

Os paratextos em *...e o mundo silenciou* (1972) cumprem uma função deliberada: não são meros complementos ilustrativos, mas documentos de prova análogos aos utilizados em tribunais, museus e arquivos de pesquisa. Ao inserir esses elementos ao

²⁵⁷ ABRAHAM, 1984, p. 6.

²⁵⁸ *Ibidem*, p. 6.

²⁵⁹ *Ibidem*, p. 81-96.

final da obra, Ben Abraham garante que o leitor não apenas imagine o passado, mas visualize materialmente as cenas descritas. Assim, vemos fotografias de personagens e lugares citados no livro – como “Na praça Baluty, Rumkowski (com a estrela de David) e Bibov”²⁶⁰ – e acontecimentos que foram vividos pelo personagem Henry Nekrycz – “Liquidação do Guetto-Lodz. Rumo a Auschwitz. Agosto de 1944”.²⁶¹ Esse recorte documental confere um efeito incontestável de veracidade e autenticidade, estabelecendo o livro como um documento realista que recusa a “imaginação romancista”.

O foco visual da obra é a exposição crua da violência nazista, incluindo execuções, enforcamentos e matanças em massa.²⁶² Um exemplo contundente dessa estratégia é a legenda irônica que descreve os “VITORIOSOS” nazistas forçando um judeu a rezar após um fuzilamento, evidenciando a face ignóbil dos agressores.²⁶³ Essa escolha paratextual orienta o olhar do leitor, enfatizando que os crimes foram cometidos por “nazistas de carne e osso”, criando uma “convergência de efeito” na qual a fotografia e o testemunho se fundem para potencializar a denúncia do ato criminoso.

O prólogo reforça essa mensagem de responsabilização pessoal e histórica, Abraham escreve para “tornar público os crimes cometidos pelos nazistas” e simbolizar o que não deve se repetir. Ainda no prólogo, Abraham recorda a perda de seus pais, assassinados diante de seus olhos “pelo ódio genocida de Hitler, Himmler, Eichmann, Mengele e outros”.²⁶⁴ Ter testemunhado as ações do “médico de Auschwitz” de perto conferiu ao autor uma autoridade moral única, transformando seu livro em uma ferramenta de luta pública.

Ben Abraham atuou de forma direta e contínua nos desdobramentos do caso Josef Mengele e também se manifestou publicamente sobre o caso de Gustav Wagner. Subordinado de Franz Stangl nos centros de extermínio de Hartheim e Sobibor, Wagner integrou, ao lado de Stangl, as redes de fuga nazistas para o Brasil. Preso em 1978, Wagner passou então a responder a um processo de extradição que reacendeu o debate público sobre a presença de criminosos de guerra nazistas em território brasileiro e sobre os limites da justiça tardia.²⁶⁵

²⁶⁰ ABRAHAM, 1984, p. 88.

²⁶¹ *Ibidem*, p. 91.

²⁶² *Ibidem*, p. 81-96.

²⁶³ *Ibidem*, p. 93.

²⁶⁴ *Ibidem*, p. 11.

²⁶⁵ Sobre Gustav Wagner e seu processo de extradição, vamos analisá-lo no capítulo 4.

Nesse contexto, Ben Abraham foi convidado pela revista *Manchete* a refletir sobre as motivações que o levaram a escrever sobre o extermínio nazista e a comentar a figura do carrasco de Sobibor. Em seu depoimento, o autor explicita a origem ética de sua escrita:

[...] então fiz a mim uma promessa, caso sobrevivesse à guerra, de contar, de alertar e divulgar todos estes crimes, as barbaridades contra a humanidade, para que o mundo saiba e não permita que isso se repita contra qualquer povo e qualquer raça na face da terra.²⁶⁶

A coerência entre a escrita de Ben Abraham e sua atuação pública evidencia que sua relação com a memória do genocídio ultrapassa o registro testemunhal. Suas ações não se limitam ao imperativo memorial frequentemente sintetizado na fórmula “recordar para que não se repita”, mas se desdobram em uma prática política ativa de identificação, denúncia e responsabilização de criminosos nazistas que permaneceram impunes por décadas. Como ele próprio afirma: “A minha atitude não é de vingança, pois não existe preço pelos seus crimes, mas um manifesto pela justiça, para que no futuro os mesmos atos, contra quem quer que seja, não passem impunes”.²⁶⁷

Nesse sentido, a escrita de Ben Abraham e sua intervenção pública articulam memória e justiça como dimensões indissociáveis. O testemunho deixa de ser apenas uma narrativa do passado e converte-se em instrumento de acusação moral e política, dirigido não apenas aos perpetradores, mas também às sociedades que, por ação ou omissão, permitiram sua longa impunidade.

A questão de Josef Mengele, o “Anjo da Morte”, não se esgota na narrativa de *...e o mundo silenciou*; ela se expande na atuação incansável de Ben Abraham para levar o carrasco à justiça, demonstrando que seu relato foi deliberadamente apropriado pelo autor como uma arma na militância contra o esquecimento. Para além dos elementos paratextuais, Abraham utilizou sua autoridade de sobrevivente para confrontar a impunidade de criminosos que ainda viviam foragidos, transformando sua memória em um instrumento de justiça concreta e denúncia pública.

O percurso editorial da obra é marcado por uma singularidade intrigante: embora tenha alcançado pelo menos 20 edições até 2009, os vestígios de seu lançamento original

²⁶⁶ SCHVARTZMAN, Salomão. A verdadeira face do Holocausto. *Manchete*. Rio de Janeiro, 2 ago. 1978, p. 30. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/181309>. Acesso em: 5 jan. 2026.

²⁶⁷ *Ibidem*.

em 1972 são escassos na grande imprensa. Uma nota identificada em 1973, no *Estado de São Paulo*, registra:

A história de um sobrevivente do gueto de Lodz e do campo de concentração de Auschwitz baseada em acontecimentos e personagens reais e documentos dos arquivos de Yad-Vashem e Lohamei Haguettaot. Com ilustrações fornecidas pelos Institutos de História Judaica de Varsóvia, muitas delas apresentadas no Processo de Nuremberg em 1946. As lembranças tristes de um adolescente que perdeu grande parte dos seus anos de juventude encerrado em prisões infernais.²⁶⁸

...e o mundo silenciou na imprensa brasileira seguiu um tom estritamente técnico e descritivo, como demonstra a nota de lançamento publicada em 1973 no *Estado de São Paulo*. Esse anúncio não ultrapassava a estrutura de uma nota informativa, promovendo o livro a partir de sua ancoragem em documentações de entidades de prestígio, como o memorial Yad Vashem e os registros do Tribunal de Nuremberg. Para Ben Abraham, essa estratégia era vital: a lembrança do sobrevivente não deveria ser lida como ficção, mas sustentada por um compromisso com o real que apenas o selo institucional de tais arquivos poderia conferir.

Contudo, surge aqui um mistério intrigante para a história editorial do período: como uma obra que teve uma repercussão tão tímida nos grandes jornais pôde alcançar um investimento impresso sem precedentes? Doze anos após sua estreia, em 1984, o livro já saía das gráficas com tiragens expressivas de 10 mil exemplares, consolidando-se como um verdadeiro *best-seller* da editora WG Comunicações e Produções. Esse sucesso comercial, que correu à margem do circuito da crítica literária oficial, sugere que a distribuição da obra percorreu caminhos "quase invisíveis" e altamente eficazes.²⁶⁹

Em 1985, o autor de *...e o mundo silenciou* assumiu um papel jurídico fundamental durante as investigações da ossada encontrada em Embu das Artes, servindo como uma peça-chave para atestar a violência a sangue frio perpetrada por Josef Mengele.²⁷⁰ Ao conferir "vida e cores" aos episódios protagonizados pelo "Anjo da Morte" em Auschwitz, a narrativa de Ben Abraham permitiu que a matéria incógnita enterrada sob uma identidade falsa no Brasil se tornasse legível e identificável pelos crimes que nunca haviam sido julgados.

²⁶⁸ E O MUNDO SILENCIOU. *O Estado de São Paulo*: Suplemento Literário. São Paulo, 20 jan. 1973, p. 2. Disponível em: <https://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 6 de jan. de 2023.

²⁶⁹ ABRAHAM, 1984, p. 4.

²⁷⁰ Idem. *O Anjo da Morte*: Dossiê Mengele. Guarulhos: Editora Parma LTDA, 1985.

Em 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial, Josef Mengele foi considerado morto por pelo menos três anos, conforme indicam correspondências internas do governo dos Estados Unidos. Na realidade, porém, ele encontrava-se vivo e escondido na região ocidental da Alemanha, então sob ocupação estadunidense. A partir de 1949, ciente de que sua permanência na Alemanha se tornara cada vez mais arriscada, Mengele decidiu fugir para a Argentina, país reconhecido à época como um destino relativamente seguro para ex-nazistas. Sua primeira esposa, Irene, recusou-se a deixar a Europa e não o acompanhou nessa fuga.²⁷¹

Na Argentina, Mengele passou a integrar as redes de apoio nazistas no exílio, estabelecendo contato com Adolf Eichmann, que vivia sob o pseudônimo de Ricardo Klement e com Hans-Ulrich Rudel, piloto condecorado do regime nazista e conselheiro do governo paraguaio de Alfredo Stroessner. Em 1958, Mengele casou-se novamente com Martha Mengele, viúva de seu irmão mais novo. No ano seguinte, apesar da ausência de uma perseguição internacional efetiva, passou a temer uma possível extradição e decidiu transferir-se para o Paraguai. Esse receio mostrou-se justificado: em junho de 1959, a Alemanha Ocidental solicitou formalmente sua extradição à Argentina. Antecipando-se a esse pedido, Mengele havia requerido a cidadania paraguaia, concedida em novembro daquele mesmo ano.²⁷²

Em 1960, o Mossad planejou a captura simultânea de Eichmann e Mengele em território argentino. Embora tenha obtido êxito na prisão de Eichmann, a operação fracassou em localizar Mengele, que não deixou rastros relevantes. A captura de Eichmann desencadeou um estado de pânico em Mengele, levando-o a abandonar o Paraguai e fugir para o Brasil, enquanto sua esposa Martha retornava à Europa. Em território brasileiro, Mengele passou a viver sob proteção de Wolfgang Gerhard, ex-líder da Juventude Hitlerista em Graz, na Áustria, iniciando o período final de sua vida como fugitivo, encerrado apenas com sua morte, ocorrida anos depois, mas oficialmente confirmadas décadas mais tarde.²⁷³

Ainda em 1960, Josef Mengele iniciou sua primeira estadia no Brasil no sítio pertencente a Wolfgang Gerhard, localizado em Itapecerica da Serra. Por intermédio de Gerhard, o ex-oficial da SS foi apresentado ao casal Geza e Gitta Stammer, que, embora não fossem formalmente vinculados ao nazismo, compartilhavam concepções racistas e

²⁷¹ GUTERMAN, 2022. p. 86-87.

²⁷² *Ibidem*, p. 89-92; 93; 95.

²⁷³ *Ibidem*, p. 96-97.

negacionistas, rejeitando os relatos sobre os campos de extermínio de judeus. Apresentado sob o pseudônimo de “Peter Hochbichler”, Mengele foi recomendado por Gerhard como alguém apto a administrar a propriedade rural do casal, o que lhe garantiu abrigo e trabalho.²⁷⁴

Instalado posteriormente na cidade de Nova Europa, no interior paulista, Mengele passou a trabalhar para a família Stammer. Apesar de ser filho de agricultores, demonstrava desconhecimento prático das rotinas da fazenda, além de manter uma postura autoritária e arrogante em relação aos funcionários. Seu relacionamento com os proprietários, contudo, era inicialmente cordial, sobretudo com Gitta, uma vez que o casal se ausentava com frequência da propriedade. Em 1962, mesmo contrariado, Mengele acompanhou os Stammer na mudança para outra fazenda, localizada em Serra Negra. A partir desse momento, sua relação com a família começou a se deteriorar, acompanhada de um agravamento de seu comportamento instável.²⁷⁵

Embora permanecesse oculto no interior de São Paulo e fora do alcance imediato das autoridades, Mengele vivia sob um estado permanente de paranoia. A captura de Eichmann e a possibilidade de uma extradição para a Alemanha ou para Israel alimentavam sua obsessão com o Mossad, gerando tensões crescentes com os Stammer. Em meio a esses surtos de desconfiança, Mengele chegou a construir uma torre de vigilância na propriedade, destinada a observar os arredores e prevenir uma suposta emboscada – ameaça que, na prática, jamais se concretizou.²⁷⁶

Pouco tempo depois, pressionado pelas tensões crescentes, Josef Mengele revelou sua verdadeira identidade a Geza Stammer, que já não aceitava que o ex-oficial da SS permanecesse trabalhando em sua fazenda. A situação foi momentaneamente contornada com a intervenção da família de Mengele, que enviou ao Brasil Hans Seldmeier, antigo membro da SS e médico que havia atuado em Auschwitz ao lado de Mengele. Seldmeier trouxe consigo recursos financeiros suficientes para silenciar a família Stammer, que manteve o segredo até o início das investigações oficiais, em 1985.²⁷⁷

Em 1969, Mengele mudou-se para Caieiras, na região metropolitana de São Paulo, acompanhado de Geza Stammer e de seu filho mais velho. Dois anos depois, em 1971, com o auxílio de Wolfram, Mengele obteve a cidadania brasileira utilizando a identidade

²⁷⁴GUTERMAN, 2022, p. 98.

²⁷⁵ *Ibidem*, p. 99.

²⁷⁶ *Ibidem*, p. 99-100.

²⁷⁷ *Ibidem*, p. 101.

falsa de Wolfgang Gerhard, que havia retornado à Áustria. Esse episódio marcou um ponto de inflexão nas relações pessoais e evidenciou o grau de proteção e cumplicidade que sustentaram sua permanência clandestina no país.²⁷⁸

Parecia ter sido a gota d'água, pois os desentendimentos entre a senhora Stammer e Mengele fizeram Gerhard intervir e apresentar o ex-SS para uma nova família, os Bossert, Wolfram e Liselotte. Em 1975, Mengele mudou-se definitivamente, passando a viver de forma mais isolada em Diadema, nas proximidades da residência dos Bossert, no bairro do Brooklin. Em 1979, a convite dessa família, o ex-oficial da SS hospedou-se em uma casa de veraneio alugada em Bertioga. No dia 7 daquele ano, durante a tarde, entrou no mar para nadar e, poucos minutos depois, foi encontrado morto, vítima de um derrame cerebral – encerrando, de forma silenciosa e impune, a trajetória de um dos principais perpetradores do genocídio nazista, cuja morte só seria oficialmente reconhecida anos mais tarde.²⁷⁹

A perseguição a Josef Mengele até 1985 foi caracterizada por uma tensão entre a realidade de sua vida clandestina e a construção de “lendas” criadas pela publicidade dos caçadores de nazistas. Enquanto o carrasco era supostamente avistado em locais remotos como Mamborê (Paraná) ou em países como Egito e Paraguai, ele vivia sob identidades falsas no Brasil, evadindo-se da responsabilização criminal por cerca de 40 anos. Essa aura de onipresença e os "exageros e lendas" apontados pelo historiador Marcos Guterman serviram, muitas vezes, para encobrir o rastro banal do verdugo, cujos deslocamentos entre Campo Mourão e o interior paulista eram monitorados de forma imprecisa pelas autoridades da época.²⁸⁰ Até mesmo a polícia de São Paulo oferecia argumentos nesse sentido: “Segundo suspeitava a polícia na ocasião, Mengele não teria residência fixa, transitando entre Campo Mourão, Cascavel, Cordélia e Iporã”.²⁸¹

Exemplo dessa construção narrativa foi a entrevista de Simon Wiesenthal ao *Jornal do Brasil*, na qual sugeria uma improvável ligação do carrasco com o narcotráfico no Paraguai: “CIA tem informações sobre ligação de Mengele com drogas”. A matéria nada diz sobre suas supostas atividades no narcotráfico, somente as sugere: a “Cia não permite tirar conclusões exatas”²⁸², uma tese que se provaria infundada, dado que, naquele

²⁷⁸ GUTERMAN, 2022, p. 102.

²⁷⁹ *Ibidem*, p. 101-107.

²⁸⁰ *Ibidem*, p. 81

²⁸¹ *Ibidem*.

²⁸² CIA TEM INFORMAÇÕES SOBRE LIGAÇÃO DE MENGELE COM DROGAS. *Jornal do Brasil*. 27 fev. 1985, p.18. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_10/140868. Acesso em: 2 de fev. 2023.

período, Mengele já vivia oculto em cidades paulistas como Serra Negra e Caieiras. Wiesenthal sustentava que o "Anjo da Morte" continuava no Paraguai, “em zona militar entre Assunção e Encarnação”, e estaria aplicando suas habilidades de tortura a serviço do regime de Alfredo Stroessner, reforçando a imagem do verdugo como uma entidade mítica e indestrutível.²⁸³

Mesmo após a descoberta da ossada em Embu das Artes, o ceticismo de Wiesenthal persistiu, ecoando as controvérsias e tensões que também mobilizavam a comunidade científica forense e de sobreviventes judeus.²⁸⁴ O caçador de nazistas desqualificou inicialmente os peritos brasileiros: “Em minha opinião, estou certo de que a ossada não é de Mengele”.²⁸⁵ E acrescentou: “Esses peritos não poderiam identificá-lo porque os métodos à sua disposição, como a prótese dentária, carecem de antecedentes na Alemanha”. Entretanto, essa resistência durou apenas um dia; diante das evidências irrefutáveis vindas da Alemanha sobre as conexões financeiras entre a família Mengele e seus protetores no Brasil, Wiesenthal viu-se forçado a admitir que o destino do facínora não fora o de um barão do crime em solo paraguaio e confessou estar “inclinado a acreditar que o corpo exumado no cemitério do Embu, em São Paulo, seja do médico nazista Josef (sic) Mengele”, devido às “ligações de um funcionário da fábrica da família Mengele da Alemanha”.²⁸⁶

Em 1985, a cobertura jornalística sobre a ossada de Embu das Artes não se limitou às informações conflitantes de Simon Wiesenthal, mas mobilizou uma rede de depoimentos que transformou a investigação em uma intriga inquietante, coerente com a transformação do estatuto do testemunho. Sobrevivente de Auschwitz e residente em Los Angeles, Alfred Pasternak alimentou o ceticismo: “Ele morreu? Não, isso tudo é mais uma trama”. A imprensa surfava a onda da caçada dos nazistas e aproveitava o cenário midiático para prender a atenção do público com constantes reviravoltas. Nesse cenário, surgiu um cruzamento simbólico e técnico fundamental: “Curiosamente um dos

²⁸³ CIA TEM INFORMAÇÕES SOBRE LIGAÇÃO DE MENGELE COM DROGAS, 1985, p. 18.

²⁸⁴ PERSEGUIÇÃO A NAZISTA ENVOLVE 1500 JUDEUS NO BRASIL. *Jornal do Brasil*. 8 jun. 1985. p. 7. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_10/146231. Acesso em: 2 fev. 2023. Na matéria somos apresentados a uma pequena entrevista com o presidente da Federação Israelita do Estado de São Paulo, que revela a existência de uma rede de 1.500 judeus informantes que trabalham para encontrar possível nazistas em terras brasileiras.

²⁸⁵ CIA TEM INFORMAÇÕES SOBRE LIGAÇÃO DE MENGELE COM DROGAS, *op. cit.*

²⁸⁶ PERSEGUIÇÃO A NAZISTA ENVOLVE 1500 JUDEUS NO BRASIL, *op. cit.*, p. 20.

exemplares das primeiras edições de ‘E o mundo silenciou’, esgotadas em 1974, foi encontrado no sítio de Itapecerica da Serra anteontem pela Polícia Federal”.²⁸⁷

A organização, a periodicidade, a escolha dos sujeitos, a confusão das narrativas permite leituras diferentes e cruzamentos inesperados. É notável que as equipes jornalísticas trabalhavam para atender a certas expectativas e necessidades de seu público leitor, trazendo sempre novas reviravoltas nos casos para prender a atenção, estimular a leitura do público e criar formas para o leitor não se cansar. Nessa urdidura, o depoimento serve para esse propósito: uma notícia ganha atenção dos jornais com algo inesperado, autoridades são chamadas para apresentar versões, entrevistas com pessoas ligadas ao acontecimento ocorrem, fontes com teorias absurdas surgem e relatos em primeira pessoa são usados, como o livro *...e o mundo silenciou*.

A equipe do jornal constrói uma versão cuidadosa, apoiada em indícios como o rápido esgotamento da primeira edição de *...e o mundo silenciou*, no mesmo ano de sua publicação, em 1974, dado que, ao que tudo indica, foi informado pelo próprio autor. A investigação jornalística sugere a hipótese de que essa edição teria sido lida pelo carrasco Josef Mengele ou, ao menos, passado por suas mãos. Contudo, essa suposição desconsidera um elemento central: à época do lançamento da obra, Mengele já não residia no sítio de Itapecerica da Serra, onde vivera apenas brevemente em 1960. Em 1974, ele encontrava-se em processo de ruptura com a família Stammer e havia se estabelecido de forma mais isolada na cidade de Caieiras, na região metropolitana de São Paulo.

Ainda assim, a hipótese não pode ser completamente descartada, uma vez que o sítio de Itapecerica pertencia a Wolfgang Gerhard, amigo próximo, protetor e verdadeiro “guardião” de Mengele, além de um nazista convicto. É plausível que Gerhard tenha adquirido e lido *...e o mundo silenciou*, talvez comentado com o ex-oficial da SS a forma como ele era representado no livro, seja durante visitas ocasionais ao campo, seja movido como alguém que agia por puro sadismo. O que se pode afirmar com segurança é que *...e o mundo silenciou* encontrou leitores de naturezas profundamente distintas, inclusive sujeitos ignóbeis ligados ao universo dos perpetradores. Se Stanislaw Szmajzner pôde entregar pessoalmente seu *Inferno em Sobibor* a Franz Stangl, o livro de Ben Abraham também percorreu seu próprio trajeto, despertando o interesse de personagens como

²⁸⁷ GLOGOWSKI, Márcia. A dura lembrança de quem não morreu: O testemunho dos sobreviventes de Auschwitz mostra que não havia limites na fulminante carreira Josef Mengele. *O Estado de São Paulo*. O caso Mengele. São Paulo. 12 jun. 1985, p. 6. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/publicados/1985/06/12/g/19850612-33827-nac-0015-999-15-not-hsapgwe.jpg>. Acesso em: 2 fev. 2023.

Wolfgang Gerhard, figura marginal, porém decisiva, na sustentação da impunidade de um dos principais carrascos do século XX.

Ainda em 1985, em meio ao turbilhão das investigações sobre a ossada de Embu das Artes, Ben Abraham radicalizou sua posição de sentinela ao publicar *O Anjo da Morte: Dossiê Mengele* pela Editora Parma LTDA. A obra, que exibe na folha de guarda o selo da Sherit Hapleitá, não deve ser lida como um livro de memórias, mas como um manifesto de denúncia contra as inconsistências das provas que apontavam para a morte do carrasco. Ao deparar-se com a possibilidade de que o "Anjo da Morte" tivesse falecido anonimamente em solo brasileiro, Abraham assumiu uma postura de ceticismo combativo, manifestando publicamente sua não conformidade com os rumos da investigação:

O escritor judeu Ben Abraham, que nos campos de concentração nazistas conheceu pessoalmente Josef Mengele, reafirmou ontem em São Paulo que não é do carrasco nazista a ossada descoberta no Embu e sobre a qual os legistas brasileiros concluíram na terça-feira mais um laudo complementar. Para Abraham, que acaba de publicar a obra "O anjo da Morte, Dossiê Mengele", em que expõe suas teorias, é significativo o fato de que até agora o Governo de Israel não se pronunciou sobre a identidade dos restos encontrados. E garante que Mengele viveu realmente no Brasil, de 1964 a 1977, quando os caçadores de nazistas chegaram muito perto de identificá-lo. A partir de então, Mengele voltou a desaparecer e, como muitas vezes no passado, deixou pistas falsas.²⁸⁸

Ben Abraham, autor de *...e o mundo silenciou*, consolidou sua autoridade narrativa através de sua experiência direta em Auschwitz, o que permitiu que sua obra fosse utilizada em 1985 para atestar a violência de Josef Mengele. Ao contrário de outros relatos que se mantiveram no campo da "advertência moral", o texto de Abraham foi apresentado como um documento objetivo e "realista", capaz de dar "vida e cores" aos crimes do carrasco. Diante da exumação em Embu das Artes, Abraham discordou da possibilidade de a ossada pertencer ao Mengele, manifestando seu inconformismo:

Para ele, a fotografia publicada pela revista *Bunte*, da Alemanha, e reproduzida na capa de uma revista nacional, realmente retrata Mengele, mas tem diferenças profundas das fotografias encontradas no sítio da estrada de Alvarenga, embora tenham sido tiradas com poucos meses de diferença. Nas fotos agora encontradas, Mengele tem cabelo

²⁸⁸ OSSADA NÃO É DO ANJO DA MORTE: Reafirma em S. Paulo o judeu Bem Abraham. *Diário do Pará*. Pará, 3 out. 1985, p. 6. Disponível em <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/644781/10694>. Acesso em: 13 abr. 2023.

muito diferente do que apresenta na fotografia alemã e uma orelha muito mais curta, com o lóbulo de formato diferente.²⁸⁹

Para o sobrevivente, as fotos do jornal alemão e aquelas encontradas no sítio não poderiam ser do mesmo sujeito; seria um embuste criado pelo carrasco, “Mengele tem cabelo muito diferente do que apresenta na fotografia alemã”.²⁹⁰ Essa convicção na fraude da morte de Mengele inscreve-se em uma lógica profundamente moral e memorial: o sobrevivente do gueto de Lodz recusava-se a aceitar que o carrasco pudesse ter sido bem-sucedido em escapar da justiça. Mais do que uma dúvida pericial, tratava-se da impossibilidade simbólica de admitir que o responsável por crimes extremos encerrasse sua trajetória sem julgamento nem responsabilização.

Abraham não aceitou passivamente as conclusões da perícia policial, manifestando uma divergência condizente com sua postura de militante contra o esquecimento. No prefácio de *O Anjo da Morte*, o autor expressou seu inconformismo com as investigações que davam o carrasco como morto, afirmando que permaneciam dúvidas que ele não poderia ignorar.: “Aí, cai a notícia da sua morte... Começam as investigações que chegam à conclusão de que o corpo desenterrado na cidade de Embú era de Mengele. Todavia, ficaram dúvidas, com as quais não me conformei”.²⁹¹ Essa desconfiança encontrava eco na própria comunidade científica forense, que enfrentava tensões devido a inconsistências nas digitais borradas, na arcada dentária e nas diferenças entre os registros fotográficos disponíveis.

Abraham recusou-se a admitir que Mengele tivesse escapado da justiça por 40 anos para morrer anonimamente em uma praia brasileira, insistindo nas discrepâncias entre a ossada de Embu, os retratos publicados na Alemanha e a identificação na carteira de trabalho brasileira, que, na realidade, pertencia ao verdadeiro Wolfgang Gerhard.²⁹² Assim, o livro *O Anjo da Morte: Dossiê Mengele* configurou-se não como um relato de memórias, mas como um manifesto de denúncia contra a precariedade das provas e a ausência de uma punição efetiva em vida para o carrasco. Sua luta pública apenas arrefeceu no ano seguinte, quando a descoberta de um raio-X de Mengele permitiu uma comparação definitiva com a arcada dentária da ossada, encerrando tecnicamente o caso, mas mantendo viva a chama da responsabilização defendida pelo sobrevivente.

²⁸⁹ *Ibidem*.

²⁹⁰ *Ibidem*.

²⁹¹ ABRAHAM, 1985, p. 8.

²⁹² O verdadeiro Wolfgang Gerhard, que era amigo de Mengele, foi quem lhe forneceu a identidade falsa.

Diferente de sua obra anterior, *O Anjo da Morte: Dossiê Mengele* (1985) não se caracteriza como um livro de memórias ou um depoimento pessoal, ainda que seu prefácio possa sugerir tal inclinação. A obra constitui-se, fundamentalmente, como um manifesto contra as inconsistências das provas periciais que, na época, indicavam que a ossada encontrada em Embu das Artes pertencia ao carrasco Josef Mengele. Através de uma pesquisa rigorosa que levantou matérias jornalísticas, entrevistas com autoridades e diversos depoimentos, Ben Abraham buscou fortalecer a tese de que o verdugo poderia, de alguma maneira, ainda estar vivo, resistindo a aceitar um desfecho que carecia de certeza.²⁹³

Essa guinada narrativa revela a transição de Abraham de sobrevivente a um agente ativo de denúncia. O objetivo central do *Dossiê* era evidenciar a falha da justiça internacional, que permitiu que um criminoso da magnitude de Mengele escapasse por décadas sem punição.²⁹⁴ Para o autor, a possibilidade de o "Anjo da Morte" ter vivido tranquilamente no Brasil sob uma identidade falsa, utilizando inclusive a carteira de trabalho de Wolfgang Gerhard, era motivo de profunda indignação e revolta. Sua luta pública contra o esquecimento e em favor da responsabilização criminal materializou-se nessa obra.

A motivação para esse embate jurídico e literário mergulha em sua própria história de perda. Como o autor já havia registrado no prefácio de *...e o mundo silenciou*, ele testemunhou o assassinato de seus pais pelo "ódio genocida" de figuras como Hitler, Himmler e o próprio Mengele. Assim, a atuação de Abraham no caso da ossada encontrada em Embu não se limitava a uma busca técnica por veracidade forense, mas representava o ápice de uma militância pública contra a impunidade simbólica e histórica dos perpetradores. O caso só alcançaria um encerramento definitivo no ano seguinte à publicação do dossiê, em 1986, quando a descoberta de um raio-X original de Mengele permitiu a comparação irrefutável com os restos mortais, confirmando oficialmente sua morte.²⁹⁵

Joseph Nitchhauser tampouco escolheu o Brasil como destino inicial. Seu projeto de vida, após a guerra, orientava-se para a França, onde decidiu cursar Engenharia Química, formação que concluiu com êxito. No entanto, apesar do diploma, não

²⁹³ RAIO-X ELIMINA DÚVIDAS SOBRE OSSADA DE MENGELE. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 7, 28 mar. 1986. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_10/165002. Acesso em: 28 jul. 2023.

²⁹⁴ ABRAHAM, 1985.

²⁹⁵ RAIO-X ELIMINA DÚVIDAS SOBRE OSSADA DE MENGELE, *op. cit.*

conseguiu emprego. Em 1955, foi convocado pelo governo francês para servir na Guerra da Argélia, perspectiva que o lançou novamente à iminência da violência armada. Tendo já experimentado os horrores da guerra, Nichthausen recusava a possibilidade de reviver esse sofrimento. Nesse contexto de impasse, soube que um amigo judeu, Marian Dzieciolowski, havia deixado a França e se estabelecido no Brasil. Sem perspectivas na Europa, Nichthausen embarcou no mesmo ano no navio francês Bretagne e seguiu para o Brasil, reencontrando o amigo em São Paulo. A chegada ao país foi marcada por incertezas: Nichthausen não dominava a língua, não tinha redes profissionais e desconhecia a dinâmica da metrópole paulistana. A mediação de Marian foi decisiva para sua inserção inicial, auxiliando-o na adaptação cotidiana, na obtenção de moradia e na conquista de um emprego estável e bem remunerado como químico em um laboratório de resinas sintéticas. Essa experiência evidencia o papel central das redes de solidariedade entre sobreviventes judeus no processo de reconstrução da vida no pós-guerra e na diáspora.²⁹⁶

Publicada inicialmente pela Empresa Editorial Ricla LTDA., em São Paulo, *Quero viver; memória de um ex-morto*, de Nichthausen, apresenta uma curiosidade editorial: o livro não apresenta uma data de publicação explícita, sendo datado apenas pelo prefácio de Hugo Schlesinger em 1972. No entanto, o fato de a primeira referência na imprensa ter surgido apenas em 1974 sugere um intervalo significativo entre a conclusão dos paratextos e a efetiva circulação da obra, que ganharia uma nova edição pela Editora Vozes em 1976.²⁹⁷

Diferente da militância de Ben Abraham ou da estratégia de "justiça concreta" de Szmajzner, a motivação de Nichthausen para escrever residia na busca por uma integração psíquica e social. Para ele, o ato de colocar as memórias no papel servia como um delineamento de fronteiras, uma forma de separar o "passado de Auschwitz" do seu "presente brasileiro". Em sua narrativa, o horror é contrastado pela reconstrução delicada do universo familiar: ao evocar o romance de seus pais, Simão e Malka, o carisma de sua irmã Fela e a inteligência de seu irmão David, Nichthausen reinscreve a afetividade cotidiana como um gesto de resistência ao apagamento provocado pela catástrofe.²⁹⁸ Essa

²⁹⁶ NICHTHAUSER, Joseph. *A morte de um carrasco*. Belo Horizonte: Saitec, 2003, p. 186-190.

²⁹⁷ *Idem*. *Quero viver... Memórias de um ex-morto*. São Paulo: Empresa Editorial RICLA, [1972-1974?]; MIRANDA, Tavares de. Tavares de Miranda. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 19 jun. 1974, p. 36. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/digital/compartilhar.do?numero=5155&anchor=4366712&pd=b796cc86acdd796f730a78f4eca4259e>. Acesso em: 12 abr. 2023; NICHTHAUSER, Joseph. *Quero viver: memória de um ex-morto*. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1976.

²⁹⁸ NICHTHAUSER, *op.cit.*

recuperação de um "universo afetivo perdido" não era apenas um registro histórico, mas uma ferramenta para que o sobrevivente pudesse, enfim, transitar da condição de vítima para a de cidadão plenamente integrado à sua nova pátria.

A reconstrução desse "antes" em *Quero viver* não é um mero exercício de nostalgia, mas um gesto de resistência ao apagamento provocado pela catástrofe. Ao recuperar as lembranças de seu pai, Simão, e o início de seu romance com Malka, Nichthausen reinscreve a afetividade e a dignidade humana como um contraponto necessário à violência histórica que viria a seguir.²⁹⁹

Essa narrativa atinge um tom profundamente comovente no episódio da separação familiar, quando Simão decide acompanhar voluntariamente o filho mais velho, David, capturado pela Gestapo. Sem meios para salvá-lo, o pai opta por mergulhar no desconhecido destino de um campo de trabalho nos arredores de Breslau para não abandonar o filho. O adeus de Joseph, ainda menino, culmina em um instante que se eterniza: ao cruzar o olhar com o de Simão, ele compreende, com uma lucidez dolorosa, que aquela seria a última vez que veria seu pai. Nesse gesto de recordar e narrar, a memória deixa de ser apenas uma ferida aberta para se tornar um símbolo permanente da perda e, simultaneamente, um marco de fronteira: “Naquele instante, eu soube que seria a última vez que olharia meu pai”.³⁰⁰

Para ele, narrar a destruição de seu núcleo familiar era a forma necessária de separar o "passado de Auschwitz" de seu "presente no Brasil", permitindo que o químico estabelecido em São Paulo pudesse conviver com o "ex-morto" que carregava dentro de si.³⁰¹

A dor da família é descrita por Nichthausen com uma lentidão quase litúrgica, em que as lágrimas e o sofrimento do jovem pela perda do pai e do irmão, seu melhor amigo, ganham uma dimensão profunda. Para simbolizar essa ausência, o narrador resgata imagens nostálgicas de um passado em que a família ainda estava reunida, ouvindo Simão contar, com orgulho, as histórias de quando foi soldado na Primeira Guerra Mundial e conheceu Malka:

²⁹⁹ A família do sobrevivente vivia na cidade de Andrychow fazendo trabalhos similares à escravidão. Porém, depois sua família foi dividida e Joseph e David permaneceram juntos, passando por diversos campos de concentração, como Sosnowiec, Sucha, Sakrau, Bismarkahütte, Reigerfeld, Auschwitz, Gross-Rosen e Buchenwald. NICHTHAUSER, 2003, p. 247.

³⁰⁰ *Ibidem*, p. 76.

³⁰¹ SAID, Edward. *Reflexões sobre exílio*. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://somosmigrantessite.files.wordpress.com/2019/02/edward-said.reflexocce83es-sobre-o-exicc81lio..pdf>. Acesso em: 26 jul. 2023.

Crianças, vocês não imaginam como Malka gostava de mim, quando envergava o uniforme militar. Eu era bonitão, vocês sabem, e ela gostou de um oficial bonitão [...]. Nós fazíamos perguntas, e ele respondia de boa vontade, com um grande sorriso e piscando o olho, para mostrar que tudo não passava de brincadeira. Isso agora ia acabar irremediavelmente, nunca mais ia acontecer em nosso lar.³⁰²

Nesse ponto, a memória transborda e o autor estabelece um contraste doloroso entre a finitude absoluta do momento da ocupação nazista na Alta Silésia e a impossibilidade de repetir a proteção afetiva do período pré-guerra. Essa operação de retirar o passado do esquecimento, permitindo que fragmentos de felicidade penetrem o relato da tragédia, não é apenas um exercício literário. Criam-se camadas temporais diferentes na narrativa memorial, entre a dor da perda ocorrida na ocupação nazista na Alta Silésia polonesa e um momento anterior, antes da guerra, no qual entes queridos estavam protegidos da separação e envolvidos pelos laços da proximidade afetiva.

No prólogo de *Quero viver: memórias de um ex-morto*, Joseph Nichthausser estabelece de imediato, para o leitor, suas modestas intenções com a obra: “Quando comecei a escrever estas páginas não tinha a pretensão de mostrar ao mundo algo novo ou tentar justificar quem quer que fosse, pois já se escreveu muito sobre este tema, que se desenrola durante a Segunda Guerra Mundial”³⁰³. Essa declaração distancia sua obra da pretensão de “justiça concreta” que marca *Inferno em Sobibor*, de Stanislaw Szmagzner, que se apresentava como um documento inédito, singular no seu conteúdo e crucial para a responsabilização criminal de nazistas fugitivos. Para Nichthausser, o objetivo não é competir com as perspectivas “literárias” ou históricas já existentes, mas sim realizar um delineamento de fronteiras entre o seu passado traumático e o seu presente como cidadão integrado em São Paulo.

A originalidade da abordagem de Joseph Nichthausser reside na escolha de um ângulo narrativo centrado na experiência infantil da catástrofe. Ao narrar os acontecimentos a partir do olhar de uma criança que sobreviveu à violência extrema, o autor afirma: “apenas tentei descrever vários aspectos da vida de um menino de onze anos, que assistiu à invasão da Polônia pelos exércitos alemães e, em seguida, milagrosamente, conseguiu atravessar diversos campos de concentração”.³⁰⁴ Essa opção

³⁰² NICHTHAUSER, *op.cit.*, p. 77.

³⁰³ NICHTHAUSER, 2003, p. 14.

³⁰⁴ *Ibidem*.

narrativa não minimiza o horror vivido; ao contrário, intensifica-o ao evidenciar a ruptura precoce da infância e a violência imposta a um sujeito ainda em formação.

Ao fundamentar seu relato na perspectiva de um garoto de 11 anos, Joseph Nichthausen não abdica do compromisso com o real; ao contrário, ele reforça que sua narrativa trata de eventos e personagens verdadeiros que sofreram nos campos de extermínio. Ao declarar que "os personagens deste livro são todos reais e com os nomes certos", o autor estabelece um pacto de veracidade que, embora compartilhado com Stanislaw Szmażner, tem uma finalidade distinta.³⁰⁵ Diferentemente de Szmażner, cuja escrita se caracteriza por uma precisão quase obsessiva, próxima à lógica dos depoimentos incorporados como peças de acusação nos tribunais, Nichthausen mobiliza a sensibilidade da infância como chave interpretativa do trauma. Sua narrativa não se organiza em torno da enumeração sistemática dos crimes, mas da elaboração subjetiva da dor, transformando a experiência concentracionária em um relato de sobrevivência profundamente humano. Nesse registro, a memória não opera apenas como prova, mas como linguagem afetiva capaz de reinscrever o sofrimento no campo da empatia e da reconstrução da vida. Enquanto Szmażner foca nos "carrascos de carne e osso" para garantir que sejam punidos, Nichthausen volta-se para as vítimas, transformando seu texto em uma homenagem àqueles que o tempo apagou: "E se me esqueci de alguns deles nas páginas que se seguem, que me perdoem, pois o tempo apagou os seus nomes, embora os seus rostos desfilem em minha memória num cortejo sem fim"³⁰⁶. O "cortejo sem fim" de rostos que desfila em sua memória não serve para alimentar um processo judicial, mas para sustentar o memorialismo que protege a dignidade dos que morreram e permite ao sobrevivente continuar vivendo.

No prefácio de 1972, escrito por Hugo Schlesinger, encontramos uma sustentação teórica que ecoa o "prólogo" do autor, cumprindo a função de apresentar o relato não como um instrumento de vingança, mas como uma "ponte" para a integração. Schlesinger define a obra como o primeiro relato escrito originalmente em português no Brasil, destacando que Nichthausen é um homem que "não semeia ódio, mas relata verdade" e que escreve para "viver para contar em liberdade, na terra maravilhosa dos homens bons e justos".³⁰⁷ O Brasil é apresentado no prefácio como o porto seguro da "liberdade", o cenário ideal para encerrar o capítulo do trauma e permitir a convivência com o presente.

³⁰⁵ NICHTHAUSER, [1972-1974?].

³⁰⁶ *Idem*, 2003, p. 15.

³⁰⁷ SCHLESINGER, Hugo. OPUS 72. In: NICHTHAUSER, *op.cit*, p.6.

Schlesinger afirmou que este seria o "primeiro relato escrito em português" no Brasil, no entanto, é provável que o prefaciador não soubesse da existência de livros como *Sob o tacão de Eichmann*, publicada por Pulver em 1961 e *Inferno em Sobibor*, de Szmajzner, de 1968, embora conhecesse obras internacionais de sobreviventes como Janina Heschel, que publicou um livro, *Oczyrna dwunastoletniej dziewczyny – Através dos olhos de uma menina de doze anos* –, em 1946, e David Sierakowiak, que deixou um diário escrito em 1943, antes de o gueto de Lodz ser liquidado e ter provavelmente morrido nas câmaras de gás de Auschwitz em 1944.³⁰⁸

A convergência entre o prólogo de Nitchthausen e o prefácio de Schlesinger reforça o caráter da obra como um relato pautado na verdade que, deliberadamente, abdica do ódio. Essa valoração positiva do presente ressalta uma transição de maturidade e espaço: “O menino Joseph de ontem é um homem. O homem de valor”; os fatos narrados são “lembrados com tristeza”, “os mortos das Cruzadas”, “os heróis da Inquisição”, no entanto, não existem “lágrimas para chorar”.³⁰⁹ Essa estrutura narrativa cria duas imagens maniqueístas que fundamentam a estabilização identitária do autor no Brasil: de um lado, o judeu do presente, que superou o mal e recusa a vingança em favor de um apaziguamento com o passado;³¹⁰ essa imagem valorosa se estende não apenas ao menino de Andrychow, que se formou homem no Brasil, mas também ao coletivo: “os soldados de independência de Israel e os esportistas de Munique”.³¹¹

Essa construção dialoga com a análise proposta por Pascale Bos acerca da apropriação dos relatos dos sobreviventes pelo jovem Estado de Israel. Segundo Bos, os testemunhos do “Holocausto” passaram a representar judeus associados à passividade, sujeitos que não teriam se oposto à violência nazista e que, por isso, seriam vistos como dignos de compaixão, mas distantes do ideal heroico. Em contraste, os judeus “renascidos” nos assentamentos da Terra Santa seriam representados pela figura do soldado: valente, forte e resistente, aquele que não se submete ao inimigo. Esses princípios, como evidência Bos, contribuíram para a elaboração simbólica do herói na narrativa da criação do Estado de Israel.³¹²

³⁰⁸ SCHLESINGER, Hugo. OPUS 72. In: NICHTHAUSER, [1972-1974?], p. 6-7.

³⁰⁹ *Ibidem*, p. 7.

³¹⁰ *Ibidem*, p. 6-7.

³¹¹ *Ibidem*, p. 7.

³¹² BOS, Pascale. “Her flesh is branded: ‘For Officers Only’”: imagining and imagined sexual violence against jewish women during the Holocaust. In: EARL, Hilary; SHLEUNES, Karl A. *Lessons and legacies XI: expanding perspectives on the Holocaust in a changing world*. Illinois: Northwestern University Press Evanston, 2014, p. 64-70.

No entanto, não é exatamente esse discurso que se apresenta no prefácio de *Quero viver*. Nesse paratexto, o relato de Nichthauser aproxima-se do ideal vitorioso, ao construir o sobrevivente como “um homem que venceu”, distanciado dos aspectos emocionais da culpa e do sofrimento, associados a um passado superado.³¹³ Assim, sua narrativa se alinha menos à figura do judeu passivo e mais àquela do judeu ativo e triunfante, aproximando-se simbolicamente dos relatos dos judeus dos assentamentos que participaram da fundação do Estado de Israel. Nesse deslocamento, o judeu estabelecido “na terra maravilhosa”, o Brasil, é figurativamente aproximado do soldado da Terra Santa, reforçando uma identidade marcada pela superação, pela força e pela vitória sobre a experiência da catástrofe.

Diante da ausência de ressentimento e de desejo de vingança, também não observamos menção direta aos nazistas ou aos criminosos em seus paratextos. Portanto, podemos acreditar que nem todos os paratextos orientam a leitura do texto para uma relação de reivindicação de justiça e de responsabilização dos nazistas.

Quero viver chegou na imprensa brasileira em jornais de menor circulação e somente com textos de anúncio, que ressaltavam o livro como um documento de valor histórico e moral, mais do que como uma obra literária. As breves notas de lançamento e as republicações enfatizaram reiteradamente seu caráter “realista”, “minucioso” e “não inventado”, distinguindo-o explicitamente da ficção romanesca. Essa operação discursiva apagou tanto a diversidade das experiências concentracionárias vividas por Nichthauser quanto as possibilidades interpretativas da narrativa, em favor de uma leitura que a legitimasse como testemunho direto e objetivo dos campos de concentração.³¹⁴

Antes mesmo da publicação de *Quero viver*, em 1967, o *Jornal do Brasil* já havia dado visibilidade à atuação pública de Joseph Nichthauser na denúncia de criminosos nazistas. Em matéria intitulada “Sobreviventes de Auschwitz que moram em Minas acham ultraje presença de Stangl”, o jornal publicou a declaração de quatro judeus, Fritz Leopoldo, Simon Edel, Sara Reiss e Nichthauser, que enviaram um ofício ao Supremo Tribunal Federal exigindo a extradição de Franz Stangl para os países onde cometera seus

³¹³ SCHLESINGER, *op.cit.*, p. 7.

³¹⁴ SELEÇÃO VOZES. *Boletim Ariel*. Rio de Janeiro, 1-9 out. 1976, p.30. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/072702/2725>. Acesso em: 6 jan. 2023; VOZ DIOCESANA. Dois magníficos corais. *Voz Diocesana*, Minas Gerais, em: 20 de nov. de 1976. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/585971/1670>. Acesso em: 6 jan. 2023; ALBUQUERQUE, Paulo de Medeiros. Livros – Estrutura do parentesco. *Luta democrática*. Rio de Janeiro, 12 Ago. 1976, p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030678/61742>. Acesso em: 5 jan. 2026.

crimes, especialmente Alemanha e Polônia. O texto mobiliza uma retórica fortemente moral, ao afirmar:

– Ouça a voz dos poucos que sobreviveram – dizem eles –, pois por ela se traduz o protesto de uma multidão lúgubre, muda e invisível de 700 mil sombras, vítimas do carrasco nazista, cujos crimes são tão grandes que não se pode cogitar em perdoá-los e prescrevê-los. Que Deus ilumine o STF e o faça decidir de acordo com a justiça.³¹⁵

Apesar da contundência dessa intervenção pública, a cobertura jornalística posterior não estabeleceu vínculos consistentes entre a militância de Nichthausen pela responsabilização penal de Stangl e sua produção memorialística. Nem a primeira nem a segunda edição de *Quero viver* foram relacionadas, nos jornais consultados, a esse passado de engajamento ativo na denúncia do ex-comandante de Sobibor.

Essa dissociação torna-se ainda mais evidente na cobertura de sua participação no caso Mengele, em 1985. Nos artigos dedicados a esse episódio, a atuação de Nichthausen como escritor e a existência de *Quero viver* são completamente ignoradas, como se sua autoridade se limitasse ao estatuto de sobrevivente e não se estendesse à elaboração escrita da memória do extermínio. Tal silenciamento revela um padrão da imprensa: ao privilegiar a figura do sobrevivente como voz ética e afetiva, os jornais negligenciaram seu papel intelectual e autoral na construção de uma narrativa comprometida com a justiça, a identificação dos crimes e a responsabilização dos criminosos nazistas ainda impunes.

Em junho de 1985, a *Folha de São Paulo* publicou a matéria intitulada “O Anjo da Morte no Brasil”, acompanhada do subtítulo: “Sobrevivente de Auschwitz tem documentos inéditos”. O texto informava que Joseph Nichthausen possuía documentos capazes de auxiliar na identificação do corpo de Josef Mengele, enterrado em Embu das Artes (SP) sob o nome de Wolfgang Gerhard.³¹⁶ A documentação fornecida pelo sobrevivente foi incorporada à investigação da Polícia Federal, como noticiado no mês seguinte pelo próprio jornal:

Embora tenha sido constatado que foram escritos pela mesma pessoa os manuscritos encontrados em poder do casal Bossert, em São Paulo, e os textos cedidos pelo joalheiro Josef Nichthausen, em Belo Horizonte, sua

³¹⁵ SOBREVIVENTES DE AUSCHWITZ QUE MORAM EM MINAS ACHAM ULTRAJE PRESENÇA DE STANGL. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 23 jun. 1967. p. 7. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_08/97322. Acesso em: 12 abr. 2023.

³¹⁶ SOBREVIVENTE DE AUSCHWITZ TEM DOCUMENTOS INÉDITOS. *Folha de São Paulo* (SP). O “Anjo da morte” no Brasil. São Paulo, 9 jun. 1985, p.20. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/digital/compartilhar.do?numero=9163&anchor=4309728&pd=30b1682f932cae9095213a345c865dc0>. Acesso em: 6 jan. 2023.

comparação com os documentos trazidos pelos técnicos americanos Michael Volf, Cantu Antonio Around e Gideon Epstein não é fácil, porque existe um espaço de 40 anos entre eles.³¹⁷

Como mencionado anteriormente, a atuação de caçadores de nazistas, como Simon Wiesenthal, marcada pelo ceticismo em relação à possibilidade de Mengele estar morto e enterrado no Brasil, contribuiu para que a perícia sobre a ossada ganhasse ampla atenção da imprensa. A investigação buscava esclarecer se o indivíduo sepultado no interior de São Paulo era, de fato, o facínora Josef Mengele. Nesse contexto, Nichthausen, autor de *Quero viver*, obteve relativo destaque na *Folha de São Paulo* por sua colaboração direta com o superintendente da Polícia Federal e pelo fornecimento de documentos relevantes à perícia.³¹⁸

No entanto, as três matérias identificadas revelam um padrão recorrente na cobertura jornalística: em nenhuma delas foi mencionada a condição de Nichthausen como autor de memórias sobre os campos de concentração. Sua autoridade pública foi reduzida à sua profissão de joalheiro e ao estatuto de sobrevivente, dissociando sua atuação intelectual e memorialística de seu papel ativo nos esforços de identificação e responsabilização de criminosos nazistas. Esse apagamento reforça a fragmentação com que a imprensa tratou a figura do sobrevivente, reconhecendo-o como fonte documental, mas não como sujeito autoral da memória do extermínio.

Ainda assim, a matéria apresenta elementos particularmente intrigantes. Em primeiro lugar, Nichthausen declara ter conhecido Josef Mengele pessoalmente em Auschwitz, o que reforça seu estatuto de testemunha direta da atuação do carrasco, informação que não é fornecida em seu livro. Em segundo lugar, a documentação tornada pública consiste em um currículo redigido à mão pelo próprio Mengele, supostamente exigida para o ingresso como oficial da SS. Conforme noticiado:

“Nasci em 16 de março de 1911, filho do industrial engenheiro Karl Mengele e de sua esposa Wallurga, sobrenome de solteira Huphauef, em Gunzburg”, assim começa uma pequena biografia de Mengele, assinada por ele, e exibida ontem, junto com outros documentos do

³¹⁷ TUMA DIZ TER CERTEZA SOBRE O CORPO. *Folha de São Paulo*: O "Anjo da morte" no Brasil. São Paulo, 13 jun. 1985. p. 25. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/digital/compartilhar.do?numero=9167&anchor=4311421&pd=5d2edd19c-ebe79962764b6d59a372c95>. Acesso em: 6 jan. 2023.

O sobrevivente de Auschwitz, Nichthausen, migrou para São Paulo em 1955 e posteriormente se mudou para Belo Horizonte, em 1980, trabalhando com comerciante. Cf. JOSEPH NICHTHAUSER. *Faculdade De Letras Ufmg*. Disponível em: https://www.lettras.ufmg.br/padrao_cms/index.php?web=nej&lang=1&page=3157&menu=&tipo=1.

Acessado em: 01 mai. 2026.

³¹⁸ SOBREVIVENTE DE AUSCHWITZ TEM DOCUMENTOS INÉDITOS, 1985, p. 20.

nazista [...] pelo joalheiro Josef [sic] Nichthausen, 56, polonês naturalizado brasileiro, que chegou a conhecer pessoalmente quando esteve preso no campo de concentração de Auschwitz. Segundo Nichthausen, o Mengele fez o currículo para atender a uma exigência burocrática a da SS [...].³¹⁹

O documento foi entregue ao então superintendente da Polícia Federal, Romeu Tuma, e utilizado em testes grafotécnicos. A caligrafia do “currículo” foi comparada com a de outros manuscritos encontrados na residência do casal Bossert, atribuídos a Mengele quando ele vivia sob a identidade falsa de Wolfgang Gerhard. Assemelhando-se à atuação de outros sobreviventes no Brasil, Nichthausen assume uma função pericial concreta, integrando os esforços estatais de identificação do criminoso nazista e evidenciando o entrelaçamento entre memória, prova documental e justiça.

Em um movimento diferente dos outros sobreviventes, em nenhum momento o relato de *Quero viver* foi mencionado. O jornal demonstra interesse pelo sobrevivente sobretudo em razão dos documentos que estavam sob sua posse. Embora apresentados como “inéditos”, tais documentos consistiam, na realidade, em cópias de originais depositados em tribunais alemães que haviam arquivado dossiês contra Mengele, o local onde se encontraram, no entanto, não foi mencionado. Contudo, em virtude das dificuldades burocráticas e jurídicas de acesso a esse material, sua atuação tornou-se providencial para a identificação do corpo exumado em Embu das Artes.³²⁰

O sobrevivente emerge, assim, de maneira fragmentada no discurso jornalístico: ora como sobrevivente que clama por justiça, ora como detentor de documentos úteis à perícia estatal, ora, ainda, como autor de um relato autobiográfico silenciado pela cobertura. A ausência de articulação entre essas dimensões revela os limites da imprensa em reconhecer o sobrevivente não apenas como fonte documental ou voz ética, mas como sujeito autoral plenamente engajado na construção da memória do extermínio e na responsabilização dos criminosos nazistas.

³¹⁹ *Ibidem.*

³²⁰ TUMA DIZ TER CERTEZA SOBRE O CORPO, 1985. p. 25.

2.8. Do depoimento para o julgamento em Jerusalém ao encontro com Zevi Ghivelder

Os ecos do tribunal de Jerusalém em 1961 não ficaram restritos à cabine de vidro que isolava Adolf Eichmann; eles atravessaram o oceano e agitaram as águas da memória em solo brasileiro. Autores diferentes com trajetórias distintas de sobrevivência ao ódio nazista escreveram e participaram ativamente na identificação e na responsabilização de nazistas fugitivos. Porém, Stanislaw Szmajzner e seu relato se distinguem de um conjunto mais amplo de obras publicadas no Brasil entre 1960 e 1970.

A gênese de *Inferno em Sobibor* não ocorreu no vácuo, mas foi impulsionada pela "revolução testemunhal" desencadeada pelo julgamento de Adolf Eichmann em 1961. Esse evento deslocou o foco da justiça dos "documentos frios" para a voz das vítimas, validando o sobrevivente como uma autoridade moral e histórica. Ao confrontar as trajetórias de outros sobreviventes, as razões para a escrita tornaram-se nítidas: com Sammy Pulver, o cenário midiático do julgamento de Jerusalém proporcionou a produção de *Sob o tacão de Eichmann* e a atuação singular do sobrevivente ao divergir do tribunal. Ben Abraham com *...e o mundo silenciou* transformou a escrita em ferramenta de militância contra o esquecimento. Joseph Nithhauser, com *Quero viver*, buscou um delineamento de fronteiras, usando a memória como uma ponte para separar o passado catastrófico de seu presente integrado no Brasil. Szmajzner trilhou um caminho mais afiado.

Nas próprias palavras de Szmajzner, sua escrita nasce de um desejo de “vingança”, não dirigida aos nazistas em si, mas à impunidade, à passividade e à indiferença que permitiram que muitos de seus algozes permanecessem em liberdade no pós-guerra. O depoimento técnico enviado de Goiás em 1961, originalmente destinado a servir como prova jurídica em Israel, continha a semente daquela que seria a narrativa mais contundente do período. Muito antes da publicação de *Inferno em Sobibor*, sua atuação como testemunha já se encontrava plenamente estabelecida. Essa atividade teve início no julgamento de Adolf Eichmann, em 1961, e se estendeu a outros processos judiciais, nos quais foi convidado a depor contra figuras como Kurt Bolender e Karl Frenzel, em Hagen, além de desempenhar papel decisivo no processo de extradição e julgamento de Franz Stangl.

A singularidade de *Inferno em Sobibor* reside na precisão técnica de quem, como ourives, conviveu quase diariamente com os algozes Franz Stangl e Gustav Wagner. Essa

convivência cotidiana lhe conferiu um conhecimento direto e minucioso sobre a fisionomia, o comportamento e as responsabilidades administrativas dos perpetradores. Foi justamente essa experiência que possibilitou que seu primeiro depoimento, redigido ainda em 1961 como uma peça técnica destinada ao tribunal israelense, fosse posteriormente reformulado e ampliado, passando a integrar um novo testemunho que compôs a documentação utilizada no processo de extradição e, em seguida, na condenação de Stangl à prisão perpétua, em Düsseldorf.

Assim, a trajetória de Szmajzner evidencia a continuidade entre testemunho jurídico e escrita memorialística: ambos se inscrevem em uma mesma lógica de enfrentamento da impunidade e de mobilização da memória como instrumento ativo de justiça.

Se a investigação até aqui explicou as razões que levaram esses homens “a pegar na pena”, o desafio que se impõe agora é desvendar como esse metal bruto da memória foi forjado em um objeto de leitura. Não basta entender o porquê da escrita; é preciso perscrutar a “máquina” que conferiu a esse relato um estatuto que nenhum outro alcançou, transportando-o das mãos de “um fazendeiro no interior do país” para o centro das engrenagens editoriais de um dos maiores conglomerados de comunicação da época.

A se crer em Zevi Ghivelder, portanto, partiu de Szmajzner a decisão de oferecer às Edições Bloch o manuscrito de *Inferno em Sobibor*. Que razões teria ele para escolher essa casa, entre as várias editoras existentes? É o que discutiremos no próximo capítulo. Mas cabe adiantar, desde já, que se tratou de uma decisão muito acertada, que se revelaria crucial para o papel que *Inferno em Sobibor* viria a assumir no julgamento dos ditos carrascos nazistas.

3. Do prelo ao Tribunal de Düsseldorf: a construção de *Inferno em Sobibor* como peça de acusação (1968)

A decisão de Szmajzner de entregar seu manuscrito às Edições Bloch não foi apenas um movimento estratégico, mas o encontro entre uma memória que clamava por justiça e uma máquina editorial com as ferramentas ideais para processá-la. Se, como visto anteriormente, o "material bruto" da memória de Szmajzner foi forjado em depoimentos jurídicos, o ingresso desse texto no Grupo Bloch representou sua transformação definitiva em um objeto de leitura e de evidência pública.

Para compreender por que Szmajzner escolheu essa casa editorial em detrimento de outras consagradas, é preciso perscrutar a natureza singular desse conglomerado. O Grupo Bloch não era uma editora isolada, mas um ecossistema de comunicação diversificado que interligava atividades literárias, jornalísticas e mercadológicas. Ao contrário de outras editoras que poderiam tratar o relato apenas sob o viés memorialístico ou literário, a Bloch possuía a revista *Manchete*, o canal de enunciação perfeito para projetar a figura do autor e sua obra no centro do debate político e judicial da época.

3.1. O conglomerado Bloch: a construção do ecossistema de comunicação de Adolpho Bloch

A compreensão das razões que levaram as Edições Bloch a transformar o manuscrito de Stanislaw Szmajzner em uma "peça de acusação" contra carrascos nazistas exige, primeiramente, perscrutar a trajetória de seu fundador, Adolpho Bloch. Longe de ser apenas um empresário da comunicação, Bloch carregava em sua genealogia o trauma da perseguição e da desapropriação, elementos que forjaram sua percepção como "sobrevivente e vítima".

Adolpho nasceu em 8 de outubro de 1908 em Jitomir, na Ucrânia, em um *shtetl* (aldeia judaica) situado em uma zona marginalizada pelo czarismo russo. Naquele cenário, as gráficas eram uma das poucas indústrias com licença para operar, e foi nesse ofício que os Bloch encontraram seu sustento. O pai de Adolpho, Joseph, após casar-se com Ginda, pertencente a uma família abastada, arriscou-se ao montar uma oficina

tipográfica própria, alcançando um sucesso que lhe permitiu construir uma fortuna considerável.³²¹

No entanto, a estabilidade da família desmoronou com os conflitos políticos da região. Aos nove anos, Adolpho testemunhou o saque de sua residência por tropas do governo, que lhes subtraíram tecidos, joias e alimentos. Com a eclosão da Revolução de 1917, a identidade da família foi ressignificada sob a ótica da luta de classes: os Bloch passaram a ser perseguidos como "burgueses". Em 1919, o golpe final em sua terra natal ocorreu com a desapropriação da gráfica e o bloqueio de seu ouro nos bancos, forçando os 17 membros da família a se refugiarem em uma casa modesta no interior de Kiev antes de decidirem pela incerta jornada da imigração.³²²

A travessia da Ucrânia para o Brasil não foi apenas um deslocamento geográfico, mas um exercício de resiliência que moldaria a visão de mundo de Adolpho Bloch. Diante do cerco em Kiev, Joseph Bloch buscou o auxílio de seu irmão Leon (ou Lieva, conforme outras fontes), que já possuía um armazém em solo baiano e financiou a vinda da família. A jornada, iniciada sob a sombra da despossessão, atravessou a Bessarábia e a Romênia até chegar a Nápoles, onde os 17 membros da família aguardaram por dois meses o navio que os levaria ao destino final. Nesse ínterim, o jovem Adolpho experimentou o que chamaria de "riqueza miserável", trabalhando como lanterninha em um cinema napolitano para ajudar no sustento do grupo.³²³

Finalmente, em 18 de dezembro de 1921, a bordo do navio *Re D'Itália*, os Bloch aportaram no Rio de Janeiro carregando um único bem material que resistira às patrulhas europeias: um pilão de ouro, símbolo da herança que restara e que, futuramente, batizaria uma das obras de Adolpho. No início de 1922, a sorte da família começou a mudar quando Joseph reencontrou Nachmanovitch, um antigo amigo que lhe cedeu um galpão vazio na Rua Vieira Fazenda. Foi nesse cenário modesto que a "máquina" começou a girar novamente, com a aquisição de duas prensas alemãs de manivela.³²⁴

A situação financeira da família no Brasil teve uma virada quando identificaram uma oportunidade na cultura popular urbana: a impressão de talões para o jogo do bicho. Joseph aproveitou a popularização da contravenção nas vizinhanças de Vila Isabel e

³²¹ NASCIMENTO, Greyce Falcão do. *Aconteceu, virou Manchete*: notícias da ditadura. Porto Alegre: Editora Fi, 2020, p. 35-36.

³²² *Ibidem*, p. 37.

³²³ Greyce Nascimento considera que Adolpho escreveu para um amigo chamado Lieva que tinha um galpão no Rio de Janeiro. *Cf. Ibidem*, p. 37.

³²⁴ PENA, Felipe. *Seu Adolpho*: uma biografia em fractais de Adolpho Bloch, fundador da TV e da Revista Manchete. Rio de Janeiro: Usina de Letras, 2010, p. 28-33.

aceitou a encomenda de um "banqueiro" para produzir cem mil folhas numeradas semanalmente, o que garantiu a estabilidade necessária para a família se estabelecer definitivamente. À medida que a gráfica crescia, os Bloch migraram para uma residência em Copacabana, e Adolpho, imerso desde cedo no ofício, passou a assumir um papel de liderança nos negócios do pai, preparando o terreno para o que viria a ser o maior parque gráfico da América Latina.³²⁵

A transição de uma gráfica de bairro para um império de comunicação deu-se através de uma aliança estratégica entre o tino empresarial de Adolpho Bloch e as políticas de fomento estatal. Em 1951, aproveitando subsídios do governo de Getúlio Vargas para a importação de maquinário sem direitos alfandegários, Adolpho modernizou o parque gráfico da Rua Frei Caneca com novas máquinas alemãs. Pouco depois, essa estrutura expandiu-se para a Parada de Lucas, consolidando o que viria a ser o maior parque gráfico da América Latina. A gráfica não tinha apenas como finalidade imprimir jornais e revistas; sua versatilidade permitia produzir desde rótulos de cerveja e bilhetes de loteria até cartazes de campanhas eleitorais, conferindo ao Grupo Bloch uma presença ampliada no cenário dos impressos.³²⁶

Foi sobre esse alicerce técnico que, em 26 de abril de 1952, nasceu a revista *Manchete*, fundada por Adolpho em parceria com sua esposa Lucy, seu irmão Pedro e o jornalista Henrique Pongeti. O projeto editorial não economizou em simbolismo e prestígio: sua sede na Rua Russel foi projetada por Oscar Niemeyer, e seu quadro de colaboradores reunia o "olimpico" da intelectualidade brasileira, incluindo nomes como Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Rubem Braga e Lygia Fagundes Telles.³²⁷ A revista nascia, portanto, imbuída de um estatuto de autoridade cultural que seria fundamental para produções de matérias de grande fôlego.

Contudo, o sucesso comercial não foi imediato. Na sua 17ª edição, a *Manchete* enfrentou uma crise severa por falta de leitores, chegando à beira da falência. A solução de Adolpho revelou a lógica agressiva e competitiva que caracterizaria o grupo: a contratação de Hélio Fernandes, ex-diretor da revista *O Cruzeiro*, principal concorrente da época. Sob a direção de Fernandes, a *Manchete* abandonou fórmulas rígidas e passou a investir em reportagens vibrantes, grandes fotografias e chamadas de capa explosivas.³²⁸

³²⁵ NASCIMENTO, 2020, p. 37-38; PENA, 2010, p. 63.

³²⁶ NASCIMENTO, 2020, p. 39.

³²⁷ BLOCH, Arnaldo. *Os irmãos Karamabloch*. Ascensão e queda de um império familiar. 2. reimp.. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 168.

³²⁸ NASCIMENTO, *op.cit.*, p. 39-40.

Com "carta branca" de Bloch, Fernandes estabeleceu a gramática que a revista seguiria por décadas: rompeu a "regra de ouro" da concorrência ao substituir as onipresentes modelos femininas de capa por figuras de poder, como Eisenhower ou Stálin. Sob sua direção, as enfadonhas reportagens de 24 páginas deram lugar a matérias vibrantes, de poucas folhas, amparadas por grandes fotografias e textos de alta qualidade discursiva, muitas vezes tangenciando o sensacionalismo para capturar a atenção das massas.³²⁹

No entanto, essa "máquina" de impacto logo encontrou os limites impostos pela visão de mundo de Adolpho Bloch. O ímpeto de Fernandes em atacar a elite brasileira e as Forças Armadas desagradava profundamente ao fundador, que via no prestígio junto às instituições o pilar de segurança para seu império. Bloch passou a frequentar a redação diariamente, exercendo uma vigilância que resultou na saída de Fernandes e na ascensão de nomes como Nelson Quadros e Otto Lara Resende. A partir de então, Adolpho assumiu o peso definitivo das escolhas editoriais, moldando a revista para que ela fosse, ao mesmo tempo, visualmente explosiva e politicamente estratégica.³³⁰

Esse realinhamento editorial foi catalisado por um salto tecnológico em 1956. Até então, a revista era pouco atraente, com papel de baixa qualidade e cores restritas à capa. Aproveitando a decadência de *O Cruzeiro* e o aumento nas vendas, Bloch investiu na modernização do parque gráfico, adquirindo impressoras alemãs de última geração que garantiram maior capacidade de produção e uma nitidez visual inédita no mercado brasileiro.³³¹

A eficácia da "Máquina Bloch" em transformar memórias em eventos nacionais residia na combinação de prestígio intelectual e inovação estética. O sucesso da revista *Manchete* não era apenas fruto de seu tino comercial, mas de um quadro de colaboradores que reunia a elite do pensamento brasileiro: nomes como Otto Lara Resende, Carlos Nejar, Fernando Sabino, Erico Verissimo, Carlos Heitor Cony, Murilo Melo Filho e Arnaldo Niskier conferiam ao periódico grande prestígio literário.³³² Essa rede de intelectuais não apenas escrevia; ela legitimava os discursos veiculados, criando o ambiente perfeito para que o depoimento de um sobrevivente do Holocausto fosse recebido com a gravidade de um documento histórico e literário.

³²⁹ BLOCH, Arnaldo, 2008; NASCIMENTO, 2020, p. 41.

³³⁰ NASCIMENTO, 2020, p. 41-42.

³³¹ NASCIMENTO, 2020, p. 42.

³³² PENA, 2010, p. 73.

Em 1967, a *Manchete* alcançou o ápice de sua trajetória ao ultrapassar a tiragem de sua principal rival, *O Cruzeiro*, consolidando-se como a maior vitrine da opinião pública brasileira. Essa posição de liderança fora forjada, em grande medida, pela estreita relação de Adolpho Bloch com o poder político, especialmente durante o governo de Juscelino Kubitschek. Ao atuar como o principal canal de divulgação da construção de Brasília, a revista provou sua capacidade de construir mitos e pautas nacionais por meio de colunas fixas como “O Brasil em Manchete”, “O mundo em Manchete”, “Leitor em Manchete”, “Notícias que valem Manchete” e “Posto de Escuta”.³³³ Se a Bloch fora capaz de “vender” a epopeia da nova capital ao país, ela detinha a *expertise* necessária para, em 1968, projetar Szmajzner como a testemunha definitiva contra o carrasco Franz Stangl.

O grande diferencial competitivo da revista, contudo, era seu domínio visual. Entre os anos 1960 e 1970, enquanto a televisão brasileira ainda operava em preto e branco, a *Manchete* abusava das grandes coberturas em cores, com cerca de 70% de suas páginas ocupadas por fotografias vibrantes.³³⁴ Esse trunfo tecnológico permitia que a revista oferecesse detalhes que a TV não conseguia alcançar. Foi essa capacidade industrial de reprodução da realidade que serviu de suporte para a promoção de *Inferno em Sobibor*: a Bloch possuía as ferramentas para imprimir o horror do extermínio com “uma nitidez” que tornava a denúncia de Szmajzner visualmente incontestável.

Nesse cenário de expansão, Adolpho Bloch decidiu diversificar suas frentes de atuação e fundou a Edições Bloch, na Rua do Russel, em 1960. Embora a editora tenha enfrentado dificuldades comerciais em outros segmentos e acabado por fechar na década seguinte, foi dentro desse nicho de livros que nasceu *Inferno em Sobibor*. A criação desse setor editorial revela que, apesar dos percalços financeiros gerais do setor de livros do grupo, a Bloch enxergava no relato do sobrevivente uma oportunidade única. Ao entregar seu manuscrito a essa casa, Szmajzner não estava apenas buscando um editor, mas integrando-se a um ecossistema que dominava as cores, as palavras e dialogava com os círculos de poder do Brasil.³³⁵

³³³ NASCIMENTO, 2020, p. 44.

³³⁴ *Ibidem*, p. 45.

³³⁵ *Ibidem*, p. 44.

Entre os anos de 1980 e 1990 o conglomerado Bloch investiu no setor televisivo. O projeto da *TV Manchete* não foi ideia de Adolpho, quem o convenceu foram os seus sobrinhos, Pedro Jack Kapeller (Jaquito) e Oscar Bloch, a entrar na disputa da concessão da emissora da Rede Tupi em 1980. A estratégia era disputar o espaço concorrido no mercado televisivo e manter a importância do Grupo Bloch diante de Victor Civita, da Abril. Com mais de 50 milhões de dólares investidos, a *TV Manchete* chega ao ar em 1983, porém, foi quando tornou-se a primeira rede televisiva a transmitir o carnaval, em 1984, que assumiu a frente na disputa do Ibope. Ainda assim, após o período carnavalesco sofria com baixa audiência. Isso mudou com a novela *Pantanal* (1990), escrita por Benedito Ruy Barbosa, que se tornou um sucesso de público. No

3.2. “Um depoimento para meditar sobre o real”: publicar *Inferno em Sobibor* na Edições Bloch

A pergunta que norteia esta investigação é central para compreendermos o estatuto singular da obra: quais motivações levaram as Edições Bloch a publicar *Inferno em Sobibor* em 1968? E quais fatores tornam sua publicação notável dentro da operação da Edições Bloch?

Quais motivações levaram as Edições Bloch a publicar *Inferno em Sobibor* em 1968? Para responder a essa questão, isto é, compreender como escolheram publicar um relato de um sobrevivente de um campo de extermínio é necessário investigar se a decisão pode ter sido orientada por critérios literários, pelo clima de mobilização pública em torno da prisão e extradição de criminosos nazistas no Brasil (Stangl) ou, ainda, por uma estratégia editorial voltada a preencher uma lacuna existente no mercado nacional de relatos de campos de concentração.

Entre 1968 e 1972, as Edições Bloch divulgaram aproximadamente 28 títulos em seus materiais promocionais, organizados como um catálogo destinado a um modelo de venda por assinatura anual. Esse formato, que combinava curadoria temática e ampla circulação, não apenas orientava as escolhas de leitura do público, como também revela

entanto, já na primeira década do setor televisivo, a *Manchete* acumulou dívidas que se multiplicavam com a crise financeira e o descontrole da inflação do país. Nos anos de 1990, com o crescente investimento na televisão, a Revista foi sendo deixada de lado, não se adaptando as mudanças de mercado, como o modelo de vendas de assinaturas, contando sobretudo com vendas em bancas e lojas, concentrando-se apenas em grandes capitais distribuindo suas revistas através do transporte rodoviário. O atraso tecnológico e técnico da revista resultou em um aprofundamento da crise que se iniciou com a compra da concessão televisiva. Em 1995, faleceu seu fundador, Adolpho Bloch, Pedro Kapeller decretou falência do Grupo Bloch em 2000, Marcos Dvoskin negociou a compra da revista *Manchete* que ocorreu por volta de 2002-2003, após a falência da Bloch Editores, com o objetivo de relançar títulos tradicionais. Posteriormente, Dvoskin se desfez da marca e Marcos Salles comprou os seus direitos no final de 2024, que preparou o relançamento da revista em 2025.

Em 2005, o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), de Silvio Santos, adquiriu os direitos de exibição de títulos específicos, como as novelas: *Xica da Silva* (1996), *Dona Beja* (1986), *Pantanal* (1990), *Ana Raio e Zé Trovão* (1990). Segundo representantes do SBT, a emissora não possui mais os direitos de exibição desde o ano de 2012. A rede Globo também foi um dos compradores de parte do acervo dramático em 2021.

SBT COMPRA NOVELAS DA TV MANCHETE. *Estadão*. 04 mar. 2012. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/cultura/sbt-compra-novelas-da-tv-manchete/>. Acessado em: 01 maio. 2026.

FORATO, Thiago. SBT ainda tem os direitos da novela *Ana Raio e Zé Trovão* da *Manchete*?. *Na Telinha*. 06 mai. 2022. Disponível em: <https://natelinha.uol.com.br/televisao/2022/05/06/sbt-ainda-tem-os-direitos-da-novela-ana-raio-e-ze-trova-da-manchete-181277.php>. Acessado em 01 mai. 2026.

MORATELLI, Valmir. Como Globo pagou “dívida histórica” com Benedito Ruy Barbosa. *Veja*. 25 nov. 2025. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/veja-gente/como-globo-pagou-divida-historica-com-benedito-ruy-barbosa/>. Acessado em: mai. 01 2026.

PENA, 2010, p. 219-227.

NASCIMENTO, 2020, p. 47-48.

um projeto editorial coerente, atento às demandas de um leitor interessado em compreender os conflitos e dilemas do mundo contemporâneo. Nesse catálogo, predominam obras voltadas para a história recente, a violência política, o crime, a denúncia social e a memória da Segunda Guerra Mundial, temas que dialogam diretamente com o conteúdo de *Inferno em Sobibor*.³³⁶

Figura 4: Anúncio – SEJA SÓCIO DO CLUBE MAIS ABERTO DO BRASIL – O CLUBE DO LEITOR

SEJA SÓCIO DO CLUBE MAIS ABERTO DO BRASIL – O CLUBE DO LEITOR

Para ser sócio do Clube do Leitor escolha agora 4 LIVROS por apenas Cr\$ 15,00

Depois de escolher quatro entre os diferentes livros que aqui lhe oferecemos, você se torna, automaticamente, sócio do Clube do Leitor. Isto significa que, durante os próximos doze meses, você assume apenas o compromisso de adquirir mais seis livros, ao preço máximo de 20 cruzeiros cada um. O correio lhe entregará todos os meses a revista do Clube do Leitor, indicando o título de um novo lançamento — sempre de alta qualidade — e mais duas opções. Então, você vai escolher um dos três livros sugeridos, ou mais, pois além das seleções mensais oferecemos um catálogo amplo e variado. Se, por acaso, nenhum dos títulos lhe agradar, não tem importância. Fica para o próximo mês, ou para o outro, pois a programação editorial do Clube do Leitor sempre apresentará livros da melhor categoria e de real interesse.

Clube do Leitor
Av. Borch Ertter, S.A.
Rua Frei Caneca, 911 - 20.14
Rio de Janeiro - RJ

Nome: _____
Rua: _____ nº: _____
Cidade: _____ Estado: _____
Assinatura: _____

Fonte: SEJA SÓCIO DO CLUBE MAIS ABERTO DO BRASIL – O CLUBE DO LEITOR. *Manchete*. Rio de Janeiro, 8 fev. 1972, p. 118-119

O catálogo do Clube do Leitor entre 1972 e 1974 encontra-se fortemente ancorado no século XX, sobretudo em seus momentos de ruptura histórica e colapso político. Esse recorte temporal aparece de forma explícita em títulos como *40 anos de espionagem soviética* (1968), de Ronald Seth; *A morte de Adolf Hitler* (1969), de Lev Bezymenski; *A caminho do inferno: a Batalha de Stalingrado* (1967), de Benno Zieser; *Fatos da Segunda Guerra* (1966 e 1967), de Zevi Ghivelder, e *Revolução Russa* (1967), de Ari Benami. Em conjunto, essas obras evidenciam um interesse sistemático por eventos que marcaram o

³³⁶ SEJA SÓCIO DO CLUBE MAIS ABERTO DO BRASIL – O CLUBE DO LEITOR. *Manchete*. Rio de Janeiro, 8 fev. 1972, p. 118-119. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/124834>. Acesso em: 8 jan. 2026.

colapso de ordens políticas consolidadas: o nazismo, a guerra total, as revoluções e as crises do poder estatal moderno.

Dentro desse amplo panorama, observa-se ainda a recorrência de subtemas específicos, como a experiência judaica no século XX e a violência do antissemitismo, tratados tanto a partir da ficção, da autobiografia e da investigação histórica. Exemplos significativos são *A vítima* (1966), de Saul Bellow; *O caçador de nazistas* (1967), de Simon Wiesenthal; *Entre a foice e o martelo: o problema dos judeus na U.R.S.S.* (1968) de Caio de Freitas e, posteriormente, *As seis pontas da estrela* (1969), de Zevi Ghivelder, todos integraram o Clube do Leitor. Esses títulos não apenas tematizam a perseguição e o extermínio, mas articulam memória, identidade e política em um contexto marcado pela violência de Estado.

A análise do catálogo das Edições Bloch entre 1968 e 1972 permite afirmar que a obra de Stanislaw Szmażner não foi uma exceção dentro do projeto editorial, mas se inseriu em um verdadeiro ecossistema de publicações voltado à compreensão dos grandes colapsos políticos e sociais da modernidade. *Inferno em Sobibor* dialoga diretamente com esse conjunto ao oferecer um testemunho situado no coração do sistema de extermínio nazista, conectando experiência individual, história coletiva e reivindicação de justiça.

Ao confrontar os títulos e autores publicados nesse período com o livro do sobrevivente de Sobibor, emerge ainda um segundo padrão objetivo na seleção editorial: entre o final da década de 1960 e os primeiros anos da década de 1970, as obras editadas eram, em sua maioria, escritas por judeus ou de origem judaica. Esse dado não é circunstancial. Ele aponta para uma curadoria que apresenta vozes historicamente atravessadas pelas experiências de perseguição, discriminação, deslocamento forçado, migração, genocídio e violência política, conferindo centralidade à perspectiva daqueles que viveram, como vítimas, testemunhas ou intérpretes.

Tabela 1: Autores judeus ou de origem judaica nas Edições Bloch entre os anos de 1966 até 1972

Autor	Título do livro (ano de publicação)	Origem judaica/Judeu convertido
Sammy Davis Jr.	<i>Sim, eu posso</i> (1968)	Convertido ao judaísmo após acidente em 1954.
Bernard Malamud	<i>O bode expiatório</i> (1967), <i>O nu despido</i> (1969)	Filho de imigrantes judeus russos.

Autor	Título do livro (ano de publicação)	Origem judaica/Judeu convertido
Simon Wiesenthal	<i>O caçador de nazistas</i> (1967)	Sobrevivente do Holocausto; família judaica.
Saul Bellow	<i>Aqui e agora</i> (1967), <i>Por um fio</i> (1967), <i>A vítima</i> (1966)	Família judaica de imigrantes russos.
Yael Dayan	<i>Os dois Filhos da morte</i> (1967), <i>Diário de um soldado</i> (1970)	Filha de Moshe Dayan (militar e político israelense).
David Halberstam	<i>Os nervos do governo</i> (1972)	Pais judeus (origem polonesa/lituana).
Zevi Ghivelder	<i>Fatos e homens da 2ª Guerra</i> (1966, como coautor), <i>As seis pontas da estrela</i> (1969)	Ascendência judaica.

Fonte: Realizamos um levantamento das obras divulgadas na revista *Manchete* entre o final da década de 1960 e o início dos anos 1970. No entanto, a divulgação sistemática das obras da Editora Bloch somente por meio do projeto do Clube do Leitor ocorreu entre os anos de 1972 e 1974. Encontramos 28 títulos publicados nesse período. A tabela indicando obra, autor e data de publicação em anexo do texto. Excluindo esse plano de leitura, a divulgação e o anúncio das obras da Editora na revista *Manchete* ocorria em casos restritos. Cf. SEJA SÓCIO DO CLUBE MAIS ABERTO DO BRASIL – O CLUBE DO LEITOR. *Manchete*. Rio de Janeiro, 8 fev. 1972, p. 118-119. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/124834>. Acesso em: 8 jan. 2026.

Dentre os 28 livros identificados nesse recorte, aproximadamente 12 foram escritos por autores de origem ou descendência judaica. Esse dado quantitativo não é irrelevante e indica um interesse editorial recorrente por obras associadas à experiência judaica e aos desdobramentos históricos do século XX. Tal inclinação constitui um elemento fundamental para compreender a decisão do Grupo Bloch de publicar *Inferno em Sobibor*, ainda que a pertença étnica ou religiosa do autor não configurasse, formalmente, um critério explícito de seleção.

A Editora Bloch, ao longo do final da década de 1960 e início dos anos 1970, conferiu visibilidade a autores judeus cujas obras dialogavam com temas de forte densidade histórica e política, fossem eles escritores já consagrados no mercado internacional ou autores cujos textos estabeleciam uma relação direta com os grandes acontecimentos que marcaram o período, como a Segunda Guerra Mundial, o nazismo, o antissemitismo e as experiências de violência de Estado. Nesse sentido, o catálogo da

editora revela não apenas uma estratégia comercial, mas também uma curadoria temática que privilegiava narrativas capazes de interpretar os traumas do século XX.

À luz desse padrão editorial, o manuscrito de Stanislaw Szmajzner, centrado na trajetória de um jovem judeu sobrevivente de um campo de extermínio nazista, apresentava forte consonância com os temas já explorados pela Edições Bloch. *Inferno em Sobibor* dialogava diretamente com obras históricas, memorialísticas e romances que abordavam o colapso moral e político do século XX, inserindo-se com coerência no universo simbólico e temático da editora.

No entanto, apesar dessa afinidade, chama a atenção o fato de que *Inferno em Sobibor* não tenha figurado em nenhum dos catálogos comerciais analisados. Tal silêncio pode indicar que o livro ocupou um lugar singular dentro do projeto de divulgação da editora: reconhecido como um depoimento de alto valor moral e histórico.

Ao se referir ao depoimento de *Inferno em Sobibor*, qual era o objetivo da Bloch?. Suas palavras de apresentação, seus enquadramentos e escolhas editoriais desempenham um papel decisivo, pois são eles que situam o relato, atribuem sentidos à narrativa e indicam como a experiência de Stanislaw Szmajzner deveria ser lida.

A contracapa da primeira edição ocupa um lugar privilegiado nesse processo. Nela, o testemunho do sobrevivente de Sobibor deixa de ser apenas uma narrativa individual marcada pela dor e pela memória e passa a ser apresentado como um texto de interesse coletivo. O sofrimento vivido nos campos de extermínio é transformado em matéria pública, investido de um valor que ultrapassa a biografia do autor e se inscreve no debate mais amplo sobre a violência nazista e a necessidade de reflexão histórica escrita no Brasil:

Coleção Depoimento: *Inferno em Sobibor*

Histórias reais de campos de concentração nazistas o brasileiro costuma conhecer de traduções. Esta, a grande contribuição das Edições Bloch no gênero: uma narrativa verídica, sofrida na Polônia, escrita no Brasil, a sua dramaticidade, a fazer carreira também em outras línguas, em outros países, pois não se pode imaginar que nenhum editor estrangeiro se interesse por ela. O núcleo deste [sic] romance vivido é simples e, por isso, mais cruel. Começa com o garoto [sic] israelita, despreocupado, em sua pequena cidade, e de repente surpreendido pela brutalidade de um ataque aéreo que significava naquelas longínquas paragens, o início de uma guerra que envolveria o mudo inteiro. Inclusive um até então, para Stanislaw Szmajzner, desconhecido Brasil, onde êle [sic] hoje se encontra (mora em Goiás), vivendo quase feliz. Uma vez que inteiramente feliz não pode viver quem tenha em seu passado aqueles [sic] dias bestiais, sombrios, só possíveis de entender em profundidade por quem os amargou na carne e na alma. Não se trata, como à primeira vista pareceria, de um livro de ódio, mas de uma

exposição objetiva, na qual o ódio está presente, já que, do contrário, seria um homem insensível o seu autor. O depoimento de Stanislaw Szmaizner é uma novidade, uma novidade arrepiante, na literatura dêste [sic] País. Um livro não apenas para ler. Um livro para meditar, sobretudo quando os homens parecem haver enlouquecido novamente e cegamente.³³⁷

Para que *Inferno em Sobibor*, publicado em 1968, não se confundisse com mais um título entre tantos do catálogo das Edições Bloch, a contracapa da primeira edição desempenhou um papel decisivo. Ao afirmar que o público brasileiro conhecia o Holocausto sobretudo por meio de traduções, o paratexto deslocava o eixo da experiência: Szmaizner passava a ser apresentado como “nosso” sobrevivente, um judeu polonês radicado em Goiás, capaz de trazer o extermínio nazista para dentro do espaço cultural e geográfico brasileiro. O horror dos campos deixava de ser um evento distante, europeu, para se inscrever no presente nacional.

Essa “grande contribuição” das Edições Bloch, celebrada no próprio texto editorial, não se limitava à escolha do autor, mas à forma como sua narrativa era enquadrada. O livro não era oferecido ao leitor como um documento frio nem como uma obra de ficção, mas como um “romance vivido” e, simultaneamente, um “depoimento”. Essa combinação produzia um efeito duplo: mobilizava o interesse pela dramaticidade da experiência narrada e, ao mesmo tempo, atribuía ao texto uma autoridade moral fundada na vivência direta do autor. Não se tratava apenas de ler sobre Sobibor, mas de meditar sobre a brutalidade ali descrita. Aqui os editores de *Inferno em Sobibor* deixam explícitas as motivações para a Edições Bloch aceitar a empreitada de publicar a obra de Szmaizner, haja vista que o processo de construção do livro se iniciou desde a escolha do título, a reescrita da obra para corrigir desvios gramaticais até aspectos paratextuais já mencionados no primeiro capítulo. Todo esse esforço foi realizado porque a Bloch identificou no manuscrito de Szmaizner potencial suficiente para alcançar o público e levá-lo a meditar sobre temas fundamentais que transformaram o século XX.

Esse enquadramento editorial ganhava ainda mais força no contexto imediato da publicação. Enquanto a revista promovia o livro, Szmaizner atuava como uma das peças centrais de acusação contra o carrasco Franz Stangl, preso em São Paulo e recém-extraditado para Düsseldorf. *Inferno em Sobibor* era apresentado como um texto capaz de sustentar a memória do crime e a exigência de justiça. A leitura proposta ao público não era neutra: ela convocava reflexão, indignação e responsabilidade histórica.

³³⁷ SZMAJZNER, 1968.

3.3. Sucesso esquecido ou fracasso lembrado? *Inferno em Sobibor* e a circulação dos livros da *Coleção Depoimento*

Foi nesse horizonte que, em 1968, o livro saiu do prelo das Edições Bloch, integrando a chamada *Coleção Depoimento*. Entre 1968 e 1970, a coleção reuniu obras de naturezas diversas, autobiografias, biografias e textos de não ficção, unificadas menos por um gênero rígido do que por sua pretensão de verdade, de testemunho e de intervenção no debate público.

Tabela 2: *Coleção Depoimento* / Edições Bloch (1968-1970)

Ano	Autor	Título
1968	Sammy Davis	<i>Sim, eu posso</i>
1968	Ronald Seth	<i>40 anos de espionagem soviética</i>
1968	Janet Harris	<i>O longo caminho para a liberdade</i>
1968	Alexander Dorozynski	<i>Landau, o sábio que morreu quatro vezes</i>
1968	Stanislaw Szmajzner	<i>Inferno em Sobibor – A tragédia de um adolescente judeu</i>
1970	Yael Dayan	<i>Diário de um soldado</i>

Fonte: Tabela produzida pelo autor a partir dos anúncios dos livros da Edições Bloch no *O Jornal*

Entre os livros que compuseram a *Coleção Depoimento*, *Inferno em Sobibor* apresentava uma singularidade evidente: era uma obra original, escrita no Brasil, enquanto os demais títulos da coleção eram traduções. Essa diferença não era apenas formal ou editorial, mas simbólica. O testemunho de Szmajzner não chegava ao leitor brasileiro mediado por outra língua; ele se afirmava como uma narrativa produzida aqui, ainda que ancorada em uma experiência vivida na Europa ocupada.

Os lançamentos da coleção foram anunciados em *O Jornal*, periódico fundado por Assis Chateaubriand, por meio da coluna “Jornal Literário”, assinada pelo crítico Valdemar Cavalcanti. O conjunto reunia títulos com temas variados: a luta pelos direitos civis da população negra nos Estados Unidos; questões relativas à identidade judaica; a espionagem soviética; uma biografia do físico Lev Landau; o diário da guerra árabe-

israelense, além do relato de Szmajzner. Não havia, portanto, uma unidade temática rígida, mas um eixo comum: todos os livros tratavam de acontecimentos históricos recentes, ocorridos fora do Brasil, e se apresentavam como narrativas não ficcionais, aquilo que a própria Bloch definia como “romances vividos”.

Nesse panorama, *Inferno em Sobibor* ocupa um lugar ambíguo e, ao mesmo tempo, privilegiado. Embora compartilhasse com os demais títulos o compromisso com o real e com a experiência vivida, essas obras não ultrapassavam o simples anúncio editorial. As outras obras da coleção circularam sobretudo por meio de notas informativas em *O Jornal*:

[o livro] Sai no momento em que o mundo inteiro se volta ansioso e contristado para o drama do negro nos Estados Unidos. O livro é a autobiografia de um negro que muito lutou para viver e para chegar até onde chegou, vencendo a linha da cor.³³⁸

Sammy Davis foi um artista afro-estadunidense multifacetado que atuou em *vaudeville*, festivais de dança, canto e comédia. Iniciou sua carreira ainda criança e tornou-se famoso por apresentar todas suas habilidades ao imitar celebridades. A carreira de Davis teve uma virada quando sofreu um acidente de carro e perdeu o olho esquerdo. Após esse trauma, ele passou por uma mudança ao converter-se ao judaísmo. Seu livro *Sim, eu posso* retratou esse episódio em paralelo à repercussão crítica que sofreu ao ser questionado por supostamente abandonar a identidade negra e buscar a aceitação da indústria do entretenimento ao se “embranquecer”. Davis retrata sua transformação como uma busca de autoconhecimento e de compatibilidade entre opressão e marginalização dos negros e judeus.³³⁹

Outro livro que merece destaque dentro dessa coleção é o de Ronald Seth, professor universitário de literatura, que, na Segunda Guerra, se tornou membro da Royal Air Force britânica e, quando preso pelo exército nazista, preferiu desertar e mudar de lado, sendo treinado pelos nazistas da *Sicherheitsdienst*, os SS. Com o fim da guerra, Seth voltou a lecionar e publicou livros, como *40 Anos de Espionagem Soviética*. Dentro de uma seleção de livros que tem como nome *Coleção Depoimentos*, os seus editores não parecem questionar ou refletirem sobre os dilemas éticos ao publicar obras como a de

³³⁸ CAVALCANTI, Valdemar. Prêmio Oscar Wilde. *O Jornal: Jornal Literário*. Rio de Janeiro, 3 maio 1968, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/110523_06/64333. Acesso em: 28 jul. 2023.

³³⁹ DAVIS, R. L. “These are a swinging bunch of people”: Sammy Davis, Jr., religious conversion, and the color of Jewish ethnicity. *American Jewish History*, v. 1001, n. 11, jan. 2016, p. 34. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/606056>. Acesso em: 10 maio 2025.

Seth e de Szmajzner.³⁴⁰ Assim, somente restou ao “anunciante” apresentar no mesmo tom temas oferecidos por um colaborador do nazismo e um sobrevivente do Holocausto:

Nas edições Bloch, há novidades, de boa marca, a registrar: por exemplo, na Coleção Depoimento, *Inferno em Sobibor – A Tragédia de um Adolescente Judeu*, de Stanislaw Szmajzner. O autor, polonês, hoje vivendo em Goiás, conta o que foi a sua subvida em campos de concentração em seu país, vítima do nazismo e seu sistema sinistro de perseguição e de fanatismo. Esse livro, prefaciado pelo senador Ludovico Teixeira, confesso que é de leitura às vezes angustiante.³⁴¹

Cavalcanti ressalta a qualidade, a potência narrativa angustiante e o prefácio assinado pelo senador Ludovico Teixeira. A *Coleção Depoimentos* se organiza no esforço de particularizar ainda mais as escolhas da editora por obras contemporâneas, com temas sociais e políticos que já estavam estabelecidos pela editora. Dentro do recorte temporal e temático, a coleção traz uma abordagem diferente com “documentos reais” de “romances vividos”, narrativas dramáticas como autobiografias, biografias, portanto, prioriza relatos sobre dramas históricos e sociais.

Essa discrepância também se manifesta nas estratégias de divulgação adotadas pela revista *Manchete*. Com exceção de *Inferno em Sobibor*, todos os demais livros da *Coleção Depoimento* foram anunciados regularmente no Clube do Leitor, espaço destinado à promoção sistemática das obras comercializadas pelo grupo editorial.³⁴² O livro de Szmajzner, ao contrário, não seguiu esse circuito de divulgação. Fora as menções feitas por Valdemar Cavalcanti em *O Jornal*, ele não apareceu nos mesmos moldes promocionais que caracterizaram os outros títulos da coleção.

Essa discrepância segue também na forma de divulgação na revista *Manchete*: com exceção de *Inferno em Sobibor*, todos os livros da coleção foram anunciados no Clube do Leitor. Excluindo os textos de Cavalcanti, *Inferno em Sobibor* não foi divulgado pelos veículos impressos da mesma maneira que os outros livros da coleção. O motivo

³⁴⁰ CAVALCANTI, Valdemar. Simões dos Reis fêz pesquisassem jornais de 1907. *O Jornal: Jornal Literário*. Rio de Janeiro, 4 de out. 1968, p. 2. Disponível em http://memoria.bn.gov.br/DocReader/110523_06/68261. Acesso em: 28 jul. 2023.

³⁴¹ CAVALCANTI, Valdemar. Caruarú: pano de boca para romance. *O Jornal: Jornal Literário*. Rio de Janeiro, 26 jul. 1968, p. 2. http://memoria.bn.gov.br/DocReader/110523_06/66398. Acesso em: 28 jul. 2023.

³⁴² SEJA SÓCIO DO CLUBE MAIS ABERTO DO BRASIL – O CLUBE DO LEITOR. *Manchete*. Rio de Janeiro, 9 de set. de 1972, p. 121. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/126375>. Acesso em: 6 maio 2025; AS MELHORES FÉRIAS / OS MELHORES LIVROS. *Revista Manchete*. Rio de Janeiro, 13 jul. 1968, p. 158. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/87494>. Acesso em: 5 maio 1978.

para isso talvez fosse o esgotamento dos exemplares da obra? O que tornou *Inferno em Sobibor* diferente das outras obras para receber outro tratamento?

Primeiro, devemos entender alguns dos possíveis motivos da ausência do livro no catálogo do Clube de Leitores. Um testemunho decisivo para iluminar esse processo vem de Zevi Ghivelder, editor das Edições Bloch e então chefe de reportagem do grupo. Em 1987, por ocasião do lançamento do filme *Fuga de Sobibor*, de Jack Gold, Ghivelder recordou o primeiro contato com Stanislaw Szmajzner e o momento em que o sobrevivente lhe apresentou o manuscrito que ainda não tinha título.

Ele apareceu na redação da *Manchete* trazendo um manuscrito e dizendo que somente a mim poderia confiá-lo: eram as suas memórias de Sobibor, onde chegara com 15 anos de idade, e de onde escapara, após desempenhar importante papel na sublevação. [...] A rigor, seu relato trazia algumas virtudes básicas: despojamento, sinceridade e forte conteúdo humano. Decidimos publicá-lo sob o título *Inferno em Sobibor* e alcançamos um sucesso digno, com duas edições. Tudo aquilo que Stanislaw contou-me pessoalmente e que reproduziu em seus originais também está no filme agora produzido.³⁴³

Contrariando sua consideração final, Ghivelder oferece novas informações relevantes e valiosas para compreender a publicação na Edições Bloch:

[...] nasceu o livro *Inferno em Sobibor*, lançado em 1968 e que obteve fraca repercussão tanto de crítica como de público, embora ainda seja um documento histórico da maior importância e se trate, de fato, de um trabalho extraordinário no segmento universal das obras memorialistas.³⁴⁴

No universo das Edições Bloch, as fronteiras entre edição e jornalismo eram porosas. Editoras e redações não funcionavam como instâncias separadas, mas como partes de um mesmo organismo editorial, no qual, não raras vezes, o editor do livro era também o jornalista que assinava reportagens e notas no semanário *Manchete*. Essa sobreposição de funções ajuda a compreender tanto as estratégias de lançamento quanto as leituras posteriores sobre o destino de *Inferno em Sobibor*.³⁴⁵

³⁴³GHILVELDER, 1987.

³⁴⁴ Idem. *Inferno em Sobibor*. *Morasha*, n. 87, 2015. Disponível em: <https://www.morasha.com.br/holocausto/inferno-em-sobibor.html>. Acessado em: 3 maio 2025.

³⁴⁵ Carlos Heitor Cony foi tanto o responsável pela segunda edição de *Inferno em Sobibor* (1978) quanto por diversas reportagens e artigos que serão apresentados ao longo dos nossos capítulos. Cf. CONY, Carlos Heitor. Os carrascos estão entre nós. *Manchete*. Rio de Janeiro, 17 jun. 1978. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&Pesq=%22Stanislaw%20Szmaizner%22&pagfis=177114>. Acesso em: 12 abr. 2023.

Em 1987, por ocasião do lançamento do filme inspirado na obra, Zevi Ghivelder recordava a publicação do livro como um êxito editorial. Segundo ele, a decisão de publicá-lo sob o título *Inferno em Sobibor* teria resultado em “um sucesso digno, com duas edições”.³⁴⁶ A memória daquele momento enfatizava a circulação do livro e sua capacidade de alcançar o público.

Décadas mais tarde, no entanto, o próprio Ghivelder reavaliou esse diagnóstico. Passou a descrever o livro como uma obra que “obteve fraca repercussão tanto de crítica como de público”.³⁴⁷ Esse desvio sugere não apenas uma mudança de avaliação, mas também os efeitos do tempo sobre a memória editorial. Entre o entusiasmo do lançamento cinematográfico e a leitura retrospectiva, inscrevem-se diferentes percepções sobre as transformações no mercado editorial, nos critérios de sucesso e no próprio lugar ocupado pela obra no espaço público brasileiro.

Para compreender essa oscilação de julgamento, é necessário retornar aos dados concretos do desempenho do livro nas vendas. Ainda em 1969, o *Jornal do Brasil* publicou um levantamento dos livros mais vendidos do ano anterior, apresentando um balanço das editoras por categoria. Na lista de não ficção, figuravam, entre os títulos mais vendidos:

Os [livros] de não ficção, na mesma ordem e incluindo teatro: *Literatura brasileira em Curso*, de Dirce Riedel e outros; *Comunicação de Massa*, de Charles R. Wright; *Você tem personalidade?*, de Pedro Bloch; *Inferno em Sobibor*, de Stanislaw Szmajzner.³⁴⁸

Encerrando a lista de livros mais vendidos de não ficção da editora, figurava *Inferno em Sobibor*. Esse desempenho comercial, ainda que otimista, precisa ser avaliado com cautela, pois não foi realizada uma reedição da obra nesse período.

Ainda em 1970, quando a jornalista Gitta Sereny veio ao Brasil para entrevistar Stanislaw Szmajzner, o encontro ocorreu na casa do então senador e ex-governador Pedro Ludovico. Em um ambiente marcado pelo conforto e pela intimidade, Szmajzner comentou sobre a publicação de seu livro e sobre o alcance que a obra havia obtido junto ao público brasileiro. A cena foi registrada por Sereny nos seguintes termos:

Szmajzner estava na casa do senador; o senador se referiu a Szmajzner repetidamente no almoço como seu “filho a mais”, e Stan [Stanislaw] trabalha, em uma posição próxima à de sócio, em uma fábrica de papel

³⁴⁶ GHILVELDER, *op.cit.*, 1987; GHIVELDER, *op. cit.*, 2015.

³⁴⁷ *Idem*, 2015.

³⁴⁸ PANORAMA DAS LETRAS. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 9 jan. 1969. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/030015_08/127785. Acesso em: 12 abr. 2023.

de propriedade do filho do senador. O livro de Stan, com prefácio do senador Ludovico, vendeu 10.000 exemplares – uma conquista considerável em um país tão distante dos problemas da Europa.³⁴⁹

O número de exemplares vendidos, associado à ausência do livro nos catálogos da Editora Bloch divulgados na *Manchete*, sugere que a obra já havia alcançado os objetivos de distribuição e venda em 1972. Esse dado contribui para explicar sua exclusão dos materiais promocionais da editora e relativiza a mudança posterior de posição de Ghivelder, que passou a caracterizar a publicação como um fracasso editorial.

Dez anos após a primeira edição ter sido publicada, em setembro de 1978, na coluna "Leitor em Manchete", uma leitora relatou a dificuldade em encontrar o livro em sua cidade:

Há muito venho procurando, sem encontrar, o livro *O Inferno em Sobibor*. Agora, li em *Manchete* (nº 1.369) um artigo do próprio autor do trabalho, Stanislaw Szmajzner. Isso me deu esperança de finalmente localizar o livro. Roseli Rocha Faria. Paracatu – MG.³⁵⁰

A produção da segunda edição somente foi ganhar forma na janela de tempo em que Wagner foi preso, no Brasil. Nesse mesmo período que surgiram novos leitores interessados em ler o relato de *Inferno em Sobibor*. Assim, podemos afirmar que as diferenças de divulgação da obra para com os outros livros da Coleção Depoimento não ocorreram devido ao fracasso editorial, mas pelo contrário pelo seu sucesso editorial.

3.4. O veredito de papel: a singularidade da circulação de *Inferno em Sobibor* e seus usos para capturar nazistas

Porém, não foi *Inferno em Sobibor* que recebeu investimento editorial e repercussão na imprensa. Uma vez preso Franz Stangl, o caso rapidamente se transformou em um acontecimento midiático, e essa visibilidade foi imediatamente apropriada pela imprensa e pelo mercado editorial. A figura do ex-comandante de Sobibor e Treblinka passou a funcionar como eixo de uma nova onda de interesse público sobre os campos de extermínio nazistas. Nesse contexto, o livro *Treblinka*, de Jean-François Steiner, foi promovido como se fosse uma extensão direta do escândalo judicial em curso.

³⁴⁹ SERENY, 1983, p. 120.

³⁵⁰O LEITOR EM MANCHETE. *Manchete*. Rio de Janeiro, 19 set. 1978, p. 58. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/179282>. Acesso em: 6 abr. 2023.

Antes mesmo de sua publicação no Brasil, o livro já circulava como objeto de debate na imprensa, sobretudo em razão da polêmica que havia provocado na França ao discutir o comportamento das vítimas judaicas diante do extermínio. A controvérsia centrada na tensão entre resistência e passividade foi amplamente repercutida em periódicos brasileiros como *Manchete*, *Jornal do Brasil* e *Diário de Notícias*, criando um ambiente de expectativa em torno da obra.³⁵¹ *Treblinka* saiu do prelo pela Nova Fronteira, em outubro de 1966, em 1967, com a prisão de Stangl, a obra começou a receber um investimento em anúncios.³⁵²

A estratégia editorial da Nova Fronteira foi direta e calculada. Apenas seis dias após a prisão de Stangl, um anúncio de *Treblinka* apareceu no rodapé da mesma página do *Jornal do Brasil* que noticiava o andamento do caso, sob o título “Stangl mostra-se indiferente, mas DFSP teme um atentado”. O anúncio não apenas divulgava o livro, mas o inscrevia explicitamente na narrativa do escândalo: “O nome que volta a agitar o noticiário internacional através da prisão em São Paulo de um de seus carrascos” e “Veja porque foi preso Franz Stangl e porque pesam sobre ele tantas e terríveis acusações”. O livro era, assim, apresentado como uma chave interpretativa do crime que o público acompanhava nos jornais.³⁵³

Figura 5: Anúncio – *Treblinka*. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 5 mar. 1967. p. 5.



Fonte: TREBLINKA. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 5 mar. 1967, p. 5.

No início de abril, o *Jornal do Brasil* menciona que *Treblinka* estava “batendo recordes” nas livrarias, despontando como um “best-seller da Nova Fronteira”.³⁵⁴ Cerca de

³⁵¹ O REQUINTE NAZISTA EM “TREBLINKA FOI MUITO ALÉM DO QUE SE POSSA IMAGINAR. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 30 abr. 1966. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093718_04/57372. Acesso em: 11 jan. 2026; LAGARRIDE, Jean-Paul. As terríveis 3 horas da tarde. *Manchete*. Rio de Janeiro, 30 abr. 1966. p. 22-25. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/69442>. Acesso em: 11 jan. 2026; A MORTE SOB CONCENTRAÇÃO. *Jornal do Brasil*: Caderno B. Rio de Janeiro, 20 abr. 1966. p. 8.

³⁵² INFORME JB. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 1 jul. 1967, p. 10. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_08/101473. Acesso em: 11 jan. 2026.

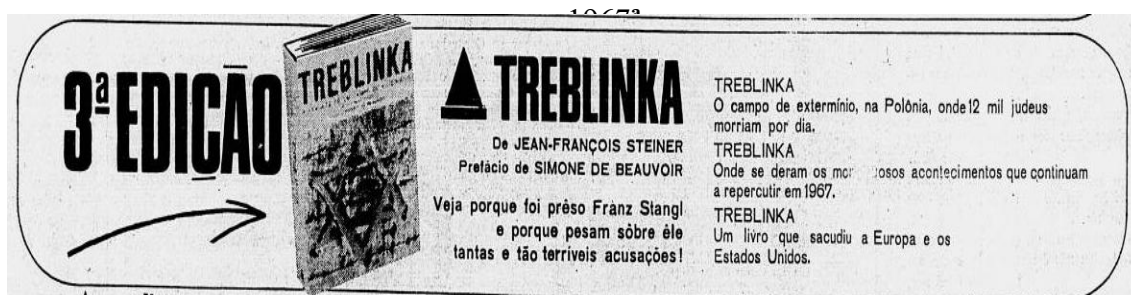
^{2º} EDIÇÃO. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 2 jul. 1967, p. 12. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_08/101543. Acessado em: 11 jul. 2026.

³⁵³ TREBLINKA. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 5 mar. 1967, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_08/96584. Acesso em: 4 abr. 2023.

³⁵⁴ PANORAMA DA LITERATURA. *Jornal do Brasil*: Caderno B. Rio de Janeiro, 7 abr. 1967. p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_08/97895. Acesso em: 11 jan. 2026.

quatro meses depois o livro foi reeditado, ganhando uma segunda edição. Levou apenas mais dois meses para produzir uma terceira edição que confirmava a força dessa estratégia discursiva, seguindo a mesma estrutura: o nome *Treblinka* aparecia como gancho convidando o leitor a entender os crimes do carrasco por meio do livro.³⁵⁵

Figura 6: Anúncio – 3ª Edição *Treblinka*. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 5 mar.



Fonte: EDIÇÃO TREBLINKA. *Jornal do Brasil*: Caderno B. Rio de Janeiro, 10 set. 1967, p. 4

Mesmo que, como Steiner explicaria mais tarde, Stangl aparecesse relativamente pouco no texto, não por irrelevância histórica, mas pela escassez de testemunhos disponíveis à época, o projeto editorial brasileiro insistiu em colocá-lo no centro da narrativa. A prisão do ex-comandante atualizou e transformou *Treblinka* em uma espécie de documento explicativo do presente.

Essa operação revela um padrão já observado: o carrasco convertia-se em dispositivo de circulação cultural. O nome de Stangl passava a ligar jornalismo, justiça e mercado editorial, fazendo com que livros sobre os campos de concentração fossem consumidos não apenas como memória histórica, mas como prolongamento direto de um drama judicial ainda em aberto. Nesse circuito, o genocídio era reatualizado como notícia e a notícia, por sua vez, alimentava a leitura a respeito do genocídio.

A estratégia de lançamento de *Inferno em Sobibor* pelas Edições Bloch não se limitou aos circuitos editoriais tradicionais, sendo desenhada como uma operação midiática de impacto que atrelou a obra indissociavelmente à prisão de Franz Stangl em solo brasileiro. Em 18 de maio de 1968, dias antes de o livro sair oficialmente do prelo, a revista *Manchete* publicou a reportagem de capa intitulada "Eu voltei do campo da

³⁵⁵ 3ª EDIÇÃO TREBLINKA. *Jornal do Brasil*: Caderno B. Rio de Janeiro, 10 set. 1967, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_08/103933. Acessado em: 11 jan. 2026.

morte", utilizando cores vibrantes e letras garrafais para capturar a atenção do público e estabelecer um senso de urgência.³⁵⁶

Figura 7: Matéria na *Manchete* – “Eu voltei do campo da morte”.



Fonte: EU VOLTEI DO CAMPO DA MORTE. *Manchete*. Rio de Janeiro, 18 maio 1968, p. 128-132

Mais do que uma simples antecipação editorial, o texto de apresentação na revista criava uma ponte direta entre o manuscrito de Stanislaw Szmajzner e o destino judicial do carrasco, anunciando que o relato autobiográfico funcionaria como a "principal peça da acusação" contra o ex-comandante de Sobibor, que naquele momento já ocupava o banco dos réus e mobilizava a opinião pública internacional.

Longe de se limitar a uma resenha literária ou a uma entrevista convencional, o texto articula elementos de reportagem investigativa, narrativa biográfica e acusação criminal, preparando o terreno para o lançamento de *Inferno em Sobibor*. O texto parte de uma leitura integral da obra que, em determinados momentos, realiza desvios, contextualizando os personagens diante dos julgamentos que ocorriam contra os nazistas. No canto inferior da primeira página da matéria, encontramos a informação: “Com o

³⁵⁶ EU VOLTEI DO CAMPO DA MORTE. *Manchete*. Rio de Janeiro, 18 maio 1968 p. 128-132. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/86057>. Acesso em: 4 abr. 2023.

testemunho de Stanislaw Szmajzner, foram condenados à prisão perpétua dois criminosos nazista: Karl Franz e Burt Bolander (que se suicidou no cárcere)”.³⁵⁷ Embora, essa informação esteja em uma posição espacial marginal, trata-se do eixo principal de todo o texto: o seu relato é um testemunho que permite a condenação de criminosos fugitivos da justiça alemã. Szmajzner esteve no julgamento de Hagen e escancarou os crimes cometidos pelos algozes. Desde o subtítulo, o livro é apresentado como “a principal peça de acusação contra o carrasco nazista Franz Stangl”,³⁵⁸ o que desloca imediatamente o relato de Szmajzner do campo da memória privada para o da responsabilidade jurídica e política. De fato, não se trata de uma jogada publicitária. Jean Stainer, ao escrever *Treblinka*, entrevistou cerca de 28 sobreviventes, no entanto, apenas uma testemunha lembrava vagamente de Stangl. Já Szmajzner presenciou de perto o funcionamento da máquina de extermínio sob o comando de comandante de Sobibor.³⁵⁹

Stanislaw Szmajzner surge na matéria como uma testemunha singular. Deportado ainda menino, aos 12 anos, ele sobreviveu porque foi incorporado à engrenagem do campo como ourives. Essa posição lhe garantiu uma proximidade forçada com os oficiais da SS, em especial com o comandante Franz Stangl. A *Manchete* explora essa condição de modo estratégico: Szmajzner não apenas “viu” o campo, ele conviveu diariamente com seus algozes, ouviu suas ordens, observou seus gestos e conheceu seus métodos. Sua autoridade deriva justamente dessa intimidade perversa, que o transforma em uma fonte incontornável para qualquer tentativa de responsabilização judicial. Nas cinco páginas do texto, é explorada exaustivamente a relação entre os dois personagens.

Os carrascos não aparecem de forma abstrata. O texto nomeia e descreve figuras centrais da máquina de extermínio. Franz Stangl é apresentado como o administrador frio e eficiente de Sobibor, o homem que prometia reassentamento e trabalho enquanto organizava, na prática, o envio sistemático de milhares de judeus às câmaras de gás. Gustav Wagner surge como o subcomandante brutal, responsável por espancamentos, execuções e pelo terror cotidiano, enquanto Karl Frenzel aparece como outro dos operadores diretos do sistema de morte. A reportagem reconstrói Sobibor como uma engrenagem organizada, com a rotina da chegada dos trens, da triagem e do despojamento

³⁵⁷ “Burt Bolander” Acreditamos que Szmajzner esteja se referindo a Kurt Bolander e que foi um erro de datilografia na transcrição do depoimento.

³⁵⁸ EU VOLTEI DO CAMPO DA MORTE. *Manchete*. Rio de Janeiro, 18 mai. 1968, p. 128-133. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/86057>. Acesso em: 4 abr. 2023.

³⁵⁹ ESCRITOR ACUSA STANGL DE PERITO EM EXTERMÍNIO. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 4 abr. 1967, p. 7. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_08/96546. Acessado em: 2 jan. 2026.

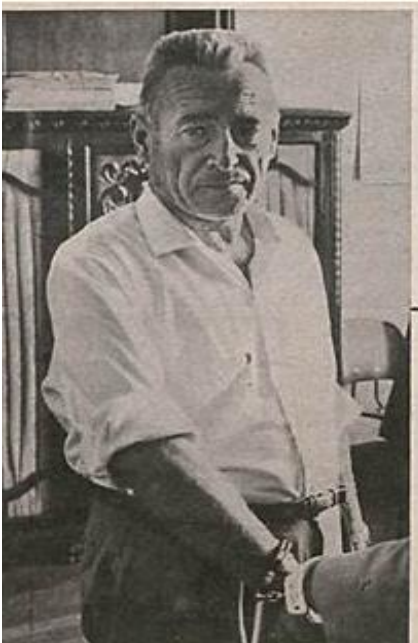
das vítimas, para submetê-las depois ao gaseamento e seus corpos à cremação, atribuindo responsabilidades claras a esses homens. Nesse enquadramento, o livro de Szmajzner não é apresentado como literatura, mas como arma. *Inferno em Sobibor* é descrito como um “romance vivido” e um “depoimento”, categorias que lhe conferem ao mesmo tempo dramaticidade e autoridade moral. A escrita surge como extensão do tribunal: escrever é acusar, narrar é revelar, publicar é pressionar pela justiça.

As imagens reforçam esse dispositivo. A grande fotografia de Szmajzner ocupa o centro visual da matéria: seu corpo magro, o olhar tenso e a postura contida evocam a figura da testemunha diante do tribunal da história. Em seguida, demonstra as habilidades e o conhecimento singular com seus gráficos e desenhos do campo de Sobibor. As fotografias de deportados e dos trilhos de trem estabelecem uma ponte visual entre o passado europeu e o presente brasileiro, materializando a violência que o texto denuncia:

Figura 8: Fotografias da matéria “Eu voltei do Campo de Sobibor”, 18 maio de 1968, p. 128-133



O autor desta narrativa fez gráficos que mostram como era o campo nazista de Sobibor.



Heinrich Himmler (à esquerda) foi visitar os campos de concentração e tomou providências para tornar mais eficiente a eliminação dos judeus arrebanhados em todas as nações ocupadas pelo nazismo. Na foto ao lado: Franz Stangl, o outrora elegante oficial das SS, ao ser prêso em São Paulo, onde estava vivendo sob nome suposto.

Fonte: EU VOLTEI DO CAMPO DA MORTE. *Manchete*. Rio de Janeiro, 18 maio 1968, p. 128-133

As legendas funcionam como pequenas acusações, explicando quem são aqueles homens, o que lhes aconteceu e quem foi responsável por seu destino. Essa articulação entre texto e imagem confirma a lógica que atravessa toda a cobertura da *Manchete* em torno de Szmajzner. *Inferno em Sobibor* não nasce como um livro para dar luz ao passado, destinado a ocupar prateleiras ou catálogos, mas como um livro-processo, pensado desde o início como instrumento de denúncia e responsabilização. A reportagem de 1968 demonstra como a obra foi tratada como evento político e jurídico, e não como simples produto editorial. É por isso que ela ocupa um lugar excepcional no interior das Edições Bloch, um livro que não se limita a ser lido, mas que exige julgamento.

Essa promoção estratégica foi amplificada por um investimento publicitário e gráfico sem precedentes para o gênero no Brasil, utilizando a estrutura do *Jornal do Brasil* para consolidar a imagem da obra. Através de anúncios de página inteira, as Edições Bloch apresentaram *Inferno em Sobibor* como a "história real" de maior relevância do ano, posicionando-a acima de autores de renome internacional que não recebiam o mesmo destaque visual ou financeiro. Em 20 de junho de 1968, o *Jornal do Brasil* publicou a primeira nota sobre o lançamento de *Inferno em Sobibor*. Outras quatro semelhantes apareceriam nas semanas seguintes. Algumas limitavam-se a informar o título do livro, o nome do autor e seu local de residência; outras inseriam a obra em listas mais amplas dos lançamentos das Edições Bloch naquele período, ao lado de romances e livros de não ficção recém-publicados pela casa editorial:³⁶⁰

Figura 9: Anúncio – As últimas novidades de Edições Bloch. Três grandes romances e uma história real



Fonte: AS ÚLTIMAS NOVIDADES DE EDIÇÕES BLOCH. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 20 jun. 1968

³⁶⁰ AS ÚLTIMAS NOVIDADES DE EDIÇÕES BLOCH. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 20 jun. 1968. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/03001508/118786>. Acesso em: 28 jul. 2023.

Em julho daquele ano, uma das notas definia o livro como composto por “histórias reais por ele presenciadas e vividas nos campos”, reafirmando o estatuto de testemunho direto que já vinha sendo construído pela *Manchete*.³⁶¹ Ainda no mesmo mês, na coluna “O que há para ler”, o redator voltou a classificá-lo como “depoimento”, reforçando a ideia de um registro de experiência extrema e direta das atrocidades cometidas pelos algozes.

Nesse texto, o jornalista afirmava que “é a primeira vez que o público brasileiro tomará contato com narrativas desse tipo escritas diretamente em português, já que muitas histórias do gênero nos têm chegado através de traduções”.³⁶² Em agosto, o mesmo argumento foi reiterado em nova nota: “É a primeira vez que uma obra dessa natureza aparece diretamente em português, e já se cogita de sua tradução alemã”.³⁶³

A observação, embora factualmente imprecisa, uma vez que ignorava a obra anterior de Sammy Pulver, é reveladora do modo como o livro foi posicionado no espaço cultural brasileiro: como um acontecimento editorial inédito, capaz de aproximar o leitor nacional do Holocausto sem a mediação de traduções estrangeiras. A repetição dessa fórmula indica que as Edições Bloch, através dos meios de divulgação, mobilizavam deliberadamente o ineditismo linguístico e nacional do testemunho como estratégia de legitimação. *Inferno em Sobibor* não era apresentado apenas como um livro sobre os campos de extermínio, mas como o primeiro relato dessa experiência escrito no Brasil, em português, por alguém que a havia vivido, o que reforçava seu valor simbólico, moral e político no contexto da presença de criminosos nazistas ainda impunes no país. Porém, também evidencia a circulação restrita que a obra de Pulver obteve na mesma década.

É preciso, contudo, relativizar esse discurso de ineditismo difundido pela imprensa. Embora *Inferno em Sobibor* tenha sido publicado originalmente em português, ele não foi escrito nessa língua. O texto resultou de um processo de tradução e mediação linguística conduzido fora da equipe editorial da Bloch, a partir do próprio esforço de Szmajzner para tornar seu testemunho publicável no Brasil. O próprio autor deixou isso explícito na nota de agradecimento do livro, ao registrar: “Agradeço a ajuda que recebi de João Alberto Magalhães Borges para o relato em português das minhas terríveis

³⁶¹ PANORAMA DAS LETRAS. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 11 jul. 1968. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/03001508/118358>. Acesso em: 28 jul. 2023.

³⁶² *Ibidem*.

³⁶³ Não encontramos nenhuma outra indicação que aborda o objetivo de traduzir a obra para o alemão, além do uso para tribunais. Cf. DEPOIMENTOS: Inferno de Sobibor. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 ago. 1968. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_08/120243. Acesso em: 28 jul. 2023.

aventuras”.³⁶⁴ Após essa etapa, o manuscrito ainda passou a ser reescrito, um processo realizado e dirigido pela editora que, no entanto, foi propositalmente apagado dos materiais de divulgação.

Assim, ainda que os jornalistas possam ter cometido um erro factual ao falar em uma obra “escrita diretamente em português”, a omissão desse percurso de tradução e adaptação não parece casual. Ao contrário, tudo indica que a equipe de divulgação preferiu silenciar essa mediação para reforçar a ideia de um testemunho imediato, espontâneo e nacional, capaz de produzir maior impacto simbólico. Ao apresentar o livro como um relato que emergia diretamente da experiência de um sobrevivente radicado no Brasil, a Bloch construía a imagem de uma obra ao mesmo tempo autêntica e inédita no espaço cultural brasileiro.³⁶⁵

Com o eminente fim do julgamento em Düsseldorf, que durou entre 13 de maio e 22 de dezembro de 1970, a Bloch, com cerca de dois anos após a publicação de *Inferno em Sobibor*, lançou uma peça de anúncio que foi publicada na revista *Manchete*, com o seguinte título “Este livro vai condenar um homem”.³⁶⁶ No primeiro mês do ano seguinte, após a condenação de Stangl decretada, o segundo anúncio proclama: “Este livro condenou um homem à prisão perpétua”.³⁶⁷

³⁶⁴ SZMAJZNER, 1968, p. 7.

³⁶⁵ AS ÚLTIMAS NOVIDADES DE EDIÇÕES BLOCH TRÊS GRANDES ROMANCES E UMA HISTÓRIA REAL, 1968.

³⁶⁶ ÊSTE LIVRO VAI CONDENAR UM HOMEM. *Manchete*. Rio de Janeiro, 19 dez. 1970. p. 104. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/110541>. Acesso em: 12 jan. 2026.

³⁶⁷ ÊSTE LIVRO CONDENOU UM HOMEM À PRISÃO PERPÉTUA. *Manchete*. Rio de Janeiro, 19 dez. 1970. p. 134. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/111980>. Acesso em: 12 jan. 2026.

Figura 10: Anúncio do livro *Inferno em Sobibor*. "Este livro vai condenar um homem"



Figura 11: Anúncio do livro *Inferno em Sobibor*. "Este livro condenou um homem à prisão perpétua"



Fonte: ÊSTE LIVRO VAI CONDENAR UM HOMEM. *Manchete*. Rio de Janeiro, 19 dez. 1970. p. 104; ÊSTE LIVRO CONDENOU UM HOMEM À PRISÃO PERPÉTUA. *Manchete*. Rio de Janeiro, 19 dez. 1970. p. 134

Os dois anúncios publicados pela *Manchete*, um durante o julgamento de Stangl e outro logo após sua condenação, funcionam como capítulos sucessivos de uma mesma narrativa sobre o poder da palavra de Stanislaw Szmaizner e de seu livro *Inferno em Sobibor*. No primeiro, ao proclamar “Este livro vai condenar um homem”, a revista e a editora Bloch inscrevem-se no tempo da expectativa e da aposta, projetando o livro como uma força ativa que ainda iria produzir justiça, deslocando simbolicamente o centro da condenação do tribunal para a página impressa.

O verbo no futuro carrega a tensão do julgamento em curso e sugere que a verdade contida no testemunho do sobrevivente já estava pronta para se impor, mesmo antes da sentença. No segundo anúncio, após a condenação de Stangl à prisão perpétua, a frase se

transforma em “Este livro condenou um homem à prisão perpétua”, e a promessa torna-se fato: o livro passa a ser apresentado não apenas como relato, mas como agente histórico, quase como se tivesse sido ele próprio quem proferiu o veredicto.³⁶⁸ Nesse movimento, a justiça judicial é reabsorvida pela justiça narrativa, e o tribunal aparece como a instância que apenas confirma aquilo que a memória de Szmajzner já havia revelado. Assim, a *Manchete* e a Bloch constroem uma dramaturgia em dois atos – a primeiro a expectativa, depois a consagração –, na qual o sobrevivente, o livro e a condenação de Stangl se fundem numa única engrenagem simbólica, transformando *Inferno em Sobibor* em mais do que um objeto editorial: em uma arma contra a impunidade e em prova viva de que a memória escrita podia produzir justiça.

3.5. O livro-prova: “Eu vi Stangl atirar para matar”

Diferente de *Treblinka*, a obra de Szmajzner não pôde aproveitar editorialmente a janela do contexto de prisão e extradição de Stangl, fazendo outro caminho: o grupo Bloch explorou a construção judicial do processo de Stangl. Portanto, para a Edições Bloch não se tratava apenas de mostrar os crimes, mas de oferecer as provas, apresentar o depoimento. Enquanto o livro foi produzido, anunciado e repercutido através da imprensa, o Tribunal de Düsseldorf levantava um caso contra o carrasco de Sobibor e Treblinka durante o período de sua prisão até o início do julgamento (1967-1970).

No dia 20 de agosto de 1970, em um voo da Varig, Szmajzner e uma equipe de reportagem, composta pelo jornalista Flávio Costa e pelo fotógrafo Luiz Garrido, da sucursal em Paris, chegaram em Düsseldorf. Quando Stanislaw Szmajzner desembarcou em Düsseldorf, não o fez como um viajante comum nem como um escritor em turnê, mas como alguém, pela força de sua própria biografia, que iria ocupar, mais uma vez, o centro de um drama que começara décadas antes. A matéria da *Manchete* deixa claro que sua viagem não foi fruto de uma decisão pessoal: ele fora convocado pela justiça da Alemanha Ocidental, chamado a atravessar o Atlântico para testemunhar contra Franz Stangl, o antigo comandante de Sobibor e Treblinka. O sobrevivente voltava à Europa não para recordar, mas para confrontar:³⁶⁹

³⁶⁸ ÊSTE LIVRO CONDENOUM UM HOMEM, 1970.

³⁶⁹ COSTA; GARRIDO, 1970, p. 20-25.

Ele não aparece como militante, vingador ou caçador de nazistas, mas como uma peça insubstituível da engrenagem jurídica: um dos poucos homens ainda vivos capazes de olhar Stangl nos olhos e dizer, sob juramento, “eu o vi atirar para matar”. Seu corpo, sua memória e sua voz são apresentados como provas.

O acontecimento central que organiza a matéria é o depoimento público de Szmajzner sobre o funcionamento de Sobibor e sobre a atuação direta de Franz Stangl como comandante do campo. O título já antecipa o tom: “Eu vi Stangl atirar para matar” não é uma afirmação abstrata, mas a reivindicação de uma experiência ocular, corporal e traumática.³⁷¹ A reportagem parte desse testemunho para reconstruir os crimes cometidos em Sobibor, relacionando-os ao processo judicial em curso na Alemanha.

Os personagens que orbitam essa narrativa são cuidadosamente distribuídos para desempenhar o papel. O tribunal era uma grande sala, tipo auditório, com um total de cem lugares, porém, somente 16 pessoas estavam presentes. No meio da sala, estava Szmajzner e seu tradutor Gerhard Steinkamp. Stangl aparece sentado no banco dos réus, do lado esquerdo do tribunal, isolado, enquadrado como figura de culpa. As fotografias o mostram magro, rígido, vestido de terno escuro, com postura contida, quase burocrática. Não há nada de espetacular em sua aparência: é justamente isso que a matéria sublinha. Ele é mostrado como um homem comum, de terno, grisalho, com óculos, o que aumenta o contraste com os crimes narrados.

Figura 13: Fotografia – Stangl no Tribunal de Düsseldorf, 20 de agosto de 1970



Fonte: COSTA, Flávio; GARRIDO, Luiz. Eu vi Stangl atirar para matar. *Manchete*, Rio de Janeiro, 24 ago. 1970, p. 25

³⁷¹COSTA; GARRIDO, 1970, p. 21.

A fotografia de tribunal, com Stangl em pé ao lado do guarda, no banco do réu, o colocam no espaço da justiça. A esposa de Stangl, Theresa, e seus advogados entram em cena como figuras da negação e da relativização: procuram desqualificar o testemunho, minimizar os crimes, reconstruir a imagem de Stangl como um funcionário que “apenas cumpria ordens”, vítima da própria engrenagem nazista: “Na última fila, junto à parede, uma senhora de blusa azul-claro, chapéu azul-escuro e óculos também escuros”.

Figura 14: Fotografia – Theresa Stangl no julgamento de Franz Stangl em



Fonte: COSTA, Flávio; GARRIDO, Luiz. Eu vi Stangl atirar para matar. *Manchete*, Rio de Janeiro, 24 ago. 1970, p. 22.

Após o primeiro intervalo do julgamento, o repórter foi conversar com Theresa:

- A senhora e seu marido sabiam o que se passava no campo?
- Nós sabíamos sim, mas meu marido era soldado, sabe? Ele ficava muito triste com tudo aquilo. De noite, nós chorávamos e rezávamos pedindo para tudo aquilo acabar. O senhor precisa acreditar em mim! Olhe meus olhos... e ela tirou os óculos com um gesto brusco, olhando-nos fixamente com uns olhos muito azuis, congestionados e cheios de lágrimas.³⁷²

O procurador-geral Alfred Spiess convidou Szmajzner para prestar seu depoimento diante do tribunal. O juiz disse: “ – Você está aqui para dizer a verdade, só a verdade. Seu nome? – Stanislaw Szmazjner [...]”.³⁷³ Assim inicia o testemunho jurídico, o sobrevivente respondia em português e Steinkamp traduzia para o alemão. Enquanto as primeiras perguntas eram feitas para identificar Szmajzner e sua relação com o acusado,

³⁷² COSTA; GARRIDO, 1970, p. 24.

³⁷³ *Ibidem*, 1970, p. 22.

Stangl assistia atentamente. Porém, a narrativa apresenta um momento de ruptura durante o depoimento, quando o sobrevivente narra o episódio da chegada em Sobibor:

Neste instante, Stangl inclinou-se um pouco mais para frente, como se estivesse tentando ouvir melhor. Stanislaw continuou seu relato:

– Não sabíamos o que eles iriam fazer e, de repente, muitos desses militares, entre os quais oficiais, começaram a atirar indiscriminadamente contra nós. Criou-se um pânico tremendo, e muitos caíram ao solo ferido e mortos. No dia seguinte, saberíamos quem comandava esses militares. Era Franz Stangl.³⁷⁴

A narrativa sugere que Stangl não escuta apenas um depoimento, mas algo que o atinge diretamente: a reencenação verbal de um crime do qual ele foi agente. O testemunho tem função de fornecer elementos para a formação do juízo a respeito do processo.³⁷⁵ O narrador dramatiza o confronto, colocando o carrasco em posição quase defensiva diante da memória que retorna. Quando Szmajzner começa a falar, ele não se limita a uma cena vaga de violência. Ele reconstrói o massacre organizado, dirigido. Oficiais estavam presentes. A violência era feita para produzir pânico, desorganização e submissão. E então vem a identificação que transforma o horror em acusação jurídica: “No dia seguinte, saberíamos quem comandava esses militares. Era Franz Stangl”. O juiz entra em cena não como um mero mediador, mas como alguém que testa a solidez da lembrança: “– Não tem nenhuma dúvida disto?” e Szmajzner responde sem hesitação: “– Nenhuma”.³⁷⁶

Essa troca revela uma das grandes tensões dos julgamentos do Holocausto: a disputa entre a fragilidade da memória e a exigência de certeza jurídica. Aqui, Szmajzner não vacila. Sua autoridade vem da repetição, da proximidade, da sobrevivência. Quando o juiz pergunta: “– Quem atirou?”, a resposta desloca o foco da culpa individual para o sistema: “– Quase todos atiraram. Queriam criar pânico e o conseguiram, logo à chegada”.³⁷⁷ Mas logo o tribunal retorna ao ponto crucial: Stangl. E então ocorre algo central na construção da credibilidade do testemunho, a descrição minuciosa do corpo e da roupa do carrasco. Szmajzner reforça a identificação: “Ele usava habitualmente aquele [sic] dólma branco, sempre impecável, e botas que brilhavam como um espelho. Muitas vezes, trazia nas mãos um pequeno rebenque”. Quando o juiz insiste: “– Mesmo com toda a confusão você pôde reconhecer que era Stangl?”, Szmajzner ancora sua memória não

³⁷⁴ COSTA; GARRIDO, 1970, p. 22.

³⁷⁵ ASMANN, Aleida. Quatro tipos fundamentais do ato testemunhal. In: VARGAS, Mariluci; CALDAS, Pedro; CORREIA, Silvia (Org.). *Testemunho e escrita da História: da Grande Guerra à pandemia da Covid-19*. São Paulo: Letra e Voz, 2023. p. 22.

³⁷⁶ COSTA; GARRIDO, *op.cit.*, p. 22.

³⁷⁷ *Ibidem*.

no instante isolado, mas na repetição: “– Sim, porque depois vi Stangl muitas vezes”.³⁷⁸ E quando chega a pergunta mais direta: “– E ele acertou alguém?”, Szmajzner responde com uma lógica implacável: “– Não posso dizer, mas de tão perto e com tanta gente à frente, era impossível não acertar”.³⁷⁹ o depoimento opera no limite entre a memória, o jurídico e o ético. Mesmo sem apontar uma vítima específica, ele afirma a inevitabilidade da morte. Stangl atirou para matar. A probabilidade estatística vira prova ética.

Depois o juiz altera a abordagem e entra no campo da visualização técnica do crime. A cena se transforma, literalmente, em um mapa do massacre. Quando o juiz pergunta: “– Onde estavam os militares?”, Szmajzner responde com uma precisão espacial que desmonta qualquer ideia de improviso: “– Estavam todos juntos, um pouco à frente dos que desciam dos vagões. Eles formavam uma espécie de semicírculo, para impedir que alguém escapasse correndo”.³⁸⁰ O tribunal então se desloca fisicamente. O magistrado não se contenta com palavras: “O juiz acenou com as mãos e chamou Stanislaw e Stangl, os promotores e advogados de defesa, bem como jurados e assistentes, para junto de sua mesa”.³⁸¹ Esse gesto transforma a sala de audiência em uma simulação da reconstrução do campo. A justiça alemã se aproxima, simbolicamente, do espaço do crime. A memória do sobrevivente passa a ser mediada por um instrumento técnico: o gráfico: “Pedi a Stanislaw que mostrasse, num gráfico, como estavam dispostos os prisioneiros e os militares”.³⁸²

Szmajzner deixa de ser apenas uma testemunha que trouxe um relato de sofrimento para acusar seu verdugo e se torna um cartógrafo do extermínio:

³⁷⁸ COSTA; GARRIDO, 1970, p. 22.

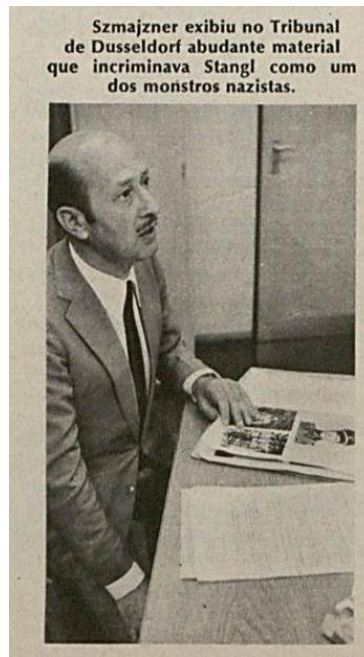
³⁷⁹ *Ibidem*, p. 23.

³⁸⁰ *Ibidem*.

³⁸¹ *Ibidem*.

³⁸² *Ibidem*.

Figura 15: Fotografia – Stanislaw Szmajzner sentado no banco da testemunha apresentando documentações e gráficos no Tribunal de Düsseldorf



Fonte: COSTA, Flávio; GARRIDO, Luiz. Eu vi Stangl atirar para matar. *Manchete*, Rio de Janeiro, 24 ago. 1970, p. 24

Ele não fala apenas do que sentiu, mas do que viu e entendeu estruturalmente: “Stanislaw levou um gráfico que já tinha pronto e deu as explicações necessárias”. O detalhe de que o gráfico “já estava pronto” indica que Szmajzner havia preparado sua memória para o tribunal. Sua lembrança não é espontânea, ela é trabalhada, organizada, preparada para convencer. Laboriosamente construída, sua memória é resultado do seu empenho que percorre desde sua sobrevivência em Sobibor em 1943, sendo posteriormente desenvolvida, polida e retrabalhada durante 1961 (Eichmann), 1966 (Kurt Bolender e Karl Frenzel), 1967 (prisão de Stangl), 1968 (*Inferno em Sobibor*) e agora em 1970 (julgamento de Stangl).

E então o repórter registra uma das cenas mais carregadas de simbolismo de todo o julgamento: “Stangl examinava o gráfico e ouvia atentamente as explicações da testemunha, inclinado sobre a mesa do juiz e com a mão direita na cintura. Estava bem no meio dos outros, a um metro ou menos, de Stanislaw”. O carrasco e o sobrevivente, separados por menos de um metro. O comandante do campo observa, em papel, o mesmo dispositivo que organizou em carne e sangue. A posição do corpo de Stangl, “mão na cintura”, inclinado, sugere tensão, controle, talvez o reflexo de um homem que ainda tenta sustentar autoridade diante de quem o denunciou.

Nesse enquadramento, Düsseldorf torna-se um palco invertido de Sobibor. Lá, Stangl comandava a morte; aqui, sentado diante do juiz, do procurador e dos guardas de Düsseldorf, é ele quem deve responder. Szmajzner, trazido de longe, ocupa o lugar oposto ao que ocupara no passado: não mais o prisioneiro observado pelo carrasco, mas o sobrevivente que observa, identifica e denuncia.

Depois de uma interrupção, o juiz voltou a interrogar a testemunha a respeito das joias que Stangl obrigava o jovem ourives a fazer com o ouro tirado à força dos judeus assassinados em Sobibor: “– O ouro era trazido pessoalmente por Stangl? – Sim, por Stangl e pelos outros. Eu fazia jóias para outros também.” Em seguida, passou a perguntar sobre os fuzilamentos no campo:

– Viu algum fuzilamento? – Sim, todos nós víamos. – Foi quando Stangl comandava? Não sei, é difícil dizer... – Em sua declaração anterior, feita há dois anos, você dizia que não tinha lembrança de nenhum fuzilamento. – Sim, eu disse que não tinha lembrança de nenhum fuzilamento na época de Stangl; como agora digo que não sei se foi na época dele.³⁸³

Após essa declaração, o advogado de defesa se levanta e apresenta diante da testemunha e do juiz alguns papéis. Em seguida, Szmajzner reflete: “Como eu disse, estou confuso quanto a esta parte do fuzilamento, porque não posso dizer se foi na época de Stangl ou não”. O que o advogado responde: “No seu livro você citou Stangl”.³⁸⁴ Em sequência, a defesa do carrasco pede que a testemunha faça a leitura da passagem de *Inferno em Sobibor*, sobre a chegada dos trens e o fuzilamento comandado por Stangl, que foi realizada prontamente pelo sobrevivente. Enquanto isso ocorre, “O juiz folheia um exemplar de *Inferno em Sobibor*”.³⁸⁵ Todos os trechos foram lidos por Szmajzner em alemão, que havia sido traduzido com o propósito de uso no tribunal por Steinkamp. Em seguida, o julgamento é interrompido.

Apesar de Szmajzner ter se preparado, a impossibilidade de ratificar aquilo que escreveu impõe limites à representação do passado pelo sobrevivente. A “confusão” em relação ao episódio do fuzilamento, por exemplo, ilustra a complexidade dos mecanismos mnemônicos, oscilando entre o lembrar e o esquecer. A experiência traumática, por sua vez, impõe obstáculos à apreensão do passado faltante, criando um desnível entre a escrita e a oralidade. As diferenças entre o livro e o depoimento no tribunal se revelam

³⁸³ COSTA; GARRIDO, 1970, p. 24.

³⁸⁴ *Ibidem.*

³⁸⁵ *Ibidem.*

problemáticas no julgamento, ressaltando a falibilidade da memória humana, "um instrumento maravilhoso, mas falaz", como escreveu Primo Levi.³⁸⁶ Contudo, a análise de Flávio Costa não se detém nessas nuances, ignorando o debate sobre a representação do passado e concentrando-se em outros aspectos do caso.

Posteriormente, Szmajzner mencionou que ficou surpreso pelo tribunal dedicar tanto tempo em um aspecto que considerava menor, isto é, o ato de Stangl matar com as próprias mãos. Para ele, o comandante de Sobibor deveria ser avaliado não pelo que fez em circunstâncias isoladas, mas pelo que era, um nazista, um arquiteto do extermínio.³⁸⁷ Depois da pausa, deu-se prosseguimento ao julgamento.

No entanto, a reportagem realiza um corte narrativo. A partir do uso do relato, o jornalista criou desvios para exibir como a narrativa de *Inferno de Sobibor* entrou em cena e, atenuando o limite representativo da memória, ressaltou a singularidade do livro. Para Costa e para o olhar que registra as fotos, o livro é o objeto/testemunho de acusação: "O juiz folheia um exemplar de *Inferno em Sobibor* (todos haviam pedido exemplares a Stanislaw, que levara dez), o promotor também. O advogado indica a página para Stanislaw ler. Ele lê o trecho [...]".³⁸⁸

³⁸⁶ LEVI, Primo. *Os afogados e os sobreviventes*. Tradução Luiz Sérgio Henriques, 3. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016, p.17.

³⁸⁷ SERENY, 1983, p. 124.

³⁸⁸ COSTA; GARRIDO, 1970, p. 24. Os parênteses são nossos.

Figura 16: Fotografia – A testemunha Stanislaw Szmajzner e o diplomata Rio Branco Nabuco Gouveia, junto ao funcionário do consulado Gerhard Steinkamp, no Tribunal de Düsseldorf



Fonte: COSTA, Flávio; GARRIDO, Luiz. Eu vi Stangl atirar para matar. *Manchete*, Rio de Janeiro, 24 ago. 1970, p. 23

Enquanto o juiz e outros folheiam de maneira interessada o livro, o advogado de defesa usa os trechos da obra para revelar a contradição entre o depoimento do julgamento e a obra. Contudo, esse ato, que parece desqualificar o objeto em questão, o revitaliza e o torna o centro da discussão do promotor, do juiz, do advogado, da testemunha e, não menos importante, do réu:

O juiz quis saber se o livro estava traduzido em alemão. Não estava. Então o promotor informou que ele seria traduzido para fins judiciários, naquele e em outro processo. Exemplares do livro começaram a passar de mão em mão. O promotor disse que aquele livro deveria ser publicado na Alemanha. Vários outros trechos foram lidos em alemão por Steinkamp. O juiz fez novo intervalo e houve burburinho, logo aproveitado pelo fotógrafo para fazer uma série de instantâneos dentro do tribunal. Súbito, Stanislaw pega um exemplar de seu livro e, pedindo licença ao juiz e ao promotor, se aproxima de Stangl, que conversava com seu advogado, lá atrás. Stangl encarou Stanislaw meio surpreso, e este lhe disse em alemão: “Tome e leia os crimes que você praticou”.³⁸⁹

³⁸⁹ COSTA; GARRIDO, 1970, p. 24.

O jornalista ressalta a curiosidade do juiz, valoriza a importância da obra como prova autêntica dos tribunais e afirma que ele “seria traduzido para fins judiciários”, apesar de ter dito na coluna anterior que os exemplares tinham sido entregues. O redator cria repetições narrativas que evidenciam a relevância do livro, reforçando novamente que “exemplares do livro começaram a passar de mão em mão”.³⁹⁰

Por meio da narrativa do jornalista, em “duas horas e tanto de depoimento, quase três”, *Inferno em Sobibor* criou um efeito que encurta o tempo em alguns espaços, muda os acontecimentos de lugar e os repete, semelhante a uma cena de videocassete que pode ser interrompida e reiniciada, como representado pelos instantâneos que registram o “burburinho” que ocorre antes mesmo do ato que gera tal efeito, isto é, a entrega do livro ao carrasco pelas mãos de Stanislaw.

Para além do acontecimento do julgamento, o que torna inquietante é o modo como o repórter Flávio Costa e o fotógrafo Luís Garrido criaram uma atmosfera de unicidade do livro diante do tribunal. Desse modo, fizeram da testemunha de acusação um portador do livro *Inferno de Sobibor*:³⁹¹

Figura 17: Reportagem – Eu vi Stangl atirar para matar



Fonte: COSTA, Flávio; GARRIDO, Luiz. Eu vi Stangl atirar para matar. *Manchete*, Rio de Janeiro, 24 ago. 1970, p. 20-21

A imagem registra o instante que estampou as duas primeiras páginas da matéria e construiu o tema que sustentou o texto do jornalista. Na foto, observamos cinco homens, entre eles, a testemunha, vestida de terno claro, com o braço estendido projetado

³⁹⁰ *Ibidem*.

³⁹¹ *Ibidem*.

à direita com o livro em mãos. Enquanto os homens à esquerda se juntam quase encobrendo (ou se equiparando a) Szmajzner, a obra se localiza no único espaço vazio, distinta, separada e direcionada ao alvo do julgamento, o ex-comandante-chefe de Sobibor, Franz Stangl.

Apesar da excepcionalidade do livro, o protagonismo volta-se não para ele, mas para a narração. Até o momento, Szmajzner falava em português e tudo era traduzido pelo intérprete, porém, ao entregar o livro nas mãos do carrasco, o ex-ourives de Sobibor começa a falar em alemão:

– Êste [sic] livro não é fantasia. Foi escrito para dar conhecimento de fatos que eu presenciei, e que não poderiam ser escondidos. Não foi escrito para o processo de Stangl ou qualquer outro. Descrevi tudo o que se passou em Sobibor e eu só tinha em mente uma coisa: relatar a verdade, do a quem doer.

E então aconteceu uma coisa extraordinária. Stanislaw Szmajzner cresceu dentro do tribunal, todos olhando-o com grande admiração, não só porque êle [sic] de repente se revelava perfeito conhecedor da língua alemã, como ainda porque fazia uma veemente defesa de seu livro. O próprio Stangl levantou dois dedos em direção ao juiz, pedindo para falar:

– Eu bem me lembro dêsse [sic] menino que trabalhava em jóias [sic] em Sobibor. Êle era tão pequeno e trabalhava tão bem. Eu realmente ficava horas olhando-o fazer o seu serviço. E eu o quis preservar, porque era novo e trabalhava em jóias. Ninguém lhe fêz [sic] mal algum, e todos eram bons com êle.³⁹²

O contraste entre as falas é eloquente. Enquanto Szmajzner reivindica a escrita como ato de verdade, Stangl tenta reconfigurar as lembranças, deslocando a violência estrutural do campo para uma narrativa de suposta benevolência. A autoridade do testemunho não reside na precisão técnica de uma peça processual, mas na legitimidade de quem esteve ali e sobreviveu. Sua memória emerge das operações complexas do lembrar e do esquecer, próprias da experiência traumática, e não de um cálculo jurídico prévio. Nesse contexto, a verdade expressa pela testemunha que viu, viveu e sobreviveu torna-se mais significativa do que a acurácia documental.³⁹³

Em seguida, Szmajzner prestou mais alguns esclarecimentos e a sessão do tribunal foi suspensa. O juiz e os jurados se retiraram, voltando minutos depois. Em seguida, o magistrado pede ao sobrevivente para fazer o juramento, o que o intérprete explica que somente é realizado quando o testemunho é considerado válido para o tribunal. Por fim, o depoimento foi considerado aceito para o processo e a sessão foi suspensa.

³⁹² COSTA; GARRIDO, 1970, p. 24-25.

³⁹³ ASMANN, 2023, p. 29-30.

Em seguida, os jornalistas apuraram o ocorrido com o procurador-geral, que confirmou: “O juiz achou que o depoimento de Szmajzner foi muito bom e valioso para o processo”.³⁹⁴ Apesar de o jornalista e o fotógrafo se utilizarem da força testemunhal de Szmajzner para promover o livro, isso não compromete a acuidade de seu material. Entre as 16 pessoas que lá estavam no tribunal, outra pessoa confirma o impacto do depoimento de Szmajzner para o tribunal e para aqueles que assistiam a ele. Tratava-se de Gitta Sereny, que realizava a cobertura do julgamento para o *Daily Telegraph*. Assim como foi registrado pelos repórteres da *Manchete*, Sereny confirma o impacto da figura de Szmajzner dentro do tribunal e o valor de seu testemunho para a condenação de Stangl:

De todos os sobreviventes de Treblinka e Sobibor que foram trazidos à Alemanha pela acusação (ou defesa) para depor no julgamento de Stangl, talvez o único que Stangl realmente identificou – de quem se lembrava claramente como indivíduo e cujo depoimento, como me disse, o “magoou profundamente” – foi Stanislaw Szmajzner, assim como os Stangl, um imigrante no Brasil. Stangl parecia quase sentir que Szmajzner o havia traído.³⁹⁵

No clímax da reportagem e do julgamento, o próprio carrasco assegura a memória da acusação: “Eu bem me lembro dêsse [sic] menino”. O efeito narrativo do seu testemunho levou o verdugo a reviver o passado, não era o “[...] homem magro e precocemente calvo, de meia estatura, rosto vermelho e tisonado pelo sol, pequeno bigode ruivo”³⁹⁶ que o acusou, mas o “menino que trabalhava em jóias [sic] em Sobibor. Êle era tão pequeno e trabalhava tão bem”. A fala de Stangl é uma tentativa clássica de autonarrativa exculpatória. Ele se apresenta como protetor, quase como uma figura paternal. Mas o que essa fala realmente faz é confirmar o núcleo da acusação: ele conhecia Szmajzner, lembrava-se dele, observava seu trabalho de perto.

³⁹⁴ COSTA; GARRIDO, 1970, p. 25.

³⁹⁵ SERENY, 1983, p. 119.

³⁹⁶ COSTA; GARRIDO, *op. cit.*, p. 21.

4. A caçada de Gustav Franz Wagner e o novo projeto editorial de *Inferno em Sobibor* (1978-1979)

No julgamento do comandante de Sobibor em Düsseldorf, Stangl acabou revelando uma informação intrigante: outro nazista vivia tranquilamente no Brasil. Gustav Franz Wagner, seu subordinado que fugiu para o território brasileiro junto com ele, vivia em uma localização então desconhecida. Quem confidenciou essa notícia para Szmajzner foi Sereny, que registrou esse momento em entrevista:

“É o pior, o choque mais terrível que você poderia ter me dado”, disse ele. “Aquele homem. Aqui no Brasil. Pensar que agora estou respirando o mesmo ar que ele... me sinto terrivelmente mal... Não saberia como descrever o quão terrível... verdadeiramente terrível ele era. Stangl... ele é bom em comparação, muito bom. Mas Wagner... ele deveria estar morto...”³⁹⁷

Szmajzner teve uma reação oposta à maneira como atuou em todo o processo contra o comandante de Sobibor. A inesperada presença de seu maior algoz fez com que ele transbordasse emoções intensas, em um momento catártico. Por reviver esse episódio e o passado por trás dele, o sobrevivente clamou pelo auxílio de Sereny para encontrar o verdugo:

Ele me implorou para descobrir onde Wagner estava, porque, repetia constantemente, "eu preciso fazer alguma coisa". Levei quase o dia todo, entre idas e vindas, para acalmá-lo e convencê-lo de que a vingança não deveria ser sua.³⁹⁸

No entanto, por um tempo, nada mudou, seu livro teve o último anúncio em 1971 e não recebeu uma segunda edição. Porém, como Wagner chegou ao Brasil?

Nascido em 18 de julho de 1911, em Viena, Áustria, Wagner trilhou o caminho sombrio do radicalismo desde cedo. Antes de chegar aos campos de extermínio, frequentou o que pode ser chamado de "escola de assassinato" do Terceiro Reich: o Programa T4. Lá, ele se especializou no assassinato de doentes mentais e pessoas com deficiência em instituições como Hadamar e Hartheim, essa última comandada por Stangl. Escolhido por Stangl para acompanhá-lo em Sobibor, seu histórico de

³⁹⁷ SERENY, 1983, p. 130.

³⁹⁸ *Ibidem*.

desumanização sistemática certamente o qualificou para o papel, em que matar se tornaria uma rotina burocrática.³⁹⁹

Wagner chegou a Sobibor no final de abril de 1942, onde assumiu o cargo de sargento-ajudante (*Lagerspieß*), tornando-se o responsável pelo funcionamento diário do campo e pela disciplina dos prisioneiros. Sua figura era imponente: alto, loiro e de porte robusto, o que lhe rendeu o apelido de *Welfel* (Lobo) entre os prisioneiros. No entanto, por trás da aparência de "ariano puro", escondia-se uma brutalidade que ultrapassava as ordens recebidas. Ele estava frequentemente na rampa durante a chegada dos trens, selecionando quem trabalharia e quem morreria imediatamente.

Sobreviventes relataram para o historiador-sobrevivente Jules Schelvis que ele chegava a arrancar bebês dos braços das mães e despedaçá-los com as próprias mãos. Matou dois homens com um rifle apenas porque não entenderam suas ordens em alemão. Em outra ocasião, espancou um jovem chamado Abraham até a morte por ter adormecido de exaustão e não ter se levantado rapidamente à sua chamada. No dia de Yom Kippur, forçou prisioneiros a comer pão, rindo alto enquanto profanava a fé das vítimas.⁴⁰⁰ Ele forçava Szmajzner a fazer anéis de ouro e plaquetas de prata para seu chicote, usando ouro extraído dos dentes das vítimas. Quase levou Szmajzner para a câmara de gás quando descobriu que outro oficial nazista sabia do trabalho secreto. Por sua "dedicação", Wagner foi promovido a *SS-Oberscharführer* após a visita de Himmler ao campo em fevereiro de 1943. O destino dos prisioneiros de Sobibor mudou em 14 de outubro de 1943, com a revolta do campo.⁴⁰¹

Wagner retornou após o levante para supervisionar a liquidação final. Ele foi um dos carrascos que executaram os últimos prisioneiros judeus (trazidos de Treblinka), que foram forçados a desmantelar o campo e apagar os vestígios dos crimes.⁴⁰² Com o colapso da guerra, fugiu da Alemanha junto com Stangl para Damasco. Foi julgado e condenado à morte em Nuremberg *in absentia*, em 1946. Posteriormente, chegou ao Brasil em 1952, usando seus documentos e nome verdadeiro.⁴⁰³

³⁹⁹ SCHELVIS, Jules. *Sobibor: a history of a Nazi death camp*. London: Bloomsbury Academic, 2007, p. 313.

⁴⁰⁰ *Ibidem*.

⁴⁰¹ *Ibidem*.

⁴⁰² *Ibidem*.

⁴⁰³ GUTERMAN, 2022, p. 150.

4.1. A emboscada jornalística: o estratagema de Wiesenthal e a revelação da “Besta de Sobibor” em *Inferno em Sobibor*

O verdugo teria sido encontrado em uma reunião de entusiastas do nazismo ocorrida em um hotel no interior do Rio de Janeiro.

No ano de 1978, o *Jornal do Brasil* publicou uma série de matérias sobre um círculo de nazistas que se reuniram no Hotel Tyll, em Itatiaia (RJ). O encontro organizado por grupos neonazistas da Alemanha, do Brasil, da Inglaterra e da Argentina havia começado na quinta, 20 de abril, em um sítio a 70 quilômetros de Itatiaia. A programação contava com uma lista de entretenimento extensa, incluindo piqueniques, exposição de livros e exibição de filmes, porém, a reunião teve um final inesperado, devido à sua interrupção pela polícia, que chegou às 18 horas do sábado, 22 de abril de 1978.⁴⁰⁴

Antes da interrupção, a imprensa havia sido informada da reunião pelos policiais, que disseram ter recebido um telefonema anônimo denunciando “uma reunião de comunistas”. Os jornalistas decidiram fazer uma visita e encontraram uma festa comemorativa aos 90 anos de Hitler. Segundo a equipe do *Jornal do Brasil*, atravessando a sala de recepção, eles se depararam com *souvenirs* de louça nazista, folhetos e livros sobre Hitler e de longe ouviram entoações de canções típicas alemãs. Com a chegada da polícia, enquanto o grupo de entusiastas nazistas foi isolado em uma sala, no térreo, começaram as buscas nos quartos dos convidados, no andar de cima.⁴⁰⁵

Adolf Krall, industrial de São Paulo que residia em Bariloche, tinha sua bagagem revistada, quando um policial encontrou uma arma. O policial pediu para que a arma fosse desarmada e foi isso que Krall fez, porém, acrescentou: “Quero avisar a você (sorrindo) que não adianta fazer nada contra mim porque sou informante do DOPS. Se quiser confirmar, pode telefonar (dá o número) para o chefe do Serviço Secreto, Roberto Quass”.⁴⁰⁶ No desenrolar de uma conversa, Krall foi perguntado sobre Hitler, respondendo que:

⁴⁰⁴ SILVEIRA, Emília; BRITO, Cyntia. Nazismo como nos velhos tempos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 abr. 1978. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_09/123770. Acesso em: 22 mar. 2023.

⁴⁰⁵ *Ibidem*.

⁴⁰⁶ *Ibidem*.

Simpatizo e respeito Hitler. Ele foi um homem que deu trabalho a 6 milhões de desempregados. Combateu 6 milhões de comunistas. Hitler, no seu tempo, foi quem pensou no povo. Também sou simpatizante do atual Governo brasileiro. Custe o que custar eles têm que ficar.⁴⁰⁷

A investida dos policiais ao Hotel Tyll desvela uma série de elementos curiosos: a partir de uma denúncia de comunismo, encontra-se uma reunião de entusiastas do nazismo; um de seus participantes, Krall, faz comparações entre o “combate” praticado pelo Partido Nazista e a necessidade de defender um governo ditatorial como o brasileiro. A forma de perceber e ordenar o passado aproxima o nazismo e a ditadura através de afinidades seletivas, ou seja, o combate aos comunistas e o desemprego colocariam os dois regimes lado a lado. Assim, a partir dessa ótica, o combate ao nazismo não teria sido contra seis milhões de judeus, exterminados por serem judeus, mas sim contra os “comunistas”. Nesses termos, Krall utiliza a ideia da perseguição a um inimigo comum como meio para relacionar Hitler e o governo brasileiro, enfileirando o Partido Nazista e o regime ditatorial brasileiro como sujeitos de uma mesma luta contra o comunismo.

No dia 26 de maio de 1978, o jornalista e correspondente internacional Mário Chimanovich escreveu uma matéria intitulada: “Este Nazista é um criminoso de guerra”, no *Jornal do Brasil*. O artigo se iniciou revelando uma grande descoberta: “Fantástico... É ele... Não há dúvidas. Apesar dos anos, os traços isonômicos são os mesmos”,⁴⁰⁸ dizia, em Viena, Simon Wiesenthal, sobrevivente dos campos de concentração que se tornou famoso por dedicar sua vida à caçada dos nazistas. O correspondente, que havia se deslocado até Viena, descreve a façanha do caçador de nazistas Wiesenthal, que, em posse de um dossiê de Treblinka e Sobibor, redigido na ocasião dos julgamentos no Tribunal de Justiça de Dusseldorf, conseguiu confirmar a identidade de Wagner como o homem que se confraternizava no círculo nazista do Hotel Tyll.⁴⁰⁹

Na página seguinte, além de trazer essa notícia, Chimanovich apresentou uma série de outros documentos, como fotos dos sujeitos que lá estavam no Hotel Tyll, em Itatiaia, e folders com listas de livros antissemitas oferecidos aos participantes da reunião. Em um desses livros, era possível ler a seguinte recomendação: “Não faça compras em

⁴⁰⁷ SILVEIRA, 1978.

⁴⁰⁸ ESTE NAZISTA É UM CRIMINOSO DE GUERRA. *Jornal do Brasil*: Caderno B, Rio de Janeiro, p. 1, 26 maio 1978. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_09/125953. Acesso em: 14 abr. 2023.

⁴⁰⁹ CHIMANOVITCH, Mário. Wiesenthal, um homem que jamais esquecerá. *Jornal do Brasil*: Caderno B, Rio de Janeiro, 26 maio 1978, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_09/125956. Acesso em: 4 abr. 2023.

judeus! Os judeus são nossa desgraça”⁴¹⁰. Seguindo a matéria, abaixo das fotos encontra-se uma entrevista com Abraham Manela, um sobrevivente de Treblinka, que, após a Segunda Guerra, mudou-se para o Brasil. Em seguida, há um trecho de *Treblinka*, de Jean François Steiner, livro que foi novamente publicado, por uma nova editora, a Círculo do Livro, em 1973.⁴¹¹

Porém, essa narrativa de Wagner no Hotel Tyll foi parcialmente inventada, quer dizer, entre essas três páginas de matéria, existem informações encobertas e outras falsas. Wiesenthal já tinha a informação de que o verdugo de Sobibor estava em São Paulo; no entanto, não sabia exatamente como encontrá-lo e foi com o propósito de descobrir o paradeiro do “verdadeiro Wagner” que ele se reuniu com Chimanovich. No encontro entre eles, o jornalista se lembrou da matéria do Hotel Tyll e sugeriu que Wiesenthal identificasse nas fotografias um dos homens como o carrasco, para forçar Wagner a cometer algum erro que permitisse identificar a sua localização. Toda essa estratégia foi confessada anos mais tarde, em uma entrevista ao pesquisador Felipe Abal.⁴¹²

Com efeito, há outras fontes e documentos que confirmam a “armação”. Posteriormente, a prisão do verdadeiro Wagner iria ocorrer no dia 31 de maio. O advogado Idel Aronis – que trabalhava com a comunidade israelita havia 16 anos –, contratado pelo consulado israelense, esclareceu: “foi uma trama, a foto não é de Wagner. Ela serviu para se chegar à prisão do verdadeiro carrasco. E desse temos provas irrefutáveis”.⁴¹³

Antes disso, no dia 27 de maio, o jornal continuou trazendo novas informações, como uma entrevista com o dono do hotel, Adolfo Winkelmann, na qual ele negou que o nazista tivesse estado no encontro. E, por fim, em uma nota do jornal, noticiou-se que a

⁴¹⁰ ANIVERSÁRIO DE HITLER. *Jornal do Brasil*: Caderno B, Rio de Janeiro, 26 maio 1978, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_09/125957. Acesso em: 4 abr. 2023.

⁴¹¹ *Ibidem*.

⁴¹² ABAL, Felipe Cittolin. *Visitantes indesejados: os pedidos de extradição de Franz Stangl e Gustav Wagner em uma análise histórico jurídica*. 2012. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo (RS), 2012.

⁴¹³ *Ibidem*, p. 77-79; ALONSO, Adonis; FAVARETO, Jose Aldo; SANTOS, José Aparecido; BOCCIA, Rubens. O carrasco está preso. *Diário da Noite*. São Paulo. 31 maio 1978. p.20. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093351/74024>. Acesso em: 4 abr. 2023. Curiosamente, em entrevista em outra matéria, Idel havia negado poder dizer qualquer coisa a respeito da trama de Wiesenthal e Chimanovitch. Ele diz: “Não posso explicar por que Wiesenthal identificou um homem e foi encontrado outro.” *In*: FOTO NÃO É, MAS WAGNER É O HOMEM. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 31 maio 1978, p. 8. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_09/126286. Acesso em: 4 abr. 2023.

polícia marítima e aérea afirmava que Gustav Franz Wagner não teria autorização para sair do país.⁴¹⁴

Ainda nesse texto, sob o subtítulo “Besta Humana”, surge uma informação particularmente inquietante, não pelo que revela sobre Wagner, mas pelo modo como rapidamente a imprensa recorre à autoridade do reconhecimento por meio da testemunha. A matéria informa que, no dia anterior (26 de maio), Szmajzner havia sido entrevistado em Goiânia e já teria confirmado a identidade do acusado a partir de traços corporais específicos: “Ele mudou um pouco daqueles tempos para cá, mas conserva alguns traços inconfundíveis, como o ombro direito ligeiramente inclinado em relação ao esquerdo e o tamanho desproporcional dos braços”. Em seguida, complementa: “tudo que já se falou de Wagner é irrelevante diante do que ele realmente fez. Nada do que se falou sequer se aproxima do real. Tudo o que se disser dele ainda será pouco. Mas justiça será feita [...]”.⁴¹⁵

O caráter intrigante dessa passagem reside no fato de que a incriminação foi forjada e, de fato, o sujeito não era o carrasco de Sobibor. O comentário do sobrevivente se inscreve e valida a “fraude” produzida por Chimanovich e Wiesenthal. Não podemos afirmar que outros jornalistas envolvidos na cobertura dos jornais soubessem do estratagema, mas a verdade é que, naquelas últimas semanas, o caso recebia cada vez mais atenção e, com isso, destacava-se nas primeiras páginas de jornais importantes. Não duvidamos de que jornalistas de boa-fé possam ter sido enganados. Porém, podemos afirmar que Szmajzner foi iludido e, ainda que não fosse seu objetivo, foi envolvido no teatro para prender o subcomandante de Sobibor. O autor de *Inferno em Sobibor* afirmou, como se viu acima: “Ele mudou um pouco daqueles tempos para cá, mas conserva alguns traços inconfundíveis”.⁴¹⁶ Sua entrevista foi realizada para confirmar, primeiramente, aquilo que estava sendo dito nos jornais, transformando o que era visto em algo inconfundível. Assim, a imagem do assustado entusiasta nazista é manipulada por meio daquilo que é afirmado.

Ao participar do jogo de perseguição contra o falso Wagner, o sobrevivente, que fora vítima direta do algoz, se tornou uma peça na engrenagem; seu depoimento e sua capacidade de narrar o passado foram apropriadas pelos meios de comunicação. Porém,

⁴¹⁴ HOMEM DE TREBLINKA NÃO MORA ONDE POLÍCIA FOI PRENDÊ-LO. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 maio 1978. p. 16. Disponível em http://memoria.bn.gov.br/docreader/030015_09/125992. Acesso em: 6 jan. 2023.

⁴¹⁵ *Ibidem*.

⁴¹⁶ *Ibidem*.

a estratégia jornalística acabou por entrar em conflito com a realidade. No dia 28, na capa do *Jornal do Brasil*, uma matéria noticiava que o DOPS confirmava que o sujeito que havia comparecido ao Hotel Tyll havia fugido.⁴¹⁷ A documentação necessária para identificá-lo não tinha chegado de Israel e, ainda que o tivesse, de nada adiantaria, pois o nome e sua aparência não condiziam com a do sujeito fotografado na comemoração nazista. No entanto, tal fuga não foi objeto de destaque por parte dos jornais.⁴¹⁸

O comentário de Smazjner teve ressonância em outros veículos de imprensa. Naquele mesmo dia, encontramos, na primeira capa do jornal *O Globo*, a seguinte chamada: “Escritor confirma: Foto é de Wagner, nazista de Sobibor”.⁴¹⁹ No mesmo dia, na capa do Caderno B, do *Jornal do Brasil*, em título em caixa-alta se lê: “O monstro em ação”.⁴²⁰ Ao lado da manchete, podemos ver um retrato de Stanislaw Szmajzner:

Figura 18: Reportagem – Fotografia do "falso" Wagner ao lado de uma pilha de corpos retratando o campo de extermínio. Ao lado do título “O Monstro em Ação” encontra-se uma foto de Stanislaw Szmajzner

JORNAL DO BRASIL
Rio de Janeiro, 28 de maio de 1978

Helal FAZ POR MENOS

ESPECIALMENTE PARA OS NAMORADOS QUE
VÃO PRESENTAR NO DIA 12 DE JUNHO

Camcordera Hi-Fi
4810 1/2" automático
7 m. **150,00**
Ou a vista **740,00**

Amplificador Hi-Fi
2 partes - 7 m. **135,00**
Ou a vista **699,00**
3 partes - 7 m. **135,00**
Ou a vista **999,00**

Stereo Receiver Foryta
FM 100 - 1200
FM Stereo Wide 90
FM Stereo Wide 90
200 watt - 5 m.
3.429,00
Ou a vista

Radio da Cop
8 m. **72,00**
Ou a vista **390,00**

Radio Sanyo TR 600 of FM
7 m. **184,00**
Ou a vista **899,00**

Headphone
Hi-Fi - 5 m.
152,00
Ou a vista **630,00**

Radio Eletro de FM
7 m. **208,00**
Ou a vista **990,00**

TV Philips 12" (112")
12 m. **493,00**
Ou a vista **822,00**
Ou a vista **3.570,00**

Radio Sanyo 1.4 com
388 mod. - 4 m. **97,00**
Ou a vista **409,00**

Radio Motorola 6 P. - 6P91 62
7 m. **170,00**
Ou a vista **890,00**

de Baruer Hermes Baby
10 m. **382,00**
Ou a vista **2.490,00**

Relógio Timex - Com
cabo de relógio,
cabo de relógio,
Luminoso, 24 horas, 3 m.
110,00
Ou a vista de **240,00**
por **297,00**

Relógio Timex - Com
cabo de relógio,
cabo de relógio,
Luminoso, 24 horas, 3 m.
110,00
Ou a vista de **240,00**
por **297,00**

TOCOS OS RELÓGIOS TÊM GARANTIA DE 1 ANO.



O MONSTRO EM AÇÃO

Do livro *Informe em Sobibor* (Black Edition) escrito por Stanislaw Szmajzner, que durante um ano e meio conviveu com Gustav Franz Wagner no campo de concentração de Sobibor. Foto e texto por Stanislaw Szmajzner na sua publicação no JORNAL DO BRASIL, o ex-criminoso Gustav Franz Wagner

caderno
B

Stanislaw Szmajzner

Fonte: O MONSTRO EM AÇÃO. *Jornal do Brasil*: Caderno B. Rio de Janeiro, 28 maio 1978, p. 1

⁴¹⁷ DOPS ADMITE QUE HOMEM DE TREBLINKA FUGIU. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 1. 28 maio 1978. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/030015_09/126041. Acesso em: 6 jan. 2023.

⁴¹⁸ DOCUMENTOS SOBRE O HOMEM DE TREBLINKA CHEGAM HOJE. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 9. 28 maio 1978. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/030015_09/126049. Acesso em: 6 jan. 2023.

⁴¹⁹ ESCRITOR CONFIRMA: foto é de Wagner, nazista de Sobibor. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 1, 28 maio 1978. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 6 jan. 2023.

⁴²⁰ O MONSTRO EM AÇÃO. *Jornal do Brasil*: Caderno B. Rio de Janeiro, 28 maio 1978, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_09/126081. Acesso em: 6 jan. 2023.

A despeito de se terem passado 35 anos desde a experiência concentracionária e dez anos desde a primeira edição do livro, *Inferno em Sobibor* é utilizado para representar a imagem não do verdadeiro Wagner, mas, sim, do falso. A matéria resulta de um apanhado de diversos episódios diferentes nos quais Wagner havia sido mencionado na obra. Chimanovich e Wiesenthal criaram uma trama narrativa intrincada que envolveu o sobrevivente, suas memórias e a perseguição contra um falso Gustav Wagner. Alguns dos fragmentos escolhidos foram:

Gustav Wagner era um monstro de quase dois metros de altura. De compleição física avantajada, devia pesar mais de 100 quilos e possuía a força de um touro. Sua peculiaridade principal residia nos excessivamente longos braços [...]. Tinha também grave deformidade num dos ombros, com um deles bem mais curto que o outro. [...] Seu rosto assemelhava-se a uma caveira, talhada em granito [...].⁴²¹

Os jornalistas se utilizaram de *Inferno em Sobibor*, impondo-lhe uma nova *mise-en-scène*. Eles interessam-se pelo retrato de Wagner e assim fizeram uma nova decupagem no texto, que é recortado e organizado sob um novo ritmo de montagem. Se existiam furos, incoerências, conflitos entre as evidências, tudo podia ser rearranjado e corrigido. A face do verdugo foi modificada de acordo com os documentos selecionados; os trechos escolhidos, por mais que se afastassem das imagens registradas do falso Wagner, eram expressões que confirmavam o visto e o não visto, o que devia ser valorizado e ignorado. Assim, a obra da vítima “dizia e descrevia” com detalhes aquilo que se queria dizer e descrever. Um dia depois, mais imagens foram apresentadas como documentação incontestável que corroboraria o quadro já pintado.⁴²²

⁴²¹ O MONSTRO EM AÇÃO, 1978.

⁴²² ALEMANHA PEDIU AO BRASIL A EXTRADIÇÃO DE GUSTAV WAGNER. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 30 maio 1978, p. 23. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/030015_09/126244. Acesso em: 4 abr. 2023.

Figura 19: As duas primeiras fotos são de Hans Werner Schutte, identificado falsamente como Wagner no encontro de aniversário de Hitler, em Itatiaia. Abaixo, fotografia de Gustav Wagner encontrada na Delegacia de Estrangeiros de São Paulo



Fonte: ALEMANHA PEDIU AO BRASIL A EXTRADIÇÃO DE GUSTAV WAGNER. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 30 maio 1978, p. 23.

Segundo o princípio da reflexão da luz, um raio solar submetido a ângulos diferentes pode iluminar um objeto e sua imagem pode ser deformada. Do mesmo modo, o retrato assustado do falso Wagner (cujo nome verdadeiro era Hans Werner Schutte) e a figura da documentação verdadeira de Wagner, encontrada na Delegacia de Estrangeiros (SP), foram colocados lado a lado a fim de tornar evidentes, não suas diferenças, mas, sim, sua igualdade como receptáculos que confirmavam a interpretação promovida nos jornais.⁴²³

Se somente pode ser visto aquilo que antes pode ser pensado, a fotografia que comprovava a presença de Wagner no Brasil, que havia sido confirmada pelo testemunho do sobrevivente, depois se revela um verdadeiro ardil. O registro do “falso Wagner” é submetido a um filtro diferente, revelando traços que antes poderiam ser ignorados, de

⁴²³ KOTCHO, Ricardo. Casal que veio da Alemanha dá sua versão sobre Itatiaia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 3 jun. 1978, p. 9. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_09/126461. Acesso em: 12 abr. 2023.

maneira que, após essa reviravolta, suas diferenças são apagadas e a foto de um assustado suspeito é apresentada como o retrato do verdadeiro Wagner.

Às 15 horas do dia 30 de maio, o DOPS de São Paulo recebeu uma ligação. Era Gustav Franz Wagner, dizendo que houvera um equívoco a respeito dos acontecimentos em Sobibor e que ele pretendia se entregar para desfazer essa confusão. Foi marcado um encontro para que o carrasco se apresentasse, na rua Barão de Jaceguai, esquina com a rua Jesuíno Maciel, no bairro do Campo Belo, próximo do Brooklin. No dia seguinte, a imprensa já tinha conhecimento de que Wagner tinha se entregado. No horário do almoço, com autorização do delegado Romeu Tuma, ele entrou em sua sala e afirmou para os jornalistas “que nunca assistiu à morte de judeus, não viu qualquer tipo de extermínio em massa, não sabe da existência de câmeras de gás e, principalmente, que nunca matou nenhum judeu”.⁴²⁴ Foi assim que Wagner, pressionado pelas matérias e notícias a seu respeito, decidiu se entregar para a polícia, confirmando sua identidade como o “Wagner de Sobibor”.

Assim que ele se entregou, o duplo de Wagner foi descartado. Em manchete, o *Jornal do Brasil* esclareceu os enganos a respeito das “fotografias de Wagner”: “Foto não é, mas Wagner é o homem”.⁴²⁵ Contudo, a força dessa narrativa não pode ser negligenciada como um blefe qualquer, pois até mesmo agentes da inteligência repressiva foram confundidos. Apesar de Wagner ter se entregado e o advogado do consulado israelense ter confirmado toda a artimanha de Wiesenthal ao usar a foto “falsa”, Romeu Tuma acreditava que os dois sujeitos poderiam realmente existir e aquele que se apresentava não seria o Wagner procurado:

Os dois tem o mesmo nome, trabalharam na mesma época, no mesmo lugar: Sobibor. Os dois nasceram em Viena, na Áustria, e ingressaram na SS. Localizamos um, está aqui, já prestou depoimento. Agora falta o outro, que é o verdadeiro subcomandante daquele campo de extermínio. Estamos investigando para descobrir esse outro.⁴²⁶

Todas as informações coletadas confirmavam a identidade daquele que se apresentava na delegacia. No entanto, Tuma e seus agentes defendiam a tese de que o

⁴²⁴ ALONSO; FAVARETO; SANTOS; BOCCIA, 1978, p.20.

⁴²⁵ FOTO NÃO É, MAS WAGNER É O HOMEM, 1978, p. 8.

⁴²⁶ FOLHA DE SÃO PAULO. Preso, Gustav diz que não é o carrasco. *Folha de São Paulo*: Nacional. São Paulo, 31 maio 1978, p. 8. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=6597&keyword=%22Romeu+Tuma%22&anchor=4318597&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=fb71bdd8982ae6997d7309c6aba4781e>. Acessado em: 19 abr. 2025.

homem que se entregara era apenas um homônimo, inocente, que constituía família no Brasil e que não devia ser confundido com um assassino em massa.

Além de Tuma, dois personagens que estiveram na reunião no Hotel Tyll se manifestaram nos jornais. Suas entrevistas acompanharam as matérias de 1º de junho, em que Wagner era identificado por Szmajzner. Em uma delas, Emil Joachim Arand declarou: “Devem estar fazendo confusão de nomes. Pelo que vi na televisão, aquele homem nunca foi nazista”, ao que o correspondente do jornal acrescentou: “Arand acha que depois de 40 anos. tudo deveria ser esquecido e o assunto encerrado”.⁴²⁷ Em outra matéria, na página seguinte, acompanhada de uma foto de um sexagenário, o professor Johannes Hermann Gaiser, técnico em ótica e professor-adjunto da UFRJ, fornece mais detalhes sobre a reunião de Itatiaia:

Sou totalmente apolítico e vivo exclusivamente da minha profissão. Tenho um nome respeitável no setor e a política não me interessa. Acho que o nazismo está superado e se surgiu naquela época foi para combater o marxismo. Foi uma reação ao bolchevismo.⁴²⁸

Emil Arand e Johannes Gaiser têm posturas semelhantes, minimizando a gravidade dos crimes históricos, colocando em dúvida a identidade do verdadeiro Wagner e seletivamente defendendo o esquecimento das agruras do passado. Significativamente, silenciam sobre o fato de que estiveram no Hotel Tyll para celebrar junto a seus conterrâneos o pensamento nazista e seu grande líder.

A gestão seletiva entre o que lembrar e o que silenciar revelou-se funcional para o êxito da caçada a Gustav Wagner. Esse estratagema priorizou a prisão do nazista em detrimento de colaborações convencionais com a polícia, a imprensa ou outras vítimas. Contudo, uma vez alcançado o sucesso da captura, os debates sobre a legalidade do processo e as dúvidas sobre a identidade de Wagner ganharam espaço e somente foram ofuscados pelo impacto mediático da identificação feita por Szmajzner.

⁴²⁷ ALEMÃO RECONHECE QUEM NÃO É NAZISTA PELA TV. *Jornal do Brasil*: Nacional. Rio de Janeiro, 1 jun. 1978, p. 25. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=%22Stanislaw%20Szmajzner%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=126352. Acesso em: 4 abr. 2023.

⁴²⁸ PROFESSOR EXPLICA PRESENÇA COM LAZER. *Jornal do Brasil*: Nacional. Rio de Janeiro, 1 jun. 1978, p. 24. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=%22Stanislaw%20Szmajzner%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=126351. Acesso em: 20 abr. 2025.

Em 1º de junho, o *Jornal do Brasil* estampou em sua capa: “Franz Wagner é o homem de Sobibor”:⁴²⁹

Figura 20: Fotografia – Reconhecido por Stanislaw Szmajzner, Gustav Wagner confessou ser o homem de Sobibor

JORNAL DO BRASIL

Rio de Janeiro — Quinta-feira, 1º de junho de 1978 Ano LXXXVIII — Nº 54

MDB garante a Chagas Freitas Governo do Rio

A Convenção Nacional do MDB decidiu ontem, por 328 votos contra 40, que a seção fluminense poderá participar das eleições de Governador e Vice-Governador. Foi mantida, entretanto, a proibição para a disputa da vaga de senador sem eleição. O resultado garante o Governo do Estado para o Sr Chagas Freitas, já indicado candidato à Convenção.

Os convenionais optaram por um documento apresentado pelo Deputado Freitas Nobre (SP) e a decisão é extensível aos outros Diretórios, com direito agora a resolverem a conveniência de participar das indiretas. Para a decisão, os *chagistas* fizeram um acordo com os *autênticos*.

Segundo o acordo, referendado pelos *emeritistas*, o Diretório do Estado do Rio mostrará a candidatura do General Euler Bentes, se o MDB vier a apoiá-la. O documento que a Convenção aprovou não se referiu expressamente à Frente Nacional pela Redemocratização.

A Convenção, no entanto, demonstrou que o Partido está dividido em relação à Frente e vários oradores condenaram veementemente o Senador Magalhães Pinto e o General Euler Bentes, já lançados candidatos à Presidência da República. A maioria destes oradores frisou que o MDB não precisava “nem de pijama nem de banqueto”.

A única referência a grupamentos oposicionistas não vinculados do MDB foi discreta, sendo eles chamados de “forças eventualmente articuladas em torno do objetivo comum da volta ao estado de direito”. Os *autênticos*, pelo acordo terão *quórum* numa futura Convenção, para proporem, se for o caso, a adesão do Partido a movimen-



Reconhecido por Stanislaw Szmajzner (E), Gustav Franz Wagner confessou ser o homem de Sobibor

Favela carioca pode ter foco de febre suína

Dois meses de constatar que seus animais estavam atacados por uma doença — os outros em laboratório norte-americano confirmou ser febre aftosa — o dono do Sítio Floresta vendeu oito animais para moradores da favela Nova Brasília, no Rio, onde técnicos do Ministério da Agricultura sacrificaram uma porca, sob suspeita de contaminação.

Confirmada a contaminação — o laboratório da Universidade Rural dará seu diagnóstico amanhã — os 4

Franz Wagner é o homem de Sobibor

Reconhecido em dramática acaração com um polonês que sobreviveu ao campo de extermínio de Sobibor, Gustav Franz Wagner disse que espera a execução tranquilamente, se for condenado. Mas, como seu chefe Stangl e como todos os outros, ele disse que nunca matou ninguém.

Petrobrás cede todo o litoral a estrangeiros

A Petrobrás decidiu abrir toda a plataforma continental à exploração através de contratos de risco com companhias estrangeiras, pois concentrará suas disponibilidades financeiras e técnicas na exploração e produção da Bacia de Campos, no Estado do Rio de Janeiro.

A decisão considerou a exiguidade de recursos da Petrobrás para desenvolver convenientemente a região de Campos, tida como a mais promissora para produção de petróleo no país. No momento, examina-se a possibilidade

Fonte: FRANZ WAGNER É O HOMEM DE SOBIBOR. *Jornal do Brasil*: Nacional. Rio de Janeiro, 1 jun. 1978, p. 1

O escritor e depoente tornou-se o “identificador”, uma figura de autoridade no caso Wagner. Sobre ele, a matéria afirmava: “Residente em Goiânia, Goiás, o autor de *Inferno em Sobibor* veio a São Paulo ontem, à tarde, apenas para reconhecer o acusado e está disposto a ir à Alemanha quantas vezes for possível para testemunhar contra ele no processo”. Na sequência, explicava-se sobre ele: “[...] o homem que, em 1968, escreveu

⁴²⁹ FRANZ WAGNER É O HOMEM DE SOBIBOR. *Jornal do Brasil*: Nacional. Rio de Janeiro, 01 jun. 1978, p. 1. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=%22Stanislaw%20Szmajzner%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=126352. Acessado em: 4 abr. 2023.

(e a editora Bloch publicou) o *Inferno em Sobibor*, reconheceu imediatamente Gustav Franz Wagner, quando o viu e ouviu na televisão”.⁴³⁰

Nesse mesmo dia encontramos outras matérias em *O Globo*, *Folha de São Paulo* e *Jornal do Brasil* sobre o encontro de Szmajzner e Wagner, que foi descrito na íntegra.⁴³¹

Em uma sala cheia de repórteres, o verdugo falava calmamente, com um sotaque arrastado, e afirmava não ser o homem procurado pela polícia. Porém, esse clima se desfez quando da chegada do sobrevivente. Entrando na sala em que todos – jornalistas, agentes, o delegado e o nazista – se encontravam, Szmajzner disse, voltando-se para o carrasco com uma expressão austera: “Como vai, Gust?”. Gust era um apelido e a atenção de Gustav Wagner foi imediatamente fisgada, pois somente seus companheiros de SS o chamavam assim. Em seguida, o carrasco sorriu enquanto Szmajzner continuou a relembrar o momento em que se viram pela primeira vez: “Você vai se lembrar de mim, Gust. Eu sou aquele menino judeu que chegou no transporte e você separou para trabalhar com joias”. Diante dessas lembranças, então aquiesceu ao diálogo e confirmou reconhecer Szmajzner com uma frase apropriada para um carrasco que é desmascarado: “É. Eu salvei você”.⁴³²

Não satisfeito em dar fim à farsa de Gust, o sobrevivente exigiu que ele reconhecesse seus crimes: “Vocês mataram meu pai e minha irmã”, ao que o subcomandante de Sobibor respondeu: “Se eu não o tivesse separado, você não estaria aqui hoje”. E continuou, com tranquilidade: “Você não sabe o que fala”, “você está mentindo”. Antes de Wagner lhe dar as costas, Szmajzner, não satisfeito, subiu o tom gesticulando com firmeza frente a frente com ele: “Seja macho como nós fomos homens lá nos campos. Nós morremos lá nos campos. Agora diga o que você fez por lá”.⁴³³ Wagner limitou-se a balbuciar: “... minha vida já acabou mesmo” – ao que o sobrevivente

⁴³⁰ O DIA FELIZ DE STANISLAW SZMAJZNER. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1 jun. 1978, p. 25. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_09/126352. Acesso em: 4 abr. 2023. [itálico nosso.]

⁴³¹ WAGNER CONFESSA QUE É NAZISTA DE SOBIBOR. *O Globo*: O País. Rio de Janeiro, 1 jun. 1978, p. 11. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/resultado/?word=Gustav%20Wagner&decade=1970>. Acesso em: 19 abr. 2025; FLOSI, Edson. “Você separava os judeus a porretada...” *Folha de São Paulo*. São Paulo, 1 jun. 1978, p. 1. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=6598&keyword=%22Romeu+Tuma%22&anchor=4244587&origem=busca&originURL=&maxTouch=0>. Acessado em: 19 abr. 2025.

⁴³² WAGNER CONFESSA QUE É NAZISTA DE SOBIBOR. *Ibidem*, 1978, p. 11

⁴³³ SOBREVIVENTE REVÊ SEU CARRASCO DEPOIS DE 36 ANOS. *Jornal do Brasil*: Nacional. São Paulo: 1 jun. 1978, p. 25. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=%22Stanislaw%20Szmajzner%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=126352. Acesso em: 19 abr. 2025.

retrucou: “Você viveu 36 anos de presente? Ainda tem coragem de dizer isso?”. A resposta final do verdugo, por seu turno, foi em tom de ameaça: “Você há de pagar por tudo. Ainda vai sofrer”.⁴³⁴

A singularidade dos acontecimentos ocorridos no confronto de Szmajzner e Wagner no dia 31 de maio de 1978 não ocorreu apenas pelo efeito reparador, no qual o sobrevivente se colocou numa posição de contra-ataque ao seu antigo agressor; mais do que isso, foi pela unicidade das circunstâncias.

Em uma ocasião, Elie Wiesel narrou o reencontro com um verdugo do campo de concentração que lhe despertou uma profunda angústia; estar diante de seu carrasco o fez duvidar da validade de sua própria memória, ainda que soubesse que estava diante de alguém que vivia sem ser responsabilizado pelos seus crimes.⁴³⁵ Em oposição, Szmajzner falou com convicção, fazendo questão de se referir a detalhes e evocar imagens, a fim de não deixar dúvidas a respeito de sua capacidade de identificação de Wagner.

Após o confronto de Szmajzner, Wanger foi preso preventivamente e passou por processos de extradição.

O foco central do processo girou em torno do pedido formulado pela Polônia, país onde Wagner cometeu seus crimes, em Sobibor, e tinha maior chances de ser extraditado. O requerimento foi realizado pelo governo polonês em 12 de julho de 1978 e enviado formalmente ao Supremo Tribunal Federal (STF) em 2 de agosto de 1978.⁴³⁶

O governo polonês baseou seu pedido no extermínio de 250 mil pessoas e em 35 homicídios diretos. Seus advogados, entre eles José Paulo Sepúlveda Pertence, argumentaram que a prescrição havia sido interrompida por atos judiciais iniciados em Lublin em 1948 e 1965. Além disso, sustentaram que os crimes nazistas seriam imprescritíveis segundo a lei polonesa.⁴³⁷

A defesa de Wagner, liderada por Flávio Marx, alegou que o ato de 1948 era meramente administrativo e não judicial, portanto, não interrompia o prazo prescricional de 20 anos previsto na lei brasileira para homicídios. O procurador-geral da República, José Francisco Rezek, concordou com essa tese, opinando pelo indeferimento do pedido polonês por prescrição.⁴³⁸

⁴³⁴ O DIA FELIZ DE STANISLAW SZMAJZNER, 1978.

⁴³⁵ WIESEL, Elie. *Holocausto: canto de uma geração perdida*. Rio de Janeiro: Documentário, 1978.

⁴³⁶ ABAL, Felipe Cittolin. Pedidos de extradição formulados pela Polônia contra criminosos nazistas residentes no Brasil. *Revista História: Debates e Tendências*, Passo Fundo, v. 20, n. 3, set./dez. 2020, p. 16. DOI: <https://doi.org/10.5335/hdtv.20n.3.11648>.

⁴³⁷ *Ibidem*, p. 12-13.

⁴³⁸ *Ibidem*, p. 13.

O pedido alemão foi protocolado em 5 de julho de 1978, incluindo promessa de reciprocidade e mandados de prisão. O STF negou o pedido, alegando a ocorrência da prescrição. Segundo o entendimento do relator, a legislação alemã previa que a prescrição só seria interrompida por procedimentos judiciais direcionados especificamente contra o réu. Como o procedimento específico contra Wagner só foi comprovado a partir de 1967, o tribunal considerou que o prazo de 20 anos (contados desde o fim das atividades em Sobibor, em 1943) já havia se esgotado. Esse foi o ponto mais polêmico do julgamento. Os ministros Cordeiro Guerra e Xavier de Albuquerque discordaram do relator, argumentando que, segundo o governo alemão, os crimes não estavam prescritos em sua própria jurisdição e que o Brasil deveria respeitar os compromissos internacionais de repressão ao genocídio.⁴³⁹

O pedido de Israel foi protocolado em 29 de julho de 1978, fundamentado na autoridade moral e histórica do país para julgar crimes cometidos contra o povo judeu. O pedido foi indeferido por questões de competência e retroatividade. O ministro Cunha Peixoto argumentou que o Estado de Israel sequer existia à época dos crimes (1942-1943) e, portanto, não possuía território onde os fatos pudessem ter ocorrido, nem nacionais que fossem vítimas de um Estado que ainda não fora fundado. Além disso, as leis israelenses foram consideradas posteriores aos fatos, o que impediria sua aplicação pelo princípio da irretroatividade.⁴⁴⁰

O governo austríaco enviou seu pedido em 7 de agosto de 1978, anexando ordens de prisão referentes tanto ao campo de Sobibor quanto ao instituto de eutanásia de Hartheim. O pedido foi negado por incompetência e prescrição. O relator apontou uma contradição: embora os documentos tratassem de Sobibor, o próprio governo da Áustria havia se declarado incompetente para julgar crimes ocorridos na Polônia ocupada, restringindo seu pedido ao solo austríaco (Hartheim). Quanto aos crimes cometidos em Hartheim, o STF considerou que o mandado de prisão de 1978 era muito genérico e que, de qualquer forma, os crimes já haviam prescrito em 1962, segundo a lei brasileira.⁴⁴¹

No julgamento ocorrido em 20 de junho de 1979, o relator, ministro Cunha Peixoto, indeferiu todos os pedidos. A decisão baseou-se em dois pilares rígidos: 1) irretroatividade: o STF recusou-se a tipificar os crimes como genocídio, pois a lei que define esse crime é de 1948, posterior aos fatos. Assim, Wagner foi julgado por homicídio

⁴³⁹ ABAL, 2020, p. 17. Xavier de Albuquerque foi advogado de Stangl no pedido de extradição em 1967.

⁴⁴⁰ *Ibidem*, p. 16.

⁴⁴¹ *Ibidem*.

qualificado; 2) prescrição: como as atividades em Sobibor cessaram em 1943 e o STF não reconheceu a validade dos atos judiciais poloneses de 1948, considerou-se que o crime prescreveu em 1963.⁴⁴²

O desfecho para todos os países foi o mesmo: a visão majoritária do STF equiparou o extermínio em massa ao crime de homicídio qualificado, ao não reconhecer a tipificação de genocídio (que tornaria os crimes imprescritíveis).

Enquanto os pedidos formais de extradição ainda não haviam sido oficialmente apresentados, Wagner permanecia detido sob um regime provisório: a legislação brasileira autorizava sua manutenção sob custódia por, no máximo, 90 dias. É nesse intervalo de suspensão jurídica – em que o futuro do acusado ainda é incerto e a justiça parece mais administrativa do que efetiva – que a imprensa constrói uma nova imagem pública do carrasco.

No dia 2 de junho, quando se noticia sua possível transferência do DOPS de São Paulo para Brasília, Wagner passa a ser descrito como um homem em declínio: “Gustav Franz Wagner parece agora um homem alquebrado e sem esperanças”. A linguagem empregada abandona progressivamente a figura ativa do ex-oficial nazista para produzir um personagem fragilizado, quase patético, cuja confiança inicial – sustentada pela alegação de homonímia e pela negação absoluta dos crimes (“não se matou um só judeu em Sobibor”) – dá lugar a um discurso defensivo, marcado pela irritação e pelo ressentimento.⁴⁴³

Sua fala ao *Jornal do Brasil* é reveladora. Ao afirmar que “já esperava o depoimento de Stanislaw Szmajzner contra ele” e que “isso não é bom para ele”, Wagner tenta deslocar o foco da acusação para a suposta inconveniência moral e pessoal do testemunho. A estratégia é conhecida: desacreditar o sobrevivente por meio da acusação de mentira, invertendo simbolicamente as posições de vítima e algoz. Quando declara que Szmajzner teria que comer todas as mentiras que disse contra ele para o resto da vida, Wagner não apenas nega os fatos, mas reinscreve, no plano discursivo, a mesma violência que exerceu no campo de extermínio.⁴⁴⁴

Assim, esse momento não se reduz a um simples episódio processual. Ele se insere em uma narrativa mais ampla construída pela imprensa: a de um criminoso que, mesmo

⁴⁴² ABAL, 2020, p. 15-17.

⁴⁴³ WAGNER PREFERE 20 ANOS DE CADEIA, MAS NA ALEMANHA. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 2 jun. 1978, p. 9. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_09/126395. Acesso em: 18 jan. 2026.

⁴⁴⁴ *Ibidem*.

juridicamente derrotado, persiste em sua lógica de negação, manipulação e desumanização. A espera pela extradição, longe de significar arrependimento, expõe a permanência da figura opressora do carrasco.

No dia 13 de junho, Wagner tenta interromper a ação da justiça por meio de uma tentativa malsucedida de suicídio:

[...] na madrugada de ontem, em sua cela, no Departamento de Polícia Federal, em Brasília, fragmentou as lentes de seus óculos com a sola dos sapatos e passou a ingerir parte dos vidros triturados, no que foi impedido pelos policiais responsáveis por sua guarda.⁴⁴⁵

Poucos dias depois, em 24 de junho, realizou nova tentativa: “Na quinta-feira, por volta das 22h30m, jogou a cabeça contra as grades da cela ‘como se estivesse possuído pelo demônio’, na descrição de um dos guardas”.⁴⁴⁶ Em razão desse episódio, foi internado em um hospital psiquiátrico, onde permaneceu por cinco meses, retornando posteriormente à Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal para aguardar o julgamento do pedido de extradição. Ainda assim, antes de sua alta definitiva, um jornal de Santos registrou mais uma tentativa de autoagressão, ao “atirar-se contra as grades da janela de seu quarto, ferindo-se gravemente na cabeça”.⁴⁴⁷

Após o indeferimento da extradição, Wagner foi colocado em liberdade, sob sigilo quanto à sua localização. Inicialmente, passou a residir com amigos no bairro do Brooklin, em São Paulo. Pouco tempo depois, no dia 8 de novembro de 1979, atentou novamente contra a própria vida:

[...] pouco depois de mais um capítulo do seriado ‘Holocausto’. Empunhando um canivete, cortou o pulso direito e, a seguir, perfurou por duas vezes o tórax. Numa delas vazou o pulmão esquerdo e, na outra, na região do baixo-ventre, alcançou uma alça intestinal, segundo os médicos do São Bento.⁴⁴⁸

⁴⁴⁵ WAGNER TENTOU SE SUICIDAR MAS É IMPEDIDO PELO GUARDA. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 13 jun. 1978, p. 21. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_09/127205. Acesso em: 18 jan. 2026.

⁴⁴⁶ GUSTAV WAGNER VOLTA A TENTAR SUICÍDIO. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 24 jun. 1978, p. 16. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_09/127878. Acesso em: 18 jan. 2026.

⁴⁴⁷ MÉDICOS DÃO ALTA A FRANZ WAGNER. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 18 nov. 1978, p. 17. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_09/147598. Acesso em: 18 jan. 1978; NAZISTA FAZ 3ª TENTATIVA DE SUICÍDIO. *Cidade de Santos*. Rio de Janeiro, 23 nov. 1978, p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/896179/66140>. Acesso em: 18 jan. 1978.

⁴⁴⁸ O VELHO NAZISTA QUERIA MORRER. *Jornal da República*. São Paulo, 8 nov. 1979, p. 18. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/194018/1081>. Acesso em: 18 jan. 2026.

Diante desse quadro, na *Manchete*, Carlos Heitor Cony comentou que Wagner desejava morrer, mas “[...] não tem coragem de se atirar de um viaduto”, e chamou a atenção para o abandono institucional ao qual o ex-carrasco fora submetido: “No estado mental em que se encontra, já perdeu o controle sobre o próprio corpo. [...] Seu caso exige um tratamento e um cuidado especiais”.⁴⁴⁹

Cony ainda acrescenta que, embora o indeferimento da extradição fosse juridicamente legal, o ônus do tratamento deveria recair sobre a Alemanha, “dando-lhe a terapia psiquiátrica que ele merece como ser humano em emergência psicológica. Depois, então, se fosse o caso, a mesma Alemanha julgaria os crimes dele contra a humanidade”.⁴⁵⁰

Figura 21: Reportagem – Wagner recusou-se sair do hospital transportado pela maca e andando com auxílio de um homem e uma enfermeira foi removido para o Hospital das Clínicas



Fonte: CONY, Carlos Heitor. Wagner: o crime de um castigo. *Manchete*, Rio de Janeiro, 24 nov. 1979, p. 179

Entretanto, isso não ocorreu. Wagner permaneceu solto no Brasil, sem assistência adequada, situação que levou Cony a afirmar que:

[...] deve pesar a consciência dos que não deram a seu caso a solução mais óbvia e humana. Ao negar a extradição pedida pela Alemanha, o STF entregou à própria sorte um ancião esclerosado, mentalmente perturbado, sem condições sequer de se autodestruir.⁴⁵¹

⁴⁴⁹ CONY, Carlos Heitor. Wagner: o crime de um castigo. *Manchete*, Rio de Janeiro, 24 nov. 1979, p. 179. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/189821>. Acesso em: 18 jan. 2026.

⁴⁵⁰ *Ibidem*.

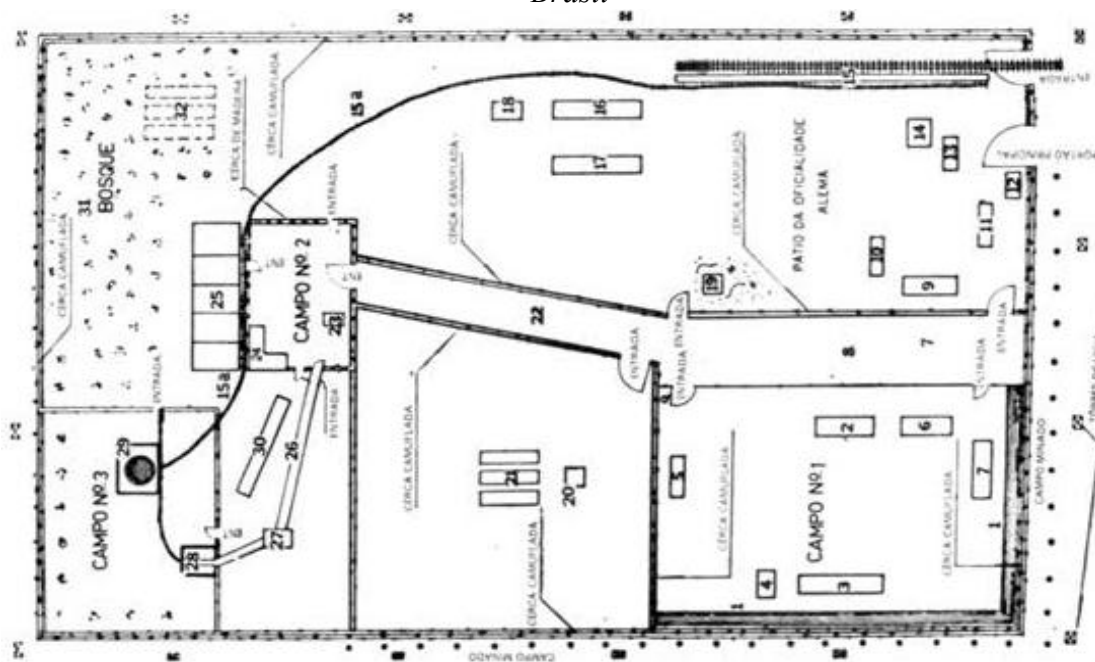
⁴⁵¹ *Ibidem*.

Após esse período, Wagner retornou ao seu antigo trabalho em um sítio em Atibaia. Em 3 de outubro de 1980, pôs fim à própria vida, encerrando, uma trajetória marcada pelo terror e pela impunidade.

4.2. A planta do crime: o livro de Szmajzner como instrumento para desmascarar o verdugo

No dia posterior à prisão de Wagner, identificamos no *Jornal do Brasil* informações detalhadas sobre o campo de extermínio, incluindo uma reprodução exata da planta de Sobibor, presente no livro *Inferno em Sobibor* (1968), e uma extensa entrevista com Szmajzner.⁴⁵²

Figura 22: Planta do campo de extermínio de Sobibor, produzida por Szmajzner e presente em seu livro *Inferno em Sobibor*, utilizada em reportagem do *Jornal do Brasil*



Fonte: SOBREVIVENTE REVÊ SEU CARRASCO DEPOIS DE 36 ANOS. *Jornal do Brasil*: Nacional. São Paulo: 1 jun. 1978, p. 25

Acompanhado da planta, segue um texto que descreve detalhadamente o que se vê: “Este é o campo de Sobibor, em território polonês, segundo a reconstituição de

⁴⁵² SOBREVIVENTE REVÊ SEU CARRASCO DEPOIS DE 36 ANOS. *Jornal do Brasil*: Nacional. São Paulo, 1 jun. 1978, p. 25. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=%22Stanislaw%20Szmajzner%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=126352. Acesso em: 19 abr. 2025.

Stanislaw Szmajzner, publicada em seu livro *Inferno em Sibibor*. O campo 1 era o de Gustav Wagner. No número 1 a vala para evitar fugir”. O texto prossegue com uma descrição minuciosa de toda a espacialidade do campo: “No número 11 estava o ‘Ninho dos passarinhos’, recordado ontem por Szmajzner e Wagner”. E aborda detalhes que somente podem ter sido descobertos por Szmajzner a partir da observação e estudos posteriores: “no nº 26 acesso para o banho e corte de cabelo; no 27 corte de cabelo; no 28 banho-câmara de gás [sic]; no 29 forno crematório e barracão de serviços. No número 30 um campo de aviação”.⁴⁵³

Ao afirmar que se trata de uma “reconstituição de Stanislaw Szmajzner, publicada em seu livro *Inferno em Sobibor*”, a reportagem desloca a obra e o sobrevivente da posição exclusiva de relato da vítima para a de cartógrafo do extermínio. Szmajzner não apenas lembra, ele organiza o espaço, nomeia funções, estabelece hierarquias e rotinas. O campo de Sobibor surge como um sistema racionalizado, dividido em setores numerados, cada qual com uma função precisa dentro da engrenagem da morte.

A descrição minuciosa dos setores reforça a ideia, recorrente na cobertura da *Jornal do Brasil*, de que o genocídio não foi produto do caos, mas de uma administração meticulosa. Oficinas, alfaiatarias, padarias, carpintarias e ferrarias aparecem lado a lado com a “vala para evitar fuga”, a “câmara de gás” e o “forno crematório”. A justaposição desses espaços evidencia a coexistência entre o cotidiano burocrático e a violência extrema. O campo não é apresentado apenas como local de extermínio, mas como uma cidade funcional do terror, organizada segundo princípios de eficiência e controle.

A centralidade de Gustav Wagner é sublinhada logo no início: “O campo 1 era o de Gustav Wagner”. Essa formulação atribui ao acusado uma responsabilidade territorial direta, transformando-o em gestor de um espaço específico da morte. Wagner não aparece apenas como executor episódico, mas como administrador de um setor inteiro do campo. A memória espacial de Szmajzner, ao nomear “o campo de Wagner”, personaliza o crime e reforça a lógica da imputação individual, essencial tanto no julgamento quanto na narrativa jornalística.

No mesmo dia, um outro título se estende em uma das páginas do *Jornal do Brasil*, “Sobrevivente revê carrasco depois de 36 anos”, abaixo de uma fotografia de Wagner, com roupas amassadas, sorrindo, encontra-se uma entrevista com o sobrevivente intitulada “O dia feliz de Stanislaw Szmajzner”:

⁴⁵³ GOVERNO DECRETA PRISÃO DE WAGNER. *Jornal do Brasil*: Nacional. São Paulo, 1 jun. 1978, p. 24. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_09/126351. Acesso em: 14 jan. 2026.

sua aparência corresponde à figura que provocou terror em Sobibor. Porém, Szmajzner envelheceu, não teve paz e já não é o mesmo:

Aposentado, depois de um enfarte há dois anos, não se furtou então de vir a São Paulo, apesar de saber que seria uma das mais fortes emoções de sua vida, quando acompanhado pelo advogado Idel Aronis, se viu face a face com o *Obersharfuhrer* de Sobibor – “Ele apenas envelheceu, mas é o mesmo”, repetiu.⁴⁵⁵

Esse trecho da entrevista, realizado logo após a acareação de Gustav Wagner no DOPS paulista, funciona como um prolongamento narrativo e simbólico da planta de Sobibor. Se o gráfico organiza o espaço do crime, o depoimento de Szmajzner prepara o sentido político da denúncia, consolidando sua figura pública como testemunha permanente do genocídio.

Desde a primeira frase, o texto assume um tom confessional e declaradamente combativo. A declaração “Hoje foi o dia mais feliz da minha vida” é imediatamente tensionada pelo contraste com “os últimos 36 anos” de ausência de paz, construindo uma narrativa em que o reconhecimento de Wagner aparece não como vingança, mas como uma vitória contra a injustiça. Para Szmajzner, a felicidade seria levar a justiça aos que não sobreviveram e denunciar os crimes hediondos e seus perpetradores: “Alguém tinha que sobrar para contar a história. Este é meu papel”. Essa frase sintetiza o lugar que Szmajzner ocupa ao longo de sua trajetória: o de sobrevivente investido de dever, alguém que sobreviveu não por acaso, mas para testemunhar. Aqui o testemunho não é a narração da memória contra o esquecimento geracional, mas o laborioso trabalho de reivindicação de justiça pelos crimes praticados.⁴⁵⁶

A reportagem reforça essa posição ao situar o encontro num espaço altamente simbólico: a “sala do delegado Silvio Pereira Machado, titular da Ordem Política do DOPS de São Paulo”. O DOPS, órgão marcado pela repressão política durante a ditadura brasileira, torna-se cenário de uma denúncia contra um carrasco nazista, criando uma sobreposição de temporalidades e regimes de violência. Nesse espaço, Szmajzner aparece como figura ativa, que “veio a São Paulo ontem, à tarde, apenas para reconhecer o acusado”, sublinhando a ideia de deslocamento, urgência e compromisso.

A narrativa enfatiza a imediaticidade do reconhecimento, primeiro mediado pela televisão: “É impressionante como é o mesmo homem. Não mudou nada” e depois

⁴⁵⁵ SOBREVIVENTE REVÊ SEU CARRASCO DEPOIS DE 36 ANOS, 1978, p. 25.

⁴⁵⁶ LEVI, 2016, p. 172.

confirmado no encontro presencial. Essa insistência na permanência física e moral de Wagner (“Ele apenas envelheceu, mas é o mesmo”) reforça uma ideia central: o tempo não apaga o crime nem transforma o criminoso em outra coisa. O envelhecimento aparece apenas como desgaste biológico, não como redenção.

O texto constrói Wagner por meio de uma caracterização ambígua e perturbadora. Szmajzner rejeita explicações simplificadoras:

É muito difícil descrever Wagner para um brasileiro que nunca sofreu na pele a guerra, o campo de extermínio, a degradação de tudo aquilo. Se eu disser que ele é um monstro, estaria usando um eufemismo. Matar por prazer era para ele, então, café pequeno. [...] Para o autor de *Inferno em Sobibor*, Gustav Franz Wagner “é sagaz, inteligente, esperto. Diria mesmo que é uma espécie de super-homem” [...]. Segundo o escritor polonês, “Em Sobibor, Gustav Franz Wagner nunca falava como se fosse uma pessoa humana. Era como se fosse um animal. Hoje fala baixo, já não é o mesmo, porque afinal não tem poder nenhum em suas mãos.”⁴⁵⁷

Aqui, o termo “monstro” é recusado por ser insuficiente, quase banalizador. Em seguida, a frase “Matar por prazer era para ele, então, café pequeno” desloca o horror para o cotidiano, sugerindo que o assassinato fazia parte de uma rotina trivial. Ao mesmo tempo, Szmajzner descreve Wagner como “sagaz, inteligente, esperto”, chegando a defini-lo como “uma espécie de super-homem”, o que o distancia radicalmente da figura ordinária fotografada e apresentada pelo jornal acima do texto. Essa formulação é crucial: ela desmonta a ideia do carrasco como figura grotesca ou irracional e o reinscreve no campo da eficiência, da inteligência e da racionalidade perversa, ecoando a imagem do administrador da morte já construída pela planta de Sobibor.

A figura de Szmajzner, por sua vez, é apresentada como alguém fisicamente fragilizado: “aposentado, depois de um enfarte há dois anos”, mas moralmente inabalável. O deslocamento a São Paulo, apesar do risco emocional, reforça a imagem do sobrevivente que não recua diante do trauma. A presença do advogado Idel Aronis acrescenta uma camada jurídica à cena, enquadrando o testemunho não apenas como desabafo pessoal, mas como ato processual e político.

A entrevista culmina num posicionamento claro sobre justiça e punição:

Faço questão de ir à Alemanha para depor e condenar Wagner. Quero que o Governo alemão, que é tão interessado em limpar essa mancha negra que sobre ele paira, saiba disso. Dificilmente acharíamos dois tipos como Wagner. Ele é único e quero que seja feita Justiça com ele.

⁴⁵⁷ SOBREVIVENTE REVÊ SEU CARRASCO DEPOIS DE 36 ANOS, 1978, p. 25.

Quero que fique preso pelo resto da sua vida, porque precisa pagar. Mas não que seja morto, pois sou contra a pena de morte – disse o autor de *Inferno em Sobibor*, depois da acareação, à imprensa, ontem, às 14h30m.⁴⁵⁸

Szmajzner afirma querer “depor e condenar Wagner” e faz um apelo direto ao Estado alemão, reconhecendo seu esforço em “limpar essa mancha negra”. Ao mesmo tempo, recusa a pena de morte. Do ponto de vista editorial, o texto reforça a centralidade do livro *Inferno em Sobibor*. Szmajzner é repetidamente identificado como “o autor de *Inferno em Sobibor*”, e sua autoridade deriva tanto da experiência vivida quanto da transformação dessa experiência em narrativa escrita. Por meio da entrevista, o livro é mediado entre memória individual, imprensa e o sistema judicial.

Veio dessa acareação no DOPS de São Paulo a foto utilizada para ilustrar o anúncio de *Inferno em Sobibor*, intitulado “A vítima diante de seu carrasco”:⁴⁵⁹

Figura 24: Anúncio do livro *Inferno em Sobibor*

A VÍTIMA DIANTE DE SEU CARRASCO

Stanislaw Szmajzner, o identificador do carrasco nazista, escreveu um livro contando a sua história: *Inferno em Sobibor*. *Inferno em Sobibor* não é uma narrativa de ódios, mas ele está presente. O autor não pôde ser inserível ao seu passado; não pôde esquecer os dias sombrios que viveu.

Leia **INFERNO EM SOBIBOR** e compreenda melhor as emoções de uma vítima diante de seu carrasco.

INFERNO EM SOBIBOR
uma publicação de Edições Bloch

À venda em livrarias ou pelo reembolso postal
Cr\$ 120,00

BLOCH EDITORES S.A.
Rua Frei Caneca, 511 — ZC 14 — 20.000 — Rio de Janeiro — RJ
Depois receber o livro n.º 810.1170 — INFERNO EM SOBIBOR — A Trágica de um Adolescente Judeu, de Stanislaw Szmajzner. Livro de quatro páginas desenhado postais. Ative sua postal no cheque nominal à Bloch Editores S.A., no valor de Cr\$ 120,00 (cento e vinte cruzeiros).

Nome _____
Endereço _____
Bairro _____ ZC _____ CEP _____
Cidade _____ Estado _____

Como no caso de Patricia Hearst, muitos acreditam que Giovanna Amati tenha recebido lavagem cerebral

Daniel. Nesse momento, dois *trás* surgem. Daniel saca a pistola, mas deixava cair quando os *carabinieri* ameaçam atrair. A cruel cidade leva tudo. Giovanna luta com a polícia, cantando: *Daniel! Daniel! Perché arrestati Daniel? (Daniel) Daniel! For que prendetes Daniel? Ela descobre que, sem querer, foi instrumento da captura do amado. E canta, cheia de pesar: Mi sentire un Giuda! (Eu me sentia um Judeu).*

ATO III

Na mansão dos Amati, Giovanna permanece no segundo andar, lamentando a prisão de seu amado Daniel. Ela canta: *Tufoletta quando piangevo (Algumas vezes eu chorava):*

Migmas vezes, quando eu chorava
Ele se aproximava
E me consolava...
Minha cabeça acarinava
E me defendia
Se outro bandido estrilava
E prometia uma fria...
Na tua, euabato, sua mãe e seu pai suportavam as investidas de jornalistas bisbilhoteiros. O cheque canta: *Io sono distrutto (Estou destruído):*

Estou destruído
E desaludido.
Minha filha é uma odalisca
Que pisca e se arrisca
Com um francês
Que fece desfogates
De sua-la como isca
Fura me tomar milhao
— Alá queria 1 bilhao
E seiscentos milhao sendo
Dela feita um presente...
O juiz impossitamo aparece e canta *Una ragazza capotata (Uma garota que sofreu lavagem cerebral).*

O sentimento de culpa é fatal
Eu quero sofrer lavagem cerebral
Por sentir inenoso medo
Ela capitula sem ceder...
Anna canta a pungente aria *Io perso ogni illusione (Perdi todas as ilusões):*

Perdi todas as ilusões.
Aos 18, ela apenas debutava
E chorava o papaipejo escantado
Como Branca de Neve e os sete anões,
Mãe de Frankenstein, o monstro brutal,
Usando de violência carnal,
Fez dela uma mulher molher
E ainda lhe mandou rissas
Giovanna não sabe o que quer:
Ama e odeia o seu carcereiro.
Mãe se o amor dele fosse cercedeiro
E ele também
Mé chamasse "mamãe"
Sen heitar um momento
Eu lhe daria Giovanna em casamento!
Quando a aria se aproxima do fim, a rebelde Giovanna atrai baldes de água fria em sua mãe. E olha, desafiadora, para o multilão. O coro, nuca um coral. *Le uomo che corteggiava (O homem que namorava):*

O rapaz que ela procurava em sua Honda
Estava na crista da onda
Um dia eles estariam unidos
E os pais se sentirão ainda mais
Desaludidos...
O pano cai depressa sobre o ópera, que em vez de terminar, certamente terá uma continuação, para melhor ou pior.

Fonte: A VÍTIMA DIANTE DO SEU CARRASCO. *Manchete*, Rio de Janeiro, 24 jul. 1978, p. 26

O texto que acompanha o anúncio retoma e sintetiza elementos presentes na contracapa da obra e também no embate ocorrido na acareação de Wagner:

⁴⁵⁸ SOBREVIVENTE REVÊ SEU CARRASCO DEPOIS DE 36 ANOS, 1978, p. 25.

⁴⁵⁹ A VÍTIMA DIANTE DO SEU CARRASCO. *Manchete*, Rio de Janeiro, 24 jul. 1978, p. 26. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/177274>. Acesso em: 6 abr. 2023.

Stanislaw Szmajzner, o identificador do carrasco nazista, escreveu um livro contando a sua história: *Inferno em Sobibor*.

Inferno em Sobibor não é uma narrativa de ódios, mas ele está presente. O autor não pôde ser insensível ao seu passado: não pôde esquecer os dias sombrios que viveu.

Leia *Inferno em Sobibor* e compreenda melhor as emoções de uma vítima diante de seu carrasco.⁴⁶⁰

Esse mesmo anúncio, destituído da fotografia, foi veiculado mais quatro vezes na *Manchete*, nos dois anos seguintes, demonstrando a estreita relação estabelecida entre a prisão de Wagner, seu reconhecimento por Szmajzner e o livro *Inferno em Sobibor*.

A utilização da fotografia da acareação no DOPS para ilustrar o anúncio da edição de *Inferno em Sobibor* representa um deslocamento da acusação criminal para o campo da divulgação de peça publicitária, assumindo uma função narrativa que vai além da simples promoção do livro. Não se trata de apresentar Szmajzner como escritor, cidadão ou imigrante, mas primordialmente como vítima, enquanto Wagner é fixado na figura do carrasco, identidade que o anúncio não relativiza nem problematiza. Essa escolha reforça uma leitura moral do acontecimento e elimina qualquer ambiguidade possível: a fotografia não registra apenas um encontro, mas uma confrontação histórica.

Na sequência, o texto reafirma Szmajzner como “o identificador do carrasco nazista”, deslocando novamente o foco do campo literário para o campo judicial. O livro é apresentado menos como obra memorialística e mais como desdobramento direto da ação de reconhecimento e denúncia. Assim como nos anúncios publicados durante o julgamento de Stangl em Düsseldorf, *Inferno em Sobibor* continua a ser construído como um instrumento ativo de justiça, agora legitimado não apenas pelo passado narrado, mas por um acontecimento presente e verificável: a acareação no DOPS. *Inferno em Sobibor* deixa de ser apenas um relato retrospectivo sobre o campo de extermínio e passa a funcionar como narrativa em movimento, constantemente atualizada pelos desdobramentos da perseguição aos criminosos nazistas.

⁴⁶⁰ A VÍTIMA DIANTE DO SEU CARRASCO, 1978, p. 26.

A mediação do caso Wagner através da figura de Szmajzner e de seu livro não ocorreu sozinha. Antes do embate entre a vítima e o carrasco, foi o caçador de nazistas, Wiesenthal, que atuou na descoberta da Besta de Sobibor:⁴⁶¹

Figura 25: Capa do *Jornal do Brasil*, com fotografia do "falso Wagner" sendo apresentado como "Homem de Treblinka"

JORNAL DO BRASIL

Rio de Janeiro — Sexta-feira, 26 de maio de 1978 Ano LXXXVIII — Nº 48

TEMPO
Bom e nublado, variável, ocas. nubl. na manhã, virá a instab. a partir da tarde. Temperatura mínima: 12,0 (A. B. Vista). (Mapa no Caderno de Classificados)

PREÇOS, VENDA AVULSA:
Tudo de R\$ de Janeiro a Maio 1978.
Das 08h ... Cr\$ 5,00
Das 10h ... Cr\$ 6,00
Das 12h ... Cr\$ 9,00
Das 14h ... Cr\$ 10,00
Das 16h ... Cr\$ 12,00
Das 18h ... Cr\$ 15,00
Das 20h ... Cr\$ 20,00
Das 22h ... Cr\$ 25,00
Das 24h ... Cr\$ 30,00
Das 26h ... Cr\$ 35,00
Das 28h ... Cr\$ 40,00
Das 30h ... Cr\$ 45,00
Das 32h ... Cr\$ 50,00
Das 34h ... Cr\$ 55,00
Das 36h ... Cr\$ 60,00
Das 38h ... Cr\$ 65,00
Das 40h ... Cr\$ 70,00
Das 42h ... Cr\$ 75,00
Das 44h ... Cr\$ 80,00
Das 46h ... Cr\$ 85,00
Das 48h ... Cr\$ 90,00
Das 50h ... Cr\$ 95,00
Das 52h ... Cr\$ 100,00
Das 54h ... Cr\$ 105,00
Das 56h ... Cr\$ 110,00
Das 58h ... Cr\$ 115,00
Das 60h ... Cr\$ 120,00
Das 62h ... Cr\$ 125,00
Das 64h ... Cr\$ 130,00
Das 66h ... Cr\$ 135,00
Das 68h ... Cr\$ 140,00
Das 70h ... Cr\$ 145,00
Das 72h ... Cr\$ 150,00
Das 74h ... Cr\$ 155,00
Das 76h ... Cr\$ 160,00
Das 78h ... Cr\$ 165,00
Das 80h ... Cr\$ 170,00
Das 82h ... Cr\$ 175,00
Das 84h ... Cr\$ 180,00
Das 86h ... Cr\$ 185,00
Das 88h ... Cr\$ 190,00
Das 90h ... Cr\$ 195,00
Das 92h ... Cr\$ 200,00
Das 94h ... Cr\$ 205,00
Das 96h ... Cr\$ 210,00
Das 98h ... Cr\$ 215,00
Das 100h ... Cr\$ 220,00

Déficit comercial do Brasil atinge US\$ 556 milhões

O déficit na balança comercial brasileira atingiu 556 milhões 389 mil dólares até março, segundo a Cacex. O país, no primeiro trimestre, exportou 2 bilhões 473 milhões de dólares (420 milhões de dólares em café), e importou 3 bilhões 29 milhões de dólares, dos quais 992 milhões em petróleo e 80 milhões em trigo.

Em consequência da seca, o Paraná foi o único Estado que, mês passado, apresentou queda na arrecadação do ICM — 12,6%. Em todo o Brasil a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias aumentou 10,5% em relação a abril de 1977, em termos reais — descontada a inflação. O Ministério da Fazenda espera conseguir, este ano, Cr\$ 53 bilhões 300 milhões de ICM. (Pág. 16)

Rockefeller apóia Brasil em energia

O presidente do Chase Manhattan Bank, David Rockefeller, afirmou ontem na Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, em Nova Iorque, que a política energética brasileira constitui "um exemplo para o resto do mundo". Acrescentou que o país tomou "dificuldades" que hoje estão dando resultados muito positivos.

O ex-Ministro Hélio Beltrão, que recebeu o título de Homem do Ano da Câmara de Comércio Brasil-EUA, condenou o "protecionismo crescente e indiscriminado por parte dos países desenvolvidos" e considerou inconveniente aos interesses brasileiros o hábito de se fazer referência ao Brasil como "uma potência mundial emergente". (Pág. 16)

França considera energia nuclear assunto nacional

Ao afirmar que a "preservação da condição de Estados não nucleares é uma responsabilidade que claramente concerne a cada país", Giscard d'Estaing definiu a posição da França na conferência sobre desarmamento da Assembleia-Geral da ONU. Os Estados Unidos são abertamente contrários ao surgimento de novas nações com poderio atômico.

Giscard discursou ontem na Organização



Gustav Franz Wagner, Hauptsturmführer até 1945, visto em Itatiaia em abril

Homem de Treblinka esteve em Itatiaia e foi redescoberto

Simon Wiesenthal, que dedica a vida à caça de criminosos nazistas, diante da fotografia publicada pelo JORNAL DO BRASIL em 24 de abril, não tem dúvidas: "Fantástico... É ele... não há dúvida. Apesar dos anos os traços fisionômicos são os mesmos". Trata-se de Gustav Franz Wagner, Subcomandante de Treblinka e Sobibor, na Polônia. Foi fotografado durante uma reunião em Itatiaia (RJ) para comemorar o aniversário de Hitler.

Ermitio culpa empresariado pela greve

"Não podemos culpar o operário, mas a nós mesmos e à nossa burocracia" pelo reassurgimento dos movimentos grevistas na região do ABC paulista — afirmou ontem o empresário Antônio Ermitio de Moraes, agraciado ano passado com o título de Homem de Visão e dirigente de um conglomerado de 30 empresas distribuídas por 17 Estados.

Após lembrar que "um quilo de pão está custando o dobro de um quilo de aço", o dirigente do grupo Votorantim sustentou que é "dever de justiça" encontrar-se "urgentemente uma solução para o problema dos trabalhadores assalariados", como o abono de emergência "que ao menos lhes permita enfrentar a alta galopante dos preços dos gêneros alimentícios". (Página 17)

Fonte: HOMEM DE TREBLINKA ESTEVE EM ITATIAIA E FOI REDESCOBERTO. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 26 maio 1978, p. 1

Foi através de Wiesenthal que a mídia conheceu Wagner como o carrasco de Treblinka, ainda que o verdugo nunca tenha estado naquele lugar. Quando foi noticiado que o nazista Gustav Franz Wagner estava no Brasil, os jornais o descreviam como o "Homem de Treblinka", "Besta Humana", o que era um engano, pois Wagner não esteve em Treblinka. Essa confusão teria começado no dia 26 de maio com a primeira acusação de que Wagner estava no Brasil e, supostamente, estava realizando encontros com nazistas no interior do Rio de Janeiro. Tendo consultado os documentos cedidos por Simon Wiesenthal, o jornalista Mario Chimovich reportou que tanto Wagner quanto Franz Stangl haviam saído de Sobibor juntos e sido enviados para Treblinka.⁴⁶² A reparação

⁴⁶¹ HOMEM DE TREBLINKA ESTEVE EM ITATIAIA E FOI REDESCOBERTO. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 26 maio 1978, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_09/125926. Acessado em: 15 jan. 2026.

⁴⁶² HOMEM DE TREBLINKA ESTEVE EM ITATIAIA E FOI REDESCOBERTO, 1978, p. 1; ESTE NAZISTA É UM CRIMINOSO DE GUERRA, 1978, p. 1; A CAÇADA À FERA DE TREBLINKA.

desse equívoco ocorreu em consonância ao uso dos relatos de Szmajzner e de seu livro. Somente a partir daí Wagner passou a ser conhecido como a “Besta de Sobibor”, como o carrasco brutal que atuou como subcomandante do campo de extermínio.⁴⁶³

Dentro dessa engrenagem narrativa presente na circulação do caso Wagner, Stanislaw Szmajzner aparece como figura-chave. Ele é representado acima de tudo como uma testemunha ou uma autoridade sobre os criminosos nazistas. Os textos recuperam sua trajetória de sobrevivente e ourives de Sobibor, enfatizando sua memória precisa, sua capacidade de reconhecer pessoas, gestos e símbolos. Szmajzner não é apresentado como alguém movido por vingança, mas por uma obrigação ética: lembrar, nomear, denunciar e testemunhar contra os algozes. Sua presença ecoa o que já havia sido construído na cobertura do julgamento de Düsseldorf: a de um homem cuja palavra pesa, cuja lembrança acusa.⁴⁶⁴ Em consonância com isso, a reportagem sugere que Stangl o reconhece não apenas como testemunha, mas como ameaça, alguém que rompe o pacto silencioso do esquecimento. A lembrança do algoz, nesse sentido, aparece como involuntária e dolorosa.

Com o caso Wagner, o livro *Inferno em Sobibor* surge novamente como elemento central, mas agora deslocado do tribunal para o espaço público. Se, durante o julgamento, ele foi apresentado como prova e instrumento de condenação, aqui ele é tratado como documento acusatório permanente, uma espécie de arquivo vivo que continua operando mesmo após a morte ou a prisão dos criminosos. A reportagem reforça a ideia de que o livro não é apenas memória pessoal, mas peça de denúncia histórica. Ao recuperar o argumento de que o relato “não é fantasia” e que foi escrito para “dar conhecimento de fatos que não poderiam ser escondidos”, a circulação reafirma a função do testemunho como antídoto contra o esquecimento e a normalização da impunidade contra o nazismo no pós-guerra.

Dias depois do encontro de Szmajzner e Wagner, Carlos Heitor Cony entrevistou o nazista com exclusividade. A reportagem “Os carrascos estão entre nós”, assinada por Cony e publicada na *Manchete*, insere-se claramente no gênero do jornalismo interpretativo, combinando investigação histórica e comentário. Não se trata de uma notícia factual pontual, mas de um texto de reflexão ampla, que parte de acontecimentos

Manchete. Rio de Janeiro, 10 jun. 1978, p. 24-27. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/176958>. Acesso em: 15 jan. 2026.

⁴⁶³ O MONSTRO EM AÇÃO, 1978.

⁴⁶⁴ A CAÇADA À FERA DE TREBLINKA, *op.cit.*

específicos: a prisão de Gustav Franz Wagner, a circulação do livro *Inferno em Sobibor* e o testemunho de Stanislaw Szmajzner, para propor uma leitura inquietante sobre a permanência do nazismo no pós-guerra e a convivência cotidiana com seus agentes.

Figura 26: Reportagem – "Os carrascos estão entre nós", de Carlos Heitor Cony



Fonte: CONY, Carlos Heitor. Os carrascos estão entre nós. *Manchete*. Rio de Janeiro, 17 jun. 1978, p. 20-25

O título, em letras garrafais e a afirmativa “Os carrascos estão entre nós”, já antecipa o tom acusatório: não se trata apenas de Wagner, mas de uma categoria moral e histórica que permanece infiltrada no mundo contemporâneo. A escolha das imagens é decisiva para essa construção. A grande fotografia de corpos empilhados, colocada logo no início, remete diretamente à iconografia dos campos de extermínio. Ela não ilustra um evento específico, mas cria uma atmosfera de morte industrializada que contamina toda a leitura.

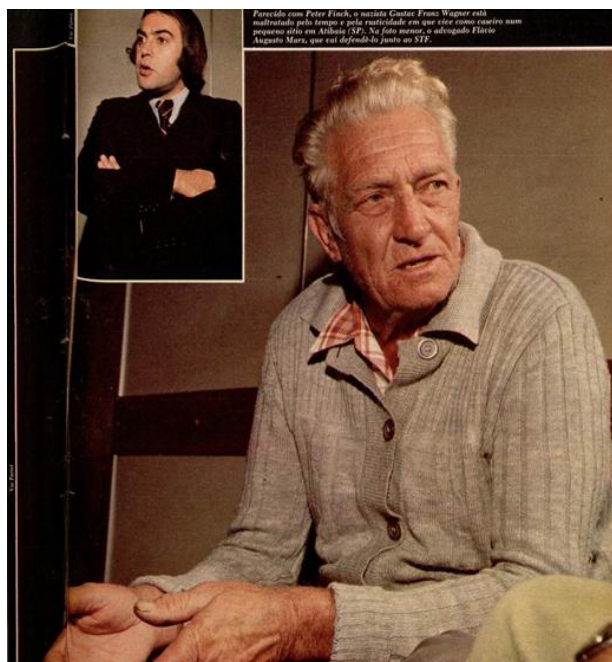
Em contraste, as fotografias contemporâneas de Wagner em ambiente da delegacia, uma mulher jovem e uma casa simples produzem um choque visual deliberado.⁴⁶⁵

Figura 28: Uli Casal, filha do antigo patrão de Wagner, desde os cinco anos habituou-se a chamá-lo de vovô. Abaixo, a casa que Wagner morava em Atibaia



Fonte: CONY, Carlos Heitor. Os carrascos estão entre nós. *Manchete*. Rio de Janeiro, 17 jun. 1978, p. 25.

Figura 27: Fotografia de Gustav Franz Wagner em entrevista para Carlos Heitor Cony. *Manchete*, 17 jun. 1978



Fonte: CONY, Carlos Heitor. Os carrascos estão entre nós. *Manchete*. Rio de Janeiro, 17 jun. 1978, p. 23.

O efeito é claro: o texto fala da continuidade do mal, e as imagens mostram essa continuidade encarnada em espaços comuns, cotidianos, reconhecíveis. Wagner viveu numa casa simples em Atibaia, foi o caseiro que contava historinhas para a filha de Goswin Milz, que o chamava de “vovô”, e também foi a “Besta de Sobibor”, capaz das piores atrocidades. Há, portanto, uma relação gráfica e visual profundamente integrada ao texto, porém, Cony não vai abordá-las de forma direta. As imagens não explicam o texto, nem o texto explica as imagens, ambos se tensionam. A normalidade visual do presente é permanentemente atravessada pela memória gráfica do extermínio. Essa montagem visual reforça a tese central da reportagem: o nazismo não terminou em 1945, ele sobreviveu nos corpos, nos silêncios e nas vidas reconstruídas de seus agentes.

⁴⁶⁵ CONY, 1978, p. 20-25.

Por sua vez, foi na condução da entrevista que Cony extrapola os extremos do mal e do comum. Gustav Franz Wagner é apresentado sob o signo da banalidade perturbadora do mal:

- O senhor não se considera uma besta humana? Uma fera nazista?
- Não. Aqueles que me conhecem sabem que não sou nada disso. Sou um homem como outro qualquer. Gosto do trabalho, gosto de tratar a terra, de fazer construções, de animais, de contar histórias para crianças... [...]
- Não é exatamente por isso que o senhor está preso.⁴⁶⁶

O texto e as imagens insistem no contraste entre o passado monstruoso e o presente aparentemente comum. Em um dos trechos mais significativos, Wagner é citado dizendo: “Sou um homem como outro qualquer”. Essa fala, destacada graficamente com letras garrafais, funciona como estratégia narrativa central: ela não humaniza Wagner no sentido de absolvição, mas expõe a dissonância brutal entre o discurso de normalidade e o histórico de extermínio. A reportagem não o descreve como um louco ou um sádico isolado, mas como alguém que se integrou à vida social comum, o que torna sua presença ainda mais ameaçadora:

Na sala do delegado-geral da Polícia Federal, em São Paulo, ele é um homem tranquilo e fatigado. Conta e reconta a sua história, mente pouco, apenas para esconder a participação de possíveis sócios que permanecem no Brasil. No mais, admite quase tudo que lhe é imputado, menos a classificação de *besta humana* ou *fera nazista*.⁴⁶⁷

Stanislaw Szmajzner é representado como sobrevivente e autoridade que expõem aquilo que Wagner esconde e forçosamente tenta negar:⁴⁶⁸

⁴⁶⁶ CONY, 1978, p. 22.

⁴⁶⁷ *Ibidem*, p. 24.

⁴⁶⁸ *Ibidem*, p. 22.

Figura 29: Reportagem – “Os carrascos estão entre nós”. O livro *Inferno em Sobibor* em primeiro plano, seguido de Szmajzner no plano de fundo



Fonte: CONY, Carlos Heitor. Os carrascos estão entre nós. *Manchete*. Rio de Janeiro, 17 jun. 1978, p. 20.

Visualmente, sua imagem aparece associada ao livro *Inferno em Sobibor*, a obra segue em primeiro plano, quase como um documento ou prova material. Graficamente, essa associação reforça a leitura já consolidada ao longo da cobertura: Szmajzner não é apenas alguém que narra, mas alguém que documenta, denuncia, persiste e confronta seu algoz. No texto, sua figura surge ligada à memória ativa, ao esforço contínuo de rememoração e denúncia que permite desfazer a farsa do carrasco contador de histórias para crianças:

[...] inferno de Sobibor, onde homens como Wagner, que gostaria de estar cuidando de galinhas, se transformaram em carrascos, para saciar a demência assassina dos que se julgavam donos da verdade. E, em nome dela, cometeram todos os crimes.⁴⁶⁹

Para desarticular o discurso evasivo de Wagner, Cony mobiliza sistematicamente *Inferno em Sobibor* como contraponto narrativo e fonte de verificação. Diante de um carrasco que insiste em esquecer e negar, o jornalista reconstrói o campo por meio de perguntas precisas: sobre as funções exercidas, sobre a organização do espaço, sobre o que ocorria na plataforma de chegada dos trens. As respostas de Wagner seguem um

⁴⁶⁹ CONY, 1978, p. 25.

padrão de esquiwa: “não era da minha conta”, “não me lembro”, “nada tinha a ver com o massacre”, compondo uma retórica de distanciamento dos crimes cometidos.⁴⁷⁰

É nesse ponto que o livro de Szmajzner assume papel decisivo. Ao reportar as negativas do nazista, Cony deliberadamente preenche os vazios da fala de Wagner com o testemunho do sobrevivente, repondo aquilo que o carrasco tenta apagar: “O depoimento mais completo sobre suas atividades em Sobibor está contido no livro de Stanislaw Szmajzner”.⁴⁷¹ Assim, quando observa que Wagner mentia “para valer”, o jornalista imediatamente reinscreve a verdade histórica: “Conta Szmajzner em seu livro”. Em outra passagem, Cony lembra que Szmajzner “se livrou da morte porque, na tal plataforma, teve a audácia de se dirigir a Wagner para dizer que era ourives”, recolocando o acusado no centro da engrenagem assassina que ele tenta negar.⁴⁷²

Assim como inicia a matéria, Cony encerra sua advertência ressaltando como o título “Os carrascos estão entre nós” sintetiza sua reflexão: “Os carrascos nazistas estão aí, alguns justicados, outros ainda impunes. Mas nem só o nazismo produziu carrascos. Eles continuam e sempre é bom saber que, um dia, a hora deles poderá chegar”.⁴⁷³ Eles vivem impunes ocultando seus crimes, “vivendo como um homem simples”, cuidando de galinhas, contando historinhas para crianças. *Inferno em Sobibor* surge como instrumento de desmontagem da versão enganosa, operando contra o esquecimento deliberado e a banalização do mal. O livro projeta a autoridade de Szmajzner e transforma sua sobrevivência em ato político: lembrar, aqui, é desmascarar a mentira.

4.3. Entre a revista e o Supremo Tribunal Federal: o projeto editorial “Szmajzner-Cony” em face do ressurgimento do ódio e o fracasso da extradição

Em 1979, *Inferno em Sobibor* teve uma reedição 11 anos depois, após o descobrimento de um novo nazista fugitivo que morava tranquilamente, como chacareiro, em Atibaia, interior de São Paulo, e era chamado de a “Besta de Sobibor”, Gustav Franz Wagner. Ainda que o testemunho de Szmajzner fosse imprescindível para o caso Wagner, seria suficiente para justificar uma segunda edição da obra? E quais foram as motivações para esse novo projeto?

⁴⁷⁰ CONY, 1978.

⁴⁷¹ *Ibidem.*

⁴⁷² *Ibidem.*

⁴⁷³ *Ibidem.*

Esse trabalho editorial não se limita à figura de Bloch, mas se desdobra na revista *Manchete*, que redobrou o fôlego na divulgação da nova edição de *Inferno em Sobibor*. Antes do lançamento da segunda edição, o novo plano editorial teve uma troca de direção, escolhendo o escritor e jornalista Carlos Heitor Cony como editor. Cony era ou foi o principal jornalista da revista na década de 1970, também era o *ghostwriter* do fundador da Bloch, Adolpho, e responsável pela edição das memórias de Juscelino Kubitschek, consideradas um grande sucesso da editora.⁴⁷⁴

Antes da segunda edição ter sido produzida, Cony desenvolveu um projeto agressivo de divulgação da obra. Ao longo do mês de junho e agosto de 1978, foi publicada uma versão condensada da obra *Inferno de Sobibor* na revista *Manchete*, dividida em “cinco capítulos”. Os capítulos receberam o mesmo título: “Eu escapei do Inferno de Sobibor”. O primeiro capítulo foi assinado exclusivamente por Szmajzner; as seguintes ficaram a cargo, em conjunto, por Szmajzner e Cony, esse último possivelmente responsável pela condensação da obra.

O primeiro capítulo, na verdade, é resultado de uma grande entrevista concedida por Szmajzner possivelmente para Cony, que já havia entrevistado o verdugo anteriormente. Trata-se de um texto construído para impactar o leitor, mobilizando o relato em primeira pessoa de Stanislaw Szmajzner como eixo de legitimidade e verdade:

Foi uma sensação estranha, que me deixou angustiado e, ao mesmo tempo, bastante preocupado: abri um jornal carioca e li impresso este nome: Gustav Franz Wagner. Era a legenda de uma foto tirada num hotel em Itatiaia, de um alemão ali hospedado. Examinei bem o retrato. Ele não me impressionou. Mas não conseguia tirar os olhos daqueles três nomes, naquela terrível seqüência: Gustav – Franz – Wagner. Estou com 51 anos, nasci numa pequenina cidade da Polônia e, desde os 15 anos, não houve um dia de minha vida em que não pense, não sofra, não me espante e não me revolte quando, na minha cabeça, se formam esses três nomes: Gustav Franz Wagner.⁴⁷⁵

Primeiro, o sobrevivente se ocupa em deslocar a perspectiva da sua atuação à identificação do “falso Wagner”, concentrando-se em como o nome do carrasco evocava uma rememoração do inferno: “[...] sinceramente, por mais que olhasse o retrato publicado, não conseguia sentir o mesmo espanto e pavor que o nome – esse sim – despertava em mim”.⁴⁷⁶ O acontecimento central não é um fato novo imediato, mas a

⁴⁷⁴ PENA, 2010, p. 86; 108.

⁴⁷⁵ SZMAJZNER, Stanislaw. “Eu escapei do inferno de Sobibor” 1. *Manchete*. Rio de Janeiro, 15 jul. 1978, p. 14. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/177746>. Acesso em: 16 jan. 2026.

⁴⁷⁶ SZMAJZNER, 1978, p. 14.

revelação continuada dos crimes cometidos nos campos de extermínio do Terceiro Reich, agora articulada à identificação de Gustav Wagner como “monstro nazista” e à permanência desses algozes no pós-guerra.

A narrativa se abre com força dramática: Szmajzner é apresentado como sobrevivente e testemunha direta, alguém que “escapou do inferno”, expressão que não apenas dá título ao texto, mas estrutura toda a sua lógica narrativa. Szmajzner conta como se envolveu com o caso, desde a primeira leitura no jornal, assistindo ao desenrolar das investigações na televisão e o momento que Wagner foi preso e negou ser o carrasco procurado pela justiça. A partir daí, narra sua aventura saindo de Goiânia às pressas, com a ajuda de conexões que tinha com o consulado de Israel. Disseram ao sobrevivente: “Você precisa vir imediatamente para cá, o homem está negando que é o Wagner de Sobibor, a polícia não sabe o que fazer, falta alguém que o identifique, pelo amor de Deus, corra, antes que seja tarde e soltem o homem!”.⁴⁷⁷ E o texto reforça essa posição ao destacar sua capacidade de identificar algozes, nomes e funções, como quando afirma ter reconhecido Wagner como figura central do campo, alguém que exercia o terror de forma cotidiana: “No mundo inteiro, haveria cinco, talvez seis pessoas capazes de fazer a identificação e eu era a mais próxima e, talvez, a mais motivada”.⁴⁷⁸

Gustav Wagner é apresentado de modo radicalmente oposto. A reportagem constrói sua figura por meio de contrastes: de um lado, o homem que vive no Brasil, envelhecido, integrado à vida civil; de outro, o carrasco de Sobibor, descrito como sádico, violento e central na engrenagem do extermínio. O texto destaca sua recusa em assumir essa identidade, enfatizando que “Wagner negava ser a fera nazista”, preferindo se apoiar em apelidos e lembranças seletivas, como trabalhar como pedreiro e fiscalizar a chegada dos prisioneiros. Essa negação, no entanto, não é apresentada como dúvida legítima, mas como estratégia discursiva, desmontada pelo testemunho de Szmajzner: “Wagner negava ser a fera nazista, até que eu o chamei pelo nome que seus amigos lhe davam em Sobibor: Gustl”. Wagner aparece como alguém que tenta escapar da história, enquanto a reportagem se empenha em reinscrevê-lo nela.

O livro *Inferno em Sobibor* ocupa papel central na reportagem, funcionando simultaneamente como fonte, prova e símbolo:

Nenhum homem que sobreviveu ao terror da guerra e ao extermínio [sic] dos campos de genocídio pode ficar em silêncio. Não vingaremos

⁴⁷⁷ *Ibidem*, p. 16.

⁴⁷⁸ *Ibidem*.

apenas em Gustav Franz Wagner, o carrasco de Sobibor. Procuramos também despertar a letargia daqueles que consideram o nazismo uma mania de loucos. Sim, eles foram loucos, eles continuam loucos. Para lembrar e provar essa loucura, vamos publicar, nos próximos números, a condensação do meu livro sobre o inferno de Sobibor.⁴⁷⁹

Contra a negação, deve-se publicar; para se vingar, é preciso lembrar. Para Szmajzner, os sobreviventes devem se vingar, e o silêncio não é uma escolha possível. A figura de Wagner representa um símbolo da impunidade prolongada que foi alimentada por aqueles que continuam anestesiados e não compreendem os perigos do nazismo. O texto, assim, não apenas informa, mas assume posição clara: a de que a memória é um campo de disputa e que o testemunho dos sobreviventes permanece como uma das armas mais poderosas contra o esquecimento e a banalização do terror praticado por homens como Wagner.⁴⁸⁰

Szmajzner sugere que o livro dá forma escrita ao que muitos prefeririam manter oculto, reforçando a ideia de que a memória, quando registrada, se torna irrecusável. O livro aparece, assim, como extensão da voz do sobrevivente que retira o véu daqueles que não conseguem enxergar o horror do inferno de Sobibor e expõem a vida pacata que criminosos nazistas ganharam sem merecer.

Os personagens que compõem a narrativa vão além de Szmajzner e Wagner. Surgem jornalistas, investigadores, autoridades, outros sobreviventes e figuras do entorno social de Wagner no Brasil. Essa multiplicidade reforça a dimensão coletiva da narrativa e sustenta a ideia de que o nazismo não terminou em 1945, mas encontrou refúgios e silêncios. A reportagem constrói cenas detalhadas, alternando lembranças do campo, marcadas por violência, medo e morte, com descrições do presente, em que o criminoso tenta viver como homem comum. Esse contraste é um dos principais recursos narrativos do texto.

A escolha das imagens é profundamente coerente com essa estratégia. A fotografia de Szmajzner jovem, associada à ideia de sobrevivência e testemunho, dialoga com imagens mais recentes, em que ele aparece como homem maduro, portador da memória. Já Wagner é retratado em imagens que enfatizam sua idade avançada, sua aparente normalidade e seu isolamento, reforçando o choque entre aparência e passado. O grande retrato de Wagner em pé, em ambiente doméstico ou institucional, não o humaniza no

⁴⁷⁹ SZMAJZNER, 1978, p. 17.

⁴⁸⁰ LOTHE; SULEIMAN, 2012, p. 164-165.

sentido moral, mas evidencia a dissonância entre o homem visível e o criminoso oculto. As imagens funcionam como acusação silenciosa, convidando o leitor a confrontar o fato de que o “monstro” não tem feições extraordinárias.

A condensação de *Inferno em Sobibor* publicada pela *Manchete* opera como uma reescrita estratégica do testemunho de Stanislaw Szmajzner, orientada menos pela totalidade autobiográfica do livro e mais pela sua eficácia documental no presente. Trata-se de uma seleção que transforma o relato em jornalismo interpretativo, organizando-o em torno de acontecimentos que explicam o funcionamento do campo e, sobretudo, permitem identificar responsabilidades individuais do carrasco que se encontra preso no Brasil:

Figura 30: Condensação – "Eu escapei do Inferno de Sobibor".



Fonte: CONY, Carlos Heitor; SZMAJZNER, Stanislaw. Eu fugi do Inferno de Sobibor. *Manchete*. Rio de Janeiro, 22 jul. 1978, p. 50-53

O segundo capítulo tem como acontecimento central a ocupação alemã na Polônia. O texto reconstrói o início da perseguição durante a invasão da Polônia, a segregação dos judeus, os transportes em vagões de gado e culmina na chegada ao campo. São narrados o choque inicial, a compressão física e simbólica dos corpos e a descoberta gradual da lógica do extermínio. Destacam-se episódios como a seleção na plataforma, o engano do “banho” e o primeiro contato com Gustav Wagner e Franz Stangl. O capítulo estabelece o cenário do horror e apresenta Sobibor como uma máquina organizada de morte, introduzindo o leitor no universo narrativo do livro.⁴⁸¹

⁴⁸¹ CONY, Carlos Heitor; SZMAJZNER, Stanislaw. Eu fugi do Inferno de Sobibor. *Manchete*. Rio de Janeiro, 22 jul. 1978, p. 50-53. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/177996>. Acessado em: 16 jan. 2026.

Entre as imagens mobilizadas na condensação, destacam-se fotografias que remetem diretamente ao passado traumático: cenas da desocupação dos guetos e das deportações forçadas, nas quais multidões são empurradas para os trens que conduzem aos campos de extermínio. Essas imagens funcionam como âncoras visuais do relato memorialístico, reafirmando a experiência coletiva da violência e inscrevendo a narrativa de Szmajzner em um repertório iconográfico já reconhecido do genocídio nazista.

Ao lado dessas imagens históricas, surgem duas fotografias que não se vinculam diretamente ao tempo narrado no livro, mas que operam uma articulação decisiva com o presente imediato. A primeira mostra Szmajzner sentado em um escritório, diante de uma máquina de escrever, redigindo o que a legenda anuncia como seu próximo livro, dedicado ao ressurgimento do nazismo. A imagem desloca o sobrevivente do lugar exclusivo da vítima do passado para o de escritor engajado no presente, alguém que transforma a experiência traumática em ação contínua de vigilância e denúncia. A segunda fotografia registra a prisão de Gustav Wagner no DOPS de São Paulo. A legenda, longe de ser neutra, introduz uma citação direta de *Inferno em Sobibor*: “Surgiu um oficial gigantesco germânico. Dava urros”, fundindo a imagem contemporânea do acusado com a descrição literária do carrasco no campo de extermínio.⁴⁸²

Essa justaposição entre passado e presente, operada simultaneamente pelo texto e pelo conjunto de imagens, atualiza o relato de *Inferno em Sobibor* e o reinscreve em um novo horizonte de sentido. A condensação deixa de ser apenas uma recuperação memorialística e passa a funcionar como intervenção política e moral no presente. O passado não é apresentado como algo encerrado, mas como uma experiência cuja continuidade se manifesta na impunidade dos criminosos e na persistência de ideologias extremistas.

Nesse sentido, a publicação da condensação dialoga diretamente com a preocupação explicitada por Szmajzner no capítulo anterior, quando afirma a necessidade de “despertar a letargia daqueles que consideram o nazismo uma mania de loucos”, insistindo que “eles foram loucos, eles continuam loucos”.⁴⁸³ A escolha das imagens e dos trechos narrativos reforça essa advertência: lembrar não é apenas um exercício de memória, mas uma forma de provar que a violência não pertence exclusivamente ao passado.

⁴⁸² *Ibidem*, p. 52.

⁴⁸³ SZMAJZNER, 1978, p. 17.

Assim, a condensação de *Inferno em Sobibor* não deve ser compreendida apenas como uma estratégia editorial voltada à promoção de uma futura segunda edição do livro. Trata-se, antes, de uma reivindicação explícita de justiça e responsabilização. Ao relacionar o testemunho de Szmajzner com a prisão de Wagner e com a presença de simpatizantes do nazismo em território brasileiro, que “viviam tão tranquilamente” e sequer se ocultavam, como nos episódios envolvendo o Hotel Tyll, a revista constrói uma narrativa que denuncia a normalização da barbárie. O gesto editorial, portanto, transforma o livro em instrumento de acusação pública que expande os temas do texto original, reiterando que a memória do extermínio só cumpre sua função plena quando confronta a impunidade no presente.

O terceiro capítulo concentra-se na organização interna do campo e na rotina do extermínio, detalhando seus espaços, funções e personagens. Nessa condensação, descrevem-se detalhadamente as figuras de Stangl e, principalmente, Wagner. O acontecimento narrado não é um episódio isolado, mas o funcionamento cotidiano da violência: o trabalho forçado, as oficinas, os depósitos de bens roubados, o trajeto até a câmara de gás e o papel ativo de Wagner nesse processo. Ganham destaque cenas como o corte de cabelo, o “banho” e o assassinato em massa. O capítulo aprofunda a compreensão do campo como estrutura racional e administrativa, reforçada pelas descrições técnicas que são valorizadas no relato de Szmajzner.

Essa segunda parte da condensação apresenta uma imagem de Franz Stangl junto à seção do texto que menciona a descoberta do comandante por parte de Szmajzner:

Figura 31: Fotografias de Stangl (à esquerda) numa foto de 1944. À direita, sua prisão em São Paulo, em 1967



Fonte: CONY, Carlos Heitor; SZMAJZNER, Stanislaw. “Eu fugi do Inferno de Sobibor” 3. *Manchete*. Rio de Janeiro, 29 jul. 1978, p. 33.

A presença visual de Stangl funciona menos como acontecimento novo e urgente e mais como referência anterior: ele aparece como o paradigma do carrasco já desmascarado: “Morreu cumprindo pena na Alemanha”.⁴⁸⁴ Assim como no capítulo anterior, nada sobre a prisão, extradição e condenação de Stangl é mencionado, somente a fotografia realiza esse salto temporal, funcionando como elo narrativo entre o passado do campo e o presente das investigações. Sua imagem legitima a perseguição a Wagner e reforça a ideia de que *Inferno em Sobibor* não é apenas um relato memorialístico, mas um instrumento ativo de responsabilização criminal.

A quarta parte da condensação tem como eixo narrativo a sobrevivência dentro do campo e as estratégias de Szmajzner para adiar a sua morte. Aqui, o acontecimento central é a permanência forçada em Sobibor e os mecanismos que permitiram a Szmajzner sobreviver: sua habilidade como ourives, a negociação direta com oficiais, a observação atenta da hierarquia do campo. Ao mesmo tempo, o capítulo destaca a brutalidade extrema de Wagner, descrito em episódios de violência gratuita e explosões de fúria:

⁴⁸⁴ CONY, Carlos Heitor; SZMAJZNER, Stanislaw. “Eu fugi do Inferno de Sobibor” 3. *Manchete*. Rio de Janeiro, 29 jul. 1978, p. 32-34. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/178137>. Acesso em: 16 jan. 2026.

[...] o gigante Wagner irrompeu pela improvisada oficina de ourives. Foi logo perguntando pelo seu monograma. [...] O maciço oficial desfigurou-se. Franziu a testa e ficou com o semblante carregado, deixando transparecer ódio e indignação, [...] advertiu-me de que a partir daquele instante, jamais executasse qualquer serviço sem a sua prévia anuência [...] Wagner era um héracles. Sua força física era tamanha que o seu potente tapa fazia com que a vítima caísse imediatamente. [...] O bestial alemão começou a vibrar murro e pontapés, sem dó nem piedade e sem escolher o alvo ou o lugar.⁴⁸⁵

O contraste entre a racionalidade do sobrevivente e a arbitrariedade do carrasco estrutura a narrativa, preparando o leitor para a ruptura final com a revolta do campo.

Os perpetradores são explorados em detalhes na condensação, enquanto a presença simultânea de fotografias de Gustav Wagner e Franz Stangl, ambas diferentes das imagens anteriormente publicadas, não cumpre uma função meramente ilustrativa ou de identificação:

Figura 32: Franz Stangl (ao lado esquerdo) toma o seu lugar no banco dos réus no Tribunal de Düsseldorf. À direita, Gustav Franz Wagner, logo depois de sua prisão em São Paulo, quando ainda negava que fora carrasco em Sobibor.



Fonte: CONY, Carlos Heitor; SZMAJZNER, Stanislaw. “Eu fugi do Inferno de Sobibor” 4. *Manchete*. Rio de Janeiro, 29 jul. 1978, p. 46

O procedimento editorial, ao explorar essas imagens, não está mais dizendo “este é Wagner”, “aquele é Stangl”. Ao contrário, Wagner e Stangl deixam de ser acontecimentos isolados e passam a operar como seres de um mesmo sistema de extermínio. O registro de Stangl no tribunal em 1970 e a prisão de Wagner em 1978

⁴⁸⁵ CONY, Carlos Heitor; SZMAJZNER, Stanislaw. “Eu fugi do Inferno de Sobibor” 4. *Manchete*. Rio de Janeiro, 5 ago. 1978, p. 44-46. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/004120/178304>. Acessado em: 16 jan. 2026.

esgotam a excepcionalidade do carrasco e reforçam a ideia de continuidade e repetição do crime. Assim como o texto da condensação de *Inferno em Sobibor* seleciona episódios que evidenciam a organização e a rotina do campo, as imagens constroem uma equivalência visual entre os dois nazistas, sugerindo que Sobibor não produziu um único verdugo, mas criminosos que, ainda que tardiamente, foram responsabilizados.

A quinta e última parte da condensação culmina na rebelião, na fuga de Sobibor e na projeção do testemunho no presente histórico. O acontecimento narrado é a explosão da ordem do campo: a organização da revolta, o assassinato de oficiais, a tentativa coletiva de escapar e a dispersão dos sobreviventes. Ao final a narrativa se desloca então para o pós-guerra, conectando a fuga ao compromisso de testemunhar:⁴⁸⁶

Figura 33: Condensação – “Eu fugi do Inferno de Sobibor”, capítulo final



Fonte: CONY, Carlos Heitor; SZMAJZNER, Stanislaw. “Eu fugi do Inferno de Sobibor”, capítulo final. *Manchete*. Rio de Janeiro, 12 ago. 1978, p. 94-97

A capa do material é construída a partir de uma composição visual que se estende pelas duas primeiras páginas e já antecipa o tom interpretativo da reportagem. Em plano secundário, observa-se uma fotografia atribuída à visita de Heinrich Himmler ao campo de Sobibor; contudo, trata-se, na realidade, de um registro de sua visita ao campo de

⁴⁸⁶ CONY, Carlos Heitor; SZMAJZNER, Stanislaw. “Eu fugi do Inferno de Sobibor” final. *Manchete*. Rio de Janeiro, 12 ago. 1978, p. 94-97. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/004120/178506..> Acessado em: 16 jan. 2026.

concentração de Mauthausen, em 1941.⁴⁸⁷ Essa imprecisão documental não é irrelevante: ela evidencia o uso de imagens de arquivo menos como prova histórica rigorosa e mais como exemplares visuais do poder nazista e da engrenagem do extermínio.

Em primeiro plano, destaca-se um fotograma da minissérie *Holocausto* (1978), representando prisioneiros em fuga de um campo de concentração alemão. A escolha não é casual: a mesma imagem foi utilizada no projeto gráfico da capa da segunda edição de *Inferno em Sobibor*, que ainda não havia sido anunciada e somente seria publicada no ano seguinte.⁴⁸⁸ Essa coincidência revela a convergência entre o projeto editorial da revista *Manchete* e o da Editora Bloch, ambos marcados pela atuação de Carlos Heitor Cony, simultaneamente editor da nova edição do livro e responsável pela condensação publicada no periódico.

A influência de Cony não se limita à seleção e à organização do texto dos capítulos condensados. Ela se estende à própria materialidade da narrativa em formato revista: títulos em corpo ampliado, fórmulas reiteradas, legendas que orientam a leitura e fotografias que deslocam o relato do passado para o presente constroem uma urdidura discursiva que transforma a memória em denúncia ativa. O suporte da revista, assim, não apenas veicula o testemunho, mas o reatualiza como advertência histórica.

No desfecho, a obra estabelece uma ponte entre um passado marcado pela impunidade e um presente atravessado pela reaparição de discursos e agrupamentos neonazistas. *Inferno em Sobibor* deixa de ser apenas um relato memorialístico para se afirmar como intervenção ética e política:

Vim para o Brasil e aqui constituí família. Trabalhei como ourives e, mais tarde, como fazendeiro. Mas sabia que não podia esquecer a minha verdadeira missão: narrar para o mundo o inferno de Sobibor, em toda a sua crueza, em toda a sua desumanidade.⁴⁸⁹

E prossegue, vinculando o testemunho à urgência contemporânea: “No momento em que o neonazismo surge em várias partes do mundo, o meu testemunho, feito de sangue e horror, deve servir para lembrar à consciência dos homens o massacre impiedoso de milhões de judeus”.⁴⁹⁰ Dessa forma, o projeto gráfico e editorial da revista não apenas divulga um livro, mas constrói um regime de leitura em que imagem, texto e atualidade

⁴⁸⁷ BUNDESARCHIV. Heinrich Himmler visita o campo de concentração de Mauthausen. [Fotografia]. 1941. In: GALILEU. *Diários de homem que era o braço direito de Hitler são encontrados na Rússia*. Disponível em: <https://g1.globo.com/.../artigo-com-a-imagem>. Acesso em: 17 jan. 2026.

⁴⁸⁸ SZMAJZNER, Stanislaw. *Inferno em Sobibor*. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1979.

⁴⁸⁹ CONY; SZMAJZNER, 1978, p. 97.

⁴⁹⁰ *Ibidem*.

se articulam para transformar o relato do extermínio em instrumento de responsabilização histórica e de resistência ao esquecimento.

Um pouco depois da publicação do último capítulo da condensação de *Inferno em Sobibor*, Cony assinou a matéria “Nazismo: prescrição e ressurreição”. Ainda que não fosse diretamente relacionado ao projeto do relato, o texto revela detalhes sobre as escolhas realizadas na publicação da edição condensada. A matéria aprofunda ideias já mencionada no projeto, a problemática coletiva e contemporânea: a permanência social e política do nazismo para além de 1945. O acontecimento central já não é o campo de extermínio, mas o seu reaparecimento simbólico no espaço público brasileiro.⁴⁹¹

Os fatos selecionados são, portanto, exemplares e estratégicos: ataques a sinagogas em São Paulo e no Sul do país, reaparição de suásticas nos muros, circulação de literatura e iconografia nazistas e a organização de grupos explicitamente neonazistas. Esses eventos não são tratados como episódios isolados, mas como sintomas de uma continuidade ideológica. A prisão de Gustav Wagner atua como gatilho narrativo: “Com a prisão de Gustav, as suásticas voltaram a aparecer nos muros”. A lógica editorial sugere que a desvelamento do passado ativa tensões latentes no presente.⁴⁹²

Essa escolha não é casual. Ao invés de concentrar-se apenas no percurso jurídico do criminoso, a revista amplia o enquadramento: a captura do carrasco não encerra a história, ela a reabre. O passado, longe de estar sepultado, retorna sob novas formas.

A construção visual reforça esse argumento:

⁴⁹¹ CONY, Carlos Heitor. Nazismo: prescrição e ressurreição. *Manchete*. Rio de Janeiro, 19 ago. 1978, p. 132. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/178696>. Acesso em: 18 jan.2026.

⁴⁹² *Ibidem*, p. 132-133.

Figura 34: Reportagem – CONY, Carlos Heitor. “Nazismo: prescrição e ressurreição”



Fonte: CONY, Carlos Heitor. Nazismo: Prescrição e ressurreição. *Manchete*. Rio de Janeiro, 19 ago. 1978, p. 132

A fotografia de grande impacto mostra uma multidão realizando a saudação nazista em Hamburgo (Alemanha). A imagem, deslocada de seu contexto original europeu, funciona como um ícone do fanatismo de massas e do apelo emocional do autoritarismo. Ela não documenta o Brasil, mas produz um efeito de analogia: aquilo que foi possível “lá” permanece possível “aqui”.

Na sequência, os cartazes com a suástica e a inscrição “Symbol of White Power” operam um deslocamento temporal decisivo. A suástica deixa de ser apenas memória do Terceiro Reich e passa a ser emblema de movimentos contemporâneos, articulados ao racismo e ao anticomunismo.

As pequenas reproduções de capas de revistas estrangeiras sobre Hitler cumprem outra função: demonstrar a circulação cultural do nazismo como mercadoria simbólica. O mal não aparece apenas como crime, mas como produto editorial, consumido e estetizado. Para Cony, essas narrativas dialogam diretamente com a reunião que o jornalista teve com Szmajzner para definir o projeto da condensação:

Quando iniciamos a publicação em capítulos do livro *Inferno em Sobibor*; seu autor, Stanislaw Szmajzner, declarou-nos que o episódio da prisão de Gustav Franz Wagner deveria ser aproveitado para uma retomada de consciência a respeito não apenas dos crimes de guerra mas do ressurgimento do nazismo em muitos países.⁴⁹³

Szmajzner insiste em romper com qualquer forma de banalização do horror e de distanciamento temporal com o acontecimento do terror. O relato do sobrevivente fornece a medida do que está em jogo quando esses símbolos retornam ao espaço público. Não se trata de uma ideologia abstrata, mas de uma prática histórica de extermínio.

A escolha de imagens de Wagner e de documentos relacionados à sua prisão e extradição funciona como âncora factual. Elas garantem que a discussão não derive para a abstração moral, mas permaneça ligada a responsabilidades concretas. O carrasco está vivo, impune por décadas, e protegido por redes sociais e políticas que explicam, em parte, a sobrevivência dessas ideias.

Desse modo, o encadeamento entre passado e presente não é apenas narrativo, mas argumentativo: Sobibor e Wagner são apresentados como o horizonte de sentido da reparaçãõ do nazismo. Cada suástica pintada no muro, cada reunião neonazista, cada panfleto antissemita são interpretados à luz da experiência concentracionária.

A decisão editorial de articular essas camadas responde, portanto, a uma estratégia clara: transformar a memória em instrumento de vigilância histórica. A condensação de *Inferno em Sobibor*, ao lado dessas reportagens, não visa apenas informar, mas advertir. Cony menciona o processo de extradição de Wagner e como a edição de *Inferno em Sobibor* apresentada na *Manchete* expõem os crimes do carrasco:

A série que MANCHETE publicou condensado o livro de Stanislaw Szmajzner, ficou notória a participação de Gustav Franz Wagner em vários episódios de brutalidade e sandice. Preso em Brasília, recolhido a um hospital psiquiátrico, Wagner espera que o governo brasileiro, através do Ministério da Justiça, peça ao Supremo Tribunal Federal a sua extradição.⁴⁹⁴

O testemunho de Szmajzner é mobilizado como prova de que o nazismo não pertence ao passado, mas a um repertório político que pode ser reativado sempre que a sociedade naturaliza o ódio e relativiza a violência. Cony, por sua vez, formula uma reflexão que antecipa o desfecho do processo de extradição de Wagner, que só ocorreria no ano seguinte. Ele explicita as contradições jurídicas do pedido alemão, ao evidenciar

⁴⁹³ CONY, 1978, p. 134.

⁴⁹⁴ *Ibidem*.

que, embora o Código Penal da Alemanha previsse a prisão perpétua para crimes dessa natureza, o mesmo ordenamento também estabelecia a prescrição em 30 anos, prazo que se completara em 1973.⁴⁹⁵No entanto, Cony não se limita a apontar essa inconsistência formal. Ele demonstra que, para que a extradição fosse juridicamente viável, seria necessário que a acusação se fundamentasse no Código Penal brasileiro, que reduzia a prescrição para 20 anos. Assim, independentemente da gravidade dos crimes, Wagner encontrava-se, na prática, protegido pela inércia e pela ambiguidade das instâncias judiciais alemãs, bem como pelas brechas legais brasileiras. Desse modo, Cony antevê corretamente que o Brasil poderia, e provavelmente iria, negar a extradição, como de fato ocorreu em 1979.

Ao problematizar a possibilidade concreta de justiça no caso Wagner, Cony adere à perspectiva ética que orienta o projeto de Szmajzner e a publicação de sua obra na *Manchete*:

No plano pessoal, acredito que o caso Wagner pode terminar por aí. Mas há um outro caso que não terminará nunca: a estupidez do ódio daqueles que matam, torturam e perseguem qualquer ser humano em nome de qualquer ideologia, crença ou tática política.⁴⁹⁶

Assim, por meio de um projeto coletivo, protagonizado por Szmajzner e Cony, a revista constrói um regime de leitura no qual imagem, documento e narrativa se entrelaçam para sustentar uma tese central: enquanto houver indiferença, haverá ressurgimento. E enquanto houver sobreviventes capazes de narrar, haverá, ao menos, resistência ao esquecimento.

Com o encerramento dos capítulos condensados de *Inferno em Sobibor*, não houve mais divulgação da edição de 1968 na revista *Manchete* ou em outros jornais, o que favoreceu o aparecimento de leitores interessados em conhecer mais profundamente o livro de Szmajzner. No entanto, não encontravam a obra nas livrarias: “Há muito venho procurando, sem encontrar, o livro *O Inferno en [sic] Sobibor*. Agora, li em *Manchete* (nº 1.369) um artigo do próprio autor do trabalho, Stanislaw Szmajzner. Isso me deu esperança de, finalmente, localizar o livro. Roseli Rocha Faria. Paracatu”.⁴⁹⁷ O exemplar da revista citada é a mesma que continha a entrevista de Szmajzner que anunciou a condensação da obra. Essa carta do leitor foi prontamente respondida pelo editorial,

⁴⁹⁵ CONY, 1978, p. 135.

⁴⁹⁶ *Ibidem*.

⁴⁹⁷ FÁRIA, Roseli Rocha. O leitor em manchete. *Manchete*. Rio de Janeiro, 16 set. 1978. p. 58. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/179282>. Acesso em: 18 jan. 1978.

naquela mesma seção: “O livro de Szmajnzner sobre os massacres de Sobibor sairá brevemente em segunda edição, publicado por Bloch Editores”.⁴⁹⁸ Essa foi a primeira notícia que anunciou o lançamento futuro da segunda edição de *Inferno em Sobibor*.

Porém, foi somente no dia 10 de novembro de 1979 que houve o anúncio de divulgação de venda da segunda edição, cerca de cinco meses após o indeferimento dos pedidos de extradição de Wagner.⁴⁹⁹

Figura 35: Anúncio – “A vítima diante de seu carrasco”

da expulsa da África do Sul da União Postal Europeia em decorrência da política de apartheid em vigor naquele país. Na realidade, de acordo com o 18.º Congresso e levando em conta sua responsabilidade como anfitrião, o Brasil se absteve nessa votação. A expulsão da África do Sul, portanto, foi da maioria da assembléia. Nas discussões votações comprometeram em segredo ou em aberto única e exclusivamente de acordo com os interesses mais sinceros.

Do ponto de vista social, fora o profissional, o Congresso da União Postal também foi um êxito. Os congressistas se locomoveram a diversos pontos do país, participaram de eventos culturais e se divertiram em espetáculos folclóricos, de música e de dança. A parte agitada: dentro os delegados de 142 países não se registrou, durante todo o tempo, um só caso de doença. Háve momentos de preocupação na representação de Israel, anfitrião de honore por países árabes. Shlomo Ambar, chefe dos serviços postais de Israel e delegado ao congresso, revela:

“Houve rumores de que os árabes tentariam fazer passar alguma resolução contra nós, mas parecemos encontrar muita resistência no resto da União Postal. Tratou-se de uma iniciativa abortada antes do pronunciamento e, por incrível que pareça, principalmente porque não contamos com o apoio dos países africanos. A verdade é que o presidente do 18.º Congresso não mostrou uma postura de acordo com a sua posição. Seria grande afinalidade e omissão entre brasileiros e israelenses. Além de contestar, temos algumas razões comuns. As do Brasil estão na perspectiva de Israel e os nossos também estão ligados a essa região. O congresso venha sobre temas técnicos com propriedade, sem maiores envolvimento político. De qualquer maneira, creio que obtivemos expressão a vitória moral, de modo a adiar futuras intervenções por parte dos árabes. O 18.º Congresso da União Postal será realizado na Alemanha e o Brasil se fará representar na direção do Conselho Executivo, por cinco anos, na pessoa do Coronel Engenheiro Abalado Botto de Barros, que também estará no órgão consultivo. Essas duas indicações consagraram um homem que se impõe internacionalmente por sua competência.”

Nova São Paulo, o antigo sonho dos paulistanos se transforma numa agradável realidade.

Não é de hoje que uma boa moradia de paulistanos sonha com um bairro que fique perto de São Paulo mas não se locomovam de uma cidade grande. Um bairro onde se possa morar no meio da natureza, com lagoas, ar puro e muito verde, e com todo o conforto da vida moderna.

Essa história já existe. Seu nome é Nova São Paulo. E para se chegar até lá bastam apenas 11 minutos de Cobalto pela Estrada Boreas, construída no terreno Jusélio Boreas.

Em Nova São Paulo está nascendo um novo conceito de empreendimento imobiliário, uma vez que não se propõe a vender apenas lotes de terreno, mas casas já prontas para morar, com regras rígidas a natureza preservada intocável e amparada por uma infraestrutura que visa de encontrar as necessidades da vida moderna.

Dessa forma, a aquisição de uma residência em Nova São Paulo evita a especulação imobiliária, que temido que se propõe construir sua casa por conta própria. E com a grande vantagem de fazer a escolha dentro das exigências de cada um, sem a vez que a aquisição. Ampla, Confortável. Para outros vários modelos de casas que, com toda a certeza, vão agradar a gente, turistas e paulistanos.

Recente e não é fato de que se a casa é Nova São Paulo ainda intencionalmente o alívio de todos, pois são propostos inferiores aos que se pagam por apartamentos em São Paulo.

Outra grande vantagem de que Nova São Paulo é realmente o bairro mais do perfil paulista é o nome Lopes Casimiro de Moraes, que está à frente do empreendimento. Nome que vem garantindo confiança em nome de imobiliário há mais de 41 anos.

É quanto aos índices de valorização de Nova São Paulo, basta dizer que em 1971 o metro quadrado de terra na região custava apenas Cr\$ 20,00 e hoje, 8 anos depois, esse mesmo metro quadrado chegou Cr\$ 200,00, com a natural tendência de se valorizar ainda mais e mais.

Dessa forma, Nova São Paulo não só abre perspectivas sem igual de se morar num local privilegiado como também se valoriza em termos de investimento onde a valorização não encontra limites em termos de área do imóvel. Vale a pena conhecer Nova São Paulo, como vem afirmando gente que lá mora e que muito naturalmente se apaixonou pelo bairro.

A VÍTIMA DIANTE DE SEU CARRASCO

Leia **INFERNO EM SOBIBOR** e compreenda melhor as atrocidades de uma vítima diante de seu carrasco.

INFERNO EM SOBIBOR
uma publicação de Edições Bloch

A venda em livrarias ou pelo reembolso postal Cr\$ 180,00

BLOCH EDITORES S.A.
Rua Frei Caneca, 511 - 22.14 - 22.211 - Rio de Janeiro - RJ
Desde outubro de 1965 o 4105 1-7000 - INFERNO EM SOBIBOR - A Tragédia do Sobibor Alemanha, de Stanislaw Szmalczer, autor de Invasões e Operações de Guerra. Livro com 128 páginas, com 120 fotos em preto e branco e 12 ilustrações em cores. Cr\$ 180,00 (preço e entrega incluídos).

Nome _____
Endereço _____
Bairro _____ CEP _____
Cidade _____ Estado _____

Fonte: A VÍTIMA DIANTE DE SEU CARRASCO. *Manchete*. Rio de Janeiro, 10 nov. 1979, p. 143

Posteriormente, ocorreram mais três anúncios com a mesma peça publicitária “A vítima diante de seu carrasco”, todos antes da morte de Wagner. Depois disso, o livro não recebeu mais atenção. Não houve divulgação da obra em nenhum outro material ou em outro veículo da imprensa jornalística, exceto quando Wagner enfim tirou sua vida e, anos depois, em 1987, quando a obra foi mencionada como fonte para a produção do filme de

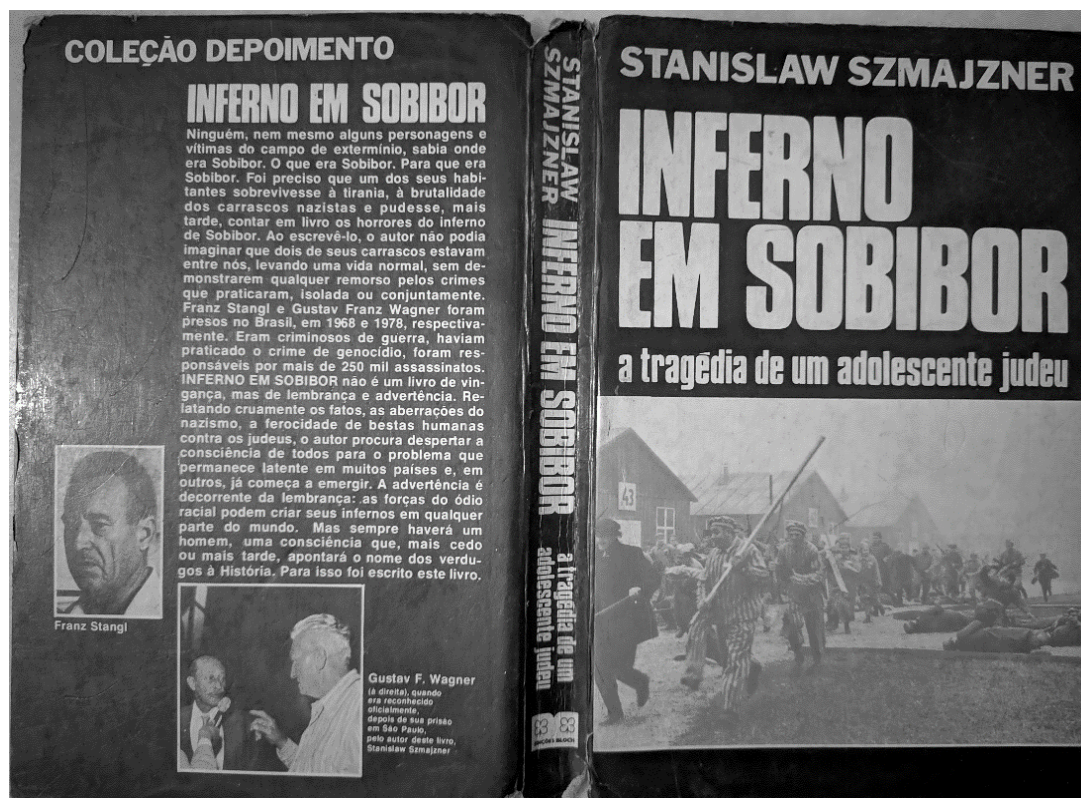
⁴⁹⁸ O LEITOR EM MANCHETE. *Manchete*. Rio de Janeiro, 16 set. 1978. p. 58. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/179282>. Acesso em: 18 jan. 1978.

⁴⁹⁹ A VÍTIMA DIANTE DE SEU CARRASCO. *Manchete*. Rio de Janeiro, 10 nov. 1979, p. 143. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/189461>. Acesso em: 18 jan. 1978.

Jack Gold, *A fuga de Sobibor*.⁵⁰⁰ A interrogação que fica é: o que ocorreu para a divulgação da segunda edição naufragar?

As poucas alterações do projeto editorial entre a primeira edição e a segunda edição ocorreram na capa e contracapa:

Figura 36: Capa e contracapa da 2ª edição de *Inferno em Sobibor*, de 1979



Fonte: SZMAJZNER, Stanislaw. *Inferno em Sobibor*. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1979

Foi nesses dois paratextos que encontramos as intervenções de Szmaizner e Cony apresentadas antes na condensação para esse novo projeto. Primeiro, a capa já estudada ao longo deste trabalho. Porém, a contracapa guarda informações relevantes sobre todo o percurso dos quatro capítulos publicados na *Manchete*:

Franz Stangl e Gustav Franz Wagner foram presos no Brasil, em 1968 e 1978, respectivamente. Eram criminosos de guerra, haviam praticado o crime de genocídio, foram responsáveis por mais de 250 mil assassinatos. INFERNO EM SOBIBOR não é um livro de vingança, mas de lembrança e advertência. Relatando cruamente os fatos, as aberrações do nazismo, a ferocidade de bestas humanas contra os judeus, o autor procura despertar a consciência de todos para o

⁵⁰⁰ GHILVELDER, Zevi. Toda a verdade de Sobibor. *Manchete*, Rio de Janeiro, 25 maio 1987. Disponível em: Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/doceader.aspx?bib=004120&pasta=ano%20198&pesq=%22Stanislaw%20Szmaizner%22&pagfis=244831>. Acesso em: 29 out. 2022; FERREIRA, Durval. Gustav Wagner: o fim de um carrasco. *Manchete*, Rio de Janeiro, 18, out. 1980. p. 161. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/196937>. Acessado em: 18 jan. 2026.

problema que permanece latente em muitos países e, em outros, já começa a emergir. A advertência é decorrente da lembrança; as forças do ódio racial podem criar seus infernos em qualquer parte do mundo. Mas sempre haverá um homem, uma consciência que, mais cedo ou mais tarde, apontará o nome dos verdugos à História. Para isso foi escrito este livro.⁵⁰¹

O livro foi apresentado como uma prova-relato, um documento que desmascarou e levou à justiça os carrascos que viviam impunes no Brasil. Porém, também guarda um elemento fundamental que Szmajzner e Cony estavam trabalhando: o ódio racial e o ressurgimento de movimentos nazistas no mundo e no Brasil. A repercussão de cenas de ódio racial e o caso Wagner surgiram no Brasil de forma pontual, ainda que não possam ser ignoradas. A *Manchete* repercutiu notícias de movimentos supremacistas, neonazistas e oposições contra esse movimento, como manifestações que denunciavam o racismo que foram realizadas em São Paulo: “Neonazistas fazem propaganda no sul e negros protestam contra o racismo”.⁵⁰²

No contexto das discussões sobre a presença de criminosos nazistas no Brasil, a fala do então líder do governo na Câmara Federal, José Bonifácio, revela um elemento fundamental para compreender as preocupações sobre o ressurgimento do nazismo e o esquecimento: a banalização dos crimes cometidos. Ao afirmar que “o nazi-fascismo não deve preocupar tanto porque já perdeu seu suporte” e que o verdadeiro inimigo era o comunismo, “que tem atrás dele duas potências: a União Soviética e a China”, Bonifácio não apenas minimizou os crimes do passado, como reinscreveu a questão do nazismo exclusivamente no registro geopolítico da Guerra Fria.⁵⁰³ Nessa leitura, o fascismo é tratado como um problema encerrado, esvaziado de atualidade, enquanto o anticomunismo se torna o eixo central da vigilância estatal.

Essa posição, entretanto, contrasta frontalmente com as experiências e percepções dos sobreviventes e das comunidades judaicas no Brasil. Em entrevista, o sobrevivente, Alexandre Storch, presidente da Sherit Hapleita, na matéria “Os nazistas invisíveis”, evidencia que o antissemitismo não desaparecera, mas operava de forma difusa, cotidiana e, muitas vezes, subterrânea. Segundo Storch, “telefonemas anônimos ameaçadores e bilhetes com a cruz gamada desenhada no papel são recebidos periodicamente por

⁵⁰¹ SZMAJZNER, 1979.

⁵⁰² NEONAZISTAS FAZEM PROPAGANDA NO SUL E NEGROS PROTESTAM CONTRA O RACISMO. *Manchete*. Rio de Janeiro, 22 jun. 1978, p. 131. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/178079>. Acesso em: 18 jan. 2026.

⁵⁰³ JOSÉ BONIFÁCIO NÃO TEME NAZI-FASCISMO. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 29 maio 1978. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 12 abr. 2023.

membros da colônia judaica”, além de pichações em instituições como o Colégio Círculo Social Israelita e uma sinagoga em Porto Alegre.⁵⁰⁴

Essas práticas ganham ainda maior densidade quando relacionadas ao contexto internacional e nacional do período. A guerra entre Israel, Síria e Egito reacende tensões políticas e simbólicas, ao passo que, no Brasil, grupos judaicos se mobilizam ativamente na denúncia e na identificação de carrascos nazistas, como Franz Stangl e Gustav Franz Wagner. Não por acaso, Storch observa que “este tipo de ameaça se acentua exatamente em épocas de acontecimentos como a recente prisão de Gustav Wagner”, indicando que a reemergência pública da memória do genocídio produz, simultaneamente, reações de resistência e de hostilidade.⁵⁰⁵

Desse modo, a negação institucional da relevância do nazismo, expressa no discurso de Bonifácio, convive com a experiência concreta de sua permanência simbólica e prática no espaço social. A tensão entre justiça, reparação e memória se revela, assim, profundamente ambígua: enquanto representantes do Estado relativizam o perigo, a sociedade civil enfrenta a atualização do ódio por meio de estereótipos, ameaças e da instrumentalização da imagem do judeu. É nesse entrelaçamento que se compreende por que a narrativa de *Inferno em Sobibor*, e sua circulação pela imprensa, não se limita ao passado, mas intervém diretamente nas disputas do presente.

Após o indeferimento da extradição de Wagner, Cony, embora previsse esse desfecho, reagiu publicamente por meio de uma série de artigos e comentários críticos à decisão do Supremo Tribunal Federal.⁵⁰⁶ Em um desses textos, toma como ponto de partida a declaração do então presidente do STF, ministro Antônio Neder, que afirmara “estranhar que os sobreviventes do ódio racial nazista tenham ‘uma paixão quase delirante’ a respeito do problema”.⁵⁰⁷ Para Cony, a frase não apenas revela indiferença institucional diante do genocídio, como expõe uma incompreensão moral profunda sobre o sentido da memória e da justiça.

⁵⁰⁴ MITCHELL, José. Os nazistas invisíveis. Pixação de muros com suásticas. *Jornal do Brasil*: Caderno B. Rio de Janeiro, 29 jul. 1978, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_09/130186. Acesso em: 20 out. 2022.

⁵⁰⁵ *Ibidem*.

⁵⁰⁶ CONY, Carlos Heitor. Wagner: o nazismo anistiado. *Manchete*: Rio de Janeiro, 7 jul. 1979. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/186418>. Acessado em: 18 jan. 2026; CONY, Carlos Heitor. A mosca e a vírgula. *Manchete*: Rio de Janeiro, 21 jul. 1979, p. 23. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/186738>. Acesso em: 18 jan. 2026; CONY, Carlos Heitor. O nazismo em tempo. *Manchete*: Rio de Janeiro, 28 jul. 1979, p. 26. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/186897>. Acesso em: 18 jan. 2026.

⁵⁰⁷ *Idem*, 7 jul. 1979.

O jornalista não economiza palavras ao classificar a sentença como “rasteira, sem grandeza jurídica ou humana”, pois, ao reconhecer a prescrição dos crimes, o tribunal impediu que Wagner recebesse o julgamento que lhe cabia e, simultaneamente, transmitiu uma mensagem política de alcance continental. Segundo Cony, a decisão fazia saber que “existe, na América do Sul, um país cujo mais alto poder da justiça considera prescritos todos os crimes cometidos em Treblinka, Dachau, Auschwitz e Sobibor”.⁵⁰⁸ Assim, não era apenas Wagner que se via absolvido de fato, mas todo um sistema de extermínio que, simbolicamente, era novamente esquecido.

Nesse sentido, o que estava em jogo não era unicamente a responsabilidade individual de um carrasco, mas a própria permanência do ódio racial em território brasileiro, agora protegido por uma legalidade que se recusava a confrontá-lo. A crítica de Cony desloca o debate do plano estritamente jurídico para uma dimensão ética e histórica: a decisão do STF não apenas falhava em fazer justiça, mas legitimava a impunidade e enfraquecia o compromisso público com a memória do genocídio.

É nesse contexto que ganha pleno significado o projeto anunciado por Szmajzner de escrever um novo livro sobre o ressurgimento do nazismo.⁵⁰⁹ Sua disposição reiterada de ir à Alemanha, ou a qualquer outro país, para testemunhar contra Wagner revela que, para o sobrevivente, a luta não se encerrava nos tribunais, mas se prolongava no campo jurídico e da narrativa. Contudo, com Wagner em liberdade e sem julgamento, a segunda edição de *Inferno em Sobibor* já não alcançou repercussão equivalente à da edição anterior, evidenciando os limites da circulação do relato quando não encontrou respaldo institucional para se converter em justiça.

⁵⁰⁸ CONY, 7 jul. 1979.

⁵⁰⁹ Ainda que o projeto do livro sobre o ressurgimento do nazismo não tenha sido mais citado em nenhuma outra oportunidade. CONY; SZMAJZNER, 1978, p. 50-53.

Considerações Finais

A presente pesquisa analisa a trajetória da obra *Inferno em Sobibor*, de autoria de Stanislaw Szmajzner, sobrevivente radicado em Goiás, investigando sua emergência e circulação no debate público brasileiro entre 1968 e 1979, período em que o país se converteu em palco de disputas internacionais sobre o paradeiro de criminosos nazistas. Concentra-se na transição estatutária do relato: de uma narrativa memorialística voltada à meditação do trauma para a construção de um instrumento de acusação dotado de autoridade testemunhal. Sustenta-se a tese de que a obra não operou de forma isolada, mas como um “objeto cultural” elaborado por um ecossistema midiático específico, o Grupo Bloch e mobilizado pelo paradigma da 'virada testemunhal' inaugurado no Ocidente pelo Julgamento de Eichmann (1961).

Longe de configurar uma ausência absoluta de memória, a retórica do esquecimento que cercou a experiência dos sobreviventes no Brasil até os anos 1960 refletia uma conjuntura ocidental de soterramento das memórias das dores da guerra e do extermínio. No cenário internacional, esse fenômeno traduziu-se não apenas por um “pacto de esquecimento” social, mas por uma tolerância burocrática institucional que permitiu a inserção discreta tanto de sobreviventes quanto de perpetradores. Contudo, o impacto performático do julgamento em Jerusalém alterou profundamente o estatuto ético do sobrevivente-testemunha.⁵¹⁰ No Brasil, esse deslocamento historiográfico e jurídico funcionou como catalisador, mobilizando trajetórias como as de Sammy Pulver e do próprio Szmajzner a romperem a marginalidade editorial, transformando a escrita das memórias do passado traumático em uma extensão do paradigma estabelecido com o julgamento de Eichmann em Israel.

A tese analisa o estatuto tenso e multifacetado da noção de responsabilidade penal e histórica pelos crimes nazistas, investigando-o sob duas dimensões articuladas: a estruturação narrativa da memória de Stanislaw Szmajzner e o projeto editorial que converteu seu relato em livro e, posteriormente, em engrenagem da mídia impressa. Ao cruzar acervos de naturezas distintas, que compreendem a materialidade do livro, a imprensa periódica e os autos dos processos de extradição, o escopo desta investigação não se restringe a mensurar a eficácia estritamente jurídica da obra. Pelo contrário: as respostas assimétricas obtidas nos casos de Franz Stangl e Gustav Wagner demonstram

⁵¹⁰ SULEIMAN, 2006, p. 221-222.

que a ideia de responsabilização funcionou como o vetor que capilarizou as tensões entre a representação do passado e a produção do artefato impresso. Mobilizou-se, assim, uma complexa rede de mediação que conecta a memória do sobrevivente ao desenho editorial e à figuração pública da obra.

Sob o ponto de vista metodológico, buscou-se problematizar o livro de testemunho para além da reconstrução de reminiscências individuais. A preocupação central foi desnaturalizar o relato do sobrevivente como um empreendimento isolado. Sustenta-se que *Inferno em Sobibor* constituiu um projeto coletivizado, manufaturado e reavaliado por um circuito plural de agentes culturais entre os anos de 1968 e 1979.

A análise do testemunho impõe à historiografia dilemas metodológicos complexos, uma vez que ele se situa na fronteira entre a memória individual e o conhecimento histórico, exigindo um equilíbrio entre a confiança fiduciária e a suspeita crítica.⁵¹¹ O Grupo Bloch projetou Szmajzner como a "testemunha que prova", utilizando paratextos (capas, fotos, prefácios) para conferir autoridade jurídica ao relato, o que revela que o testemunho é, em parte, uma construção mediada para atender às demandas do presente. Assim, o historiador deve analisar não apenas o conteúdo do relato, mas as condições de sua produção e os agentes envolvidos na sua materialidade pública.

Antes da publicação de *Inferno em Sobibor* em 1968, a narrativa testemunhal de Szmajzner já submetia a experiência concentracionária a sucessivos filtros de reelaboração, impulsionados pelas exigências dos tribunais. Sua memória, portanto, longe de manter-se um objeto inapreensível, foi mobilizada e codificada para atender às demandas processuais da acusação em instâncias internacionais. Esse circuito iniciou-se por meio do depoimento tomado no Rio de Janeiro e trasladado juridicamente para o julgamento de Adolf Eichmann em Jerusalém (1961); posteriormente, desdobrou-se em atuação presencial perante o Tribunal de Hagen, na Alemanha Ocidental (1965-1966), cenário no qual seu testemunho converteu-se em peça central da acusação estatal contra Kurt Bolander.

Nesse ponto, do caso Stangl até Wagner a tese proporcionou uma investigação sobre como Szmajzner destaca-se pela representação meticulosa da "planta do crime" de Sobibor, assumindo uma função cartográfica que desmascarava a negação sistemática de Stangl e Wagner. Essa postura contrapõe-se à estratégia nazista denunciada por Primo

⁵¹¹ RICŒUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François *et al.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007, p. 173.

Levi: a de apagar os rastros do sistema concentracionário para impedir a comprovação da história. Mais do que o extermínio físico, o regime buscava o extermínio da memória, destruindo provas e registros para transformar o genocídio em uma “página de glória jamais escrita”.⁵¹²

Sobre a memória a tese se concentra nos aspectos visíveis do texto e nas suas formas de apresentação, porém, sobraram aspectos invisíveis, erros, lapsos que foram apagados e reelaborados para transformar o manuscrito em um livro que pudesse ser publicado. Aquilo que era indesejado foi reorganizado no processo editorial como o jornalista, Macedo Miranda, afirmou ao editor da primeira edição Ghivelder:

“Do jeito que está, é impossível publicar. O livro está cheio de erros de português, mas o conteúdo é fascinante, principalmente por causa da revolta dos judeus confinados no campo de concentração de Sobibor”. Convoquei [Ghivelder] o Stanislaw, transmiti-lhe o diagnóstico e perguntei se poderíamos reescrever o livro.⁵¹³

O relato de Szmajzner publicado em *Inferno em Sobibor* passou por um processo de “domesticação” ao ser transformado diante das urgências dos casos de Stangl e de Wagner. Ainda assim, sua obra não é delimitada por “correções”. Szmajzner, ao transformar suas habilidades de ourives usadas para sobreviver, a partir de 1961 apoderou-se de seus conhecimentos para construir meios para narrar e, posteriormente, escrever. Seu livro não é apenas um relato; é uma evidência tátil que confronta a tentativa nazista de apagar as vítimas. Enquanto a história burocrática é “fria”, o testemunho de Szmajzner é o que as fontes definem como um documento vivo, no qual o rosto e o nome do sobrevivente resgatam a dignidade perdida no “lugar de terror”.⁵¹⁴

Inferno em Sobibor, urdido a partir das memórias de Szmajzner, também se tornou objeto de disputa jurídica quanto à estabilidade de seu conteúdo referencial. O advogado de defesa, Augusto Marx, ao pleitear a negação da extradição de Gustav Wagner, tentou minar a capacidade de reconhecimento do sobrevivente. A estratégia da defesa consistiu em arguir que o antigo ourives de Sobibor teria sido induzido a um falso reconhecimento, condicionado por uma suposta armadilha orquestrada por Mário Chimanovich e Simon Wiesenthal.

Para consolidar a tese de erro de identidade, Marx instrumentalizou a própria descrição literária de Wagner presente no livro, contrapondo-a à fisionomia do “caseiro

⁵¹² LEVI, 1990, p. 9.

⁵¹³ GHIVELDER, 2015.

⁵¹⁴ WIEVIORKA, 2006, p. 70.

de Atibaia”. O confronto entre a estilização literária do carrasco e a burocracia do registro corporal serviu de fulcro para o argumento da defesa:

Em seu livro, S. Szmajzner informa ainda na mesma página 125, que GUSTAW WAGNER possuía "olhos de um verde tao carregado que chegava a magnetizar quem os olhasse fixamente." O extraditando GUSTAV FRANZ WAGNER possui olhos azuis de um brilho comum. Atraves de tais fatos, vê-se serem contraditorias as provas contra o extraditando preso.⁵¹⁵

Ao focar na divergência cromática dos olhos, a defesa jurídica explorou astutamente os limites da capacidade do sobrevivente em restituir a realidade totalizante do passado por meio da linguagem escrita. Esse embate joga luz sobre as fraturas da própria escrita testemunhal. Se a memória traumática pode ser entendida como impressões literais e fragmentárias do episódio vivido, a operação de traduzi-la em narrativa pelo sobrevivente (e pelo subsequente processo editorial de *Inferno em Sobibor*) impõe mediações que não anulam os silêncios e as distorções intrínsecas ao evento limite.⁵¹⁶

Do ponto de vista metodológico, o historiador não pode tratar o testemunho como um espelho fiel do real, mas sim compreendê-lo, na esteira de Paul Ricoeur, como uma estrutura fiduciária e um ato performativo ancorado na promessa de veracidade: o "eu vi, eu estava lá".⁵¹⁷ O impasse detectado no processo de extradição revela a fricção epistemológica entre a exigência jurídica de exatidão factual, instrumentalizada pela defesa através do detalhe microscópico da cor dos olhos, e a veracidade histórica do testemunho. A memória do horror, longe de ser um arquivo forense infalível na catalogação de dados cronológicos, numéricos ou fisionômicos, opera sob a gramática do trauma. As fraturas e os deslocamentos nos detalhes técnicos não denotam falsidade, mas atestam a própria magnitude do acontecimento limite; são índices de uma veracidade subjetiva e existencial. A força desse relato reside em uma dimensão ontológica que a estrita legalidade dos arquivos burocráticos e as estratégias cartoriais da defesa são constitutivamente incapazes de capturar, mensurar ou invalidar.

Como desdobramento necessário desta pesquisa, aponta-se para a urgência de uma investigação dedicada à dimensão negativa do relato de Stanislaw Szmajzner, detendo-se naquilo que escapa à representação: o silêncio, o esquecimento voluntário ou traumático,

⁵¹⁵ Assim como em todas as outras citações, preferimos manter a ortografia do texto original nos documentos juntados do pedido de extradição de Wagner.

⁵¹⁶ LEYS, Ruth. *Trauma: A Genealogy*. Chicago e Londres: University of Chicago Press, 2000, p. 7.

⁵¹⁷ RICŒUR, 2007, p. 172-173.

as lacunas narrativas e os lapsos enunciativos. Em futuras pesquisas, propõe-se analisar como o confronto com as esferas jurídicas, especificamente os julgamentos de Franz Stangl e Gustav Wagner, impôs ao sobrevivente uma domesticação da memória em uma ordem cronológica, factual linear e racional. Investigar o não-dito em *Inferno em Sobibor* e nos depoimentos judiciais permite compreender o lapso não como uma deficiência cognitiva, mas como um índice estético e político do trauma. O silêncio e a fratura da linguagem revelam-se, assim, como o reduto final de resistência do testemunho, o ponto exato onde a experiência concentracionária recusa-se a ser plenamente instrumentalizada pela gramática do direito e pela vontade taxonômica do tribunal.

Outro caminho promissor seria investigar como a repercussão nos meios impressos e no sistema judiciário da Alemanha Ocidental processaram a presença do Stanislaw Szmajzner nos tribunais. Seria relevante analisar se a estratégia editorial do Grupo Bloch de projetar Szmajzner como a testemunha e *Inferno em Sobibor* como “livro-documento” teve ressonância na cobertura da imprensa alemã durante o Julgamento de Düsseldorf em 1970 e posteriormente em 1979. Dado que o STF indeferiu a extradição de Gustav Wagner em 1979 sob o argumento da prescrição, um estudo futuro poderia mapear a reação diplomática e jurídica alemã diante dessa decisão, que Carlos Heitor Cony classificou como “rasteira, sem grandeza jurídica ou humana”.⁵¹⁸

O balanço histórico final deste estudo revela uma tensão permanente e inconciliável entre a positividade do ordenamento jurídico e a irredutibilidade da memória traumática. Embora o Supremo Tribunal Federal tenha chancelado a impunidade de Gustav Wagner sob o manto técnico-formal da prescrição, a escrita testemunhal de Szmajzner funcionou como uma instância de acusação, impondo ao perpetrador um “veredito de papel” historicamente inapelável. O confronto face a face entre a testemunha e o verdugo nas dependências do DOPS em São Paulo tensiona os limites entre a justiça institucionalizada e o testemunho ético: ao ouvir a interpelação de Szmajzner “Como vai, Gust?”⁵¹⁹, o carrasco foi despido de seu anonimato e reinserido na cena do crime. *Inferno em Sobibor* permanece, portanto, não apenas como relato do passado, mas como uma advertência ética e um contra-arquivo; a manifestação de que, enquanto a escrita do

⁵¹⁸ CONY, 7 jul. 1979.

⁵¹⁹ WAGNER CONFESSA QUE É NAZISTA DE SOBIBOR. *O Globo*: O País. Rio de Janeiro, 1 jun. 1978, p. 11. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/resultado/?word=Gustav%20Wagner&decade=1970>. Acesso em: 16 abr. 2026;

testemunho for capaz de nomear os artífices do horror, o silêncio do Estado não desfrutará de hegemonia absoluta.

REFERÊNCIAS

Fontes

2º EDIÇÃO. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 2 jul. 1967, p. 12. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_08/101543. Acesso em: 11 jul. 2026.

3º EDIÇÃO TREBLINKA. *Jornal do Brasil: Caderno B*. Rio de Janeiro, 10 set. 1967, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_08/103933. Acessado em: 11 jan. 2026.

A CAÇADA À FERA DE TREBLINKA. *Manchete*. Rio de Janeiro, 10 jun. 1978, p. 24-27. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/176958>. Acessado em: 15 jan. 2026.

A MORTE SOB CONCENTRAÇÃO. *Jornal do Brasil: Caderno B*. Rio de Janeiro, 20 abr. 1966. p. 8.

A VÍTIMA DIANTE DE SEU CARRASCO. *Manchete*. Rio de Janeiro, 10 nov. 1979, p. 143. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/189461>. Acessado em: 18 jan. 2026.

A VÍTIMA DIANTE DO SEU CARRASCO. *Manchete*, Rio de Janeiro, 24 jul. 1978, p. 26. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/177274>. Acesso em: 6 abr. 2023.

ABRAHAM, Ben. *Ben Abraham* / [Henry Nekrycz]. Entrevistadora: Rachel Mizrahi, Equipe técnica: Lilian Souza e Lais Rigatto Cardilo. Iconografia: Nanci do Nascimento Souza e Samara Konno. Transcrição: Maria Luiza Tucci Carneiro. ArqShoah-Leer. São Paulo, 18 out. 2012. Disponível em: <https://www.arqshoah.com/>. Acesso em: 28 ago. 2023.

ABRAHAM, Ben. *O Anjo da Morte: Dossiê Mengele*. Guarulhos: Editora Parma LTDA, 1985.

ABRAHAM, Ben. *...e o mundo silenciou*. São Paulo: Sherit Hapleita, 1972.

ALBUQUERQUE, Paulo de Medeiros. Estrutura do parentesco. *Luta Democrática*. Rio de Janeiro, 12 ago. 1976, p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030678/61742>. Acesso em: 5 jan. 2026.

ALEMANHA PEDIU AO BRASIL A EXTRADIÇÃO DE GUSTAV WAGNER. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 30 maio 1978, p. 23. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/030015_09/126244. Acesso em: 4 abr. 2023.

ALEMÃO RECONHECE QUEM NÃO É NAZISTA PELA TV. *Jornal do Brasil: Nacional*. Rio de Janeiro, 1 jun. 1978, p. 25. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=%22Stanislav%20Szmajzner%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=126352. Acesso em: 4 abr. 2023.

ALONSO, Adonis; FAVARETO, Jose Aldo; SANTOS, José Aparecido; BOCCIA, Rubens. O carrasco está preso. *Diário da Noite*. São Paulo, 31 maio 1978. p.20. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093351/74024>. Acesso em: 4 abr. 2023.

ANIVERSÁRIO DE HITLER. *Jornal do Brasil: Caderno B*, Rio de Janeiro, 26 maio 1978, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_09/125957. Acesso em: 4 abr. 2023.

AS MELHORES FÉRIAS / OS MELHORES LIVROS. *Manchete*. Rio de Janeiro, 13 jul. 1968, p. 158. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/87494>. Acessado em: 5 maio 1978.

AS ÚLTIMAS NOVIDADES DE EDIÇÕES BLOCH TRÊS GRANDES ROMANCES E UMA HISTÓRIA REAL. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 jul. 1968. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_08/118786. Acesso em: 28 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Assentada*. Brasília: Departamento Federal de Segurança Pública, 1967, p. 784.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Auto de reconhecimento*. Brasília: Departamento Federal de Segurança Pública, 1967, p. 785.

BUNDESARCHIV. Heinrich Himmler visita o campo de concentração de Mauthausen. [Fotografia]. 1941. In: GALILEU. *Diários de homem que era o braço direito de Hitler são encontrados na Rússia*. Disponível em: <https://g1.globo.com/.../artigo-com-a-imagem>. Acesso em: 17 jan. 2026.

CAÇADOR DE EICHMANN NEGA QUE STANGL TENHA SIDO DENUNCIADO PELO SEU GENRO. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 16, 11 mar. 1967. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_08/96837. Acesso em: 4 abr. 2023.

CANAL MEMÓRIA. *Grande Otelo (1970) – Quem tem medo da verdade?*. YouTube. 4 set. 2008. 6m49. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=i1q2IWktQ6Y>. Acesso em: 8 jan. 2025.

CAVALCANTI, Valdemar. Caruarú: pano de boca para romance. *O Jornal: Jornal Literário*. Rio de Janeiro, 26 jul. 1968, p. 2. http://memoria.bn.gov.br/DocReader/110523_06/66398. Acesso em: 28 jul. 2023.

CAVALCANTI, Valdemar. Prêmio Oscar Wilde. *O Jornal: Jornal Literário*. Rio de Janeiro, 3 maio 1968, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/110523_06/64333. Acesso em: 28 jul. 2023.

CAVALCANTI, Valdemar. Simões dos Reis fez pesquisas em jornais de 1907. *O Jornal: Jornal Literário*. Rio de Janeiro, 04 out. 1968, p. 2. Disponível em http://memoria.bn.gov.br/DocReader/110523_06/68261. Acesso em: 28 jul. 2023.

CHIMANOVITCH, Mário. Wiesenthal, um homem que jamais esquecerá. *Jornal do Brasil: Caderno B*, Rio de Janeiro, 26 maio 1978, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_09/125956. Acesso em: 4 abr. 2023.

CIA TEM INFORMAÇÕES SOBRE LIGAÇÃO DE MENGELE COM DROGAS. *Jornal do Brasil*. 27 fev. 1985, p.18. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_10/140868. Acesso em: 2 fev. 2023.

CONY, Carlos Heitor. A mosca e a vírgula. *Manchete*, Rio de Janeiro, 21 jul. 1979, p. 23. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/186738>. Acesso em: 18 jan. 2026.

CONY, Carlos Heitor. Eu escapei do inferno em Sobibor. *Manchete*, Rio de Janeiro, 15 jul. 1978, p. 14. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/177943>. Acesso em: 23 dez. 2025.

CONY, Carlos Heitor. Nazismo: Prescrição e ressurreição. *Manchete*, Rio de Janeiro, 19 ago. 1978, p. 132. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/178696>. Acessado em: 18 jan.2026.

CONY, Carlos Heitor. O nazismo em tempo. *Manchete*, Rio de Janeiro, 28 jul. 1979, p. 26. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/186897>. Acesso em: 18 jan. 2026.

CONY, Carlos Heitor. Os carrascos estão entre nós. *Manchete*, Rio de Janeiro, 17 jun. 1978, p. 20-25. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/177112>. Acesso em: 15 jan. 2026.

CONY, Carlos Heitor. Wagner: o crime de um castigo. *Manchete*, Rio de Janeiro, 24 nov. 1979, p. 179. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/189821>. Acessado em: 18 jan. 2026.

CONY, Carlos Heitor. Wagner: o nazismo anistiado. *Manchete*, Rio de Janeiro, 7 jul. 1979. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/186418>. Acessado em: 18 jan. 2026. CONY,

CONY, Carlos Heitor; SZMAJZNER, Stanislaw. Eu fugi do inferno de Sobibor. *Manchete*, Rio de Janeiro, 22 jul. 1978, p. 50-53. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/177996>. Acesso em: 16 jan. 2026.

CONY, Carlos Heitor; SZMAJZNER, Stanislaw. Eu fugi do inferno de Sobibor, 3. *Manchete*, Rio de Janeiro, 29 jul. 1978, p. 32-34. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/178137>. Acesso em: 16 jan. 2026.

CONY, Carlos Heitor; SZMAJZNER, Stanislaw. Eu fugi do inferno de Sobibor, 4. *Manchete*, Rio de Janeiro, 05 ago. 1978, p. 44-46. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/004120/178304>. Acesso em: 16 jan. 2026.

CONY, Carlos Heitor; SZMAJZNER, Stanislaw. Eu fugi do Inferno de Sobibor, final. *Manchete*, Rio de Janeiro, 12 ago. 1978, p. 94-97. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/178137>. Acesso em: 16 jan. 2026.

COSTA, Flávio; GARRIDO, Luiz. Eu vi Stangl atirar para matar. *Manchete*, Rio de Janeiro, 24 ago. 1970, p. 20-25. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/109048>. Acesso em: 29 out. 2022.

COSTA, Flávio; GARRIDO, Luiz. Eu vi Stangl atirar para matar. *Manchete*, Rio de Janeiro, 24 ago. 1970, p. 21. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/109048>. Acesso em: 29 out. 2022.

DEPOIMENTOS: Inferno de Sobibor. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 ago. 1968. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_08/120243. Acesso em: 28 jul. 2023.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. No lar e na sociedade. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 24 dez. 1953, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093718_03/29328. Acessado em: 20 out. 2022.

DOCUMENTOS SOBRE O HOMEM DE TREBLINKA CHEGAM HOJE. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 9. 28 maio 1978. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/030015_09/126049. Acesso em: 6 jan. 2023.

DOPS ADMITE QUE HOMEM DE TREBLINKA FUGIU. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro 28 maio 1978, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/030015_09/126041. Acesso em: 6 jan. 2023.

E O MUNDO SILENCIOU. *O Estado de São Paulo*: Suplemento Literário. São Paulo, 20 jan. 1973, p. 2. Disponível em: <https://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 6 de jan. de 2023.

ELES VENCERAM A PARADA. *Manchete*, Rio de Janeiro, 27 dez. 1969, p. 175, Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/100674> Acesso em: 29 mar. 2023.

ESCRITOR ACUSA STANGL DE PERÍTO EM EXTERMÍNIO. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 4 abr. 1967, p. 7. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_08/96546. Acesso em: 2 jan. 2026.

ESCRITOR CONFIRMA: foto é de Wagner, nazista de Sobibor. *O Globo*, Rio de Janeiro, 28 maio 1978, p. 1. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 6 jan. 2023.

ÊSTE LIVRO CONDENOU UM HOMEM À PRISÃO PERPÉTUA. *Manchete*, Rio de Janeiro, 19 dez. 1970. p. 134. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/111980>. Acesso em: 12 jan. 2026.

ÊSTE LIVRO VAI CONDENAR UM HOMEM. *Manchete*, Rio de Janeiro, 19 dez. 1970. p. 104. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/110541>. Acesso em: 12 jan. 2026.

ESTE NAZISTA É UM CRIMINOSO DE GUERRA. *Jornal do Brasil: Caderno B*, Rio de Janeiro, 26 maio 1978, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_09/125953. Acesso em: 15 jan. 2026.

EU VOLTEI DO CAMPO DA MORTE. *Manchete*, Rio de Janeiro, 18 maio 1968, p. 128-132. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/86057>. Acesso em: 4 abr. 2023.

EX-AGENTE DA GESTAPO DENUNCIOU STANGL POR 7 MIL DÓLARES. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 3 mar. 1967, p. 11. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_08/96514. Acesso em: 4 abr. 2023.

FARIA, Roseli Rocha. O leitor em manchete. *Manchete*, Rio de Janeiro, 16 set. 1978. p. 58. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/179282>. Acesso em: 18 jan. 1978.

FERREIRA, Durval. Gustav Wagner o fim de um carrasco. *Manchete*, Rio de Janeiro, 18, out. 1980, p. 161. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/196937>. Acesso em: 18 jan. 2026.

FLOSI, Edson. “Você separava os judeus a porretada...” *Folha de São Paulo*, São Paulo, 1 jun. 1978, p. 1. 7. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=6598&keyword=%22Romeu+Tuma%22&anchor=4244587&origem=busca&originURL=&maxTouch=0>. Acesso em: 19 abr. 2025.

FOLHA DE SÃO PAULO. Preso, Gustav diz que não é o carrasco. *Folha de São Paulo: Nacional*, São Paulo, 31 maio 1978, p. 8. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=6597&keyword=%22Romeu+Tuma%22&anchor=4318597&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=fb71bd8982ae6997d7309c6aba4781e>. Acesso em: 19 abr. 2025.

FOTOS NÃO É, MAS WAGNER É O HOMEM. *Jornal do Brasil: Nacional*, Rio de Janeiro, 31 maio 1978. p. 8. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 4 abr. 2023.

FRANZ WAGNER É O HOMEM DE SOBIBOR. *Jornal do Brasil: Nacional*, Rio de Janeiro, 1 jun. 1978, p. 1. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=%22Stanislaw%20Szmajzner%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=126352. Acesso em: 4 abr. 2023.

FUGITIVO DO MASSACRE DE IASI FAZ APELO DRAMÁTICO: não matem o carrasco nazista. *Última Hora*, Paraná, p. 4, 15 ago. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/830348/11582>. Acesso em: 29 jul. 2023.

GHIVELDER, Zevi. Inferno em Sobibor. *Morasha*. N. 87, 2015 (Online). Disponível em: <https://www.morasha.com.br/holocausto/inferno-em-sobibor.html>. Acessado em: 3 mai. 2025.

GHILVELDER, Zevi. Toda a verdade de Sobibor. *Manchete*, Rio de Janeiro, 25 maio 1987. Disponível em: Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=004120&pasta=ano%20198&pesq=%22Stanislaw%20Szmajzner%22&pagfis=244831>. Acesso em: 29 out. 2022.

GLOGOWSKI, Márcia. A dura lembrança de quem não morreu: O testemunho dos sobreviventes de Auschwitz mostra que não havia limites na fulminante carreira Josef Mengele. *O Estado de São Paulo*, São Paulo. 12 jun. 1985, p. 6. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/publicados/1985/06/12/g/19850612-33827-nac-0015-999-15-not-hsapgwe.jpg>. Acesso em: 2 fev. 2023.

GOVERNO DECRETA PRISÃO DE WAGNER. *Jornal do Brasil: Nacional*, Rio de Janeiro, 1 jun. 1978, p. 24. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_09/126351. Acesso em: 14 jan. 2026.

GUSTAV WAGNER VOLTA A TENTAR SUICÍDIO. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 jun. 1978, p. 16. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_09/127878. Acessado em: 18 jan. 2026.

HOMEM DE TREBLINKA ESTEVE EM ITATIAIA E FOI REDESCOBERTO. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 maio 1978, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_09/125926. Acessado em: 15 jan. 2026.

HOMEM DE TREBLINKA NÃO MORA ONDE POLÍCIA FOI PRENDÊ-LO. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 maio 1978. p. 16. Disponível em http://memoria.bn.gov.br/docreader/030015_09/125992. Acesso em: 6 jan. 2023.

INFORME JB. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 1 jul. 1967, p. 10. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_08/101473. Acesso em: 11 jan. 2026.

JOSÉ BONIFÁCIO NÃO TEME NAZI-FASCISMO. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 29 mai. 1978. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 12 abr. 2023.

JUDEU CONTA ATROCIDADES DE SOBIBOR. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 fev. 1966. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_08/80501. Acesso em: 4 abr. 2023.

JUDEU RESIDENTE NO BRASIL OFERECE TESTEMUNHO PARA PROVAR CULPA DE EICHMANN. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 4, 14 mar. 1961. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_08/16158. Acesso em: 4 abr. 2023.

KA-TZETNIK 135.633. *Atrocidade*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 1968.

KOTCHO, Ricardo. Casal que veio da Alemanha dá sua versão sobre Itatiaia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 9, 3 jun. 1978. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_09/126461. Acesso em: 12 abr. 2023.

LAGARRIDE, Jean-Paul. As terríveis 3 horas da tarde. *Manchete*. Rio de Janeiro, 30 abr. 1966. p. 22-25. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/69442>. Acessado em: 11 jan. 2026.

LEVI, Primo. *É isto um homem?* Tradução Luigi Dei. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

LEVI, Primo. *Os afogados e os sobreviventes*. Tradução Luiz Sérgio Henriques, 3. ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

LINS, José Luíz M. *Vida profissional*. Disponível em: <https://joseluizdemagalhaeslins.com.br/wp-content/uploads/2020/12/7.3.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2023.

MÉDICOS DÃO ALTA A FRANZ WAGNER. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 nov. 1978, p. 17. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_09/147598. Acessado em: 18 jan. 1978.

NAZISTA FAZ 3º TENTATIVA DE SUICÍDIO. *Cidade de Santos*. Rio de Janeiro, 23 nov. 1978, p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/896179/66140>. Acessado em: 18 jan. 1978.

MIRANDA, Tavares de. Tavares de Miranda. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 19 jun. 1974, p. 36. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/digital/compartilhar.do?numero=5155&anchor=4366712&pd=b796cc86acdd796f730a78f4eca4259e>. Acesso em: 12 abr. 2023.

MITCHELL, José. Os nazistas invisíveis. Pixação de muros com suásticas. *Jornal do Brasil*: Caderno B, Rio de Janeiro, 29 jul. 1978, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_09/130186. Acesso em: 20 out. 2022.

NAUFEL, Carina da Rocha. As capas de Marius Lauritzen Bern para a Editora Civilização Brasileira. *Revista Brasileira de Design*: Ensaios. 2014. Disponível em: http://www.agitprop.com.br/?pag=ensaios_det&id=115&titulo=ensaios.

NEKRYCZ, Miriam Brik. *Relato de uma vida*. São Paulo: Editora B'nai B'rith, 1996.

NEONAZISTAS FAZEM PROPAGANDA NO SUL E NEGROS PROTESTAM CONTRA O RACISMO. *Manchete*, Rio de Janeiro, 22 jun. 1978, p. 131. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/178079>. Acesso em: 18 jan. 2026.

NICHTHAUSER, Joseph. *A morte de um carrasco*. Belo Horizonte: Saitec, 2003.

NICHTHAUSER, Joseph. *Quero viver: memória de um ex-morto*. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1976.

NICHTHAUSER, Joseph. *Quero Viver... Memórias de um ex-morto*. São Paulo: Empresa Editorial RICLA, [1972-1974?].

O DIA FELIZ DE STANISLAW SZMAJZNER. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 25, 1 jun. 1978. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_09/126352. Acesso em: 4 abr. 2023.

O GLOBO. Autor de 'Inferno em Sobibor': Wagner é um monstro cínico. *O Globo*: O País. Rio de Janeiro, 4 jun. 1978, p.13 Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2F>. Acesso em: 21 abr. 2025.

O LEITOR EM MANCHETE. *Manchete*, Rio de Janeiro, 16 set. 1978, p. 58. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/179282>. Acesso em: 18 jan. 1978.

O LEITOR EM MANCHETE. *Manchete*, Rio de Janeiro, 19 set. 1978, p. 58. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/179282>. Acesso em: 6 abr. 2023.

O MONSTRO EM AÇÃO. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 maio 1978. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_09/126081. Acesso em: 6 jan. 2023.

O QUE HÁ PARA LER. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 out. 1966, p. 15. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_08/90876. Acesso em: 2 jan. 2026.

O REQUINTE NAZISTA EM “TREBLINKA FOI MUITO ALÉM DO QUE SE POSSA IMAGINAR. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 30 abr. 1966. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093718_04/57372. Acesso em: 11 jan. 2026.

O VELHO NAZISTA QUERIA MORRER. *Jornal da República*, São Paulo, 8 nov. 1979, p. 18. Disponível: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/194018/1081>. Acesso em: 18 jan. 2026.

OSSADA NÃO É DO ANJO DA MORTE: Reafirma em S. Paulo o judeu Bem Abraham. *Diário do Pará*. Pará, 3 out. 1985, p. 6. Disponível em <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/644781/10694>. Acesso em: 13 abr. 2023.

PACHECO, Mattos. Feijoada para escritores. *Diário da Noite: Ronda Social*, São Paulo, 11 ago. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093351/65506>. Acesso em: 20 out. 2022.

PANORAMA DA LITERATURA. *Jornal do Brasil: Caderno B*, Rio de Janeiro, 7 abr. 1967. p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_08/97895. Acessado em: 11 jan. 2026.

PANORAMA DAS LETRAS. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 jul. 1968. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/03001508/118358>. Acesso em: 28 jul. 2023.

PANORAMA DAS LETRAS. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 jan. 1969. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/030015_08/127785. Acesso em: 12 abr. 2023.

PENA, Felipe. *Seu Adolpho: uma biografia em fractais de Adolpho Bloch, fundador da TV e da Revista Manchete*. Rio de Janeiro: Usina de Letras, 2010.

PERSEGUIÇÃO A NAZISTA ENVOLVE 1500 JUDEUS NO BRASIL. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 8 jun. 1985, p. 7. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_10/146231. Acesso em: 2 fev. 2023.

PROFESSOR EXPLICA PRESENÇA COM LAZER. *Jornal do Brasil: Nacional*, Rio de Janeiro, 1 jun. 1978, p. 24. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=%22Stanislav%20Szmajzner%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=126351. Acesso em: 20 abr. 2025.

PULVER, Sammy. *Sob o tacho de Eichmann: como escapei do massacre*. São Paulo: Autores Reunidos, 1961.

RAIO-X ELIMINA DÚVIDAS SOBRE OSSADA DE MENGELE. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 7, 28 mar. 1986. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_10/165002. Acesso em: 28 jul. 2023.

REY, Marcos. Sammy Pulver. *Última Hora: UH em Rádio e TV*, São Paulo, 15 maio 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/830348/10721>. Acesso em: 20 out. 2022.

SCHLESINGER, Hugo. Opus 72. In: NICHTHAUSER, Joseph. *Quero viver...* Memórias de um ex-morto. São Paulo: Empresa Editorial RICLA LTDA, 1972?, p.6.

SCHVARTZMAN, Salomão. A verdadeira face do Holocausto. *Manchete*, Rio de Janeiro, 2 ago. 1978, p. 30. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/181309>. Acesso em: 5 jan. 2026.

SEJA SÓCIO DO CLUBE MAIS ABERTO DO BRASIL – O CLUBE DO LEITOR. *Manchete*, Rio de Janeiro, 8 fev. 1972, p. 118-119. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/124834>. Acesso em: 8 jan. 2026.

SEJA SÓCIO DO CLUBE MAIS ABERTO DO BRASIL – O CLUBE DO LEITOR. *Manchete*, Rio de Janeiro, 9 set. de 1972, p. 121. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/126375>. Acesso em: 6 maio 2025.

SEJA SÓCIO DO CLUBE MAIS ABERTO DO BRASIL – O CLUBE DO LEITOR. *Manchete*, Rio de Janeiro, 11 nov. 1972. p. 117. Disponível Em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/128073>. Acesso em: 7 maio 2025.

SELEÇÃO VOZES. *Boletim Ariel*, Rio de Janeiro, 1-9 out. 1976, p.30. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/072702/2725>. Acesso em: 6 jan. 2023.

SHLOMO: judeu encontra seu algoz nazista no Brasil. Direção de Antonius Kempman, Martin Kaul e Willem Konrad. Produção: Stefanie Rohrig. Alemanha: NDR/WDR. 2023, Online, (126 min.) Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qLvI_AVmrIs&rco=1. Acesso em: 15 dez. 2025.

SILVEIRA, Emília; BRITO, Cyntia. Nazismo como nos velhos tempos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 abr. 1978. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_09/123770. Acesso em: 22 mar. 2023.

SOBREVIVENTE DE AUSCHWITZ TEM DOCUMENTOS INÉDITOS. *Folha de São Paulo* (SP), São Paulo, 9 jun. 1985, p.20. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/digital/compartilhar.do?numero=9163&anchor=4309728&pd=30b1682f932cae9095213a345c865dc0>. Acesso em: 6 jan. 2023.

SOBREVIVENTE REVÊ SEU CARRASCO DEPOIS DE 36 ANOS. *Jornal do Brasil*, 1 jun. 1978, p. 24. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_09/126352. Acesso em: 15 jan. 2026.

SOBREVIVENTES DE AUSCHWITZ QUE MORAM EM MINAS ACHAM ULTRAJE PRESENÇA DE STANGL. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 23 jun. 1967. p. 7. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_08/97322. Acesso em: 12 abr. 2023.

SROULEVICH, Nei. Porque Israel deve julgar Stangl. *Manchete*, Rio de Janeiro, 8 abr. 1967, p. 16. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/78006>. Acesso em: 2 jan. 2026.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *Pedido de extradição*: Franz Paul Stangl. República Federal da Áustria. N° 272, 1967, p.19.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *Pedido de extradição*: Franz Paul Stangl. República Federal da Áustria. N° 272, 1967, p.19.

SZMAJZNER, Stanislaw. Eu escapei do inferno de Sobibor, 1. *Manchete*, Rio de Janeiro, 15 jul. 1978, p. 14. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/004120/177746>. Acessado em: 16 jan. 2026.

SZMAJZNER, Stanislaw. *Inferno em Sobibor*. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1968.

SZMAJZNER, Stanislaw. *Inferno em Sobibor*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1979.

TREBLINKA. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 mar. 1967, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_08/96584. Acesso em: 4 abr. 2023.

TUMA DIZ TER CERTEZA SOBRE O CORPO. O "Anjo da morte" no Brasil. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 jun. 1985. p. 25. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/digital/compartilhar.do?numero=9167&anchor=4311421&pd=5d2edd19cebe79962764b6d59a372c95>. Acesso em: 6 jan. 2023.

VOZ DIOCESANA. Dois magníficos corais. *Voz Diocesana*, Minas Gerais, 20 de nov. de 1976. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/585971/1670>. Acesso em: 6 jan. 2023.

WAGNER CONFESSA QUE É NAZISTA DE SOBIBOR. *O Globo*: O País. Rio de Janeiro, 1 jun. 1978, p. 11. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/resultado/?word=Gustav%20Wagner&decade=1970>. Acesso em: 19 abr. 2025.

WAGNER PREFERE 20 ANOS DE CADEIA, MAS NA ALEMANHA. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 2 jun. 1978, p. 9. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_09/126395. Acesso em: 18 jan. 2026.

WAGNER TENTOU SE SUICIDAR MAS É IMPEDIDO PELO GUARDA. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13 jun. 1978, p. 21. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_09/127205. Acesso em: 18 jan. 2026.

WIESEL, Elie. *Holocausto: canto de uma geração perdida*. Rio de Janeiro: Documentário, 1978.

BIBLIOGRAFIA

ABAL, Felipe Cittolin. Pedidos de extradição formulados pela Polônia contra criminosos nazistas residentes no Brasil. *Revista História: Debates e Tendências*, Passo Fundo (RS), v. 20, n. 3, set./dez. 2020, p. 16. DOI: <https://doi.org/10.5335/hdtv.20n.3.11648>.

ABAL, Felipe Cittolin. *Visitantes indesejados: os pedidos de extradição de Franz Stangl e Gustav Wagner em uma análise histórico jurídica*. 2012. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo (RS), 2012.

ARENDDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ASMANN, Aleida. Quatro tipos fundamentais do ato testemunhal. In: VARGAS, Mariluci; CALDAS, Pedro; CORREIA, Silvia (Org.). *Testemunho e escrita da História: da Grande Guerra à pandemia da Covid-19*. São Paulo: Letra e Voz, 2023.

BEATTY, Joseph. Thinking and moral considerations: Socrates and Arendt's Eichmann. In: HINCHMAN Lewis P; HINCHMAN, Sandra K. Hannah. *Arendt: critical essays*. Albany: State University of New York Press, 1994.

BLOCH, Arnaldo. *Os irmãos Karamabloch*. Ascensão e queda de um império familiar. 2. reimp.. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BOS, Pascale. “Her flesh is branded: ‘For Officers Only’”: imagining and imagined sexual violence against Jewish women during the Holocaust. In: EARL, Hilary; SHLEUNES, Karl A (Ed.). *Lessons and legacies XI: expanding perspectives on the Holocaust in a changing world*. Illinois: Northwestern University Press Evanston, 2014. p. 64-70.

CARTAXO, Zalinda. Clarovermelho e Claroverde: as pinturas neoconcretas de Aluísio Carvão. *Revista Gama – Estudos Artísticos*, v. 6, n. 11, p. 177-185, jan./jun. 2018.

CARUTH, Cathy. *Unclaimed experience: trauma, narrative, and history*. Baltimore; London: Johns Hopkins University Press, 1996.

CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. Tradução Fúlvia M. L. Moretto. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DAVIS, R. L. “These are a swinging bunch of people”: Sammy Davis, Jr., religious conversion, and the color of Jewish ethnicity. *American Jewish History*, v. 1001, n. 11, jan. 2016. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/606056>. Acesso em: 10 maio 2025.

DIDI-HUBERMANN, Georges. *Remontagens do tempo sofrido: o olho da história*, II. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

DOUGLAS, Lawrence. *The memory of judgment: making law and history in the trials of the Holocaust*. New Haven: Yale University Press, 2001.

FELDMAN, I. Imagens apesar de tudo: problemas e polêmicas em torno da representação, de *Shoah* a *O filho de Saul*. *ARS (São Paulo)*, v. 14, n. 28, p. 134-153, jul. 2016.

FELMAN, Shoshana. Educação e crise, ou as vicissitudes do ensinar. In: CARUTH, Cathy (Org.). *Trauma: Explorations in Memory*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1995. p. 13-60. (Tradução de Cláudia Valladão de Mattos).

GENETTE, Gérard. Paratextos editoriais. Tradução Álvaro Faleiros, Cotia/São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

GUTERMAN, Marcos. *Nazistas entre nós*. São Paulo: Contexto, 2022.

JÚNIOR, Amaury F. S. A construção de um imaginário moderno: as capas da Editora Civilização Brasileira (1960/1975). *Arte & Ensaios*. 2001, p. 34. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/50021>. Acessado em: 29 out. 2024.

LACAPRA, Dominick. *Historia y memoria después de Auschwitz: estudios sobre el Genocídio*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.

LANG, Berel. Hannah Arendt and the politics of evil. In: HINCHMAN, Lewis P; HINCHMAN, Sandra K. *Hannah Arendt: critical essays*. Albany: State University of New York Press, 1994.

LESSA FILHO, Ricardo. “Noite e Neblina” e a imagem-arquivo como testemunho da Shoah. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, 17., 2015, Natal. *Anais...* Natal: Intercom, 2015.

LEYS, Ruth. *Trauma: a genealogy*. Chicago; London: The University of Chicago Press, 2000.

LOTHE, Jakob; SULEIMAN, Susan Rubin; PHELAN, James (Ed.). *After testimony: the ethics and aesthetics of Holocaust narrative for the future*. Columbus: The Ohio State University Press, 2012.

MOLLIER, Jean-Yves. A história do livro e da edição. Um observatório privilegiado do mundo mental dos homens do século XVIII ao século XX. Tradução de Clara Furtado Lins. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 25, n. 42, p. 521-537, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/jBVwd3SnhDW6jf47KzS68mt/?lang=pt>. Acesso em: 21 nov. 2025.

MOYN, Samuel. *A Holocaust controversy: the Treblinka affair in postwar France*. Waltham, Massachusetts: Brandeis University Press, 2005, p. 7, 46.

NASCIMENTO, Greyce Falcão do. *Aconteceu, virou Manchete*: notícias da ditadura. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Editora Fi, 2020, p. 41.

NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). *Catástrofe e representação*: ensaios. São Paulo: Escuta, 2000.

PENA, Felipe. *Seu Adolpho*: uma biografia em fractais de Adolpho Bloch, fundador da TV e da Revista Manchete. Rio de Janeiro: Usina de Letras, 2010.

RAINER, Huhle. De Nuremberg a la Haya: los crímenes de derechos humanos ante la justicia. Problemas, avances y perspectivas a los 60 años del Tribunal Militar Internacional de Nuremberg. *anal.polit.*, Bogotá, v. 18, n. 55, p. 20-38, nov. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-47052005000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 2 jul. 2024.

RASHKE, Richard. *Fuga de Sobibor*. Tradução Felipe Cittolin Abal. Porto Alegre: 8Inverso, 2011.

SAID, Edward. *Reflexões sobre Exílio*. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://somosmigrantessite.files.wordpress.com/2019/02/edward-said.reflexoc83es-sobre-o-exicc81lio..pdf>. Acesso em: 26 jul. 2023.

SCHELVIS, Jules. *Sobibor: a history of a Nazi death camp*. London: Bloomsbury Academic, 2007.

SERENY, Gitta. *Into that darkness*. New York: Vintage Books, 1983.

SONTAG, Susan. *Contra a interpretação*: e outros ensaios. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

STANGETH, Bettina. *Eichmann before Jerusalem: the unexamined life of a mass murderer*. Tradução Ruth Martin. New York: Alfred A. Knopf, 2014.

SULEIMAN, Susan Rubin. *Crises of memory and the Second World War*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2006.

WIEVIORKA, Annette. Compreender, testemunhar, escribir. In: WIEVIORKA, Annette; JABLONKA, Ivan (Org.). *Nuevas perspectivas sobre la Shoá*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2017.

WIEVIORKA, Annette. *The era of the witness*. Tradução de Jared Stark. Ithaca; Londres: Cornell University Press, 2006.